

ISABELLE HILLENKAMP
ALAIR FERREIRA DE FREITAS
HÉLOÏSE PRÉVOST
LARISSA MIES BOMBARDI
NATÁLIA LOBO (ORG.)

RAÍZES DA RESISTÊNCIA

Construindo territórios feministas
e agroecológicos no Brasil



expressão
POPULAR

RAÍZES DA RESISTÊNCIA

ISABELLE HILLENKAMP
ALAIR FERREIRA DE FREITAS
HÉLOÏSE PRÉVOST
LARISSA MIES BOMBARDI
NATÁLIA LOBO (ORG.)

RAÍZES DA RESISTÊNCIA
*Construindo territórios feministas
e agroecológicos no Brasil*

1ª edição

EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo • 2025

Copyright © 2025, by Editora Expressão Popular Ltda.

Produção editorial: Milena Varallo

Preparação de texto: Sílvia Almeida

Revisão: Milena Varallo

Projeto gráfico, capa e diagramação: Zap Design

Ilustração da capa: Carolina Santos Natividade e

Helena Joaquina Gomes Barros

Impressão e acabamento: Paym

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R161 Raízes da resistência: construindo territórios feministas
 e agroecológicos no Brasil / Isabelle Hillenkamp...[et al]
 (orgs.) -- 1.ed. -- São Paulo : Expressão Popular, 2025.
 304 p.

ISBN 978-65-5891-187-6

1. Agricultoras - Brasil. 2. Mulheres na agricultura – Brasil.
3. Agroecologia – Brasil. 4. Agricultoras e resistência - Brasil.
I. Hillenkamp, Isabelle. II. Título.

CDU 631-055.2(81)

Bibliotecária: Eliane Maria da Silva Jovanovich - CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2025


EDITORIA EXPRESSÃO POPULAR


Alameda Nothmann, 806, Campos Elíseos

CEP 01216-001 – São Paulo – SP

atendimento@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 ed.expressaopopular

 editoraexpressaopopular

Sumário

Reconhecimento	9
Siglas das organizações	15
Mapa de localização.....	17
Introdução	19
<i>Isabelle Hillenkamp, Alair Ferreira de Freitas, Héloïse Prévost e Larissa Mies Bombardi</i>	

PARTE I – TERRITÓRIOS E AGRICULTORAS NA AGROECOLOGIA

Capítulo 1 – Quem são as agricultoras na agroecologia e quem somos nós?	
Construindo a <i>pesquisa</i> feminista.....	41
<i>Alessandra Bernardes Faria Campos, Isabelle Hillenkamp e Héloïse Prévost</i>	
Capítulo 2 – As agricultoras, seus territórios e a agroecologia: ouvindo as histórias	67
<i>Alessandra Bernardes Faria Campos, Isabelle Hillenkamp, Liliam Telles, Miriam Nobre e Natália Lobo</i>	
Capítulo 3 – As agricultoras e seus corpos-territórios: mapeando ameaças e resistências.....	95
<i>Isabelle Hillenkamp, Cathy Chatel, Héloïse Prévost, Larissa Mies Bombardi, Roberta Cardoso, Sarah Luiza de Souza Moreira</i>	

PARTE II – AMEAÇAS AOS TERRITÓRIOS: UMA ANÁLISE FEMINISTA E DECOLONIAL

Capítulo 4 – Agrotóxicos e gênero: problemática, impactos e resistências	125
<i>Larissa Mies Bombardi, Liliam Telles, Sheyla Saori Iyusuka, Luana de Pádua Soares e Figueiredo</i>	
Capítulo 5 – Mineração e agroecologia: conflitos e dinâmicas de gênero	143
<i>Liliam Telles, Alessandra Bernardes Faria Campos, Sheyla Saori Iyusuka, Roberta da Silva Leite Cardoso e Natália Lobo</i>	
Capítulo 6 – De bem comum a preservação e compensação ambiental: disputas em torno da relação com a natureza.....	163
<i>Natália Lobo, Miriam Nobre, Isabelle Hillenkamp e Héloïse Prévost</i>	

PARTE III – AGROECOLOGIA E RESISTÊNCIAS
DAS AGRICULTORAS: UM OLHAR SITUADO

Capítulo 7 – Manejos agroecológicos e gênero: resistências nos espaços de trabalho e vida. 185	
<i>Isabelle Hillenkamp, Liliam Telles, Natália Lobo, Clara Teixeira Ferrari,</i>	
<i>Luana de Pádua Soares e Figueiredo e Irene Maria Cardoso</i>	
Capítulo 8 – Pluralidade econômica, agrobiodiversidade e gênero: entendendo as relações..215	
<i>Isabelle Hillenkamp e Alair Ferreira de Freitas</i>	
Capítulo 9 – Cuidados: de uma análise de violências a uma práxis socioambiental..... 237	
<i>Sarah Luiza de Souza Moreira, Héloïse Prévost e Roberta Cardoso</i>	
Conclusão..... 257	
<i>Isabelle Hillenkamp, Alair Ferreira de Freitas, Héloïse Prévost e Natália Lobo</i>	
Posfácio..... 275	
<i>Hélène Guétat-Bernard</i>	
Referências bibliográficas 285	
Sobre as autoras e o autor..... 301	

Este livro é um resultado do projeto GENgiBRe, “Relação com a natureza e igualdade de gênero. Uma contribuição à teoria crítica baseada em práticas e mobilizações feministas no Brasil”. Esse projeto foi desenvolvido graças a uma parceria entre várias instituições do Brasil e da França: *Institut de Recherche pour le Développement* (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento, IRD, França), Universidade Federal de Viçosa (UFV, Brasil), Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA–ZM, Brasil), Sempreviva Organização Feminista (SOF, Brasil) e Universidade de Toulouse Jean Jaurès (UTJJ, França). Recebeu financiamento da *Agence Nationale de la Recherche* (Agência Nacional de Pesquisa, ANR, França; projeto ANR-20-CE41-0002-01).

Em memória de Ilda Satiko Koga, lutadora incansável pela união das mulheres agricultoras e pela economia solidária de Peruíbe (SP). Ilda nos ensinou sobre a ligação inseparável entre a solidariedade com as pessoas e o cuidado com os animais.

Reconhecimento

Este livro foi possível graças ao tempo e à confiança depositada em nós por mulheres agricultoras de Acaiaca (MG), Araponga (MG), Barra do Turvo (SP), Divino (MG), Itaoca (SP), Peruíbe (SP) e Simonésia (MG), que praticam e constroem a agroecologia em seus territórios. Uma agroecologia que muitas vezes também é feminista. Reconhecemos aqui a inestimável contribuição de cada uma. Agradecemos especialmente àquelas que nos receberam em suas casas por vários dias e, não poucas vezes, várias noites: Alice Cristina Da Costa, Ana Eloiza Dias Da Silva Ribeiro, Arlete Pedroso Da Silva Do Carmo, Cleide Da Rocha Pedroso, Cristina Ribeiro Andrade, Darzi Ferreira Da Silva Mota, Delma Aparecida Pereira, Efigênia Tereza Marco, Elisangela Rosa da Silva, Francisca Romana Pereira Martins, Graciele Rodrigues Dantas, Ilda Satiko Koga, Julia Lopes de Paiva, Lenita Raposo da Costa, Maria Aparecida Lopes Macedo, Maria Cristina de Oliveira Matos, Maria da gloria Damasceno Gonçalves Neves, Maria das Dores Saturnino, Maria de Fátima Lopes Pereira, Maria do Rosario Barreto, Maria Izaldite Dias, Maria Nilda Dantas, Noeli Carriel Santos De Pontes, Paulina Luciana de Sousa Santos, Renata Aparecida Carvalho da Rocha, Sonia Teodoro de Melo Silva, Valdirene Correia, Vani Cristina de Souza, Vanilda Gomes Neto, Vera Lucia Lourenço Costa, Zenilta da R. Pedroso Gonçalves, Zilda Leal Lopes, Zouza Martins.

A participação do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Simonésia;

do Coletivo de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Acaiaca; do Grupo de mulheres de Carangolinha de Cima, em Divino; de agricultoras de Araponga que se identificam como descendentes do povo indígena Puri; da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), de Barra do Turvo; da União de Agricultoras Agroecológicas de Itaoca (UAAI); da União de Mulheres Agricultoras (UMA) e da União de Mulheres Produtoras da Economia Solidária (UMPES), de Peruíbe, foi fundamental para a construção e realização da *pesquisa* que sustentou este livro.

Gostaríamos de reconhecer aqui a contribuição de todas as agricultoras que fazem parte dessas organizações, bem como das outras pessoas, mulheres e homens, que compartilharam seus conhecimentos conosco em entrevistas, encontros, diálogos e trocas.

*No Vale do Ribeira
As mulheres se uniu
Com o trabalho na Agroecologia
As portas se abriu
A saúde melhorou
E o clima agradou
Em 2015, a SOF apareceu
Foi aí que conhecemos
São Paulo, Brasil, povo meu
Campo e cidade
O nosso grupo com carinho
e muita união
Resgatou muitas mulheres
Que estavam em depressão
Vamo lá, companheirada
Sair da situação
Somos todas agricultoras
E fazemos mutirão
Enfrentamos de tudo
Para aumentar a produção.*

*O trabalho é agradável
Aqui nós se anima
Temo tudo anotado
Na caderneta nós assina
Muitas mulheres que nos viram
Para o grupo vem chegando
Sabendo que aqui
Ninguém tá se enganando
Aqui no grupo nós já temos
Mulheres se aposentando
Com o trabalho que vem feito
Documento se ajeitando
Saímos cedo da cama
Que o trabalho nos chama
Fazemos a nossa feira
Que é muito bacana
Já plantamos
Já vendemos
E agora nosso grupo
Leva o nome da RAMA*

Jane Aparecida Santos

Grupo Perobas, Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras
(RAMA) de Barra do Turvo, Vale do Ribeira, São Paulo.

Refrão: Aqui não, meu irmão, aqui não. Aqui tem água boa, terra fértil, produção, agricultura que fornece nosso pão, povo unido a clamar: mineração aqui não.

Por esses vales e campinas entre serras desta abençoada terra que compõe a região, há fontes de água pura que dão vida à nossa terra querida, fonte de sustentação; mas nós estamos sob a grande ameaça da ganância que ultrapassa o respeito ao bem comum e que pretende destruir a região pra sustentar o “cifrão” da fortuna de alguns.

Refrão...

Nós bem sabemos que o minério é necessário para os bens utilitários e conforto da nação e também vemos nas

coisas atualmente em quase tudo está presente o fruto da mineração; mas veja bem que cada planta dá seu fruto, cada chão dá seu produto, e necessário tudo é. E a riqueza que sai desta região é a grande produção do precioso café.

Refrão...

Entenda bem que a agricultura familiar tem poder de alimentar a grande população e que existem outros campos de minério pra manter todo esse império sem matar o nosso chão. Porque aqui é uma terra produtiva e, pra manter a terra viva, tem que haver preservação. Se removerem a superfície da terra, nós sabemos que encerra toda a produção de grãos.

Wagna Aparecida Perígolo

Canção entoada pelo Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Simonésia, em ocasião da abertura da Caravana Feminista e Agroecológica do projeto GENgiBRe na Zona da Mata de Minas Gerais, em julho de 2022.

Siglas das organizações

CTA–ZM: Centro de Tecnologias da Zona da Mata

RAMA: Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (Barra do Turvo)

SINTRAF: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

SOF: Sempre Viva Organização Feminista

STR: Sindicato de Trabalhadores Rurais

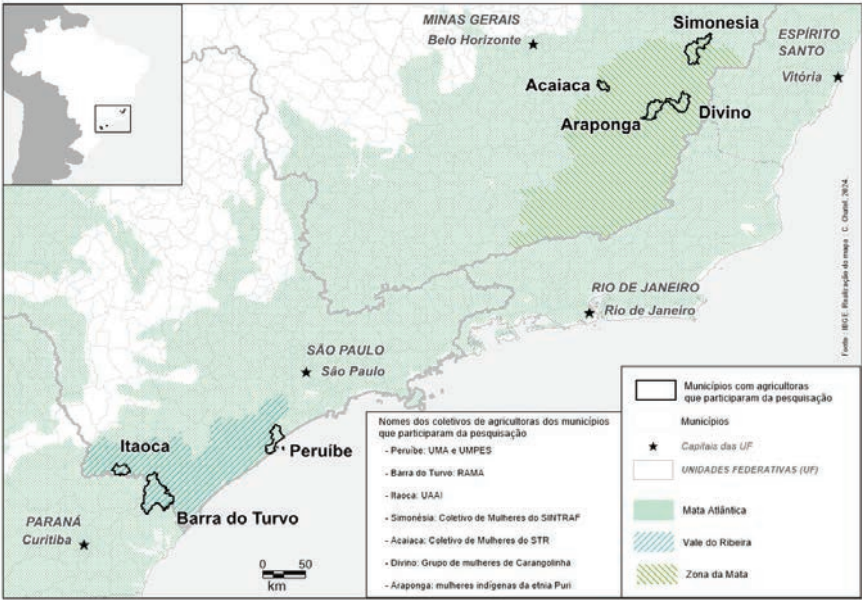
UAAI: União de Agricultoras Agroecológicas de Itaoca

UMA: União de Mulheres Agricultoras (Peruíbe)

UMPES: União de Mulheres Produtoras da Economia Solidária (Peruíbe)

Mapa de localização

Localização dos coletivos de agricultoras que participaram da *pesquisa* do projeto GENgiBRe (Vale do Ribeira, SP e Zona da Mata, MG).



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgiBRe.

Introdução

ISABELLE HILLENKAMP, ALAIR FERREIRA DE FREITAS,
HÉLOÏSE PRÉVOST E LARISSA MIES BOMBARDI

No coração da questão

O Brasil é, ao mesmo tempo, um dos principais fornecedores de matérias-primas para o resto do mundo e um ator central nas políticas climáticas e ambientais internacionais. Por um lado, a extração e a exportação de minerais como ferro, ouro, cobre e bauxita; de *commodities* agrícolas como soja, cana-de-açúcar e café; e de biocombustíveis baseados em álcool e óleos vegetais têm disparado desde os anos 2000. Por outro lado, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica ao longo do litoral brasileiro têm se tornado alvos do “setor mundializado de conservação” (Dumoulin; Rodary, 2005) e da compensação ambiental. Junto aos acordos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (o Protocolo de Kyoto de 1997, implementado em 2005, seguido pelo Acordo de Paris sobre o Clima, de 2015), o reflorestamento e a manutenção das florestas em pé se tornaram mecanismos para compensar as emissões de CO₂.

Instrumentos monetários, como pagamentos por serviços ecossistêmicos, a exemplo da captura de CO₂, foram incluídos na política nacional de mudança climática do Brasil adotada após a COP15 (Copenhague, 2009) e a COP21 (Acordo de Paris). No momento em que terminamos este livro (novembro de 2024), a Câmara dos Deputados aprovou o texto que regulamenta o mercado de carbono no Brasil. Dessa forma, os mercados globais de *commodities* agrícolas e minerais, por um lado, e os novos instrumentos monetários de compensação ambiental, por outro, penetraram cada vez mais profundamente nas terras da agricultura fa-

miliar e das comunidades rurais do Brasil. No espaço de duas décadas, o meio ambiente tornou-se um dos principais campos de uma redefinição multidimensional – e, muitas vezes, contraditória – das relações sociais, desde a escala global até a escala local.

Entre promessas de renda, evidências de contaminação (agrotóxicos, resíduos de mineração) e de destruição ambiental (erosão dos solos, desmatamento, colapso da biodiversidade, esgotamento de recursos, especialmente da água) e dúvidas sobre as soluções propostas, as famílias e as comunidades locais estão divididas. Para a maioria dos homens dessas comunidades, a venda de *commodities* agrícolas, o arrendamento de terras para empresas de mineração ou o emprego como mão de obra não qualificada nessas mesmas empresas, além da venda de serviços ecossistêmicos, são vistos como uma forma de cumprir seu papel de provedor de renda dentro da família. As mulheres ficam com a responsabilidade de reparar o meio ambiente e os corpos em uma tentativa de reproduzir a vida. A linha divisória entre a integração no mercado e o trabalho de cuidado socioambiental segue de perto as formas dominantes de masculinidade e feminilidade. Entre os dois, a agroecologia designa um conjunto de conhecimentos e práticas para ecologizar a agricultura, uma economia política e um movimento social no qual as mulheres brasileiras desempenham um papel decisivo (Jalil, 2013; Butto, 2017; Filipak, 2017; Prévost, 2019b). A agroecologia no Brasil se tornou uma forma de resistir à mercantilização do trabalho e da natureza, bem como de transformar a vida de mulheres e homens.

Este livro se insere no contexto de conflitos socioambientais cada vez mais violentos, relacionados ao controle sobre o território e seus recursos, nos quais diferentes concepções de natureza se enfrentam (Svampa, 2023). Seu intuito é examinar o compromisso de uma ampla gama de sujeitos e sujeitas com a agroecologia. Sem negligenciar a posição dos homens, opta por se colocar ao lado de mulheres que foram historicamente silenciadas. Como essas mulheres – e esses homens – se posicionam em relação à intensificação do uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas e da mineração; e às políticas públicas e aos mecanismos de mercado de conservação e compensação ambiental que têm como alvo seu meio ambiente? Por

meio de quais conhecimentos e práticas, graças a quais coletivos e a qual organização socioeconômica e política, com quais aliados e contra quais adversários elas e eles estão (re)construindo seu ambiente diariamente? Como seu conhecimento, suas práticas de gestão agroecológica e suas organizações se encaixam nas relações de gênero e nas demais relações de poder, e até que ponto recompõem essas relações? Como o gênero pode se tornar um instrumento da relação com a natureza e uma força motriz por trás de sua transformação? Até que ponto esses diferentes processos dão origem a formas alternativas de feminilidade e masculinidade? E, por fim, o que de fato chamamos de “agroecologia”?

Para encontrar respostas a essas perguntas, um grupo de 13 pesquisadoras¹ de organizações da sociedade civil e acadêmicas, das áreas de ciências sociais e agrárias, realizou, conjuntamente, uma pesquisa de campo durante um período de quase 2 anos. Os sujeitos dessa pesquisa foram coletivos locais de mulheres agricultoras comprometidas com a agroecologia, com quem esse grupo mantém relações políticas e de coconstrução de conhecimentos de longa data. Situada e reflexiva, nossa pesquisa está enraizada nas cozinhas, hortas, campos, florestas, solos e rios de duas regiões do Sudeste do Brasil – o Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, e a Zona da Mata, em Minas Gerais – ambas com importantes porções de Mata Atlântica e graves conflitos socioambientais. A pesquisa de campo pacientemente trouxe à tona as vozes dessas mulheres e fez com que seus conhecimentos dialogassem com os da nossa equipe. Ao confrontar com os pontos de vista de agricultores e de atores dos setores agroindustrial, de mineração e ambiental, esse diálogo gerou novos conhecimentos, que formam o coração deste livro, ao mesmo tempo que alimentam as perspectivas de alternativas concretas e as nossas relações com as agricultoras.

¹ Em ordem alfabética dos primeiros nomes: Alessandra Bernardes Faria Campos, Clara Teixeira Ferrari, Glaucia Marques, Héloïse Prévost, Isabelle Hillenkamp, Liliam Telles, Luana de P. S. e Figueiredo, Miriam Nobre, Natália Lobo, Roberta Cardoso, Sarah Luiza de Souza Moreira, Sheyla Saori e Vivian Franco foram as principais protagonistas da pesquisa de campo. Várias outras pessoas também foram envolvidas em outras fases importantes do projeto.

Desafios e originalidade

Por meio dessa abordagem e dessa posição, colocamos o gênero no cerne da nossa compreensão das questões ambientais, de modelos agrícolas, de exploração de matérias-primas e de mudança global. Sem uma abordagem de gênero, essas questões fundamentais não podem ser compreendidas adequadamente. A Economia Feminista, a Ecologia Política Feminista (Agarwal, 1992; Rocheleau, Thomas-Slayter, Wangari, 2013; Ulloa, 2020) e o Ecofeminismo (Mies, Shiva, 1993; Plumwood, 1993; Siliprandi, 2009) têm, há várias décadas, desafiado os discursos, as estruturas e as políticas patriarcais que mantêm a subordinação geral das mulheres aos homens, apresentando o meio ambiente como globalmente neutro em termos de gênero. Ao contrário dessa representação, as correntes feministas evidenciaram a partição hierarquizada entre desenvolvimento, modernidade e masculinidade, por um lado; e natureza, subsistência e feminilidade, por outro. Essa hierarquia estrutura globalmente a experiência generificada do meio ambiente (Hache, 2016; Mies, Bennholdt-Thomsem, 2022). As abordagens feministas relacionam-se também a várias correntes que analisaram a coconstituição da questão ambiental e das relações sociais (de classe, raça etc.), particularmente a Ecologia Política Latino-Americana (Escobar, 2003; Leff, 2003). Finalmente, dialogamos com várias correntes feministas preocupadas com a interseção entre gênero, etnia, raça, classe e meio ambiente: Feminismos Populares, Decoloniais, Autônomos, Comunitários, Territoriais, Indígenas, Afrodescendentes e Camponeses (Gonzalez, 1988; Faria, Nobre, 2003; Gabbert, Lang, 2019; Zuria, Centeno, Gutiérrez *et al.*, 2020).

Essa literatura revela como as políticas agrárias e de mineração não apenas renovam as desigualdades ambientais e de gênero, mas também se baseiam nelas, exigindo um reexame crítico dessas dinâmicas recíprocas. Por um lado, a produtividade está sendo reafirmada como norma de comportamento masculino, desde o topo dos tomadores de decisões políticas e dos mercados globais até a base dos agricultores familiares. Por outro lado, os efeitos nocivos desse modelo sobre o meio ambiente e a saúde humana são relegados ao segundo plano, fazendo com que as mulheres subalternizadas, como as agricultoras que acompanhamos, tenham que

lidar com eles. Esses mecanismos mantêm e exacerbam a forma dominante de masculinidade “provedora-industrial” (Hultman; Pulé, 2018) e de feminilidade baseada no cuidado socioambiental, abrangendo inúmeras tarefas, emoções e atenções desvalorizadas em relação às pessoas e ao seu ambiente (Laugier, Falquet, Molinier, 2015; Guétat-Bernard, Saussey, 2014; Prévost, 2021; Hillenkamp, Prévost, 2024). Além de essas formas dominantes de masculinidade e feminilidade serem exacerbadas pelas políticas agrárias e de mineração contemporâneas, alimentando as desigualdades e a violência de gênero (MacGregor, 2010; Furtado, Andriolli, 2021), a masculinidade provedora-industrial também é uma das forças motrizes por trás da devastação ambiental. O desafio de reexaminar criticamente as relações entre gênero e meio ambiente é, portanto, duplo: diz respeito, inseparavelmente, à sustentabilidade e à justiça social.

O Brasil e a América Latina – ou melhor, a Améfrica Ladina² – revelam, talvez mais do que qualquer outra região do mundo, os vínculos estreitos entre meio ambiente, violência e desigualdade. O extrativismo, caracterizado pela predominância de atividades econômicas baseadas na exploração intensiva de recursos naturais, tem sido um modo de desenvolvimento na região desde a época colonial (Brand; Dietz; Lang, 2016). Na história recente da região, a liberalização comercial e financeira na década de 1990 levou a uma reprimarização das economias. A fase atual, conhecida como “neoextrativista”, beneficiou-se inicialmente dos altos preços das *commodities* nos anos 2000, o que permitiu que governos progressistas, como os de Lula no Brasil, de 2003 a 2010, financiassem programas sociais que legitimaram a exploração dos recursos naturais (Gudynas, 2009; Svampa, 2011). Durante a década de 2010, a queda dos preços das *commodities* foi associada ao retorno ao poder de governos que combinaram desregulamentação ambiental, conservadorismo social e autoritarismo político. Esse foi notadamente o caso dos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) no Brasil. A título de ilustração, nesse país, a

² Proposta pela feminista negra brasileira Lélia Gonzalez (1988), a categoria político-cultural de “Améfrica Ladina” chama para a conscientização do apagamento das contribuições das populações africanas e de seus descendentes na história brasileira e latino-americana, bem como das populações indígenas.

participação das matérias-primas nas exportações aumentou de um nível de 25% a 30% na década de 1990 para 45% a 50% na década de 2010.³ Esses números ilustram a transformação da ordem econômica, política e social, sintetizada no conceito de “Consenso das *Commodities*” (Svampa, 2015). A intensificação e a multiplicação dos agrotóxicos (Bombardi, 2024) e dos conflitos socioambientais, ligados especialmente à expansão da mineração industrial (Iorio; Coelho, 2022), formaram a face oculta desse Consenso, compondo um amplo espectro de violências.

Entretanto, nossa posição, próxima a agricultoras brasileiras engajadas na agroecologia, também nos permitiu ir além dessa observação crítica, já bem estabelecida na literatura, abordando seu poder de ação, baseado em jogos de alianças e de transformação em diferentes escalas. Ao acompanhar essas mulheres no que chamamos de seus “espaços de trabalho e vida” – espaços agrícolas como quintais, mas também cozinhas, igrejas, sertões, matas e outras áreas de uso comum –, pudemos observar em detalhes suas práticas e sua relação com a natureza. Ao apoiar seu compromisso com a agroecologia, acompanhando-as em suas organizações e mobilizações coletivas e estabelecendo um diálogo com os homens de suas famílias e comunidades, conseguimos ter uma compreensão minuciosa de sua posição, que vai além de simplesmente lidar com os danos ambientais da mercantilização da natureza. Ao vincular ciências sociais e agrárias por meio da agroecologia, a originalidade de nossa abordagem tem sido abordar seu poder de ação a partir dos vínculos concretos entre os manejos agrícolas e a ação coletiva, situando-as dinamicamente nas relações de gênero e demais relações de poder. Essa perspectiva proporciona uma melhor compreensão de como a dinâmica de gênero influencia e é influenciada pelas estruturas agrárias, revelando as formas alternadamente sutis e explícitas pelas quais o poder se manifesta no contexto da agricultura familiar.

A agrônoma Ana Primavesi teve papel pioneiro no Brasil na afirmação da abordagem da agricultura ecológica, ou agroecologia. Essa abordagem está enraizada em uma crítica radical da agricultura industrial e das relações de dominação Norte/Sul (Primavesi, 1997). A Revolução Verde na

³ Cálculo baseado em números compilados por Larissa Bombardi (2019).

América Latina remonta à ascensão de John F. Kennedy ao poder em 1960. No contexto da Guerra Fria, o presidente estadunidense fez da tecnologia agrícola um instrumento estratégico de influência no continente americano, com base na utilização intensiva de máquinas, combustíveis fósseis, agrotóxicos e sementes transgênicas. De acordo com Ana Primavesi, criou-se uma engrenagem político-tecnológica que subordinou a pesquisa agrônoma e as políticas agrícolas do Brasil aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos e aos lucros das multinacionais sob controle do Norte Global. Na visão da autora, o caráter dessa tecnologia é responder aos desequilíbrios ambientais que ela mesma criou, tratando apenas os sintomas, e não as causas. Por exemplo, a decadência do solo causada pela monocultura (compactação impedindo a infiltração de água, formação de crostas superficiais e erosão) leva à desnutrição das plantas, ao aparecimento de pragas, doenças e invasoras persistentes. A agricultura industrial responde a isso aumentando o uso de adubo químico e de agrotóxicos, em uma corrida desenfreada que a autora compara a um suicídio (*Ibid.*, p. 133).

Contra essa engrenagem, a agroecologia refere-se a várias abordagens e práticas que “trabalham em estreita interligação com os sistemas naturais existentes num lugar”, em uma visão sistêmica dos ciclos e equilíbrios naturais nos quais os seres humanos estão incluídos (*Ibid.*, p. 130). Por exemplo, a agroecologia responde à deterioração do solo com a cobertura e a proteção da terra, o cultivo em consórcio e a rotação de culturas, a adubação verde e a utilização de matéria orgânica, como folhas, palha e composto. A agroecologia parte do princípio de que as técnicas e instituições econômicas, políticas e científicas devem ser colocadas a serviço dos ciclos e equilíbrios naturais, e não o contrário. Nesse sentido, também, a agroecologia é irreduzível à mera agricultura biológica, que subordina a escolha dos insumos (substituição de insumos químicos por insumos orgânicos) a padrões de certificação preestabelecidos. A agroecologia, ao contrário, parte de práticas como o cuidado com o solo e a água e transforma gradualmente as instituições socioeconômicas e políticas, em um movimento de mudança social e ambiental de baixo para cima (*Ibid.*, p. 144).

Assim, a agroecologia no Brasil tomou a forma de um movimento social (Wezel *et al.*, 2009), baseado em redes capazes de influenciar a ação

pública (Niederle *et al.*, 2019) e fortemente ligado a outros movimentos, como a economia solidária (Schmitt, 2010). Tal construção implica uma transformação multiescalar das relações econômicas, políticas e sociais (Palm; Schmitt; Lamine, 2021). O gênero é uma dimensão fundamental dessa transformação: isso vem sendo demonstrado pela abordagem feminista da agroecologia, uma corrente já estabelecida no Brasil e na América Latina (Zuluaga Sánchez; Catacora-Vargas; Siliprandi, 2018) e com a qual várias integrantes de nossa equipe vêm contribuindo há bastante tempo.

Essa corrente traçou a história, desde a década de 1980, da afirmação gradual de um sujeito político “Mulheres” na agroecologia. Começando com demandas por reconhecimento de direitos, como o direito ao auxílio maternidade e à aposentadoria rural, essas mulheres gradualmente criaram suas próprias organizações, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, iniciado no Sul do Brasil) e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR, no Nordeste). Posteriormente, elas se posicionaram em organizações mistas, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Hora, Butto, 2014; Nobre, 2015; Paulilo, 2016; Moreira, Ferreira, Siliprandi, 2018; Prévost, 2019b).

Nesses espaços, as mulheres gradualmente afirmaram uma dupla crítica ao seu lugar – altamente invisível e desvalorizado – na produção agrícola, e ao próprio modo de produção, responsável por danos à saúde e ao meio ambiente e por acentuar as desigualdades de gênero (Hillenkamp; Nobre, 2018). No início dos anos 2000, o conceito de “agroecologia” ganhou força no Brasil, principalmente com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Essas mulheres criaram, então, um Grupo de Trabalho de Mulheres dentro da ANA, com a missão de combater a visão tecnicista dominante na agroecologia, questionando as desigualdades de gênero presentes nesse espaço. Ao mesmo tempo, a agenda da agroecologia e da soberania alimentar se consolidou em importantes movimentos de mulheres rurais, como a Marcha das Margaridas (Butto, 2017) e a Marcha Mundial das Mulheres, um movimento transnacional com forte protagonismo do Brasil (Masson, Conway, 2017). Os governos de Lula e Dilma Rousseff (de 2003 a 2016) registraram avanços significativos, como

a introdução de cotas para agentes (pelo menos 30% de mulheres) e beneficiárias (pelo menos 50% de mulheres) da política de Assistência Técnica e Extensão Rural em Agroecologia. A afirmação política das mulheres na agroecologia no Brasil também se baseou nas chamadas “Cadernetas Agroecológicas”, criadas pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA. Graças a essa metodologia, milhares de agricultoras anotaram, mês após mês, o equivalente monetário de sua produção, tanto remunerada quanto não remunerada (destinada ao consumo pela família, às doações e trocas), e reivindicaram o valor de seu trabalho (Telles *et al.*, 2018; Telles, Alvarenga, Ferreira de Freitas, 2019; Marques *et al.* 2018; Weitzman *et al.*, 2020).

Este livro é alimentado por essa corrente e pelas experiências com base na abordagem feminista da agroecologia. Incorporamos seus temas, ao mesmo tempo que avançamos para uma compreensão detalhada e interdisciplinar das práticas de manejo agrícola, dos espaços de trabalho e vida das agricultoras e suas famílias no contexto de conflitos socioambientais. Para isso, adotamos uma abordagem etnográfica, com foco na construção do meio ambiente como uma construção material, sensível e política, trazida a partir da escala local. Com inspiração em trabalhos pioneiros na agroecologia (Monteiro de Oliveira *et al.*, 2021), na etnobotânica (Howard, 2003 e 2014) e na história ambiental feminista (Ndami, 2019), analisamos os espaços agrícolas das mulheres sob a perspectiva da reprodução da vida e da relação com a natureza.

Por fim, nossa abordagem à agroecologia está ligada às negociações e políticas internacionais sobre meio ambiente e clima, nas quais os territórios rurais do Brasil, especialmente as regiões de floresta, desempenham um papel estratégico. Com base em nosso trabalho com agricultoras em territórios da Mata Atlântica, incluindo algumas em Unidades de Conservação (UCs), analisamos sua experiência cotidiana com essas políticas. As restrições ao uso dos recursos e da terra, as novas propostas de renda, as alianças desiguais e as negociações com os gestores das Unidades compõem as várias facetas dessas experiências. As tensões em torno das concepções de “meio ambiente”, “agricultura”, “natureza” e “territórios” com os atores envolvidos na conservação e compensação ambiental (Bernini, 2015; Bim *et al.*, 2017) interagem estreitamente com o gênero (Saori, Lobo, 2020;

Nobre, Lobo, 2021). Respostas técnicas, como a captura de carbono, e norteadas por uma visão de segurança, como a mobilização da polícia ambiental ou de forças armadas, estão surgindo como novas dimensões da masculinidade (MacGregor, 2010). Embora compartilhemos dessa crítica global, nossa abordagem local também revela as oportunidades de mudança e o poder de ação das mulheres agricultoras, como quando elas aproveitam as políticas locais de pagamentos por serviços ambientais para complementar seus meios de subsistência e garantir a sua continuidade e de suas famílias no seu território (Lobo, 2024).

Trama conceitual

Emprestamos conceitos e abordagens teóricas de vários campos do conhecimento, que vinculamos para formar a trama conceitual original deste livro. A abordagem da reprodução social desenvolvida pelo movimento feminista materialista é um ponto de partida essencial. Designando “o conjunto de atividades e relações por meio das quais nossas vidas e nossa capacidade de trabalho são reconstruídas diariamente” (Federici, 2013, p. 18), a reprodução social representa a face oculta da produção capitalista. Produto de uma separação histórica específica desse modo de produção, essas duas esferas permanecem, na realidade, inexoravelmente ligadas, mas em uma relação altamente desigual, de extração de valor da esfera reprodutiva em benefício da produção de tipo capitalista. Essa extração é amplamente baseada no trabalho doméstico e de cuidados. Com o conceito de “cuidado”, nos referimos a:

[...] uma atividade característica da espécie humana que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar ou reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor forma possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso ambiente, todos os elementos que procuramos unir em uma rede complexa, em prol da vida (Fisher; Tronto, 1990, p. 40).

O trabalho doméstico e de cuidados às pessoas, trabalho reprodutivo por excelência, geralmente não é remunerado – ou é mal pago – e é realizado por mulheres, muitas vezes em nome do amor ou do dever maternal (Guérin; Hillenkamp; Verschuur, 2019). A extração do valor desse trabalho, por sua vez, sustenta a divisão sexual do trabalho, ou seja, a separação e a

hierarquização entre o trabalho feminino e o masculino (Hirata; Kergoat, 2007). A extração de valor também se baseia em outras relações sociais, pois a maior parte do trabalho reprodutivo recai sobre mulheres da classe trabalhadora ou racializadas, como as agricultoras, ou sobre trabalhadoras domésticas e migrantes internacionais (Verschuur; Catarino, 2013).

Além do trabalho doméstico e de cuidados às pessoas, a exploração do trabalho reprodutivo não remunerado afeta uma proporção significativa do trabalho agrícola de subsistência. Os alimentos produzidos a preços baixos, ou para consumo direto, permitem a reprodução a baixo custo dos trabalhadores empregados por outros setores da produção capitalista, subsidiando indiretamente a extração de mais-valia (Dalla Costa, James, 1973; Razavi, 2002). Assim, por exemplo, as agricultoras que conhecemos normalmente mantêm uma área de produção de alimentos ao redor da casa, conhecida como “quintal”, o que permite que outros membros da família – principalmente os homens – trabalhem de forma remunerada nos setores de extração que estão no centro do Consenso das *Commodities*. Além das mulheres, a responsabilidade pela reprodução social se estende às comunidades, antigas e novas, que reivindicam um modo de vida relativamente autônomo, mas que, mesmo assim, estão sujeitas a uma relação contraditória com o modo de produção capitalista. Isso inclui comunidades quilombolas, de descendentes de pessoas negras escravizadas que reivindicam direitos coletivos à terra e ao território, e povos indígenas em processos de ressurgência política (Arruti, 1997; Ferrari, 2024).

Nossa abordagem de gênero está, portanto, atenta às resistências enraizadas na afirmação de pertencimento de classe, racial ou étnico, com base em múltiplos processos materiais e de resignificação de identidades. Nossa perspectiva sobre gênero também é relacional. Feminilidades e masculinidades não são o reflexo de diferenças individuais, e muito menos conceitos biológicos. São conceitos relacionais que fazem sentido em culturas em que homens e mulheres são vistos – e essencializados – como tendo características opostas e recebem papéis sexuais normativos. Seguindo a sociologia das masculinidades, consideramos que a relação de hegemonia é estruturante entre os homens. A hegemonia, entendida no sentido de Antonio Gramsci, designa a autoridade reivindicada por um grupo de homens (que pode incluir

certas mulheres) que se impõe e é designada como ideal social e cultural, enquanto detém o poder institucional. É acompanhada pela marginalização dos homens que ocupam posições subalternas, geralmente como resultado de relações de classe, raciais ou étnicas, e que aderem aos valores hegemônicos, mas sem deter a autoridade correspondente (Connell, 1995a). Esse é tipicamente o caso dos agricultores familiares que encontramos, em sua relação com os agentes técnicos, comerciais ou financeiros que organizam a exploração de *commodities* agrícolas e minerais em seu território. Assim, a masculinidade hegemônica pode ser definida como a “configuração de práticas de gênero destinada a garantir a perpetuação do patriarcado e a dominação dos homens sobre as mulheres” (*Ibid.*, p. 11); e a masculinidade marginalizada, como aquela que “retoma certos temas da masculinidade hegemônica no nível da sociedade como um todo e os coloca em prática em um contexto de pobreza” (*Ibid.*, p. 123).

Esse processo de hierarquização, de normalização/marginalização de masculinidades, pelo qual certas categorias de homens impõem sua dominação sobre as mulheres, mas também sobre outras categorias de homens, não é, portanto, o resultado de uma “tipologia de personalidades”, mas de relações de poder. Essa compreensão das relações de poder permite entender o funcionamento da violência e como a experiência da violência constrói o sujeito social “mulher”. Baseamo-nos no conceito de Liz Kelly (2019) de *continuum* da violência, que descreve a extensão e a variedade das formas de violência na vida das mulheres. As violências vão desde as experiências mais comuns (repetições diárias de assédio sexista e sexual, violência verbal, psicológica, física e emocional etc.) até as mais excepcionais (da escolha à pressão, depois à coerção e ao uso da força e ao estupro). Esse conceito destaca a maneira pela qual a dominação e a apropriação dos corpos das mulheres pelos homens constituem um elo estruturante, além de situar o modo de operar e o papel da violência de gênero na organização social, buscando identificar como as diversas instituições desempenham seu papel.

A violência é a pedra fundamental da subordinação do grupo social das mulheres, mas o sistema de opressão não “exige” que todos os homens sejam perpetradores de violência. Ao condicionar as mulheres a viver com

medo de violências, as ações de alguns perpetradores ajudam a reproduzir o sistema e permitem que outros homens se beneficiem dele. A ameaça de violência se traduz em tempo e energia gastos com preocupação, antecipação, prevenção da violência e cuidados pessoais. Isso reduz o tempo e a energia disponíveis para todas as outras atividades, sejam elas públicas ou privadas, contribuindo para a reprodução das desigualdades. A violência é apenas a ponta do *iceberg*, a parte visível que atrai toda a atenção. Ela é tanto uma consequência quanto um gerador das desigualdades de gênero. As desigualdades estruturais de gênero, a impunidade e a banalização da violência são as condições necessárias para que a violência baseada em gênero floresça. Ao mesmo tempo, os impactos materiais e emocionais, físicos e psicológicos da violência são as condições que permitem que as desigualdades de gênero se reproduzam.

Usamos o conceito de “reprodução da vida” para abordar a reprodução além da esfera social. Esse conceito leva em conta a continuidade e a inseparabilidade das dimensões social e ambiental na exploração do trabalho reprodutivo e da natureza. Ele chama a atenção para o conflito entre a reprodução do capital e a reprodução da vida, indo além do clássico conflito capital/trabalho (Orozco, 2014). Ao mesmo tempo, o *continuum* socioambiental está presente nas resistências e no poder de ação das agricultoras, cujas práticas agrícolas, alimentares e de saúde combinam o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente. Assim, nossa abordagem da reprodução da vida considera de forma inseparável as interdependências entre os seres humanos e seu ambiente (Carrasco, 2014; Herrero, 2016).

Para entender a complexidade dessas interdependências e evitar conclusões precipitadas, é fundamental definir claramente, ou até mesmo redefinir, o que entendemos por “natureza” e “meio ambiente”. A Ecologia Científica, ao mostrar que toda vida está ligada ao seu entorno por meio de múltiplas interdependências entre os seres vivos e seu ambiente, criou o conceito de “meio ambiente” (Carson, 2002). Ao mesmo tempo, a ideia complexa e historicamente diversa de “natureza” ainda é um fator estruturante na abordagem do meio ambiente na maioria dos contextos culturais contemporâneos, incluindo os das agricultoras que conhecemos. Para elas, a natureza está imbuída de significados emocionais, tanto positivos (ligados

a paisagens, fontes de água, plantas medicinais ou comestíveis, árvores ou animais aos quais são apegadas) quanto negativos (por exemplo, plantas, insetos ou animais considerados danosos). A natureza tem uma dimensão espiritual e religiosa, particularmente por meio de plantas associadas a virtudes, energias e rituais específicos; e uma dimensão material, prática e técnica, ligada ao trabalho realizado pelas mulheres e suas famílias para obter seus meios de subsistência.

Conceitualmente, consideramos que a ideia de “natureza” combina uma dimensão ontológica, sobre o que “faz” o ambiente (Descola, 2015), com uma dimensão ética, sobre a parte do ambiente que merece ser protegida e a parte que pode ser usada ou explorada (Larrère; Larrère, 2018), e uma dimensão material, sobre o trabalho e as tecnologias usadas nas interações com o ambiente (Moscovici, 1969). Ao abordarmos a natureza do ponto de vista da relação, nessas três dimensões principais que diferentes sujeitas e sujeitos estabelecem com seu ambiente, criamos um marco de análise das divergências de visões e ações. Em particular, essa abordagem nos permite compreender a diferença entre a relação com a natureza das mulheres agricultoras envolvidas na agroecologia, norteadas pela reprodução sustentável da vida, e a relação com a natureza selvagem ou intocada, que tende a predominar nas políticas ambientais (Larrère; Larrère, 2018). No que concerne às políticas ambientais, o modelo de preservação de uma natureza supostamente selvagem coexiste e, às vezes, entra em conflito com o modelo tecnocrático de gestão da natureza, no qual a natureza é valorizada pelos recursos (por exemplo, madeira, água e ar) e pelos serviços ecossistêmicos (tais como captura de carbono, manutenção da biodiversidade etc.) que fornece (*Ibid.*).

Por fim, nosso projeto exige que redefinamos nossos entendimentos de “economia” e de “política”, ampliando-os consideravelmente. Quando esses entendimentos são reduzidos ao trabalho remunerado, à economia de mercado e à ação do poder público, eles deixam de lado o poder de ação das sujeitas e dos sujeitos da reprodução da vida. Essas visões dominantes da economia e da política ignoram o valor do trabalho em grande parte não remunerado realizado pelas mulheres agricultoras, bem como os processos discretos, enraizados nos locais típicos da reprodução da vida,

como cozinhas, quintais, organizações de mulheres e certas igrejas, nos quais elas se constroem enquanto sujeitas políticas.

Para ampliar nossa compreensão da economia, nos baseamos na corrente materialista da Economia Feminista, que destacou a importância fundamental do trabalho não remunerado como base para a reprodução da vida. Conectamos essa corrente com a abordagem substantiva da economia, que estende a análise além da economia de mercado e inclui outros princípios econômicos essenciais à reprodução da vida, como reciprocidade, redistribuição e autossuficiência (Polanyi, 1983). Prestamos atenção às formas de economia solidária, como a construção social de mercados com preços justos ou o trabalho coletivo e as práticas de ajuda mútua, que visam relações de solidariedade baseadas em regras e práticas democráticas (Laville, 2006). Levamos em conta formas de organização que visam à gestão de bens em comum, por meio de regras de acesso, uso e controle definidas no nível de certas comunidades (Ostrom, 2010), mas também de algumas associações, cooperativas e redes na agroecologia e na economia solidária.

Ao mesmo tempo, reconhecemos a dimensão política do trabalho cotidiano de subsistência como expressão de escolhas coletivas e radicais sobre a forma de reproduzir a vida (Pruvost, 2021). Nossa abordagem consiste em explorar espaços supostamente privados e infrapolíticos – as cozinhas, quintais e organizações das mulheres – onde essas escolhas sobre técnicas agrícolas, modos de alimentação e práticas de saúde surgem ou são reforçadas; e mostrar até que ponto as escolhas políticas, no sentido substantivo, estão entrelaçadas com instituições econômicas, como circuitos de troca não monetária e comercialização solidária, e não separadas delas (Hillenkamp; Laville, 2013). Também prestamos muita atenção às formas e aos espaços em que as mulheres agricultoras enunciam posições contra-hegemônicas – “contrapúblicos subalternos” no sentido de Nancy Fraser (1990) – por meio de discursos críticos sobre temas como alimentação, saúde, sobrecarga de trabalho, ameaças ao território ou o papel das mulheres e dos homens. Por fim, analisamos os espaços intermediários com as autoridades públicas e outros atores privados, especialmente nos setores de agricultura, mineração e meio ambiente, onde essas escolhas são colocadas à prova de relações de poder e de resistências às vezes violentas.

A importância dessa abordagem está em sua capacidade de oferecer uma compreensão profunda e integrada da dinâmica de gênero, meio ambiente, economia e política, destacando as implicações profundas e multidimensionais das práticas cotidianas de reprodução da vida. Ao iluminar os espaços onde essas práticas emergem, este livro oferece ferramentas analíticas e empíricas poderosas para fortalecer a organização da sociedade civil e repensar as políticas públicas, além de fornecer argumentos a favor de políticas que reconhecem e valorizam o trabalho de cuidado e a resistência local e de iniciativas que buscam justiça social e ambiental.

Forma e organização do livro

As mulheres agricultoras envolvidas com a agroecologia em coletivos localizados no Vale do Ribeira e na Zona da Mata estão no centro deste livro. O Vale do Ribeira, localizado no sudeste do estado de São Paulo, é considerado o maior fragmento contínuo de Mata Atlântica no Brasil (1,2 milhão de hectares), enquanto a Zona da Mata é uma zona de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado em Minas Gerais. O Vale do Ribeira e a Zona da Mata têm em comum o fato de articularem importantes processos de construção da agroecologia e do feminismo, com múltiplos significados que discutiremos ao longo deste livro, e de estarem sujeitos a conflitos socioambientais que são parte integrante desses processos. No Vale do Ribeira, nossas interlocutoras foram mulheres da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) de Barra do Turvo, da União de Agricultoras Agroecológicas de Itaoca (UAAI) e da União de Mulheres Produtoras da Economia Solidária (UMPES) e da União de Mulheres Agricultoras (UMA), de Peruíbe. Na Zona da Mata, acompanhamos mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acaiaca (STR), do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Simonésia (SINTRAF), do grupo de mulheres que se opõe à mineração na comunidade rural de Carangolinha de Cima, no município de Divino, e agricultoras que se identificam como descendentes do povo indígena Puri, em Araponga. Um mapa desses territórios e coletivos é apresentado no início deste livro.

Referimo-nos a essas mulheres como “agricultoras agroecológicas” na medida em que compartilham um compromisso com a agroecologia, de maneiras que analisaremos ao longo do livro. Os termos “agricultora” ou “agricultora familiar” representam uma identidade profissional e uma categoria reconhecida pelo Estado brasileiro desde a década de 1990 (Grisa; Schneider, 2014), em resposta particularmente aos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais (a partir do Nordeste do Brasil) e de camponesas (a partir do Sul) mencionados acima. No Vale do Ribeira e na Zona da Mata, a identidade de agricultora familiar é hoje mobilizada pelas próprias mulheres e por organizações agroecológicas e feministas. É acompanhada por outras identidades, como as de quilombolas, mulheres negras, descendentes de povos indígenas, como o povo Puri na Zona da Mata, e migrantes de outros países, como os imigrantes japoneses no Vale do Ribeira.

Consideramos, neste livro, as agricultoras agroecológicas como sujeitas, no feminino, de resistência voltadas para a reprodução da vida. Nesse sentido, optamos por uma construção narrativa que privilegia a imersão na experiência das sujeitas e de seus territórios, relatando detalhes do contexto e percepções das pesquisadoras, privilegiando, assim, o método etnográfico e o entendimento dialético ao invés de uma abordagem estritamente hipotético-dedutiva. Essa construção narrativa foi baseada em um processo de escrita organizado coletivamente, durante inúmeras reuniões de equipe, discussões temáticas entre as autoras ou autor de cada capítulo e com o ponto de vista “externo” de pessoas envolvidas em outros capítulos, resultando em uma construção progressiva e dialógica do conhecimento.

Nossa equipe foi constituída como parte do projeto GENgiBRe, “Relação com a natureza e igualdade de gênero. Uma contribuição à teoria crítica baseada em práticas e mobilizações feministas no Brasil”.⁴ O grupo inclui pesquisadoras, professoras e um professor universitários, além de mulheres profissionais de várias instituições: *Institut de Recherche pour le*

⁴ Projeto ANR-20-CE41-0002-01, financiado pela Agência Nacional de Pesquisa da França (março de 2021 a agosto de 2025), sob a responsabilidade científica de Isabelle Hillenkamp; realizado como parte do acordo de parceria nº 164/2021 entre o *Institut de Recherche pour le Développement* (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França, IRD) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Développement (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França, IRD), Universidade de Toulouse Jean Jaurès (UTJJ, França), Universidade Federal de Viçosa (UFV, Brasil), Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA–ZM, Brasil) e Sempreviva Organização Feminista (SOF, Brasil).⁵ Compartilhamos um compromisso com os movimentos feministas e agroecológicos e estabelecemos vínculos científicos e políticos com mulheres agricultoras, dos quais o projeto GENgiBRe, configurado, como veremos, como uma *pesquisação*, é parte integrante.

A maior parte de nossa pesquisa de campo foi realizada entre julho de 2021 e dezembro de 2022, em um contexto de violência política contra ativistas ambientais e contra aqueles que o governo da época acusava de praticarem a “ideologia de gênero”. Os riscos que esse contexto representou não apenas para nossa equipe, mas também para as agricultoras cujas vozes se tornariam públicas por meio de nosso projeto, nos levaram a adotar muita cautela. As cerca de 30 agricultoras que receberam nossa equipe para visitas prolongadas em suas casas escolheram pseudônimos, pelos quais nos referimos a elas ao longo deste livro: escolhas emocionais, de nomes de mulheres de suas famílias; escolhas políticas, de figuras femininas das lutas sociais; escolhas simbólicas, de nomes de flores ou animais. Quanto às centenas de outras mulheres agricultoras que participaram das reuniões coletivas do projeto, situamos suas palavras no contexto dos territórios e das metodologias das quais participaram. Não coletamos seus nomes, nem pudemos pedir que um grupo tão grande escolhesse pseudônimos. Algumas agricultoras e informantes-chave que já tinham uma voz pública fora de nosso projeto e que nos deram seu consentimento aparecem com seus nomes verdadeiros.

Essas medidas de cautela necessárias não deixam de ser contraditórias com nosso objetivo explícito de contribuir para a valorização da voz das mulheres agricultoras e para sua visibilidade política. Assim, o reconhecimento nominal das mulheres agricultoras envolvidas no projeto no início

⁵ Além das 13 pessoas diretamente envolvidas no trabalho de campo mencionadas acima, nossa equipe contou com a participação, em diferentes fases importantes do projeto, de Alair Ferreira de Freitas, Cathy Chatel, Elisabeth Cardoso, Hélène Guétar-Bernard, Irene Maria Cardoso, Isabelle Guérin, Larissa Mies Bombardi, Maria Alice Mendonça e Paula Trindade Gonçalves (em ordem alfabética dos primeiros nomes).

deste livro, sem associá-las a nenhum dado que corresse o risco de expô-las individualmente, constitui nosso compromisso final.

O livro está organizado em três grandes partes: partimos de uma contextualização da experiência das mulheres agricultoras e da análise reflexiva de nossas relações com elas, para uma compreensão das ameaças e dos conflitos ambientais, para, enfim, evidenciar as resistências baseadas na agroecologia. Três capítulos compõem cada uma das três partes principais, totalizando nove capítulos. O primeiro descreve nossa posição a campo, apresenta nossas metodologias e justifica nossa posição epistemológica, decorrente das propostas feministas. Nos capítulos 2 e 3, são apresentados respectivamente a história dos territórios e as ameaças e resistências que os atravessam, adotando o ponto de vista das agricultoras a partir de entrevistas coletadas por meio das metodologias do projeto e de uma perspectiva socioambiental que coloca a reprodução da vida no centro da atenção. Com base nisso, os capítulos 4, 5 e 6 abordam a experiência das agricultoras em relação a três tipos de ameaças: agrotóxicos e sementes transgênicas, trazidos pelo modelo agrícola dominante e presentes no cerne da agricultura familiar; mineração, penetrando também nas terras da agricultura familiar; e políticas e projetos de preservação e compensação ambiental, entre proteção, oportunidade e ameaça de perda de autonomia. Os capítulos 7, 8 e 9 revelam as resistências e o significado da agroecologia nesse contexto, sob o triplo ângulo das práticas de gestão agrícola, das relações econômicas e da construção da agrobiodiversidade, bem como das práticas e do trabalho de cuidado, mais uma vez em sua dimensão socioambiental.

Estruturado de forma cuidadosa, o livro explora, portanto, as vivências das mulheres agricultoras por meio de estudos de caso detalhados, enraizados em metodologias participativas que destacam a importância da reprodução da vida e suas interconexões com a natureza e a economia. Ao articular teoria e prática, oferece uma compreensão profunda das dinâmicas de gênero e poder na agricultura familiar, lançando luz sobre os desafios enfrentados pelas mulheres, como ameaças ambientais e práticas econômicas dominantes. Mais do que um estudo acadêmico, o livro pode ser instrumento para catalisar uma mudança substantiva ao evidenciar as

resistências das agricultoras por meio da agroecologia, demonstrando como essas práticas não só sustentam a biodiversidade agrícola, mas também fortalecem comunidades e promovem formas alternativas de desenvolvimento baseadas no cuidado e na sustentabilidade. Assim, ao oferecer uma análise profunda e acessível, o livro se posiciona como uma ferramenta para inspirar políticas públicas mais inclusivas e fortalecer movimentos sociais em prol de um futuro mais justo e equitativo para todos, especialmente para as mulheres agricultoras.

PARTE I

Territórios e agricultoras na agroecologia

CAPÍTULO I

Quem são as agricultoras na agroecologia e quem somos nós? Construindo a *pesquisação* feminista

ALESSANDRA BERNARDES FARIA CAMPOS,
ISABELLE HILLENKAMP E HÉLOÏSE PRÉVOST

Introdução: visita de campo à Maria Flor

Quando chegamos à casa de Maria Flor naquela manhã para uma visita de dois dias, ela nos esperava com cinco vizinhas. Eram as mesmas que nos receberam em várias ocasiões nos últimos meses para falar sobre as ameaças que um processo de mineração representa para sua comunidade e sobre as formas de resistência lideradas por elas. Maria Flor e suas vizinhas vivem em uma comunidade rural em Divino, na Zona da Mata de Minas Gerais, divisa com uma importante Unidade de Conservação da região, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro/Puri.¹ Assim que chegamos, a beleza da paisagem – as montanhas onde a comunidade está aninhada, as cachoeiras, os diversos locais de onde a água brota da terra, as lavouras – nos impressionou. Entretanto, essa beleza e os modos de vida das comunidades estão ameaçadas por uma forma predatória de mineração de bauxita realizada por uma grande empresa brasileira. Esse conflito é uma das importantes motivações para a participação das mulheres no projeto GENgiBre. Outra preocupação diz respeito ao modelo de monocultura do café, que se impôs na comunidade nas últimas duas décadas, causando contaminação das águas e do solo por agrotóxicos.

¹ No momento de encerrar este texto (junho de 2024), há um projeto para alteração do nome da Serra do Brigadeiro para Serra dos Puri, demanda levantada por indígenas dessa etnia. O processo se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pode ser acessado no site da Assembleia. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PL&num=1133&ano=2023>. Acesso: 17 jul. 2025.

Nossa visita foi combinada ao final de uma série de encontros nos meses anteriores, que tiveram esses conflitos como ponto focal.

Na visita daquele dia, nós, pesquisadoras, também éramos cinco, mais que o habitual. Três de nós trabalhadoras do CTA–ZM, que, além de organizar o movimento agroecológico na região e pautar o protagonismo das mulheres, integra a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro. Duas de nós pesquisadoras universitárias, uma brasileira e uma francesa. Maria Flor nos convidou para provar os canudinhos de doce de leite e os sucos naturais de sua própria produção; o que fizemos, enfatizando a importância da cultura culinária e o valor de seu trabalho.

O objetivo de nossa visita foi realizar um Etnomapeamento Feminista do espaço de trabalho e vida de/com Maria Flor. Essa metodologia, que desenvolvemos como parte do projeto GENgiBRe, visa captar o trabalho, os conhecimentos, os manejos e as relações subjetivas que cada mulher agricultora estabelece com esse espaço, os quais relacionamos com posicionamentos em conflitos socioambientais e com relações com a natureza. Maria Flor, seu marido e seus dois filhos, um menino e uma menina adolescentes, possuem cerca de dez hectares de terra. Da cozinha em que estávamos, tínhamos uma vista direta para o terreiro, local onde começamos nossa visita. Passamos um longo tempo ali, perguntando a Maria Flor sobre a variedade de árvores, plantas medicinais e alimentícias e a forma como ela as cultivava. As vizinhas de Maria Flor continuavam conosco. Perguntamos sobre o uso de cada coisa – principalmente para consumo da família –, prestando atenção a cada detalhe da pequena horta e das plantas nos vasos no terreiro, antes de seguirmos para o chiqueiro e o galinheiro.

A maior parte das terras da família era dedicada a seis “moitas” (ou lavouras) de café destinadas ao mercado internacional. Essas terras eram consideradas pertencentes ao marido e ao filho de Maria Flor, porque, segundo ela, eram eles que capinavam e roçavam. Para seguir a visita, Maria Flor pediu ao marido que nos acompanhasse, justificando-se pelo fato de não conhecer os manejos e as lavouras mais distantes. Continuamos, dentro desse grande grupo, em conversas separadas que provocamos para

coletar as opiniões das mulheres – no caso, Maria Flor e suas vizinhas – e do marido de Maria Flor, separadamente. Com a permissão do grupo, fotografamos, anotamos e registramos os depoimentos sobre a escolha de variedades e as técnicas agrícolas (em especial, se plantavam com ou sem agrotóxicos), a divisão do trabalho e o poder de decisão dentro da família. Registramos também as percepções sobre estratégias de securitização fundiária diante do risco de grilagem pela mineradora.

A visita terminou sob uma cachoeira dentro de uma mata fechada, nos fundos da terra da família. As mulheres estavam vivenciando esse lugar pela primeira vez. O caminho até a cachoeira, sendo aberto na medida em que caminhávamos pela mata, tornou a excursão uma experiência inesquecível, de ampliação de fronteiras, concretas e simbólicas, das mulheres da comunidade. O momento as inspirou a rezar e refletir sobre as pedras milenares e os cursos d'água que permitem a continuidade da vida na comunidade.

Passamos a noite na casa de uma das vizinhas de Maria Flor. As mulheres seguiram encantadas com a vivência na cachoeira e intrigadas com a importância que demos ao seu trabalho e aos seus pontos de vista. Maria Flor, por sua vez, parecia tensa porque havíamos proposto que desenhasse, no dia seguinte, um mapa de seu espaço de trabalho e vida. Optamos por usar esse mapa, um etnomapa, como uma representação visual poderosa, a partir da perspectiva das agricultoras, da organização de gênero do seu espaço de vida e trabalho, método já utilizado nos movimentos agroecológico e feminista (Cardoso *et al.*, 2019). Estávamos cientes do estresse que essa proposta poderia causar em algumas agricultoras, preocupadas com a ideia de que seu conhecimento do espaço ou sua capacidade de representá-lo seriam julgados. Tentamos amenizar essas tensões, tranquilizando Maria Flor sobre nossa intenção e explicando o processo.

Pela manhã, reunimo-nos com o mesmo grupo, composto por Maria Flor e suas vizinhas, em torno da mesa de sua cozinha. Colocamos duas cartolinas, lápis e canetinhas coloridas. Explicamos que o mapa representaria e valorizaria sua percepção do espaço: onde ela própria está no espaço, como trabalha, onde e como decide, ou não, e por que defende este espaço, seja contra o uso de agrotóxicos ou contra as ameaças da mi-

neradora. Sugerimos que Maria Flor desenhasse os espaços que visitamos no dia anterior, destacando lugares e coisas – casa, igreja, árvores, plantas, animais etc. – importantes para ela, sem se preocupar com a localização ou as escalas exatas.

Figura 1.1 – Etnomapeamento Feminista, Maria Flor:
desenhando o espaço de trabalho e vida (Divino, abril de 2022)



Fonte: Arquivo GENgiBRe.

Como nós e outras agricultoras vivenciamos, para Maria Flor, começar a desenhar foi difícil. A primeira parte do desenho ficou pronta pouco antes do meio-dia. O incentivo do grupo e nossas ofertas de ajuda converteram-se em maior pressão para ela. Entre nós, nos comprometemos a respeitar as temporalidades das agricultoras em visitas posteriores. A segunda parte do etnomapa, que consistia em medir sua carga de trabalho e seu poder de decisão nos diferentes espaços, em comparação com os dos outros membros de sua família, foi realizada parcialmente por Maria Flor. Como já ocorrera em outros encontros com agricultoras, a produção do etnomapa revelou e desnaturalizou a sobrecarga de trabalho

e/ou a falta de poder de decisão, sendo muito dolorosa para algumas mulheres. Sensíveis ao limite estabelecido pela agricultora, encerramos a atividade. Discutimos o que o mapa havia revelado, abrindo uma reflexão final sobre nossas intenções e as experiências de Maria Flor e das outras participantes em relação à nossa visita. Fotografamos o mapa e o entregamos a Maria Flor.

Essa visão sintética, e obviamente singular, de uma de nossas visitas de campo destaca algumas de nossas principais questões e posições metodológicas no projeto GENgiBRe. Como trazer à tona e registrar conhecimentos e pontos de vista que as próprias agricultoras consideram insignificantes, revelando formas de desvalorização e de violência social? Que relações e alianças políticas podemos estabelecer com essas mulheres e que distâncias sociais entre elas e nós, enquanto pesquisadoras, permanecem insuperáveis? Como nosso projeto se posiciona dentro dos conflitos e das relações de poder que essas agricultoras, suas famílias e comunidades vivenciam? Que conhecimentos estamos construindo com elas? Quais são os limites que não devemos ultrapassar? Em que condições elas podem usar esses conhecimentos em suas próprias vidas? E que tipo de ciência estamos fazendo a partir dessa posição?

Este capítulo apresenta as principais linhas dessa construção. Começamos apontando os principais mecanismos pelos quais os saberes de mulheres agricultoras e saberes populares de forma geral são silenciados, bem como apresentamos nossa proposta de *pesquisa*. Nesse marco, refletimos sobre o perfil das participantes, ou sujeitas do projeto, e de nossa própria equipe, apresentando uma visão geral de nossas metodologias. Por fim, voltamos ao tipo de conhecimento que estamos construindo, a partir da dupla perspectiva da ação transformadora junto às mulheres agricultoras e da ciência que fazemos.

1. Qual é o problema? E a proposta? Do silenciamento à *pesquisa* feminista

Nossa visita a Maria Flor evidenciou a escala mais íntima do apagamento dos conhecimentos de mulheres agricultoras. Aqui, e em muitas outras famílias, os membros familiares e as próprias mulheres consideram

seus saberes sobre plantas alimentícias e medicinais, criação animal e alimentação como inferiores aos dos homens, ou mesmo inexistentes. Essa percepção está diretamente associada à ideia de que esses saberes sustentam um trabalho que gera pouco ou nenhum valor, ou seja, seriam um “não trabalho”. Consequentemente, o poder de decisão sobre a maior parte da terra e da produção fica concentrado nas mãos dos homens da família, na medida em que se acredita que eles geram a maior parte do valor por meio da renda e que possuem conhecimentos considerados modernos e produtivos, portanto, legítimos.

Poucas dessas mulheres têm consciência sobre o valor total da própria produção, somando a venda de vários produtos em pequenas quantidades e considerando usos não monetários, como trocas, doações e consumo pela família. Geralmente, não se reconhece o fato de que o trabalho dos homens é baseado no trabalho de reprodução social exercido pelas mulheres (Federici, 2013), por meio do trabalho doméstico, do cultivo e do preparo de alimentos para a família e dos muitos cuidados que elas dispensam diariamente. Como vimos na introdução deste livro, o trabalho de reprodução social é socialmente atribuído às mulheres. Isso explica por que Maria Flor e suas vizinhas estão preocupadas com a contaminação, a degradação e as ameaças aos bens naturais, como aquelas causadas por agrotóxicos e mineração, que colocam em risco a saúde das pessoas da família, da comunidade e de seu ambiente, em suma, das vidas que importam para elas.

Essa forma singular de silenciamento e inferiorização dos conhecimentos das mulheres agricultoras – que tendem a se concentrar nas funções de reprodução da vida e, portanto, de cuidado social e ambiental, enquanto os homens se dedicam prioritariamente à produção para o mercado – é uma construção histórica. Durante uma de nossas atividades em Simonésia, também na Zona da Mata mineira, as agricultoras mais velhas relembaram a chegada de técnicos agrícolas na década de 1970, que vieram ao encontro de seus maridos para convertê-los à monocultura do café. Como relatado por uma delas, “vieram os técnicos da Emater [Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural] dizendo que não pode plantar milho ou outras coisas no meio do café porque o café não produz direito”.

O relato expressa como culturas alimentares diversificadas foram arrancadas da terra para dar espaço a uma monocultura comercial. Nesse processo, os técnicos se tornaram os intermediários e promotores de um modelo agrícola produtivista, legitimado por conhecimentos apresentados como modernos e racionais, desenvolvidos em algumas universidades. Os agricultores do sexo masculino, considerados chefes de família, foram integrados a esse modelo como interlocutores às custas de sua própria aculturação. Em relação às mulheres, esse processo reforçou seu papel social invisibilizado no trabalho doméstico, relegando-as às cozinhas, na função de preparar as refeições para os mesmos técnicos que incentivavam seus maridos a “colocar veneno nas lavouras”, nas palavras das agricultoras.

Os homens adotaram os novos conhecimentos especializados e altamente simplificados, que eles mesmos admitiram ser simples receitas: quanto de cada agrotóxico e fertilizante deve ser colocado em cada pé de café e com que frequência. Os homens agricultores assumiram o que a socióloga de gênero Raewyn Connell (1995b) chamou de “masculinidade marginalizada”, numa relação de subordinação aos homens de classe mais alta, tais como agentes técnicos, comerciais e financeiros, incorporando a forma hegemônica de saberes e ocupando os lugares de poder econômico e político no setor de agronegócios. Ao mesmo tempo, essa posição deu aos homens agricultores um novo poder sobre as mulheres de suas famílias, expresso em forma de controle, poder de decisão e limitação de sua autonomia, como nos contaram as agricultoras do município de Barra do Turvo, no estado de São Paulo, durante o Encontro Corpo-Território em outubro de 2021.

A desigualdade que é muito. Daqui do nosso caso não tem, mas a gente sabe que o homem não deixa a mulher ir no curso de costura, de panificação e até de orgânico. Os maridos não deixam ir em palestra e até em qualquer coisa quando tem que dormir fora.

A forma marginalizada de masculinidade, nesse caso, vem associada ao que Raewyn Connell chamou de masculinidade “cúmplice”, já que esses homens se beneficiam do sistema de gênero sem questionar os poderes oriundos desse sistema.

Essas novas desigualdades de gênero, baseadas no controle de acesso a saberes supostamente modernos, não foram observadas apenas no Brasil, mas também em outros contextos. Em Camarões, no século XIX, por exemplo, as mulheres eram responsáveis pela agricultura e os homens pela criação de animais. A historiadora feminista de origem camaronesa Chantal Ndami evidenciou os conhecimentos detidos pelas mulheres sobre métodos de cultivo, manejo dos solos e de sua fertilidade, os quais eram complexos e eficazes para o cultivo em regiões montanhosas e sujeitas à erosão. Naquela época, os saberes e as habilidades das mulheres na agricultura eram esperados e valorizados. No século XX, a colonização inglesa impôs uma modernização agrícola, com a introdução de monocultura, também de café, com sementes homogêneas, cultivo em terraços e curvas de nível. A agricultura realizada pelas mulheres foi considerada atrasada, irracional e inferior. Para impor a monocultura e as novas técnicas, os homens foram convocados (Ndami, 2019).

Em 1970, a economista dinamarquesa Ester Boserup alertou sobre a grave omissão das mulheres na literatura internacional sobre mudança agrária e políticas de desenvolvimento econômico. Desde então, muitas vozes têm exposto os vínculos constantemente renovados entre interesses econômicos, política e ciência supostamente positiva e objetiva. Foram fornecidos exemplos de como as categorias e os dados produzidos por esse tipo de ciência ocultam dimensões críticas da realidade. Por exemplo, a categoria “lar” na ciência econômica oculta as desigualdades de gênero em nível intrafamiliar, assim como a categoria de “produtividade”, medida por rendimentos agrícolas de curto prazo, ignora a contaminação e o esgotamento dos solos.

Em uma crítica radical à ciência como “monocultura da mente”, a física indiana e militante ecofeminista Vandana Shiva (2003) nos provocou a considerá-la nada mais que um sistema de saber local, com base em cultura, classe e gênero específicos. Num âmbito mais generalista, os estudos decoloniais na América Latina (Gonzalez, 1988) apontaram para as relações inseparáveis entre saber e poder na perpetuação da colonialidade, uma matriz de poder por meio da qual trabalho, subjetividades, conhecimentos, lugares sociais e seres humanos são hierarquizados e governados até hoje (Quijano, 2005).

Com base nesses ensinamentos, partimos, no projeto GENgiBRe, do reconhecimento reflexivo e crítico dos valores e das posições sociais que orientam nossa maneira de fazer ciência. Optamos por um processo ambicioso de *coconstrução de conhecimentos* com mulheres agricultoras, assumindo a agroecologia e o feminismo como nossos valores e projeto político, intelectual e pedagógico. Adotamos epistemologias feministas, de ciência emancipatória, visando assumir nossa responsabilidade enquanto pesquisadoras na transformação social, sem por isso desconsiderar a distância social que nos separa das agricultoras (Mies, 1979; Haraway, 1995).

Para reduzir essa distância, nos baseamos nas relações anteriores estabelecidas por organizações da nossa equipe, principalmente o CTA-ZM e a SOF, com essas agricultoras, suas comunidades e organizações. Sobremaneira mediadas pelo trabalho militante com agroecologia e feminismo, essas relações produziram confiança, companheirismo, afetos e cumplicidade. Elas possibilitaram a constituição de “comunidades de aprendizagem”, nos termos da educadora feminista negra estadunidense bell hooks (2013) e de espaços de expressão do “lugar de fala” das agricultoras, conforme proposto pela feminista negra Djamila Ribeiro (2019). Assim, pudemos criar espaços de acolhimento, expressão e diálogo para nosso projeto. Nossa abordagem também foi orientada por uma práxis pedagógica coletiva, dialógica e conectada às realidades dos territórios, como provoca o pedagogo brasileiro Paulo Freire (1987).

Visando produzir uma pesquisa transformadora, o mais horizontal e coletiva possível, construímos simultaneamente uma posição de pesquisa singular, enraizada nas cozinhas, nos quintais e nos coletivos de mulheres agricultoras engajadas nas resistências em meio a conflitos sociais e ambientais em diferentes escalas. Essa posição foi e segue sendo essencial não apenas para acessarmos os pontos de vista das mulheres, seus conhecimentos e lógicas de ação em contextos de silenciamentos, mas também para experimentarmos juntas condições de transformação social, por meio da observação e reflexão coletivas relativas às ameaças ambientais e resistências das mulheres agricultoras e à nossa própria participação. Dessa forma, reunimos duas propostas fundamentais das epistemologias feministas. A “objetividade forte” (Harding, 1993), por um lado, reconhece a

legitimidade e a natureza necessariamente enraizada e situada de nossos pontos de vista, gerando “saberes localizados”, e não universais (Haraway, 1995). A participação na ação transformadora, por outro lado, coloca em prática o princípio de que é transformando a realidade social, em situações de tensões e conflitos que revelam a profundidade das relações sociais, que se torna possível compreendê-la melhor (Mies, 1979).

É nesse sentido, desenvolvido pela socióloga feminista alemã Maria Mies (1979), que usamos o conceito de “pesquisa-ação”. Se cunhamos o neologismo *pesquisação*, em uma só palavra, é para afirmar a inseparabilidade da pesquisa e da ação na prática científica que desenvolvemos no projeto GENgiBRe e em projetos anteriores (Hillenkamp; Nobre, 2018). Nossa abordagem não visa à construção de um diagnóstico que oriente a ação fora dela. Configuramos nossa pesquisa como ação política emancipatória, realizada por meio da construção coletiva e processual de conhecimento, como posição científica legítima e necessária para nossos objetivos.

2. Quem constrói a proposta e como? Sujeitas da *pesquisação* e caminhos para nossa coconstrução de saberes

2.1. Sobre quem somos e sobre nossos encontros

Para desenvolver a proposta, reunimos um grupo de mais de 20 pessoas, 13 das quais estiveram diretamente envolvidas na pesquisa de campo. Somos pesquisadoras das ciências sociais e das ciências agrárias, vinculadas a organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas do Brasil e da França (*vide* Introdução). Somos mulheres com diferentes experiências de trabalho, pertencimentos raciais e geracionais, múltiplas trajetórias e posições na militância na agroecologia e no feminismo.

As agricultoras agroecológicas, sujeitas do projeto GENgiBRe, são mulheres que vivem, trabalham e, em sua maioria, também militam no campo, nos territórios da Zona da Mata de Minas Gerais e no Vale do Ribeira. Muitas delas estão organizadas em sindicatos de trabalhadoras/es rurais, em redes de agroecologia, de economia solidária ou de consumo, em movimentos sociais ou redes de movimentos sociais. Foi a partir dessas

organizações, inclusive visando seu fortalecimento, que estabelecemos os diálogos para realizar a *pesquisa*.

O grupo que participou desse processo foi composto por mulheres agricultoras com idades entre 20 e 59 anos, a grande maioria casadas e mães. O grupo apresenta uma diversidade racial e étnica: nos territórios da Zona da Mata, algumas mulheres encontram-se em um processo de identificação e afirmação como indígenas da etnia Puri e, tanto no Vale do Ribeira quanto na Zona da Mata, um conjunto expressivo delas se considera quilombola. Quanto à agroecologia, todas as agricultoras que participaram desta *pesquisa* têm interesse nesse campo, mas suas práticas agrícolas e graus de politização variam: enquanto algumas praticam, inclusive criando técnicas e desempenhando um papel na estruturação do movimento agroecológico, alicerçadas no feminismo, outras se aproximaram desses espaços e práticas por meio do GENgiBRe, o que, para nós, foi um desdobramento importante desta *pesquisa*.

Sobre o trabalho e a terra, a maioria das mulheres trabalha na propriedade da família. Há também mulheres que trabalham em terras coletivas, em especial no Vale do Ribeira, uma região onde são estabelecidas 66 comunidades quilombolas (ISA, 2016). Aproximadamente metade das mulheres que participaram da *pesquisa* possui pelo menos uma parcela de terra, seja em seu nome ou em conjunto com um membro da sua família, em geral seu marido. Ainda assim, observamos grandes desigualdades de gênero. Em âmbito nacional, é significativo o fato de o Estado brasileiro não produzir dados sexo-específicos sobre o acesso à terra. O Censo Agropecuário indica apenas a porcentagem de estabelecimentos dirigidos por mulheres. Esse percentual passou de 12,6%, em 2006, para 18,7%, em 2016, aumento expressivo, mas que não deve ofuscar o fato, destacado pela agrônoma feminista Miriam Nobre, relativo aos dados do Censo de 2006, de que os estabelecimentos dirigidos por mulheres têm áreas médias próximas ou inferiores à metade da área média dos estabelecimentos dirigidos por homens (Nobre, 2012). Ainda sobre o trabalho, é também expressivo o número de agricultoras que trabalha fora de suas propriedades, dedicando-se, sobretudo, a trabalhos de cuidado e em lavouras onde são integradas como força de trabalho numa relação mercantil.

Nosso contato com as agricultoras, por meio das organizações das quais fazem parte, se deu em processos com distintas temporalidades, a partir dos quais construímos os sentidos da *pesquisa* para cada organização. Como expresse anteriormente, nos valem os contatos mais duradouros, estabelecidos pela SOF com a RAMA e pelo CTA–ZM com os Departamentos de Mulheres dos Sindicatos da Agricultura Familiar em Simonésia e dos Trabalhadores Rurais em Acaiaca (veja o mapa no início deste livro). Os aportes e as problematizações trazidos por essas organizações foram incorporados ao projeto GENgiBRe em um estágio inicial.

No caso de dois outros coletivos, a UAAI e a UMPES, o projeto GENgiBRe foi uma oportunidade de retomar processos de apoio e politização junto às mulheres agricultoras iniciados pela SOF anos antes, agora colocando questões socioambientais no centro. Na comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino, o projeto GENgiBRe proporcionou a oportunidade de estabelecer relações com um grupo de mulheres em processo de organização frente ao estabelecimento de uma mineradora na comunidade. Aqui as mulheres encontraram apoio estratégico para sua organização e ação política na *pesquisa*, bem como junto do CTA–ZM.

Por fim, um processo articulado com mulheres agricultoras de Araponga, na Zona da Mata, baseou-se em um diálogo com a tese de Clara Ferrari (2024), que acompanhou a etnogênese de agricultoras e agricultores familiares que se identificam como Puri ou descendentes de Puri e suas organizações. Integrando nossas reflexões, a tese prestou atenção à forma como a etnicidade se tece no cotidiano de maneira silenciosa, em diálogo e tensão com a questão ambiental e o processo de reconquista do território.

Ao longo do processo, priorizamos a escuta das mulheres e de suas organizações a respeito das questões locais, com avaliações constantes junto a elas e sendo sensíveis às suas demandas e possibilidades. Nessa caminhada, em algumas situações, mulheres que estavam mais distantes da nossa agenda foram convidadas por outras a participar. Ao longo do tempo, percebemos que essas decisões compunham uma estratégia coletiva para politizar e cuidar dessas agricultoras, já que nossa equipe era tacitamente

mobilizada para apoiá-las quando enfrentavam algum problema. A partir dessas situações, percebemos as formas como se deram nossos encontros, e o grupo de mulheres que se envolveu com o projeto GENgiBRe foi se consolidando. Esse grupo se constituiu como um processo político, distinto da escolha de uma amostra determinada pelas necessidades da pesquisa para a extração de dados primários.

Obviamente enfrentamos desafios metodológicos. O desenvolvimento de um entendimento e interesses compartilhados entre a equipe e cada um dos coletivos de agricultoras envolveu um processo de aproximação, exigindo múltiplas reuniões, nas quais foram avaliadas e construídas formas precisas de vincular pesquisa e ação. Na aproximação com as agricultoras, durante o segundo semestre de 2021, o contexto da Covid-19 teve um impacto imediato em nossas relações, limitando o número de participantes e, em alguns casos, forçando-nos a realizar reuniões virtuais, o que dificultou a comunicação e nos exigiu mais tempo. Em um contexto político de grandes adversidades para os setores populares, a pandemia também trouxe uma série de desafios para as mulheres, como a dificuldade de acesso a políticas públicas, principalmente as de saúde. De modo geral, o tempo disponível para algumas agricultoras, já sobrecarregadas pelo trabalho doméstico, agrícola e político, foi um fator limitante e um parâmetro central a ser levado em conta durante todo o projeto.

2.2. Caminhos para a coconstrução de saberes

Referenciadas pelo feminismo e pela agroecologia, a *pesquisa* GENgiBRe se organizou em três níveis, do mais próximo às vidas das agricultoras ao mais amplo. Em um primeiro nível, participaram 33 agricultoras, pertencentes aos diferentes coletivos que integram esta *pesquisa*. Elas receberam nossa equipe em suas casas, permitindo, em um tempo de visita de dois ou três dias, que adquiríssemos um conhecimento aprofundado do seu espaço de trabalho e vida. Foi fundamental partirmos desse nível, em que as degradações ambientais, as ameaças ao acesso ao território, a falta de políticas públicas e de autonomia, a violência contra as mulheres e as doenças e acidentes resultantes são sentidos pelas pessoas em seus próprios corpos. Esse também é um nível fundamental no qual as resistências são

construídas, por meio de manejos agroecológicos e de práticas de cuidado, em estreita interação com as relações de gênero intrafamiliares e com os processos de organização coletiva e de afirmação de identidades sociopolíticas, como veremos mais adiante neste livro.

O Etnomapeamento Feminista, como relatado na visita a Maria Flor, figura de maneira importante nesse primeiro nível. Esse método foi inspirado em abordagens agroecológicas e de etnociência, considerando a experiência ecológica das agricultoras em suas múltiplas dimensões: materiais, ideais, simbólicas, sensíveis, emocionais e morais (Barrera-Bassols; Zinck; Van Ranst, 2006; Carmo *et al.*, 2017). Também foi inspirado pelos estudos feministas, atentos às múltiplas expressões da dominação masculina e às condições de autonomização das mulheres, em estreita relação com a divisão sexual do trabalho e do espaço (Howard, 2003; Zuluaga; Catacora-Vargas; Siliprandi, 2018; Prévost, 2019a).

Como no relato da visita a Maria Flor, de forma operacional, o Etnomapeamento Feminista consiste em uma visita guiada pela agricultora às diferentes subáreas do seu espaço de trabalho e vida, e posterior representação, na forma do etnomapa. Por meio de perguntas, provocamos a agricultora a verbalizar e a representar seus saberes sobre a organização dos cultivos; a criação de animais; o manejo dos solos, das árvores, das águas; o tipo de insumos agrícolas utilizados; as atividades de coleta e extração, em especial de plantas medicinais; e a alimentação, em uma visão de trabalho agroecológico estendido à reprodução da vida (Hillenkamp; Nobre, 2018). No mesmo etnomapa, desenhamos com a agricultora o conjunto de fluxos ecológico-econômicos, inclusive não monetários, que sustentam essa reprodução, incluindo as cozinhas e os quintais sob responsabilidade das mulheres. Assim, combinamos a análise integral dos agroecossistemas (Petersen *et al.*, 2017; Verdejo, 2010) com a análise da divisão sexual do trabalho, dos espaços de trabalho e das condições de autonomia das mulheres (Cardoso *et al.*, 2019).

Nesse primeiro nível, nos valem também de uma Entrevista e um Questionário com a agricultora e, quando possível, com um membro masculino da casa. Realizamos esses procedimentos separadamente com a agricultora e com o homem, compreendendo a necessária aten-

ção à expressão das mulheres e às estratégias de superação do domínio masculino, bem como das lógicas masculinas. Por meio da Entrevista e do Questionário, abordamos temas da trajetória pessoal, revelando os entrelaçamentos entre as relações de gênero e outras relações de poder (raça, etnia, classe); das funções desempenhadas e saberes associados a essas funções; da participação sociopolítica; da relação com a natureza em suas possíveis interseções com o gênero; e do uso do tempo e da divisão sexual do trabalho. Também foram reunidas informações básicas sobre a unidade de produção e pessoas que nela moram e trabalham.

No segundo nível da *pesquisa*, um conjunto bem maior, de cerca de 200 agricultoras, participou de encontros direcionados à construção de conhecimentos relativos aos conflitos socioambientais do território, tanto no que se refere à percepção dos problemas quanto à capacidade de ação das mulheres e suas organizações. Aqui, o nível de análise do território foi definido pelas agricultoras como o nível de atuação política das suas organizações. Em geral, tratou-se do nível municipal, como nos casos de Barra do Turvo, Itaoca, Peruíbe, Acaiaca e Simonésia; porém, no caso da comunidade Carangolinha de Cima, em Divino, foi considerado o nível comunitário. Utilizamos três metodologias complementares para identificar e compreender a experiência das agricultoras com esses problemas, suas respostas e seu próprio lugar nesses processos, na tripla dimensão: tempo, espaço e corpo.

Inspiradas por abordagens da agroecologia, perspectivada pelo feminismo, e pela geografia feminista (Egger, Jalil, Castro, 2017; Cardoso *et al.*, 2019) e decolonial (Haesbaert, 2020), essas metodologias consistiram em: um Rio da Vida do Território, que representa a percepção das mulheres agricultoras sobre a evolução dos problemas socioambientais ao longo do tempo, bem como as respostas dadas a eles; uma Cartografia Socioambiental Feminista, que situa essas questões no território; e um Pôster Corpo-Território, que descreve esse mesmo território com base nas experiências vividas pelas mulheres agricultoras em seus corpos.

Cada metodologia foi aplicada e documentada pela nossa equipe em um ou mais encontros com cada um dos seis coletivos de mulheres agricultoras. A partir do produto original (croqui, pôster, rio) foi, poste-

riormente, produzida uma representação gráfica de cada resultado (veja capítulos 2 e 3 deste livro).

**Figura 1.2 – Cartografia Socioambiental Feminista sendo elaborada:
encontro da RAMA (Barra do Turvo, julho de 2022)**



Fonte: Arquivo GENgiBRe.

Em um terceiro nível, combinamos Entrevistas Semiestruturadas, Observação e Coleta de documentos com vários atores, inclusive o setor de mineração, do agronegócio e de conservação ambiental, envolvidos em debates e disputas em torno da produção dos territórios. Essa produção reflete visões da relação com a natureza, das questões socioambientais relevantes e das relações sociais, especialmente de gênero, que atravessam os territórios e os configuram. Procuramos captar essas dimensões com base em uma grade comum que identificou concepções e discursos sobre o território; percepções de problemas e conflitos socioambientais; formas de controle e ação; e relações de gênero e outras relações de poder nos espaços dos quais esses atores participam. Ao desviar o foco das agricultoras para esse grupo de atores mais amplo e disperso, procuramos alargar e complexificar nossa perspectiva, a fim de compreender as visões e relações de

poder nos quais se configuram tanto os conflitos socioambientais quanto as possibilidades de resistência.

Figura 1.3 – Os três níveis da *pesquisa* GENgiBRe



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgiBRe.

Destacamos, ainda nesse nível, a realização de duas Caravanas Agroecológicas e Feministas, uma na Zona da Mata e outra no Vale do Ribeira.² Alicerçadas na educação popular e inspiradas nos métodos de construção coletiva de conhecimento no movimento agroecológico (Rezende, 2018; Zanelli, Barbosa, Cardoso, 2021), as Caravanas consistiram em um percurso pelos territórios, identificando e refletindo coletivamente sobre as denúncias e os anúncios (Freire, 2016) relativos aos conflitos socioambientais e à agroecologia. A organização e a realização das Caravanas foram feitas pelas mulheres envolvidas com a *pesquisa* GENgiBRe, entre pesquisadoras e agricultoras, no diálogo com interlocutores locais, como membros de comunidades e organizações, e envolveram centenas de

² Vozes e imagens desses encontros foram elaboradas em podcast e vídeo, e encontram-se disponíveis em: <https://gengibre.org/category/sem-categoria/multimedia-noticias/>. Acesso: 17 jul. 2025.

peessoas. Foram realizadas visitas a agricultoras e a organizações ligadas à agroecologia, bem como a áreas de mineração. Como parte da reflexão e construção de ações em torno dos conflitos socioambientais, nas Caravanas também foram promovidos diálogos com gerentes de UCs e políticos locais. A organização de nossas metodologias de acordo com esses três níveis está resumida na figura abaixo. Uma apresentação detalhada está disponível no Guia Metodológico do projeto (Hillenkamp *et al.*, 2023).

3. Que conhecimentos construímos e para quem?

3.1. O ponto de vista das agricultoras: construindo conhecimentos com as mulheres

Nossa práxis metodológica no projeto GENgiBRe baseou-se na construção de espaços para as mulheres agricultoras se expressarem, formando “comunidades de aprendizagem” (hooks, 2013), conforme estabelecido na primeira seção deste capítulo. Dessa forma, a *pesquisa* como uma coconstrução de conhecimento constitui também um processo pedagógico coletivo, num sentido amplo e orientado para a superação dos diferentes sistemas de opressões (Korol, 2008). Nesses espaços entre mulheres, como expresso pela educadora popular feminista argentina Claudia Korol (2008), de maneira específica, assumimos a intencionalidade pedagógica de gerar processos de reflexão e novas práticas que compõem uma batalha contra a cultura patriarcal.

A escuta atenta, respeitosa, acolhedora e empática, não como tendência inata de nossa parte, mas como habilidade politizada, que “privilegia o conhecimento incorporado, a conexão afetiva e o desejo de transformar o campo social” (Hemmings, 2012, p. 151) compôs nossa postura como pesquisadoras. Como afirmamos em outro estudo (Campos, 2023), atitudes como essa são decisivas para a construção de espaços seguros de enunciação, onde figuram a expressão de dúvidas e elaborações em processo, inclusive sobre si próprias, estimuladas pelas situações de pesquisa. Essas compreensões e posturas trouxeram elementos importantes de empoderamento, de construção de saberes inéditos ou a visibilização de saberes das mulheres nos três níveis da *pesquisa*.

Oridia, de Simonésia (MG), é uma das agricultoras que recebeu nossa equipe no primeiro nível da pesquisa, que incluiu a realização do Etnomapeamento Feminista. Diante de mais de 70 pessoas no encontro final da nossa Caravana no Vale do Ribeira, em novembro de 2022, ela falou sobre sua experiência nos seguintes termos:

Nesse processo de ser pesquisada, foram vários encontros para fazer as visitas na casa das mulheres. Para mim foi muito importante porque a gente não se dá conta das coisas, às vezes, que a gente tem em casa, no quintal, num pedacinho de terra que a gente tem. Aí, como foi feito um mapa lá do pedacinho de terra que eu tenho, depois que a gente pega pra olhar quantas plantas, quantas frutas, é... quanta coisa tem, os chás que a gente tem no quintal, que a gente sempre usa com os filhos da gente. Começou a gripar, cê dá um chazinho. Mas a gente não se dá conta daquilo. Vem carregando isso desde os pais, dos avós e não se dá conta. Depois desse projeto, dessa pesquisa, foi bem importante.

Para Oridia, assim como para muitas outras agricultoras, o Etnomapeamento Feminista funcionou como uma revelação do tamanho e do valor de seu trabalho e conhecimento. Em Carangolinha de Cima, ao final do Etnomapeamento, a agricultora Primeira Dama (pseudônimo escolhido por ela no projeto GENgiBRe) disse que havia gostado de refletir sobre o trabalho realizado no sítio, ver como os fluxos de produtos e insumos estão interligados e, por fim, o quanto ela e seu marido conseguiram construir. Em Barra do Turvo, à medida que elaborava seu etnomapa, a agricultora Zoiúda nomeava com orgulho a imensa diversidade de sua produção representada no desenho, culminando em uma lista de quase 150 itens comercializados por ela e duas de suas vizinhas graças à RAMA.

Ao comprovar a existência de seu trabalho e de sua produção, os mapas permitiram que as agricultoras se reconhecessem como detentoras e produtoras de conhecimentos importantes e complexos, como os relativos a fluxos e relações ecológicas e à biodiversidade agrícola. O interesse que demonstramos pelo seu trabalho, produção e saberes enquanto equipe de *pesquisa*, inseridas na academia e em organizações reconhecidas dentro do movimento feminista e agroecológico, contribuiu para esse reconhecimento. Essa legitimação foi, certamente, ainda mais significativa na medida em que, para muitas delas, desenhar esse mapa foi inicialmente percebido como uma tarefa quase impossível. Finalizado o etnomapa, o

desenho se tornou elemento de grande satisfação e autoafirmação. Algumas agricultoras o penduraram no quarto ou na cozinha.

Os etnomapas também provocaram o levantamento de questões críticas, como a injusta divisão sexual do trabalho e a consequente sobrecarga de trabalho das mulheres, a falta de poder de decisão e a divisão do espaço agrícola. Ivone, agricultora em Barra do Turvo, realizou o mapa com sua filha e sua neta. A filha sugeriu que ela partisse de uma visão aérea, o que a fez começar desenhando os cursos-d'água, seguidos pelo pasto e pelas áreas de mata. Ivone desenhou a casa e seus arredores: viveiro, horta, cultivo de açafrão, quintal das galinhas, galinheiro, quintal grande. O mapa teve uma escala próxima do real, evidenciando que essas áreas, sob sua responsabilidade, ocupavam um espaço reduzido na propriedade. Ao mesmo tempo, o registro dos fluxos mostrou a centralidade do viveiro, da horta, das plantas medicinais e do trabalho de Ivone. De forma geral, o Etnomapeamento Feminista contribuiu para que as agricultoras desenvolvessem, a um só tempo, visibilidade e reconhecimento do seu trabalho e visão das relações de poder às quais estão sujeitas, como as expressas na divisão sexual do espaço agrícola familiar.

O processo coletivo, a partir das metodologias de nível 2, produziu efeitos de reconhecimento semelhantes na escala dos territórios. Reagindo à versão final do Mapa Corpo-Território que acabara de ser entregue à UAAI, em outubro de 2023, uma agricultora e liderança de Itaoca avaliou que: “O material é nada mais que um retrato nosso nesse lugar enquanto mulheres. Quem sou eu? Eu consigo me ver nesse mapa. Tem tudo a ver com tudo que afeta cada uma de nós no seu corpo”.

Em Peruíbe, a apresentação do Mapa Corpo-Território e da Cartografia Socioambiental Feminista coincidiu com a inauguração da nova sede da UMPES. Os mapas foram imediatamente pendurados nas paredes da organização, e as mulheres pediram para tirar fotos em frente a eles. Na conclusão do encontro de elaboração da Cartografia Socioambiental Feminista em Simonésia, em abril de 2022, uma agricultora e liderança analisou:

As atividades coletivas funcionam como um curso de formação. Mais do que uma reunião, é um momento de reflexão coletiva e, pela metodologia que foi construída, permite a participação de muitas, e que as pessoas vão levando mais coisas para casa

do que numa reunião clássica [...] A parte de aprendizado, de compartilhamento, de reflexão política são as vantagens que as mulheres usam de forma solidária para dar oportunidade para quem precisa mais.

A partir dos espaços de aprendizagem, graças à organização coletiva e às alianças construídas pelas agricultoras, tanto dentro quanto, é claro, fora de nosso projeto, a *pesquisação* contribuiu para mudanças na vida das mulheres. Em Carangolinha de Cima, em uma reunião de devolutiva dos resultados do projeto, uma agricultora avaliou que “depois do GENgiBRe, as mulheres ficaram mais atarefadas, pegando mais coisas de fora”, apresentando demandas à Prefeitura de Divino e reforçando o enfrentamento à mineração. Elas conseguiram que Custódia, uma agricultora ativa em todas as reuniões do projeto, fosse eleita coordenadora da comunidade, o que, segundo elas, foi ao mesmo tempo “resultado do GENgiBRe” e “muita briga”. Essas mudanças deixaram as mulheres orgulhosas, mas também sobrecarregadas: “a comunidade aqui é evoluída porque tem mulheres na coordenação, mas as mulheres estão muito cansadas” e “os homens ajudam na comunidade, mas não se envolvem com política, não vai ter um carro de homens indo para a Prefeitura” (agricultoras de Carangolinha de Cima, abril de 2024).

Em Carangolinha de Cima e nos demais territórios, as mulheres estão a cada dia mais organizadas e ocupando cada vez mais espaços de tomada de decisão à medida que cresce sua percepção das ameaças ao território e aumenta sua própria capacidade de ação. Geralmente, elas o fazem sem compartilhar essas tarefas com os homens. Na reunião de restituição da Cartografia Socioambiental Feminista e do Mapa Corpo-Território em Barra do Turvo, uma agricultora questionou nossa equipe sobre a necessidade de trabalhar esse tipo de material também com os homens. Reconhecemos essa necessidade, ao mesmo tempo que reafirmamos a importância de elaborar esses conhecimentos primeiro em espaços seguros de enunciação das mulheres. Levando em conta nossa resposta, no dia seguinte essa agricultora nos enviou fotos de uma reunião do Partido dos Trabalhadores em Barra do Turvo, na qual ela havia colocado os mapas no centro da roda de conversa.

As dimensões individuais do empoderamento, por meio de autorreconhecimento, autoestima e autovalorização, se imbricam com as dimensões

coletivas do poder juntas, com base no reforço coletivo, na conscientização, na politização e nos laços afetivos. Nossos encontros coletivos de nível 2 (Cartografia Socioambiental Feminista, Mapa Corpo-Território, Rio da Vida) e 3 (Caravana) se reforçaram. As Caravanas permitiram que as agricultoras viajassem de uma região para outra, ampliando sua compreensão sobre os territórios, os conflitos e suas próprias mobilizações.

Entretanto, também consideramos as limitações e os limites necessários de nossas metodologias. Desvelar as relações de poder às quais as mulheres agricultoras estão sujeitas significa abordar temas delicados, como a sobrecarga de trabalho, a falta de autonomia e a violência política e de gênero. Decidimos adaptar ou interromper nossas metodologias sempre que a evocação de tais temas despertasse emoções dolorosas em nossas interlocutoras. Outra dificuldade recorrente e longe de ser anedótica foi a de lidar com as crianças – até seis ao mesmo tempo – enquanto tentávamos abrir espaços de discussão com as mulheres. Tirar as mulheres do trabalho reprodutivo para permitir esses momentos de reflexão e politização demandou esforços constantes e estratégias pragmáticas, como ter uma pessoa da nossa equipe fazendo uma atividade com as crianças ou contratar outra mulher da comunidade para fazer o almoço.

Os Questionários e as Entrevistas com os homens da casa foram outra dificuldade. Embora apresentados por nossa equipe como importantes para coletar o ponto de vista deles, nem sempre foram realizados, principalmente porque os homens frequentemente estavam fora de casa. Em outros casos, ao contrário, alguns homens insistiram em nos acompanhar durante a visita ou foram solicitados pelas agricultoras para nos levar a áreas remotas sobre as quais elas achavam que não tinham conhecimento suficiente, nos obrigando a dividir nossa equipe para que as agricultoras expressassem seu próprio ponto de vista. Tivemos que nos adaptar a cada situação, priorizando as questões mais importantes de acordo com o tempo disponível e inventando estratégias para poder ouvir as vozes das mulheres. Colocamos a experiência antes do planejamento das metodologias, o encontro e o cuidado com as pessoas antes do “produto” da *pesquisa*ção.

Por fim, as relações de poder irredutíveis entre nossa equipe e as agricultoras constituíram uma preocupação transversal. Essa situação impli-

cou em um esforço constante de reflexividade e de tradução em práticas capazes de ressignificar nossas relações, buscando minimizar ao máximo as hierarquias. Aprendemos sobre a importância de nos atentarmos à distribuição equitativa de recursos, entre as prioridades expressas pelas agricultoras e as nossas, enquanto equipe de pesquisa. Trata-se, por exemplo, de dividir tempos e recursos financeiros para a valorização acadêmica dos resultados e a produção de materiais solicitados pelas agricultoras; ou de atender à demanda pela presença das pesquisadoras em encontros importantes para as agricultoras, geralmente para que se posicionassem junto a elas. Não há diretrizes prontas para lidar com essas situações. Foi um processo marcado por tensões e discussões, trocas e reconsideração de nossas práticas no cotidiano.

3.2. *O ponto de vista acadêmico: que ciência é essa? Para além do singular*

A invisibilização dos conhecimentos das sujeitas e dos sujeitos oprimidos produz e reproduz relações de poder. Como vimos na primeira seção deste capítulo, intelectuais latino-americanos denunciaram a Colonialidade do saber, que estabelece um “monopólio sobre a produção da realidade” e, portanto, torna inexistentes as “muitas outras formas de fazer o mundo” (Escobar, 2014). Confinar as experiências, pessoais e coletivas, dessas sujeitas e sujeitos à escala local e ao *status* de “experiência singular” é uma forma de lhes negar qualquer escopo teórico e legitimidade como formas alternativas de fazer e viver em escala global. Esse confinamento contribui para reproduzir inexistências acadêmicas e políticas. Contra essa tendência, consideramos que experiências de sujeitas e sujeitos subalternos, como as que apresentamos neste livro, são cruciais para compreendermos os direcionamentos hegemônicos e seus efeitos sistemáticos (Mohanty, 2013), e, ao fazê-lo, entender o potencial das alternativas desenvolvidas em seu contexto e em nível global.

Para tanto, a abordagem teórica adotada neste livro reflete os princípios gerais da Teorização Acorada (*Grounded Theory*) desenvolvida inicialmente por Glaser e Strauss (1967). Elaboramos categorias e relações conceituais a partir dos dados de campo, avaliando gradualmente sua generalidade ao especificar as questões teóricas e políticas com as quais se relacionam. Essas questões não devem ser nem muito amplas – o que levaria a generalizações abusivas –, nem

muito restritas – o que não nos permitiria tirar todas as conclusões teóricas das observações –, tampouco, mal delimitadas – o que levaria a distorções na interpretação. Nesse método de generalização, portanto, o significado das experiências singulares é estendido para além do contexto local em que surgem (Hillenkamp, 2015). Forjamos novos conceitos, visando contribuir para um enriquecimento da teoria e uma forma de fazer ciência com base em um processo interativo entre leitura da realidade orientada por conceitos e teoria prévios e uma nova teorização ancorada na experiência de campo.

O sistema de validação científica que sustenta essa postura baseia-se no encontro, por meio de aproximações sucessivas, entre essa linha emergente e as observações em campo, em particular as percepções das sujeitas, conforme destacado pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda em seu método de *Investigación-Acción Participativa* (2007). Por exemplo, ao realizarmos os encontros de Cartografia Socioambiental Feminista, ficou gradualmente evidente que os problemas concretos denunciados pelas agricultoras, como o desmatamento e a grilagem de terras, revelavam categorias de impacto comuns a todos os territórios. Após uma série de trocas com elas, formulamos essas categorias em termos de “degradações e desequilíbrios ambientais” e de “violências e ameaças de acesso ao território”. Assim, as metodologias da *pesquisação*, ancoradas em diferentes territórios, produziram dados ricos e matizados, permitindo o surgimento de conceitos finos e de relações entre eles, muitas vezes invisíveis à primeira vista. Tudo isso resultou em uma linha narrativa e teórica complexa, multidimensional e multiescalar, baseada no trabalho de registro, sistematização e análise, tanto das regularidades quanto das diferenças que observamos – entre agricultoras, coletivos de agricultoras, territórios e regiões. É colocando os conceitos desenvolvidos à prova dessas múltiplas variações que a teoria se torna mais geral e se consolida.

Considerações finais

A construção de uma práxis coerente de *pesquisação*, informada por críticas e propostas feministas e decoloniais, ligando epistemologia, metodologias, teorização e politização, tem estado no cerne de nosso trabalho no projeto GENgiBRe. Para combater a invisibilização e hierarquização

dos conhecimentos, do trabalho e da produção de mulheres agricultoras, buscamos desenvolver metodologias e relações, pessoais e políticas, que permitissem revelar e reverberar suas vozes e respeitar seu lugar de fala, ancorando-lhes nos lugares onde, por excelência, a vida é reproduzida, como cozinhas, hortas e quintais. Para combater a deslegitimação de sua experiência e dos seus saberes sobre a experiência, adotamos uma abordagem teórica que buscou dar conta da singularidade de cada caso e, ao mesmo tempo, considerar os mecanismos de opressão e os processos de resistência mais gerais. Nos capítulos que se seguem, propomos conceitos e perspectivas originais de análise, com base em uma diversidade de correntes críticas e abertas às possibilidades de transformação social, por meio das quais construímos um conhecimento emancipatório, tanto para atrizes e atores da sociedade civil, interessadas/os em nossos temas, quanto para a comunidade acadêmica.

Esse esforço criativo e coletivo foi marcado por inúmeros momentos de partilha, alegria e avanços intelectuais e políticos dentro da nossa equipe e com as agricultoras, mas também pelo cansaço, devido à complexidade do processo e à violência da destruição ambiental e das relações sociais que testemunhamos dia após dia. Conscientes do desequilíbrio nas relações de poder, bem como das limitações internas de nossa proposta, optamos por continuar tecendo esse conhecimento.

A escrita coletiva deste livro é parte desse esforço. No restante do livro, nossa escrita parte das experiências particulares, convidando leitoras e leitores a mergulharem na realidade das mulheres agricultoras do Vale do Ribeira e da Zona da Mata mineira, para gradualmente se situarem em relação a conceitos, teorias e outras experiências relatadas na literatura. Dessa forma, propomos posicionar nossa contribuição para diferentes campos do conhecimento e da transformação social, ancorando-a nas experiências e nos territórios que a sustentaram.

CAPÍTULO 2

As agricultoras, seus territórios e a agroecologia: ouvindo as histórias

ALESSANDRA BERNARDES FARIA CAMPOS, ISABELLE HILLENKAMP,
LILIAM TELLES, MIRIAM NOBRE E NATÁLIA LOBO¹

Introdução

Para começar a entender o significado da “agroecologia” para as agricultoras que acompanhamos ao longo da *pesquisa*ção do projeto GENgiBRe, precisamos nos situar na história de cada um de seus territórios. Trata-se de uma história de relações sociais desiguais, como entre fazendeiros e comunidades locais, e de resistências e de organização coletiva para obter acesso à terra e poder trabalhá-la com dignidade. É também uma história ambiental, de conflito entre duas lógicas: por um lado, o desmatamento e a contaminação de águas, solos e ar; por outro lado, o cultivo, a proteção e o cuidado com a natureza. A agroecologia está, portanto, enraizada na história socioambiental local de cada território, ao mesmo tempo que está conectada a processos mais amplos.

Em nível nacional no Brasil, a agroecologia começou a ser reivindicada como ciência, prática e movimento por organizações sociais locais e redes nacionais na década de 1990 (Wezel *et al.*, 2009; Siliprandi, 2015). Entretanto, naquele momento, a construção da agroecologia não incorporou todos os processos políticos de afirmação dos sistemas agrícolas tradicionais, como os de agricultores indígenas, quilombolas e camponeses que subsistem nos interstícios da agricultura industrial (Eloy *et al.*, 2020).

¹ Em ordem alfabética dos primeiros nomes. As autoras fizeram contribuições equilibradas para este capítulo.

Alguns destes sujeitos reivindicam suas próprias denominações sobre suas formas de fazer agricultura e, mais recentemente, têm se relacionado com o movimento agroecológico como parte deste. Em particular, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), assim como setores do movimento indígena e de povos e comunidades tradicionais, optou por trazer a agricultura tradicional para dentro do movimento agroecológico e disputar o sentido da agroecologia “por dentro”.

Como vimos no Capítulo 1, prestar atenção às sujeitas e aos sujeitos dessas histórias socioambientais locais e contá-las a partir da perspectiva do conhecimento situado é necessário para se contrapor ao que Donna Haraway (1995) denominou de “truques de Deus”, isto é, formas de contar as histórias que se colocam como objetivas e prometem uma visão do “todo” sem reconhecer que partem de um ponto de vista particular. Recuperar a história oral das comunidades é um primeiro passo. Entretanto, essas histórias são quase sempre contadas do ponto de vista dos homens. Em Barra do Turvo (SP), por exemplo, nosso encontro do Rio da Vida (consulte Capítulo 1), em março de 2022, por meio do qual reconstituímos a história do território do ponto de vista das agricultoras da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), fomentou uma discussão sobre a narrativa da fundação do quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca. Segundo essa narrativa, a comunidade teria sido fundada por dois homens escravizados que saíram de uma fazenda desmantelada no momento da abolição da escravidão, no final do século XIX. Em nosso encontro, as agricultoras refletiram sobre o fato de que foi somente quando as mulheres vieram com os homens que a comunidade foi de fato inaugurada e a vida passou a ser reproduzida em seu seio. Infelizmente, pouco ou nada se sabe sobre essas mulheres.

Assim, a história que buscamos reconstruir é a de mulheres duplamente invisibilizadas, pela história oficial e pelo ponto de vista dos homens, inclusive de suas próprias comunidades. Enquanto sujeitas sociais, essas mulheres são diversas, mas possuem uma característica marcante em comum: são elas que realizam a maior parte dos muitos tipos de trabalho que sustentam a vida nos lugares onde vivem. Como vimos na Introdução

deste livro, essas mulheres são socialmente responsáveis pela reprodução da vida em face de relações sociais altamente desiguais. Em certos casos, elas conseguiram transformar a reprodução e a subsistência de tal modo que não seja mais sinônimo de miséria ou atraso, mas de autonomia (Mies; Bennholdt-Thomsem, 2022).

Assim, nosso objetivo neste capítulo é nos aproximarmos das histórias dos territórios contadas pelas agricultoras dos coletivos envolvidos nesta *pesquisa*, enraizadas no trabalho de subsistência e de reprodução da vida, e entender o significado da agroecologia nessas histórias. Para isso, após discutir nossa metodologia, apresentamos nossas análises para cada um dos seis territórios do Vale do Ribeira e da Zona da Mata mineira onde esses coletivos estão localizados: Itaoca, Barra do Turvo e Peruíbe, no Vale do Ribeira (SP); Acaiaca, Divino e Simonésia, na Zona da Mata (MG) (ver mapa de localização no início do livro). Para além da singularidade de cada território, são as características comuns entre eles que gradualmente nos permitem trazer à tona a história mais geral das relações sociais, das ameaças ambientais e das resistências dessas mulheres.

1. Metodologia: reconstituindo a história dos territórios

A metodologia do Rio da Vida tem sido utilizada na educação popular feminista no Brasil desde a década de 1990 para trazer à tona memórias individuais e reconstituir o lugar das mulheres em processos coletivos. Ela foi inspirada em outras metodologias, como a linha do tempo, “que têm como fundamentos o resgate das experiências de construção do ser mulher e da identidade de gênero e a organização das histórias” (Londres, 2021, p. 62). Enquanto a linha do tempo expressa uma abordagem objetiva do tempo representado por uma seta graduada, o Rio da Vida enfatiza a dimensão de: “‘um processo vivido’ composto por diversas fases e por uma série de acontecimentos que são moldados pela construção social dos sujeitos, imersos em uma teia de relações, geralmente assimétricas (de gênero, raça, etnia e geração)” (Weitzman, 2001, p. 42).

A partir dos anos 2000, essa metodologia foi experimentada pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroeco-

logia (*vide* Introdução). Em 2017, na ocasião do VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, ocorrido em Brasília, foi realizada uma importante oficina com cerca de 100 mulheres lideranças, para construir a Memória das Mulheres na Agroecologia. A memória foi representada como: “um rio que nasce de um fio de água e, em seu percurso, vai se adensando, crescendo, recebendo folhas, pedras e outras águas, indo em direção ao mar” (Moreira; Ferreira; Siliprandi, 2018, p. 63).

Nessa ocasião, a metodologia demonstrou sua capacidade de recuperar fragmentos de uma história coletiva detida por várias participantes e nunca antes escrita. O resultado foi “uma memória ressignificada do campo agroecológico no Brasil, a partir de uma perspectiva feminista” (*Ibid.*, p. 62). Evidenciou-se a importância e a proporção do trabalho de cuidado e de reprodução da vida, bem como o protagonismo político de mulheres agricultoras, desafiando a visão masculinista e tecnicista da agroecologia apresentada no mesmo congresso, que enfatiza o papel de homens cientistas.

Com base nesses aprendizados, utilizamos a metodologia do Rio da Vida para reconstituir a história dos territórios vividos por cada um dos seis coletivos de agricultoras da *pesquisa* do projeto GENgiBRe, reunindo os depoimentos de várias mulheres. Para tal, realizamos encontros que juntaram grupos de entre 10 e 20 agricultoras em cada território (75 participantes no total). Em cada encontro, deixamos que as agricultoras escolhessem a escala do território a ser representado no Rio. Elas escolheram a escala de sua própria organização: geralmente a escala municipal (no caso de Acaiaca, Barra do Turvo, Itaoca, Peruíbe e Simonésia) ou a escala comunitária, no caso do grupo de mulheres da comunidade de Carangolinha de Cima, no município de Divino. As agricultoras também definiram o recorte temporal do Rio. Houve mulheres que trouxeram memórias antigas – inclusive algumas que lhes haviam sido contadas por seus antepassados – e houve aquelas que contaram a história a partir de sua memória pessoal.

Assim, o Rio se tornou a metáfora da história do território, na qual as agricultoras estão embarcadas. Iniciamos nossos encontros com a leitura de um texto, convidando-as a mergulhar, de olhos fechados, em

suas lembranças e vivências. Depois, realizamos rodadas de conversa, procurando que cada mulher expressasse sua percepção sobre a história dos principais problemas e resistências socioambientais e sobre os lugares ocupados por mulheres e homens. Tarjetas com palavras-chave sintetizando essas percepções foram posicionadas por uma pessoa da nossa equipe ao longo de um rio demarcado por um tecido azul no chão (Figura 2.1).

Figura 2.1 – Realização do Rio da Vida do território das agricultoras de Acaiaca (maio de 2022)



Fonte: Arquivo GENgiBRE.

Ao unir essas percepções, fomos construindo a história de cada território, permitindo que as agricultoras sentissem que suas experiências pessoais fazem parte de uma história coletiva. Discutimos com elas sobre como o Rio revela não apenas relações de poder que as mantêm oprimidas, mas também um poder de agir evidenciado em muitos interstícios da história. Nas palavras de uma delas:

Tudo que nasceu no Rio e está hoje lá no final, são coisas que tem que guardar no bolso, para nunca deixar de lutar, para usar quando precisar, semeando sementes boas (Agricultora, Simonésia, Rio da Vida do Território, outubro de 2021).

Posteriormente, os depoimentos foram sistematizados por nossa equipe e, em diálogo com duas artistas locais, Carolina Santos Natividade e Helena Joaquina Gomes Barros, foram elaboradas Relatorias Gráficas (desenhos de rios) que foram entregues às agricultoras. Nas seguintes seções deste texto, apresentamos algumas delas. É importante reconhecer que essa história rica e diversa, cheia de elementos ocultados na historiografia oficial, não forma uma história completa dos territórios. Às vezes, alguns elementos ficaram desconexos justamente porque as sujeitas sofrem discriminações que limitaram seu acesso a certos conhecimentos. Por esse motivo, o texto a seguir (seção II) é uma composição dos conhecimentos coconstruídos com as agricultoras e de dados contextuais pesquisados por nossa equipe. Cabe sinalizar ainda que as citações em cada subseção foram extraídas dos encontros do Rio da Vida em cada território da nossa *pesquisa*. Para simplificar a leitura do texto, a data de cada encontro e os nomes das organizações das agricultoras que participaram são informados no início de cada subseção e não são repetidos para cada citação.

Existem também outras limitações. O Rio da Vida das agricultoras de Peruíbe foi o primeiro que realizamos e, nesse contexto, enfocamos as histórias individuais de cada participante, e não do território como um todo. Mais tarde, ajustamos nossa metodologia de modo a colocar o território no centro. Além disso, em vários encontros, a participação das agricultoras esteve sujeita a restrições de tempo e de mobilidade. Na maioria dos casos, o Rio foi realizado durante um só encontro com mulheres de várias comunidades de um mesmo município, garantindo uma diversidade de pontos de vista. Em outros casos, não foi possível garantir essa diversidade, seja porque as participantes pertenciam a uma mesma família, seja porque havia a presença de lideranças locais, o que pode ter limitado a expressão de outras mulheres. Essas condições não nos permitem afirmar que reconstruímos a história dos territórios do ponto de vista de todas as integrantes de cada coletivo de agricultoras, mas, mais modestamente, que contribuímos para essa reconstituição.

2. Histórias de quem sustenta a vida

2.1. *Vale do Ribeira (São Paulo)*

Os conflitos socioambientais e as resistências que hoje mobilizam agricultoras do Vale do Ribeira refletem a longa história de exploração do trabalho das mulheres e da natureza constitutiva dessa região desde a época colonial. No início do século XVI, colonizadores portugueses descobriram metais preciosos ao longo do rio Ribeira de Iguape, até então a principal via de comunicação dos povos Jê e Tupi-Guarani que ocupavam a região (Coutinho, 2019). Até meados do século XVIII, a economia foi dominada pela mineração de metais, com base no trabalho escravo de populações indígenas e negras. No Vale do Ribeira e em outras regiões do Brasil, a exploração das mulheres escravizadas incluía a violência de gênero, em particular a violência sexual (Almeida, 2022).

Esse complexo rural escravista perdurou até o final do século XIX, quando minas mais lucrativas foram descobertas, principalmente em Minas Gerais. Com a diminuição do trabalho escravo no Vale do Ribeira, começou um período de “caipirização” (Candido, 1964), com a formação de bairros rurais isolados chamados de bairros “negros”, os quais praticavam uma agricultura de subsistência. Esse período durou até meados do século XX. Durante esse período, também, o arroz se estabeleceu como cultura comercial em regiões menos isoladas do Vale do Ribeira, em particular no município de Registro, onde colonos japoneses chegaram a partir de 1912 (Braga, 1999).

Na segunda metade do século XX, o isolamento da região foi rompido por políticas de modernização a serviço do setor minerário e de agricultura industrial. O Estado atraiu capital privado para construir grandes obras de infraestrutura, como rodovias e barragens. Paralelamente foram criadas as primeiras Unidades de Conservação da Mata Atlântica. Essa transformação multifacetada da região alimentou inúmeros conflitos fundiários. A década de 1990 foi um marco importante na organização de movimentos sociais, como o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB) e o movimento agroecológico. Esses movimentos se posicionaram contra as políticas de modernização e criticaram o modelo de conservação ambien-

tal, como aqueles que envolviam despejo e restrições aos modos de vida das populações locais. Nos bairros rurais negros, esses processos levaram à afirmação de uma nova identidade política enquanto comunidades “remanescentes de quilombo” (Sanchez, 2004).

2.1.1. Itaoca

Itaoca é um município pequeno, de cerca de 3.200 habitantes, localizado no Alto Vale do Ribeira. O Rio da Vida foi realizado em abril de 2022, com agricultoras da União de Agricultoras Agroecológicas de Itaoca (UAAI). As lembranças mais antigas contadas pelas agricultoras foram da fundação do quilombo do Cangume, por volta de 1870. Como no caso citado na introdução desse capítulo, as agricultoras apresentaram apenas um homem, João Cangume, como sendo o fundador do quilombo. Também explicaram que a localização da comunidade foi escolhida para poder se esconder e que, até algumas décadas atrás, a vida era reproduzida a duras penas: as pessoas “plantavam e as vezes não colhiam” e “adoeciam muito”.

As memórias de outras agricultoras, moradoras de bairros rurais que não são quilombos, indicam que, a partir da década de 1930, homens chegaram a Itaoca através do rio Ribeira de Iguape e se estabeleceram lá, tornando-se os primeiros fazendeiros. Alguns deles ocuparam grandes áreas de terra, de até 1.500 hectares, criaram gado e cultivaram uma diversidade de espécies. Desde a infância as mulheres dessas famílias trabalhavam na preparação de alimentos. Elas tinham conhecimentos sobre plantas medicinais e faziam o ofício de parteiras. Contribuíam com a reprodução da vida em suas diferentes dimensões, com trabalho árduo.

A chegada de “homens ricos”, nas palavras das agricultoras – fazendeiros e produtores de leite –, teria ocorrido a partir da década de 1950, reforçando o processo de apropriação de terras. Segundo uma agricultora, “quem tinha condições de comprar arame, cercava o que podia e era de quem cercava”. Durante nosso encontro, outra agricultora afirmou que, naquela época, sua avó indígena foi “caçada no laço” por um fazendeiro. As expressões “caçada no laço” ou “pega no laço” são comuns em histórias e até na literatura sobre avós ou bisavós indígenas. Estas expressões significam que essas mulheres foram raptadas e estupradas e, dependendo do

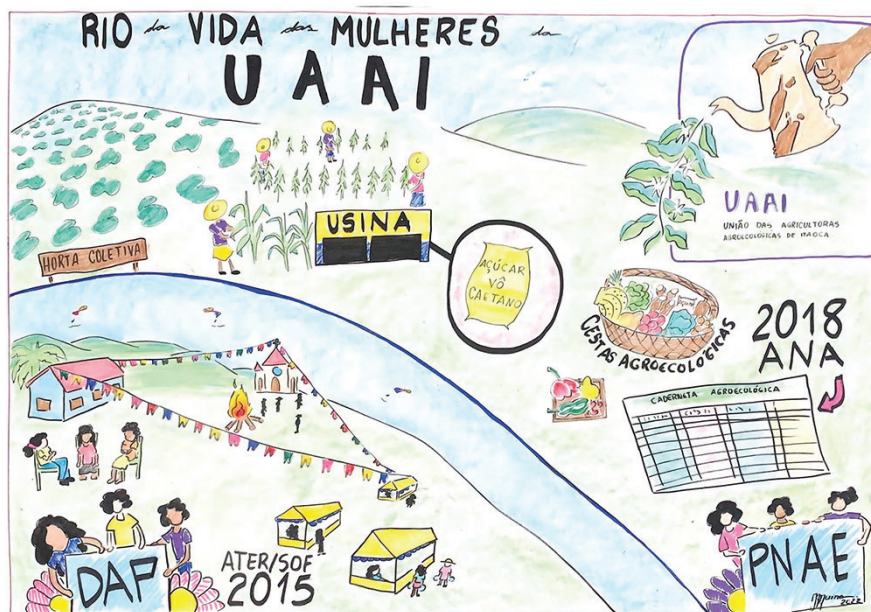
caso, assassinadas ou forçadas a se casar com os seus algozes. Segundo a escritora indígena Márcia Wayna Kambeba, essas expressões naturalizam a violência sexual ao comparar as mulheres indígenas a animais selvagens que são caçados no laço, evidenciando a colonialidade das relações de dominação que subalterniza essas mulheres (Kambeba *apud* Gomes; Souza; Neves-Corrêa, 2024, p. 206).

Assim, o caso relatado durante nosso encontro aponta que a grilagem de terras indígenas e a violência sexual contra as mulheres seria concomitante com a formação de fazendas em Itaoca. Nessas fazendas, desenvolveu-se uma economia de renda baseada na produção intensiva de gado, tomates e pinheiros, reduzindo a biodiversidade e causando desmatamento e contaminação. Em um dos bairros (bairro Pavão), a mineradora Plumbum, de extração de chumbo, abriu uma mina. Segundo as mulheres, as relações de trabalho entre os grandes proprietários e os moradores da comunidade tornaram-se cada vez mais injustas. No quilombo do Cangume, havia fazendeiros que “levavam os homens [já sem-terra] para roçar pasto”. As mulheres negras do Cangume sofriam segregação – “o povo isolava elas, e elas se isolavam” – e racismo, por exemplo quando iam ao posto de saúde: “nem as crianças eram atendidas”. Também em outros bairros, de acordo com uma agricultora, até os anos 2000, os trabalhadores do tomate “viviam em condições quase escravas”, já que eram contratados por fazendeiros para executar tarefas perigosas, como a aplicação de agrotóxicos, além de serem alojados em barracões coletivos e não possuírem direitos trabalhistas.

Como ilustrado no desenho do Rio da Vida (Figura 5), surgiram vários tipos de mobilização. No Cangume, reuniões sobre a titulação do quilombo começaram na década de 1990, com os homens: “quando chegava gente, era meu pai que atendia, eu corria, minha mãe também não atendia”. Em busca de relações econômicas mais justas, moradores (homens) passaram a integrar a Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira para a venda de produtos. Já em um dos bairros rurais (Caraças), foram as mulheres que se organizaram, criando uma usina de derivados de cana-de-açúcar, a Usina Vô Caetano. Agricultoras de diferentes bairros se conheceram por meio de mutirões, missas e festas religiosas e se mobilizaram contra o desmatamento, a seca e a poluição

das águas. Algumas enfrentaram tentativas de intimidação, como uma agricultora que foi chamada de “louca” por ter alertado sobre os impactos da mineração. O que uniu as mulheres foi a luta pela reprodução da vida e pela valorização de seu trabalho e de seus conhecimentos.

Figura 2.2 – Rio da Vida do território das mulheres da UAAI (Itaoca, abril de 2022)



Realização: Carolina Santos Natividade e Helena Joaquina Gomes Barros.

Fonte: Elaboração própria do projeto GENgiBRE.

Em 2015, as agricultoras conheceram a Sempreviva Organização Feminista (SOF), que chegou a Itaoca mobilizando mulheres para o acesso a políticas públicas. Uma dessas políticas foi a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em Agroecologia. A SOF entrou em contato com mulheres lideranças locais, apoiou o processo das agricultoras de se conectarem entre si e trouxe o conceito de “agroecologia”. As agricultoras adotaram essa denominação e se organizaram dentro da UAAI, unindo cerca de 30 integrantes. Com o apoio da SOF, elas registraram sua produção em Cadernetas Agroecológicas (*vide* Introdução), criaram uma horta coletiva e organizaram a venda de cestas em feiras (Figura 2.2). A agroecologia em Itaoca tornou-se o nome da resistência das mulheres frente aos processos

que ameaçam as vidas – as suas, as das pessoas das suas famílias e dos elementos naturais que compõem seu entorno – e uma forma de ressignificar e valorizar seu próprio papel na reprodução dessas vidas.

2.1.2. Barra do Turvo

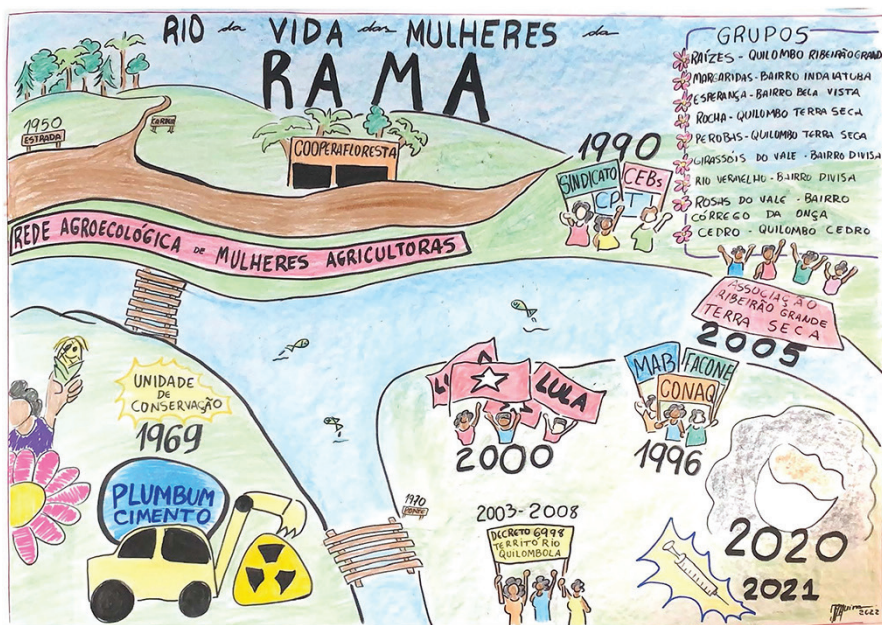
Barra do Turvo é um município do Vale do Ribeira, com cerca de 6.800 habitantes, e compartilha parte importante da sua trajetória com Itaoca. Sua história nos foi contada durante o encontro do Rio da Vida, em março de 2022, por agricultoras da RAMA. Tanto em Barra do Turvo como em Itaoca, comunidades rurais negras se formaram a partir do final do século XIX, construindo uma economia de subsistência que foi predominante até os anos 1970. Em cada comunidade, existiam trocas não monetárias e guardiãs de sementes. De acordo com uma agricultora, “laranja quem tinha era Maria de Miguel. Na casa de Bernardinho, velha Isabel tinha goiaba, um monte de fruta sadia... tinha as pessoas centrais da comunidade que guardavam as espécies. Quem cuidava do milho, do feijão...”.

A partir do final dos anos 1950, o município passou a receber projetos de “desenvolvimento”, como a construção da rodovia federal BR-116, bem como grandes fazendas. Ao longo das décadas, a BR-116 favoreceu uma intensa migração, principalmente do Paraná, para Barra do Turvo. Bairros rurais foram construídos na “beira” da rodovia.

No entanto, a partir dos anos 1970, o município começou a tomar um caminho diferente de Itaoca, com a criação do Parque Estadual do Jacupiranga, em 1969. O Parque provavelmente impediu a instalação das empresas extrativistas de maior visibilidade, como a mineradora Plumbum (Figura 2.3). No entanto, até a década de 1980, o Parque foi abandonado pelos políticos, permitindo a instalação de madeireiros que praticavam o comércio ilegal de madeira, bem como de migrantes que procuraram se estabelecer na condição de agricultores (Bim; Furlan, 2013). Na década de 1990, novos projetos e políticas para o Parque foram implementadas, mas dentro de uma abordagem de fiscalização. A polícia ambiental passou a restringir fortemente os modos de vida das comunidades, sob a acusação de que essas seriam criminosas, “tornando a questão da ocupação um

problema de polícia e regularização fundiária” (*Ibid.*, p. 16). Agricultores foram multados e tiveram suas ferramentas de trabalho, como roçadeiras, confiscadas, conforme relatado pelas agricultoras durante nosso encontro.

Figura 2.3 – Rio da Vida do território das mulheres da RAMA
(Barra do Turvo, março de 2022)



Realização: Carolina Santos Natividade e Helena Joaquina Gomes Barros.

Fonte: Elaboração própria do projeto GENgiBRE.

Com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, os bairros negros da região encontraram um marco para o reconhecimento do seu direito ao território enquanto comunidades quilombolas. Como ilustrado no desenho do Rio da Vida (Figura 2.3), nos anos 1990, a luta dessas comunidades e da CONAQ se organizou em estreita relação com a do MOAB, que se opunha à instalação de usinas hidrelétricas e barragens no rio Ribeira de Iguape. As mobilizações contra a instalação desses megaprojetos, por outro modelo de desenvolvimento e pelo reconhecimento das comunidades quilombolas com direito coletivo ao território, se articularam em um só movimento. Um dos resultados foi a transformação do Parque Estadual de Jacupiranga em Mosaico de Unidades de Conservação de

Jacupiranga (MOJAC, criado em 2008). O MOJAC diferencia áreas de proteção integral de outras, como, por exemplo, Áreas de Proteção Ambiental e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que visam compatibilizar o uso de recursos com a conservação da natureza.

A agrofloresta surgiu como uma bandeira de luta das comunidades locais a serviço da sua permanência no território. Uma importante organização, a Associação dos Agricultores Agrofloretais de Barra do Turvo e Adrianópolis (Cooperafloresta), foi criada a partir do encontro entre agricultores e agricultoras familiares, quilombolas e técnicos que trabalhavam com sistemas agrofloretais de base agroecológica. O termo “sistemas agrofloretais” diz respeito a uma forma de plantar que combina plantas de diferentes espécies, alturas e finalidades, com diversidade, fortalecendo a sinergia do ecossistema. Com esse conceito, os membros da Cooperafloresta afirmaram a compatibilidade entre seu modo de fazer agricultura e a preservação da Mata Atlântica. Muitas mulheres que hoje integram a RAMA foram ou ainda são ligadas à Cooperafloresta e a descrevem como um lugar importante de aprendizado. Nas palavras de uma delas, “através da Cooperafloresta teve muita diversidade, e se aprendeu a trabalhar com a terra. Trabalhar em um lugar menor, com mais coisa, tendo menos trabalho”.

No entanto, apareceram algumas discordâncias entre o modelo de agricultura da Cooperafloresta e o sistema agrícola tradicional quilombola. Uma delas relaciona-se com a coivara, utilizada pelo sistema agrícola tradicional, que consiste em um sistema de plantio itinerante em que as áreas que serão cultivadas são limpas por meio do corte da vegetação, a qual é posteriormente queimada. A sustentabilidade da coivara para os ecossistemas, quando realizada de forma controlada e com longos períodos de descanso entre plantios – como é o caso na agricultura tradicional quilombola –, tem sido demonstrada empiricamente por meio da história e foi comprovada em estudos científicos (Munari, 2010), mas é proibida pela Cooperafloresta.

Mais recentemente, surgiram novos posicionamentos e novas organizações no campo agroecológico no município. Uma delas foi a RAMA, criada a partir do encontro de mulheres agricultoras de Barra

do Turvo com a SOF, que começou a atuar na região em 2015. A RAMA se constituiu como uma organização que acolhe diferentes mulheres – quilombolas e agricultoras de bairros rurais que sempre viveram na região e mulheres migrantes de outros estados – e diferentes formas de fazer agricultura. As técnicas agrícolas variam entre formas tradicionais de fazer agricultura quilombola, como a coivara, e aquelas aprendidas em espaços do movimento agroecológico, de troca de conhecimento e de trabalhos (mutirões).

Nas palavras de Cleide, uma das agricultoras quilombolas da RAMA:

A roça de coivara não é uma roça que estraga, que degrada! Então eu fiquei feliz da RAMA ter aceitado [a prática de coivara], o pessoal da Cooperafloresta já não aceita, fala que não é orgânico, não é natural. Mas eu acho que é, porque não tem veneno, não tem nada que estrague, não tem degradação e não tem química (Cleide, entrevista, abril de 2024).

A RAMA, hoje uma rede com cerca de 70 agricultoras organizadas em 9 grupos locais (Figura 2.3), busca partir dos conhecimentos das agricultoras para construir a agroecologia e, para isso, fortalece as mulheres em seus bairros ou comunidades. Assim, há agricultoras da RAMA que se organizam para combater a violência contra as mulheres e garantir direitos básicos. Também há mulheres da RAMA que assumem um papel de liderança política em espaços mistos de organização, como associações de quilombos ou de bairros rurais, e que dirigem ações e resistências locais. De acordo com uma agricultora quilombola:

As mulheres estão juntas desde que começou, mas foi em 2002 que entrou a Nilce [Nilce de Pontes Perreira, presidente da associação do quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca]. E quem domina é ela, porque ela é quem entende [...], quem explica as coisas é ela. Ela estuda, vai na CONAQ, bate de frente com qualquer um, porque ela sabe das coisas.

A história de Barra do Turvo contada pelas mulheres da RAMA mostra como a agroecologia tomou sentido na luta pelo reconhecimento dos modos de vida e dos direitos territoriais das comunidades e bairros locais, bem como das mulheres dentro desses espaços.

3.1.3. Peruíbe

Peruíbe é um município de cerca de 60 mil habitantes, localizado na região da Baixada Santista, limítrofe com o Vale do Ribeira. Apesar da

presença de área urbana, o município tem a maior parte de sua área coberta por vegetação natural. As mulheres que nos contaram sua história durante o encontro do Rio da Vida, em setembro de 2021, são integrantes da União de Mulheres Agricultoras (UMA) e da União de Mulheres Produtoras da Economia Solidária de Peruíbe (UMPES). Elas chegaram adultas a Peruíbe. Algumas delas tinham sido agricultoras na infância, passaram por cidades grandes e até por outros países, como Japão e Holanda, fato que ilustra a trajetória de migração de muitos habitantes do município. Peruíbe lhes apareceu como um refúgio, a possibilidade de uma vida mais calma ou de comprar um sítio a preços acessíveis e ter mais autonomia em sua maneira de cuidar da própria vida e da sua família. Durante nosso encontro do Rio da Vida, uma das agricultoras lembrou sua alegria da primeira vez que viu os rios do município: “A coisa mais boa é um rio”. E, lembrando também das dificuldades da vida, acrescentou: “É eu estar triste e ir para o rio”.

Outras mulheres descobriram sua identidade quilombola em Peruíbe, quando já haviam saído de seus territórios, em Minas Gerais e no Paraná respectivamente, ao receber a notícia de que os territórios onde cresceram haviam sido reconhecidos como quilombos. A partir deste momento, elas passaram a compreender o passado de uma forma diferente e a se entenderem como quilombolas “desterritorializadas” em Peruíbe. São mulheres que carregam consigo uma história coletiva marcada pelo racismo e por exclusões com base no gênero e na classe social. Nas palavras de uma delas, também durante o Rio da Vida, “aqui descobri que eu era quilombola, porque até então eu era uma negra sem história”.

Como Barra do Turvo, a história de Peruíbe é marcada pela criação de UCs, neste caso o Parque Estadual da Serra do Mar (1977) e a Estação Ecológica de Jureia-Itatins (1986). Algumas agricultoras compraram terras localizadas dentro do Parque Estadual da Serra do Mar ou na Zona de Amortecimento. As mulheres não têm uma percepção exata dos limites físicos do Parque, mas sentem sua presença cotidianamente: a um só tempo a restrição para abertura de áreas de plantio e construções, a proteção contra pulverizações aéreas nos bananais, o equilíbrio dos ecossistemas e oportunidades de renda derivadas do turismo.

Peruíbe tem também uma trajetória de resistências. Comunidades caiçaras e outros coletivos e movimentos atuaram contra a sobreposição de seus territórios pela Estação Ecológica Jureia-Itatins e contra megaempreendimentos, como um projeto de usina atômica nos anos 1970 e uma usina termoeletrica com terminal *offshore* de gás natural em 2017, que não foi concretizada por ter o licenciamento ambiental negado. Outra resistência ocorre por meio do movimento de Economia Solidária. Há diversos coletivos no município que se estruturam em rede no Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista (FESBS), espaço de diálogo e articulação da sociedade civil, fundado em 2015, e do qual Peruíbe faz parte. As mulheres da UMPES estão presentes no coletivo feminista EcoSol, espaço interno do Fórum; em outras estruturas do FESBS e em outros movimentos sociais, como a Marcha Mundial das Mulheres; e em espaços de participação política.

A organização UMPES, criada oficialmente em 2018, tem em torno de 20 mulheres e é herdeira de outras, como a União de Mulheres de Peruíbe, a União de Mulheres da Economia Solidária e a UMA. A UMA segue existindo em um caminho próprio, centrado na comercialização via Organização de Controle Social (OCS) de certificação orgânica, nas compras públicas e na entrega de cestas, e hoje reúne apenas aproximadamente cinco mulheres. Entre aproximações e distanciamentos, a trajetória das organizações acompanha as mudanças no tempo e na vida das mulheres e as possibilidades e limites de interlocução política com o poder público municipal e federal e outras organizações. Um fio condutor são os espaços de comercialização, como as feiras, e as iniciativas de economia solidária, que valorizam a agroecologia. A agroecologia em Peruíbe é uma construção ligada à comercialização dos produtos para habitantes e turistas que circulam na cidade e inserida no espaço urbano, diferentemente de Itaoca e Barra do Turvo.

2.2. Zona da Mata (Minas Gerais)

Localizada no sudeste de Minas Gerais, limítrofe com os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, a Zona da Mata é uma área de Mata Atlântica que se aproxima do limite com o Cerrado, que foi habitada por uma diversidade de povos indígenas, entre eles, os Cataguá, Coroados,

Coropós, Puris e Botocudos (Barros, 2005; Mattos, 2016). A ocupação colonial da região teve início no século XVIII, com o objetivo de produzir alimentos para as áreas de exploração mineral de ouro, situadas em Ouro Preto e Mariana (Mattos, 2016) e continuou no século XIX, com a implantação da cafeicultura. Ao longo desse período, a ocupação colonial causou o desmatamento da Mata Atlântica, a construção de vilas e povoados, a dispersão dos povos indígenas, a usurpação dos seus territórios (Ferrari, 2024) e a escravização desses povos e de populações africanas e afrodescendentes, cujo trabalho foi explorado nas minas e plantações de café.

Ao longo do século XX, o sistema agroexportador foi modernizado, mas manteve a lógica de exploração da natureza e das populações locais herdada do período colonial e escravocrata (Barros, 2005). A partir de 1940, a Revolução Verde, enquanto política de transformação da agricultura nos países “em desenvolvimento”, com base no uso intensivo de insumos químicos, sementes híbridas, mecanização e forte participação do Estado, foi implementada no Brasil, na forma de uma modernização conservadora (Fonseca, 1985).

Nos anos 1970 e 1980, os impactos econômicos e socioambientais dessa modernização começaram a ser questionados. Na Zona da Mata, essa crítica foi impulsionada por setores progressistas da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e o Movimento da Boa Nova (MOBON). Essas entidades fomentaram a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), sobretudo nos anos 1980, no contexto do fim do regime militar e da redemocratização do país. Nessa mesma década, no ano de 1987, foi fundado o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA–ZM). Essa organização assumiria, ao longo de sua trajetória, papel central na estruturação da rede de agroecologia da Zona da Mata, com a realização de inúmeros processos de formação política e técnica junto de agricultoras e agricultores. O CTA–ZM também atuou no fortalecimento da auto-organização das mulheres agricultoras e foi a origem de importantes inovações metodológicas, como as Cadernetas Agroecológicas.

À organização sindical na região, estão associados os processos de organização da resistência Puri, na década de 1990, mobilizada fortemente a partir dos debates sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro/Puri e estruturada no Movimento de Ressurgência Puri. A organização quilombola, iniciada em estreita vinculação com processos de certificação das comunidades no começo dos anos 2000, também se articula ao Movimento Sindical, mas com a participação decisiva do Movimento Negro, do Partido dos Trabalhadores e de diferentes atores políticos do meio universitário e lideranças populares. A criação da Rede de Saberes dos Povos Quilombolas (Rede Sapoqui), em 2015, foi um marco importante da formalização da organização quilombola.

As confluências das ações dessa diversidade de atores políticos na Zona da Mata deram origem a um movimento agroecológico consolidado na região, marcado pela instituição, em 2018, do primeiro Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Brasil,² articulando organizações e gestores públicos em prol de políticas de fomento à agroecologia.

2.2.1. Acaiaca

Acaiaca é um município pequeno, de pouco menos de 4 mil habitantes, cuja maior parte da população vive no meio rural. Sua história nos foi contada durante o encontro do Rio da Vida, em maio de 2022, por agricultoras e moradoras da cidade, integrantes da Comissão de Mulheres do STR, formada por cerca de 15 mulheres. Os relatos destacaram a organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a chegada de um padre, o Padre João, na década de 1990, como acontecimentos importantes na mobilização dos trabalhadores rurais. Segundo as mulheres, foi nesse contexto que a atuação do STR, criado em 1994 por fazendeiros, foi reorientada para envolver mais os agricultores familiares.

Nesse contexto, também, as agricultoras se organizaram dentro do STR para enfrentar “o machismo [que] está em todo lugar” (Figura 2.4). Formações com agricultoras e diretores sindicais de vários municípios foram realizadas e ampliaram de forma decisiva a participação das mu-

² Lei estadual nº 23207, de 27/12/2018, Minas Gerais.

lheres. A criação da Comissão de Mulheres do STR de Acaiaca, em 2001, foi resultado desse processo, bem como a eleição de uma mulher como presidente do sindicato, pela primeira vez, em 2004. A participação das mulheres mudou o rumo dos sindicatos. Nas palavras de uma das agricultoras, “o STR de Acaiaca só começou a caminhar depois que colocou mulher lá dentro”.

Figura 2.4 – Rio da Vida do território das agricultoras de Acaiaca (maio de 2022)



Realização: Carolina Santos Natividade e Helena Joaquina Gomes Barros.
Fonte: Elaboração própria do projeto GENgiBRe.

A pauta da agroecologia entrou no STR e em Acaiaca no começo dos anos 2000, fortalecida pela organização das mulheres. De acordo com as agricultoras, a pauta esteve ligada à ação do CTA–ZM, que lançou um debate sobre desenvolvimento sustentável e agroecologia, e foi favorecida pela eleição do padre João como prefeito do município, entre os anos de 1998 e 2005. Nesse contexto, foram realizadas ações de promoção da agroecologia e de formação das mulheres desde a perspectiva da Educação do Campo e do direito à educação dos povos do campo, das florestas e das águas (Caldart, 2012). Foram debatidos temas como os modos de

vida desses sujeitos coletivos e o respeito aos seus tempos de vida e de trabalho, e, referenciados pela Educação do Campo, foi criada, em 2004, em Acaiaca, a Escola Família Agrícola Paulo Freire (EFAP), formando jovens de toda a região e atuando na afirmação da cultura popular e ancestral, sobretudo dos povos quilombolas, e na promoção da agroecologia na Zona da Mata. O Projeto Curupira, do CTA-ZM, projeto de arte-educação e agroecologia destinado a crianças e adolescentes, cujas atividades se iniciaram em Acaiaca em 2006, também contribuiu para afirmar a pauta da agroecologia.

Em Acaiaca, as agricultoras também relembaram o processo de organização sociopolítica e econômica protagonizado por elas que resultou na criação de várias organizações ou empreendimentos, como a Associação dos Artesãos e Produtores Rurais de Acaiaca (AAPRA), em 2009; a Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Acaiaca (COOAPRA), em 2017; e a Padaria Comunitária da comunidade do Maracujá, em 2018. Esse mesmo processo permitiu que as agricultoras começassem a vender seus produtos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2010, e, em 2018, foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), também reivindicado por elas. Esses diferentes elementos podem ser apreciados no desenho do Rio da Vida (Figura 2.4, acima).

Outra característica de Acaiaca é sua proximidade com a região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, ao lado dos municípios historicamente dependentes da mineração, como Mariana e Ouro Preto. Em 2015, o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, de propriedade das empresas Samarco e BHP Billiton, provocou uma avalanche de lama com substâncias químicas e metais pesados que matou 20 pessoas e contaminou 550 quilômetros do rio Doce. Os direitos mais básicos dos moradores foram desrespeitados, e o Estado se mostrou incapaz de exercer seu papel como agente controlador e fiscalizador, tornando o rompimento da barragem de Fundão um dos maiores crimes ambientais e políticos do mundo (Lacaz; Porto; Pinheiro, 2017). No caso de Acaiaca, as e os habitantes não foram reconhecidos como atingidos pelo rompimento, embora sintam seus impactos ainda hoje, em especial pelo processo

de reparação, sob a responsabilidade da Fundação Renova, criada pela própria empresa Samarco. De fato, a reparação envolve a presença de um grande contingente de trabalhadores do sexo masculino e o tráfego intenso de veículos pesados usados para remover a lama e reconstruir as áreas das cidades que foram destruídas. Na percepção das mulheres, isso implica risco à sua segurança e a de crianças e danos físicos a vários prédios, incluindo a sede do STR, que apresenta rachaduras e corre o risco de desabar.

A construção da agroecologia em Acaiaca é inseparável do processo de organização das mulheres, das lutas sociais e da Teologia da Libertação. Assume, ainda, um sentido de autonomia e afirmação do seu modo de vida diante da violência inerente ao modelo minerário na região.

2.2.2. Carangolinha de Cima

As memórias das agricultoras da comunidade de Carangolinha de Cima (município de Divino) produzidas durante o encontro do Rio da Vida, em maio de 2022, atestam a presença de indígenas Puri anterior à fundação da comunidade, na década de 1930. A fundação foi marcada pela instalação de quatro fazendas de cana-de-açúcar, que exploraram a mão de obra Puri. Segundo os relatos das agricultoras, os Puri eram capturados pelos fazendeiros, que os atraíam com cachaça, rapadura e fumo. Nas palavras de uma das agricultoras e liderança local, “os escravos daqui eram índios”, exploração que perdurou até a década de 1950.

Outras famílias, originárias de municípios vizinhos da região, também chegaram a Carangolinha de Cima na época da sua fundação. Nesse momento, não havia estrada. De acordo com as mulheres, a comunidade era composta por poucas casas, em meio a pastagens e capoeiras, e essas famílias, que possuíam poucas ou nenhuma terra, trabalhavam em troca de poucos alimentos. Por exemplo, as mulheres lavavam roupas por uma semana em troca de um quilo de gordura.

Apesar da violência das relações sociais, conhecimentos da cultura Puri foram preservados, por exemplo sobre técnicas de construção e sobre a forma de “tratar os umbigos” dos recém-nascidos com óleo de rícino e tabaco. Esses conhecimentos hoje estão sistematizados no Protocolo

Essa organização foi concomitante à chegada do cultivo intensivo de café na comunidade na década de 1960, quando três famílias proprietárias de terras receberam incentivos governamentais, com empréstimos bancários e assistência técnica, no contexto da modernização conservadora da agricultura brasileira. Gradualmente, o café substituiu a cana-de-açúcar como cultivo comercial e se estabeleceu como monocultura. No entanto, a partir da década de 1970, a renda do café também foi usada por famílias de trabalhadores organizadas de forma solidária para comprar as terras das fazendas graças a empréstimos mútuos. Acesso à terra, geração de renda e danos socioambientais causados pela monocultura do café são inseparáveis em Carangolinha de Cima, como em muitas comunidades da Zona da Mata.

Nos anos 2000, os produtores de café da comunidade, que já eram a maioria, passaram a fazer uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Ao mesmo tempo, a mineração chegou ao município na forma de um mineroduto de ferro construído por uma empresa multinacional, a Anglo American Brasil.⁴ Esse projeto, que logo seria seguido por outros de mineração de bauxita, provocou uma forte oposição da comunidade, que denunciou os inúmeros danos e a destruição da paisagem. As mulheres agricultoras estiveram na linha de frente da resistência, espalhando placas que diziam: “Pelas nossas águas, agroecologia e gerações futuras: mineração aqui não!”, e se envolvendo em redes como a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri (Figura 2.5).

A agroecologia ganhou significado em Carangolinha de Cima nesse duplo contexto, de intensificação da monocultura de café e de extrativismo minerário. Um grupo de cerca de dez mulheres organizou o debate da agroecologia na comunidade, baseando-se nas propostas do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata, e na participação em espaços de articulação, como a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri. Desde o início dos anos 2000, os grupos de reflexão das CEBs integraram esses temas, provocando reflexões críticas

⁴ O mineroduto é parte do Sistema Minas-Rio de transporte tubular de minério de ferro e atravessa cinco comunidades do município: Vargem Grande, Bom Jesus, Carangolinha, Santa Mônica e São Pedro.

e ações importantes em torno do tema da mineração e da agroecologia. A agroecologia em Carangolinha de Cima se tornou o nome de uma resistência socioambiental liderada por um grupo de mulheres, a partir de alianças e organizações herdadas da corrente da Teologia da Libertação.

2.2.3. Simonésia

Simonésia é um município de cerca de 20 mil habitantes, localizado no leste de Minas Gerais, limítrofe com a Zona da Mata mineira. As histórias do território nos foram contadas durante o encontro do Rio da Vida, em abril de 2022, pelas agricultoras de Simonésia, lideranças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar (SINTRAF) do município e da Igreja Católica de diferentes comunidades. Essas histórias se entrelaçam com aquelas que ouvimos em Carangolinha de Cima e em Acaiaca, trazendo à tona características comuns da região.

Figura 2.6 – Rio da Vida do território das agricultoras de Simonésia (abril de 2022)



Realização: Carolina Santos Natividade e Helena Joaquina Gomes Barros.

Fonte: Elaboração própria do projeto GENgiBRE.

Até as décadas de 1960 e 1970, boa parte das famílias não tinha terra, trabalhava como meeira, dispondo apenas de sua força de trabalho, a qual era explorada por fazendeiros da região, como denunciaram as agricultoras. A fome era comum entre as famílias meeiras, evidenciando as desigualdades a que estavam submetidas. As famílias que tinham algum pedaço de terra diversificavam a produção, com o plantio de milho, feijão, inhame, entre outros. Entretanto, como relataram as agricultoras, “o agrotóxico chegou na região junto com o café”, na década de 1970, anterior à chegada em Carangolinha de Cima.

CEBs e grupos de reflexão foram formados nas comunidades das agricultoras entre as décadas de 1970 e 1980. Foi nesse contexto que teve início um processo de politização dos agricultores e agricultoras, resultando na criação do STR de Simonésia, em 1981. A década de 1980 também foi o período em que se iniciaram pesquisas de busca de minérios em Simonésia. Segundo as agricultoras, os funcionários das empresas entravam nas propriedades sem pedir permissão ou, quando o faziam, solicitavam aos proprietários homens para coletar amostras de solo, sem explicar a finalidade.

A década de 2000 foi considerada como um momento de inflexão na trajetória do território, como expresso na Figura 2.6. A organização sindical se fortaleceu, foi construída a sede do sindicato e criada a Comissão Municipal das Mulheres do sindicato, seguindo a decisão do Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores Rurais, que estabeleceu cotas de, pelo menos, 30% para mulheres em cargos de liderança. Em 2002, foi constituída a Associação dos Agricultores Familiares de Simonésia (AGRI-FAS) para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Em 2004, o STR tornou-se o SINTRAF, após um processo de reorganização visando uma governança mais democrática. Em 2005, as agricultoras de Simonésia constituíram o primeiro núcleo de mulheres rurais da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) de Minas Gerais. Resultado dessa trajetória, em 2009 foi eleita a primeira mulher presidente do SINTRAF. Em 2008, foi constituída a Escola Família Agrícola Margarida Alves⁵ (EFA-

⁵ Líder sindical da Paraíba, uma das primeiras mulheres a ocupar um cargo de liderança sindical, defendeu os direitos dos trabalhadores rurais. Assassinada em 1983, tornou-se referência

MA), nome cuja escolha teve forte influência das mulheres. Este foi um momento de ampliação do acesso a direitos e políticas públicas específicas para a agricultura familiar, implementadas pelos governos de Lula (2002 a 2010) e de Dilma Rousseff (2010 a 2016), como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR; Figura 2.6).

No entanto, a década de 2000 também representou uma nova fase de intensificação da produção do café, de ampliação das lavouras e do uso intensivo de agrotóxicos. Marcando um novo ciclo de disputas pelo território, nessa década, as mulheres do SINTRAF protagonizaram a primeira luta contra a mineração, expulsando as máquinas de uma empresa exploradora de granito de uma comunidade rural. Em 2008, elas se opuseram à construção de uma usina hidrelétrica, a barragem do Cachoeirão. Em 2012, a articulação política realizada pelas mulheres aproximou o SINTRAF do Movimento dos Atingidos por Barragens e criou as condições para debelar uma nova ameaça de construção de usina hidrelétrica no município.

A partir de 2019, no governo de Jair Bolsonaro, intensificaram-se as ações de uma mineradora regional, a empresa Curimbaba, para fazer avançar os processos minerários de bauxita na região. Para enfrentar esta tentativa, foi criada a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração do Caparaó, assessorada pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e com decisiva participação de agricultoras de vários municípios da região. Ao mesmo tempo que assumia uma posição nesse enfrentamento, o SINTRAF, também com participação central das mulheres, trabalhava afirmando a agricultura familiar e a agroecologia como alternativas econômicas aos projetos extrativistas. Um dos resultados desse processo foi a constituição da Cooperativa de Agricultores Familiares de Simonésia (COOPERSIM), em 2019, ampliando o acesso aos mercados e às políticas públicas para a agricultura familiar. O sentido da agroecologia em Simonésia é indissociável do avanço do modelo de produção agrícola intensiva, da exploração minerária e da mobilização

de luta e resistência das mulheres do campo, nomeando a Marcha das Margaridas, a maior das manifestações públicas das agricultoras e suas organizações no Brasil.

das mulheres agricultoras. Elas se organizam dentro do Departamento de Mulheres e do Coletivo de Mulheres do SINTRAF, que conta com cerca de 60 integrantes.

Para concluir: agroecologia em perspectiva histórica e feminista

A história dos territórios contada pelas mulheres agricultoras do Vale do Ribeira e da Zona da Mata mineira usando a metodologia do Rio da Vida revela os múltiplos significados da agroecologia e o papel das mulheres na formação dessa agenda a partir do nível local. A agenda da agroecologia surgiu há relativamente pouco tempo, entre 1990 e 2010, a depender dos territórios, mas faz parte de estratégias muito mais antigas de resistência. Tais resistências se configuraram pelos conflitos pela terra e contra a exploração dos sem-terra, cujas raízes remontam ao período colonial, e pela oposição ao modelo produtivista nos setores agrícola e de mineração, que se desenvolveu em fases sucessivas desde a década de 1960. Somam-se a isso as disputas sobre o modelo de proteção ambiental e as restrições impostas às comunidades locais que vêm ganhando força desde a década de 1990.

A história contada sob o ponto de vista das agricultoras revela os muitos elementos essenciais para a reprodução da vida, em situações que passaram da economia de subsistência – marcada, não poucas vezes, por duras condições de vida – a novas dificuldades causadas por contaminação e destruição ambiental. Numa ordem social cada vez mais patriarcal, as mulheres assumem cada vez mais a função de manter e reproduzir a vida, com base em práticas e conhecimentos sobre sementes, águas, solos, cuidado com os animais, a preparação de alimentos e plantas medicinais, partos e cuidados com os doentes, transmitidos de geração em geração. Com outros atores da agroecologia, elas disputam o ambiente e as paisagens, contrapondo-se à hegemonia do sistema de monocultura como o café na Zona da Mata, que produz uma paisagem que expressa interesses e usos coloniais, capitalistas, racistas e patriarcais do espaço (Campos, 2023).

Essa construção da agroecologia enquanto movimento de base é, para as agricultoras, a possibilidade de ressignificar positivamente a responsabilidade social atribuída a elas pela reprodução da vida, na interseção de

relações de gênero, classe e étnico-raciais. O conceito de “agroecologia”, trazido por outros atores que são aliados em suas lutas, como sindicatos, CEBs, comunidades quilombolas e as organizações dos movimentos agroecológico e feminista, torna-se, para elas, não apenas uma bandeira política, mas também uma ressignificação e reavaliação do próprio papel social. Para essas agricultoras, a agroecologia adquire um significado holístico, englobando suas práticas diárias na agricultura e nos cuidados e suas resistências.

Assim, mulheres agricultoras disputam espaços locais, como associações, cooperativas e sindicatos, em que a agroecologia não tem um significado homogêneo, mas é, ao contrário, permeada por relações de poder baseadas em gênero, classe social e afiliações raciais ou étnicas. Além do nível local, a construção da agroecologia vem ocorrendo em organizações e espaços nacionais no Brasil, criados desde os anos 2000. Entre eles estão o Grupo de Trabalho das Mulheres e o Grupo de Trabalho Indígena e de Populações Tradicionais da Articulação Nacional de Agroecologia, criados em 2004 e 2022, respectivamente. Em vez de a agroecologia hegemonizar os muitos conceitos que expressam a vitalidade dos sistemas agrícolas tradicionais no Brasil, o desafio político dessa construção é forjar alianças que aumentem o poder desses grupos oprimidos para agir em favor de alternativas ao modelo intensivo de produção agrícola e de mineração.

CAPÍTULO 3

As agricultoras e seus corpos-territórios: mapeando ameaças e resistências

ISABELLE HILLENKAMP, CATHY CHATEL, HÉLOÏSE PRÉVOST,
LARISSA MIES BOMBARDI, ROBERTA CARDOSO,
SARAH LUIZA DE SOUZA MOREIRA

Introdução

Desde que meus ancestrais chegaram nesse território, conquistar e defendê-lo como área da família, de reprodução da família nesse espaço, sempre esteve muito forte nas minhas lutas. Em todos os espaços [em] que [se] discute a questão territorial, eu acabei de certa forma me inserindo no campo da mobilização social e no campo político, nos organizamos para defender essa terra que nós ocupamos hoje (Nilce de Pontes Pereira, Entrevista, Barra do Turvo, outubro de 2021).

Entender os territórios para entender as resistências das agricultoras e o significado da agroecologia: esse depoimento de uma agricultora da RAMA de Barra do Turvo (Vale do Ribeira, SP), moradora de uma comunidade quilombola e liderança da CONAQ, destaca a importância desse objetivo. Para nossa interlocutora, o “território” deve ser entendido no sentido forte do termo, aquele teorizado pelo geógrafo negro Milton Santos (2002), de mediação entre passado e futuros possíveis. O passado pode ser memória ancestral, como no caso de comunidades tradicionais. Outras vezes, toma a forma de uma trajetória interrompida pelos próprios processos de desapropriação. A insegurança da posse da terra, a pressão do modo de produção capitalista sobre a agricultura e o meio ambiente significam que a reprodução da vida e do território são uma verdadeira luta.

Como entender os territórios com foco na reprodução da vida de sujeitos e sujeitos “invisibilizados pela História com letra maiúscula, aquela

ditada pelos vencedores, quase todos homens, heterossexuais, brancos, ocidentais e burgueses” (Hernández; Bayón Jiménez, 2019, p. 16)? Como tornar visível a resistência de sujeitas e sujeitos que passa pela afirmação da agroecologia, em face dos discursos dominantes sobre a exploração de recursos, o desenvolvimento econômico e a suposta sustentabilidade dessas atividades? Como acessar e fazer justiça à visão complexa que elas e eles têm de seu território, evitando, ao mesmo tempo, confundi-la com a da proteção ambiental, que tende a separar o ambiental do social e a colocar o primeiro acima do segundo?

Escalas e pontos de vista são parâmetros essenciais aqui. Como vimos no Capítulo 1, as epistemologias feministas questionam a possibilidade de um conhecimento universal e mostram que a objetividade exige o reconhecimento do caráter necessariamente situado de todo conhecimento. Aplicada à geografia, a crítica feminista implica mudar o foco da esfera da produção, inclusive em abordagens críticas ao capitalismo, para a esfera da reprodução da vida e para os sistemas de dominação baseados no gênero (Rose, 1993; Marston, 2000). Além disso, a abordagem decolonial, formulada por intelectuais indígenas e pesquisadoras feministas da região (Isa *et al.*, 2020; Baniwa *et al.*, 2023), traz à tona a relação entre comunidades, corpos e territórios, enfatizando a dimensão íntima, simultaneamente, coletiva de cada um desses elementos. Faz do “corpo-território” um conceito de novas abordagens ao território, o que também verificamos nos nossos encontros com agricultoras agroecológicas. Nas palavras de uma delas, ao iniciar um dos nossos encontros, “esse é o nosso corpo que vai ajudar a gente a pensar [...]. Pensar em como a gente vive ele, vivendo no nosso território” (Adelina, Encontro Corpo-Território, Barra do Turvo, outubro de 2021).

O presente capítulo apresenta a visão de territórios que desenvolvemos com os seis coletivos de agricultoras sujeitas da *pesquisa* GENgiBRe, usando metodologias inspiradas nas geografias feministas e decoloniais latino-americanas. A apresentação de cada território fornece uma base para a compreensão do restante deste livro, mas constitui também um resultado teórico e político *per se*: o das escalas e dos pontos comuns que surgiram da análise desses diferentes territórios. A próxima seção apresenta nossa

abordagem metodológica, e as duas seguintes a visão dos territórios que elaboramos com base nos depoimentos das agricultoras.

1. Cartografias sociais: construindo metodologias

De acordo com Nephtys Zwer, militante em prol de uma cartografia radical, os mapas “simplesmente constroem a imagem do mundo físico que chamamos de ‘realidade’”. Eles nos incentivam a “acreditar em tudo o que eles nos dizem” (Zwer, 2023, p. 19). O poder dos mapas é, portanto, imenso: eles são nossa principal representação do conhecimento sobre um território. Portanto, mapear significa hierarquizar conhecimentos. Contramapear significa, portanto, desafiar as representações dominantes, mapeando práticas do espaço ignoradas pelos poderes constituídos.

A metodologia da cartografia social contribui para isso por meio de processos coletivos, visando trazer à tona o conhecimento de sujeitas e sujeitos sobre seu próprio território e escolher a forma de representá-lo (Egger; Jalil; Castro, 2017). Nossos mapas representam os “problemas” socioambientais – ameaças, destruições e conflitos – e as “respostas” – práticas, mobilizações e resistências – construídas pelas agricultoras com suas aliadas e aliados. Ao focar na percepção das agricultoras, desvelamos problemas que as afetam especificamente enquanto mulheres, por conta de responsabilidades socialmente atribuídas a elas, como o trabalho de cuidado, ou por conta de violências de gênero. Também revelamos resistências pouco visíveis por elas desenvolvidas, como manejos agroecológicos e a renegociação de relações de poder dentro da família. Praticamos, assim, uma cartografia feminista, atenta às relações de poder entre homens e mulheres e voltada para o fortalecimento do poder de ação das mulheres.

Nossa primeira metodologia, denominada Cartografia Socioambiental Feminista, envolveu a construção de um ou mais mapas com cada um dos seis coletivos de agricultoras. Cinco desses coletivos estão implantados em nível municipal (Barra do Turvo, Itaoca e Peruíbe, no Vale do Ribeira; Acaiaca e Simonésia, na Zona da Mata) e foi essa mesma escala que as agricultoras escolheram para representar seu território. No caso de Simonésia, foram produzidos mapas detalhados no nível de várias comunidades. O sexto coletivo, em Carangolinha de Cima (município de Divino), está

organizado em nível comunitário, e essa foi a escala que as agricultoras escolheram para seu mapa.

Cada encontro de cartografia contou com a participação de 5 a 30 agricultoras (80 no total). Várias rodas de conversa, organizadas com o uso de palavras-chave escritas em tarjetas, ajudaram a identificar suas percepções sobre os problemas socioambientais e as respostas construídas por elas. As tarjetas foram colocadas no mapa para localizar problemas e respostas ou resistências. Usamos mapas-base dos municípios ou, também, desenhos livres que foram posteriormente plotados por nossa equipe em um mapa-base. Nesta elaboração, representamos elementos relevantes para as agricultoras, tais como suas comunidades, as estradas secundárias que levam a elas e os cursos-d'água. Versões intermediárias e finais dos mapas foram apresentadas e discutidas com as mulheres. São esses mesmos mapas que apresentamos no texto a seguir.

A segunda metodologia da qual fizemos uso foi o Mapa Corpo-Território, com o intuito de captar a forma como os problemas e as resistências do território atravessam os corpos das agricultoras e como elas assim os representam, constituindo uma forma de imbricação socioambiental. Essa metodologia tem várias inspirações, das quais resgatamos aqui as duas principais. A primeira diz respeito à experiência de mulheres guatemaltecas Xinca e Maias, que se declararam em defesa do corpo-território e do território-terra e denunciaram sua apropriação e destruição desses espaços por parte de empresas de mineração. Essas mulheres insistiram no fato de que mobilizações em defesa da terra e do território não podem fechar os olhos para as violências contra as mulheres. De um ponto de vista feminista, violências de gênero devem ser denunciadas e o corpo das mulheres deve ser entendido como objeto de poder político e de resistência (Cabnal, 2017). O “sentipensar”, conceito difundido pelo sociólogo Orlando Fals Borda, com base na cultura camponesa popular do Caribe colombiano (Fals Borda, 2009), é a nossa segunda fonte de inspiração. Os pescadores e as pescadoras dessa região usam essa noção para afirmar o significado político da conexão entre coração e corpo, emoção e razão, humano e não humano.

Os encontros de construção do Corpo-Território reuniram entre 6 e 18 agricultoras em cada local (67 mulheres no total). Iniciamos os

encontros com um tempo de introspecção, por meio da leitura de um texto escrito por nossa equipe, evocando problemas socioambientais e resistências das agricultoras e a forma geral como podem ser sentidos no corpo. Num segundo momento, desenhamos com as mulheres a silhueta de um grande corpo feminino, simbolizando o corpo-território coletivo. Nessa base, realizamos rodadas de conversa, com foco nos problemas socioambientais e seus efeitos no corpo; nas relações de gênero; e nas formas de resistência. Os efeitos registrados podiam ser físicos, fisiológicos, emocionais, psicológicos ou comportamentais. Finalmente, as tarjetas foram coladas na silhueta do corpo-território, como registro do sentipensar coletivo. Em alguns casos, preocupações ficaram difusas no corpo, atingindo múltiplos lugares ao mesmo tempo; ou resistências foram sentidas como uma energia no corpo inteiro. Optamos, então, por representar essas percepções globais com tarjetas especiais no Mapa.¹

A análise detalhada dos dados obtidos por meio dessas duas metodologias realizadas com os seis coletivos de agricultoras nos levou a formular sete categorias comuns de problemas socioambientais que constituem outros tantos impactos, bem como seis categorias comuns de resistência (Figura 3.1).

Cada categoria foi representada por um ícone criado por artistas locais (as mesmas que fizeram as representações gráficas dos Rios da Vida, *vide* Capítulo 2), e com inspiração na cultura popular, para favorecer seu entendimento pelas agricultoras e outras atrizes e atores que podem fazer uso dos mapas. Criamos a categoria adicional de “processos que dividem as comunidades” para dar conta de processos que as agricultoras descreveram tipicamente como sendo “nem bons nem ruins”, como a renda de produtos cultivados em monocultura, que contribui para a economia local, mas ao custo de contaminação e de degradação ambiental.

¹ Uma foto de um Mapa Corpo-Território sendo construído por agricultoras durante um dos nossos encontros (Barra do Turvo, RAMA, outubro de 2021), com tarjetas coladas na silhueta do corpo, pode ser vista no *site* do projeto. Disponível em: <https://gengibre.org/noticias-do-campo-outubro-2021/>. Acesso: 17 jul. 2025.

Figura 3.1 – Ícones representando as categorias de análise da Cartografia Socioambiental Feminista e do Mapa Corpo-Território e outros elementos de legenda dos mapas

Tipos de impactos	Tipos de resistências	Principais processos que dividem as comunidades	Frequência dos impactos e das resistências
 Contaminações: águas, solos, ar, vegetais e animais	 Afirmação de identidades étnico-culturais	 Renda mas com impactos sociais ou ambientais negativos	 Há relatos
 Degradações e desequilíbrios ambientais: mata, solo, espécies, águas, clima	 Manejos agroecológicos		 Número médio de relatos
 Violência e ameaças de acesso ao território: terra, água limpa e outros bens	 Cuidados: cuidado com as/os outros, com a natureza, com o território e autocuidado		 Muitos relatos
 Doenças físicas e mentais e acidentes	 Organização sócio-política e luta por direitos e políticas públicas		 Município
 Falta de acesso a direitos e políticas públicas	 Poder de decisão das mulheres, organização e autonomia sócio-econômicas		 Distrito
 Falta de autonomia (produtiva), desvalorização e sobrecarga de trabalho das mulheres	 Trabalho das mulheres valorizado e compartilhado com os homens		 Sede de município (cidade) e de distrito (vila)
 Violência contra as mulheres	Construção dos dados: Coletivos de mulheres e equipe GENgIBre (2022-2024). Realização dos ícones: Carolina Santos Natividade e Helena Joaquina Gomes Barros (2023). Realização de legenda: C. Chatel, 2024.		 Comunidades em que houve participação das mulheres na construção do mapa
			 Água (rio, lago, mar)
			 Rodovias
			 Estradas principais e secundárias

Desenho original dos ícones: Carolina Santos Natividade e Helena Joaquina Gomes Barros.

Fonte: Elaboração própria do projeto GENgIBre.

As categorias de impactos e de resistências expressam a imbricação das dimensões sociais e ambientais. Como veremos no texto a seguir, na experiência das agricultoras, as dimensões ambientais, da contaminação, da degradação e dos desequilíbrios são inseparáveis de processos sociais, econômicos e políticos que se manifestam na forma de ameaças ao acesso à terra e a políticas públicas, violências contra as mulheres, doenças, acidentes e sobrecarga de trabalho. Simetricamente, suas resistências imbricam práticas ambientais, como manejos agroecológicos e práticas de cuidados com a natureza e com as pessoas, com processos sociais, econômicos e políticos como afirmação de identidades étnico-culturais, organização sociopolítica, luta por direitos e políticas públicas, poder de decisão das mulheres e valorização do seu trabalho.

Vemos a imbricação dessas dimensões como “gramáticas” dos problemas socioambientais e das resistências, elaboradas a partir da experiência das agricultoras. O conceito de “gramática política” foi inicialmente proposto pelos sociólogos Luc Boltanski e Laurent Thévenot no livro *Da justificação* (1991) para designar os pontos comuns aos quais as “pessoas ordinárias” se referem para entender e definir o

que é justo. Os autores mostraram que a gramática usada por essas pessoas para chegar a acordos práticos tem estreita correspondência com as grandes ordens políticas teorizadas na filosofia. Essa abordagem, chamada de “pragmática”, renovou profundamente a sociologia ao demonstrar que o pensamento comum dá acesso a categorias de entendimento geral e que é, portanto, necessário levar a sério o que as pessoas “ordinárias” fazem e dizem.

A noção de gramática, aplicada aqui aos problemas socioambientais e às resistências percebidas pelas agricultoras, expressa nosso argumento de que as categorias comuns, que identificamos cruzando seus depoimentos, têm um alto grau de generalidade. No plano teórico, isso significa que, para além das diferenças de contexto, existem estruturas de relações em comum que conectam as diferentes dimensões dos impactos socioambientais e das resistências.

As próximas duas seções do texto exploram o conteúdo dessas categorias nos territórios da *pesquisa* do projeto GENgiBRe: a seção II, com base nos resultados dos seis encontros da Cartografia Socioambiental Feminista, e a seção III, com base nos resultados agregados dos encontros Corpo-Território. As citações em cada subseção do texto a seguir foram extraídas dos encontros correspondentes ao território e à metodologia em questão. Para simplificar a leitura do texto, a data de cada encontro e os nomes das comunidades e das organizações das agricultoras que participaram são informados no início de cada subseção e não são repetidos para cada citação.

2. As agricultoras e seus territórios: desvelando gramáticas comuns

2.1. Vale do Ribeira, São Paulo

2.1.1. Itaoca

Em Itaoca, a Cartografia Socioambiental Feminista realizada em outubro de 2021 com mulheres da UAAI, moradoras do quilombo do Cangume e dos bairros rurais Caraças, Fazenda e Pavão (Figura 3.2) mostrou a centralidade dos problemas de contaminação e de degradação e de desequilíbrios ambientais. Como uma delas resumiu:

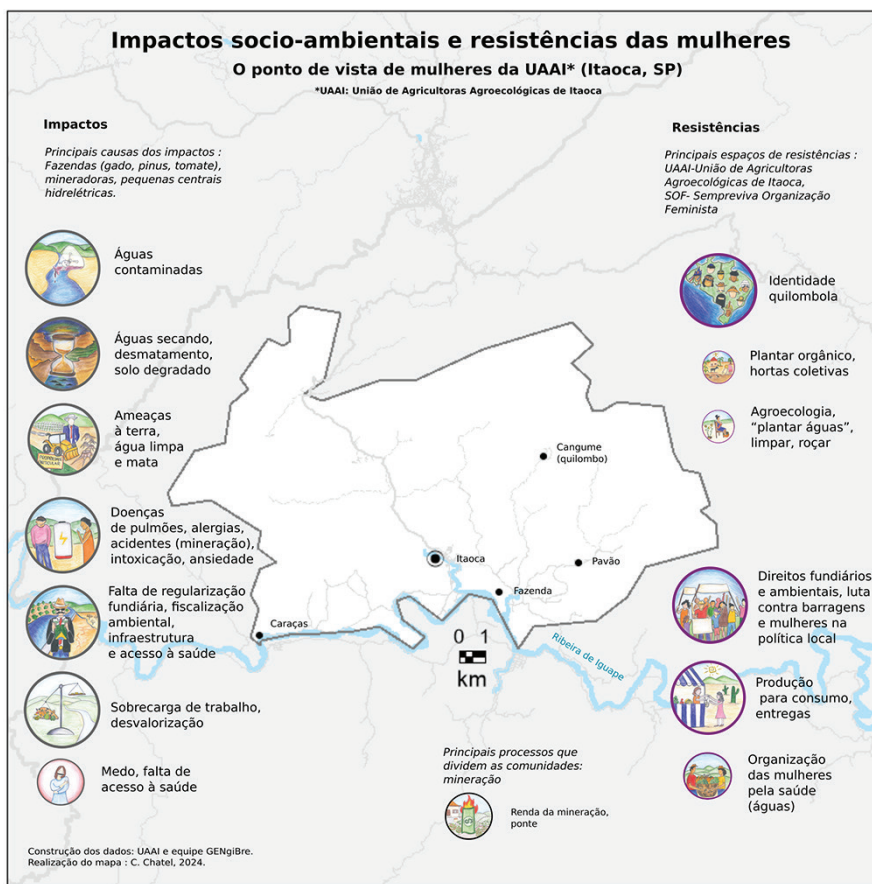
A terra é fraca, tem que pôr adubo, e a água tá mais seca, porque há desmatamento na cabeceira, são os donos dos terrenos plantando capim para boi, pasto, estas fazendas... Há também os pinus nas cabeceiras: dizem que prejudicam a água, que tem um ácido que vai pro rio. É gente de fora que vem e planta, só pensa no dinheiro. Os tomateiros também, jogam veneno no solo, litros de veneno em cima da terra, morreu vaca comendo veneno.

As pessoas “de fora” são diversos agentes da produção intensiva de gado, pinus e tomate, além da mineração, que têm se instalado gradualmente no município desde os anos 1950 (*vide* Capítulo 2). A contaminação, a degradação e os desequilíbrios ambientais provocados por essas atividades causaram doenças e acidentes: as agricultoras apontaram intoxicações pelo “veneno de quem trabalhou no tomate”, doenças de pulmão e acidentes dos homens que trabalharam na mina, alergias pela poeira nas estradas sem asfalto e sua própria ansiedade diante desses problemas. Os problemas não são apenas físicos ou corporais, mas, antes, políticos. As agricultoras os associaram à falta de acesso a direitos, a começar pelo direito das comunidades à terra, que, segundo elas, está ameaçado pelos grandes produtores. Além disso, as mulheres são as primeiras a sofrer as consequências das degradações ambientais, pois aumentam sua carga de trabalho, por exemplo, para conseguir água limpa. Diante da ausência de políticas públicas, são também elas as primeiras a propor iniciativas de cuidado ambiental e, ao fazer isso, não raras vezes, sofrem formas de desvalorização. Por exemplo, uma agricultora atingida pelo ressecamento das nascentes contou que “a gente conversa sobre este assunto, mas, quando se fala de plantar árvores para mudar isso, as pessoas riem, a gente vira até chacota”.

No momento do nosso encontro, uma ponte sobre o rio Ribeira de Iguape estava sendo construída pelo governo do estado de São Paulo. As mulheres explicaram que a ponte atenderia principalmente ao interesse das empresas de mineração, para escoar o minério para o Paraná, mas que algumas pessoas achavam que a ponte também respondia a uma demanda local por infraestruturas. Trata-se tipicamente de um processo que divide as comunidades: entre pessoas que acreditam no “discurso de desenvolver o município” e as que alertam sobre o quanto “vão prejudicar as comunidades e o meio ambiente”, segundo os relatos das agricultoras. No entanto, as divergências se sobrepõem estreitamente aos papéis de gênero,

com homens geralmente focando nas promessas de renda, e mulheres, no cuidado socioambiental. Como relatou uma das agricultoras, “meu marido é a favor das empresas, deste tipo de desenvolvimento, e eu discuto com ele para explicar que preservando pode ser o lugar mais rico do mundo”.

Figura 3.2 – Mapa de impactos socioambientais e resistências das mulheres da UAAI (outubro de 2021)



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgIBre.

O mapa de Itaoca (Figura 3.2), construído pelas agricultoras da UAAI, mostra o quanto as dimensões dos impactos socioambientais estão inter-relacionadas: a contaminação e a degradação ambiental causam doenças e acidentes para as agricultoras e suas famílias, e são causadas por pro-

cessos de produção intensiva, sustentados pela negação dos direitos das comunidades. A falta de políticas públicas, o medo e as diversas formas de violência associadas a essa forma de produção são parte da gramática de destruição socioambiental e tornam as condições de vida nas comunidades ainda mais difíceis.

Diante dessas divisões, “a união e a organização são difíceis”, mas “as respostas existem”, segundo as agricultoras. A afirmação da identidade quilombola e a luta pelo direito à terra e ao território são duas primeiras dimensões das respostas, historicamente ligadas à resistência aos projetos de barragens a serviço do setor minerário. Como afirmou uma agricultora, “a grande conquista que tivemos foi a não construção da barragem de Tijuco Alto [cuja licença ambiental foi negada em 2017], que era para ser construída no rio Ribeira de Iguape”.

Para além das grandes mobilizações, as resistências também consistem em manejos agroecológicos que acontecem em nível local, como o “plantar orgânico” nos quintais, nos terreiros e nas hortas coletivas das mulheres. Essa produção contribui para a autonomia socioeconômica das mulheres por meio do autoconsumo – “todo mundo planta para não comprar no mercado” – e de entregas, sustentadas pela organização coletiva das mulheres (detalhes no Capítulo 8), e se constitui como alternativa à renda da produção agrícola intensiva e da mineração. Outra forma de resistência é por meio de práticas coletivas de cuidado (*vide* Capítulo 9), como mutirões para “plantar árvores, limpar e roçar”, criando ocasiões de se reunir, ao mesmo tempo que conscientizando pessoas das comunidades sobre direitos ambientais e de saúde. Para além das ações locais, as agricultoras reconheceram a dimensão dos desafios – afirmando, por exemplo, que “a briga sobre reflorestamento é grande” – e apontaram para a necessidade de “ter uma Secretaria Municipal dedicada e que pense a agricultura em conjunto com o meio ambiente”. A entrada de um “grupo de mulheres” no governo municipal, como vereadoras ou servidoras comissionadas na Prefeitura, foi uma resposta, individual e coletiva, a essa necessidade, com base na organização sociopolítica.

A atenção dada em nossos encontros a todas as respostas, inclusive às que poderiam parecer microscópicas, revelou o tamanho das resistências

das agricultoras. Unir práticas de produção e de cuidado, organizar a comercialização, afirmar identidades, disputar espaços políticos e reivindicar direitos constitui a gramática das resistências das agricultoras da UAAl.

2.1.2. Barra do Turvo

A Cartografia Socioambiental Feminista de Barra do Turvo foi realizada em julho de 2022 com agricultoras da RAMA, moradoras de bairros rurais (Bela Vista, Conchas, Córrego do Franco, Córrego da Onça, Divisa, Indaiatuba e Rio Vermelho) e de comunidades quilombolas (Cedro, Ribeirão Grande e Terra Seca, *vide* Figura 3.3). Como em Itaoca, a Cartografia de Barra do Turvo mostrou a seriedade da contaminação e da degradação ambiental. A poluição e a diminuição dos cursos-d'água e seus impactos na saúde (doenças físicas e mentais) foram os principais problemas mencionados pelas mulheres. Em Ribeirão Grande e Terra Seca, por exemplo:

Água era bastante que dava até para socar monjolo (para moer milho e fazer farinha), lavar roupa na pedra e hoje em dia dá *malemá* prá [ter vazão] para uma mangueira da água. O problema é a cabeceira dessa água, que virou pasto do fazendeiro.

A criação intensiva de búfalos aumentou no período recente em Barra do Turvo e causou a poluição dos cursos-d'água (por excrementos de animais) e a diminuição do número de nascentes (por desmatamento). A compactação da terra pelo pisoteio dos animais, associada a chuvas intensas, também assoreia os rios: “Não dá tempo de a água entrar na terra”, conforme explicou uma agricultora. O desmatamento reduz ainda os alimentos disponíveis para os animais selvagens, que se voltam para a plantação das mulheres. Caramujos africanos, passarinhos, macacos e quatins tornaram-se “pragas” devido a essa série de desequilíbrios ambientais.

De maneira similar a Itaoca, os problemas em Barra do Turvo, relacionados à falta de acesso à água potável, constituem uma ameaça a um só tempo ambiental e política para as comunidades. Isso as torna dependentes de infraestruturas caras (mangueiras, poços, filtros) que não são garantidas por nenhum direito. Em uma das comunidades, por exemplo, as famílias ficaram sem água por cinco meses devido à falta de mangueiras, e as mulheres se organizaram e fizeram um trabalho intenso

de pressão junto à prefeitura. O contrário também foi relatado: algumas agricultoras viram seus campos serem destruídos por enchentes, fato que elas atribuem às mudanças climáticas.

No entanto, diferentemente de Itaoca, Barra do Turvo tem importantes UCs, ligadas ao Mosaico de Jacupiranga (*vide* Capítulo 2). A existência dessas Unidades limita as degradações ambientais, mas, ao mesmo tempo, constitui outro tipo de ameaça: despejo e proibição de acesso aos bens naturais devido a medidas restritivas de proteção ambiental (mais detalhes no Capítulo 6). A roça de coivara, típica das comunidades quilombolas da região (*vide* Capítulo 2), está sujeita a essas restrições, o que foi descrito pelas agricultoras como uma “criminalização dos manejos tradicionais” e uma negação de direitos.

A percepção dessas mulheres, resumida na Figura 3.3, corroborou e estendeu a gramática dos problemas socioambientais que observamos em Itaoca. A contaminação, a degradação ambiental e os desequilíbrios causados pelo modelo de produção intensiva, o adoecimento e a sobrecarga de trabalho das mulheres, as ameaças ao acesso aos bens naturais e a negação de direitos operam de maneira conjunta. As Unidades de Conservação são em parte ameaça, em parte proteção.

Em Barra do Turvo, a RAMA, a SOF e as organizações comunitárias são os principais espaços de resistência das agricultoras. A afirmação da identidade quilombola e a reivindicação de direitos sociais e territoriais, incluindo o direito de praticar a roça de coivara, constituíram uma das respostas das comunidades às regras impostas pelas UCs. A prática da agroecologia foi outra estratégia de resistência, em especial a agrofloresta, promovida desde a década de 1990 por uma associação local, a Coopera-floresta (consulte o Capítulo 2). Adotada por muitas famílias, essa técnica “fortalece a terra”, preserva a floresta e permite uma produção diversificada, constituindo uma resistência ambiental concreta, pois “onde tem agro-floresta tem água, diversidade, muita fruta”, segundo as palavras de uma agricultora quilombola. Praticar a agrofloresta e a agroecologia também é uma forma de as agricultoras cuidarem de si mesmas: a “fartura” da diversidade traz “alegria” para elas e “ânimo para cuidar de flores, raízes, árvores, sementes e águas”.

Figura 3.3 – Mapa de impactos socioambientais e resistências das mulheres da RAMA (julho de 2022)



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgBre.

A intervenção da SOF em Barra do Turvo foi uma resposta centrada nas mulheres aos problemas inter-relacionados de degradação ambiental e de desigualdades de gênero. A SOF ajudou a formar a RAMA, e a RAMA afirmou que atividades historicamente desenvolvidas por mulheres, como o beneficiamento de alimentos e a criação cuidadosa de animais, são parte da agroecologia. A SOF e a RAMA criaram circuitos de economia solidária, aumentando a autonomia econômica e política das mulheres. Colocaram o cuidado no centro de sua visão da agroecologia, combinando formação técnica e política feminista.

2.1.3. Peruíbe

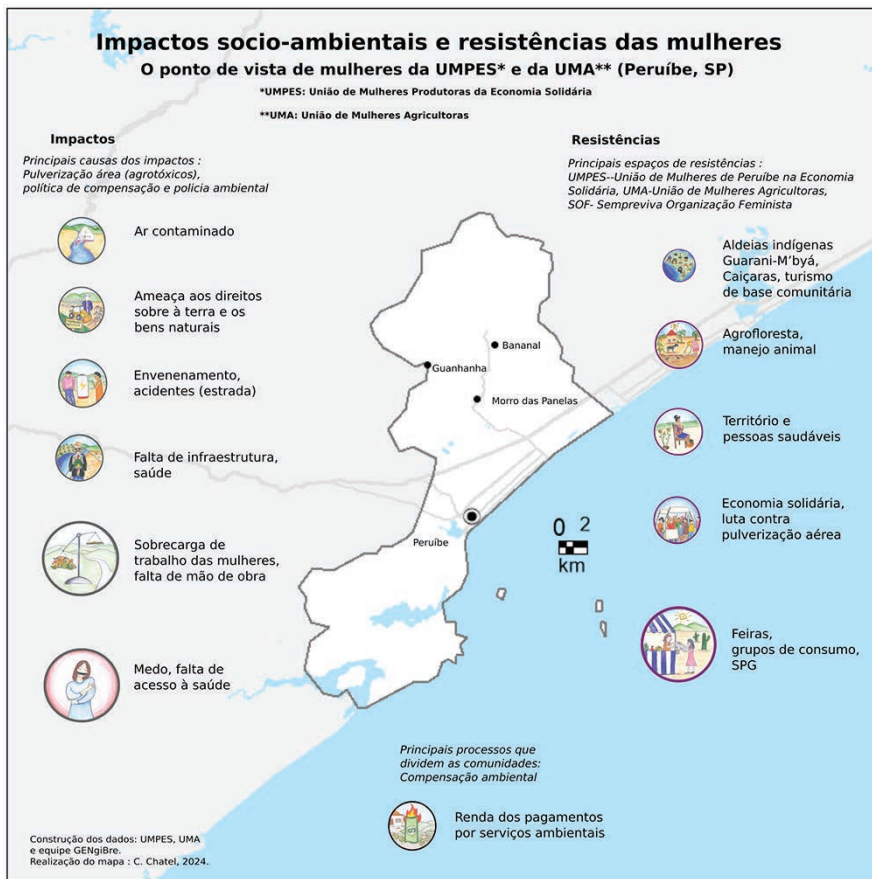
A Cartografia Socioambiental Feminista de Peruíbe foi realizada em junho de 2022 com agricultoras de três bairros rurais, Guanhanha, Bananal e Morro das Panelas (Figura 3.4), pertencentes à UMPES e à UMA. Como vimos no Capítulo 2, os bairros das agricultoras estão localizados dentro ou perto do Parque Estadual da Serra do Mar e de sua zona de amortecimento, o que as protege da contaminação por agrotóxicos devido à pulverização aérea que acontece em outras regiões do município.

Ao mesmo tempo, assim como em Barra do Turvo, a presença do Parque impõe uma série de restrições. As agricultoras as descreveram como uma ameaça ao seu acesso ao território, particularmente porque as regras exatas do Parque e seu escopo de aplicação não são totalmente conhecidos por elas. Nas palavras de uma delas, “a gente não sabe se pode plantar ou não, é uma opressão ambiental”. Também expressaram medo e ansiedade relacionados aos controles realizados pela polícia ambiental: “A insegurança vive com a gente, não sabemos o que será de nós, não temos segurança de ter a terra, só estamos na terra”. A abordagem securitária, com base no uso da polícia e de multas, expressa a masculinidade hegemônica no campo ambiental (MacGregor, 2010) e constitui uma forma de violência.

As agricultoras associaram, ainda, a presença do Parque à falta de serviços públicos em seus bairros, visíveis nas pistas em mau estado, nos ônibus escolares ausentes ou malconservados a ponto de causar acidentes e na falta de escolas e de postos de saúde. Em sua opinião, essa falta é uma estratégia das autoridades públicas para incentivar a saída das famílias da região. Como explicou uma delas, “a região do Parque é cruel, fecham tudo e te obrigam a sair do território [...]. Meus filhos reclamam que não tem criança no nosso bairro, porque a perua não sobe lá desde 2019”.

Como ilustra a Figura 3.4, a contaminação do ar, as ameaças ao acesso ao território e aos bens naturais, a negação de direitos e de acesso a políticas públicas, a violência policial e o impacto na saúde são os principais elementos da gramática dos problemas socioambientais expresso por essas mulheres.

Figura 3.4 – Mapa de impactos socioambientais e resistências das mulheres da UMPES e da UMA (junho de 2022)



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgIBre.

Nesse contexto, as agricultoras da UMPES e da UMA explicaram que resistir significa permanecer no território, apesar dos problemas com o Parque, e que é justamente na qualidade do território, preservado pelo Parque, que elas encontram forças para lutar. A qualidade das águas, com a notável diferença de Itaoca e Barra do Turvo, expressa isso: “A nossa água é uma benção, sítio nenhum que eu conheça tem essa água”, afirma uma das agricultoras. A saúde das pessoas é vista como indissociável daquela do território, em uma forma de cuidado socioambiental

recíproco: “Se um dia eu vender esse sítio, não sei se vou viver até os 100 anos, como eu quero”, diz a mesma agricultora. A qualidade do território facilita ainda os manejos agroecológicos, como a agrofloresta e os manejos animais. A produção é valorizada em virtude da organização socioeconômica das agricultoras em diferentes escalas: nas suas comunidades, graças à conexão com grupos de consumo e ao Sistema de Garantia Participativa (SPG) iniciado pela SOF; nas suas organizações (UMA e UMPES); nas feiras; e na política de economia solidária em Peruíbe (*vide* Capítulo 2).

2.2. Zona da Mata de Minas Gerais

2.2.1. Acaiaca

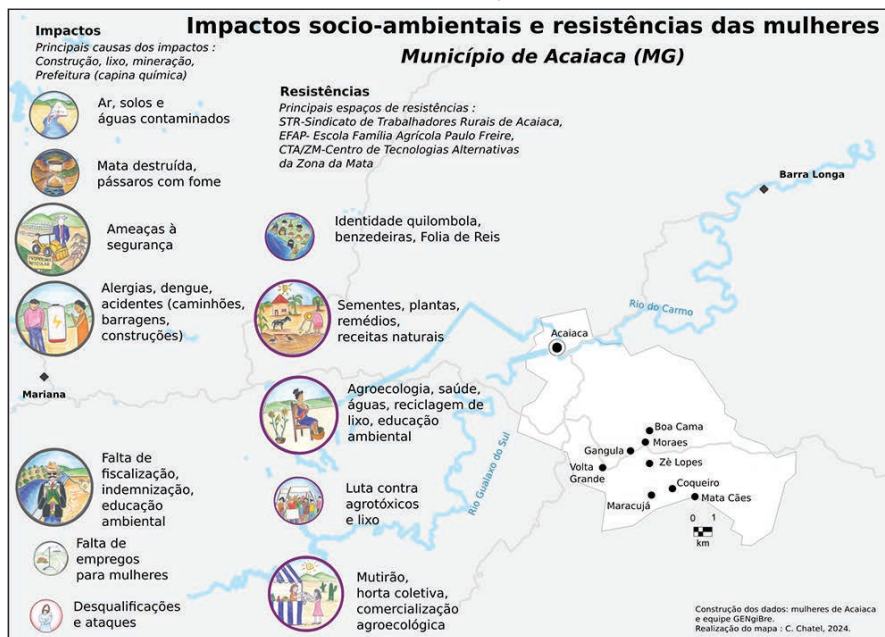
Em Acaiaca, nosso encontro de Cartografia, realizado em junho de 2022, reuniu agricultoras de oito comunidades rurais (Boa Cama, Coqueiro, Gangula, Mata Cães, Comunidade dos Moraes, Maracujá, Volta Grande e Zé Lopes) e da cidade de Acaiaca (Figura 3.5). Assim como no Vale do Ribeira, a contaminação das águas, dos solos e do ar por agrotóxicos foi uma das primeiras questões levantadas pelas mulheres. Aqui, o “veneno”, como as agricultoras o chamam, é usado por muitos agricultores familiares – vizinhos e, muitas vezes, parentes das agricultoras – e pela Prefeitura, que realiza a capina das ruas. Além do surgimento de doenças, como intoxicações e alergias, o fato de os agrotóxicos serem usados dentro da agricultura familiar levou a formas específicas de conflitos e de violências contra as agricultoras dentro das próprias comunidades. Uma agricultora explicou que “[a] atacaram falando que estava na igreja fazendo política contra os venenos”; outra contou que foi desqualificada por pessoas da comunidade que lhes disseram que “quem defende a agroecologia só tem mato na porta de casa”. Outras foram chamadas de “doida”, expressando um preconceito sexista e uma violência de gênero que associa a feminilidade à loucura ou histeria: “no dia em que [a Prefeitura] estava jogando veneno, eu falei que as crianças estavam perto e eles jogando veneno. Eu tenho problema alérgico. Eles falaram que eu sou doida”.

Além dos agrotóxicos, as agricultoras de Acaiaca expressaram preocupação com a contaminação por lixo e com o risco de dengue, que associaram à construção desordenada, sem fossas sépticas, que acontece no município, e à falta de educação ambiental. Destacaram, ainda, o desmatamento, que tem o efeito de expulsar os pássaros de seu hábitat natural, levando-os às plantações de seus quintais, o que acaba constituindo uma cadeia de desequilíbrio ambiental.

Como vimos no Capítulo 2, outro grande problema socioambiental em Acaiaca é sua proximidade com a cidade de Mariana, onde a mineração é praticada desde a época colonial e onde o rompimento da barragem de Fundão, das empresas Samarco e BHP Billiton, em 2015, causou um dos maiores crimes ambientais e políticos da história brasileira. À contaminação histórica dos rios por mercúrio causada pelos garimpos de ouro, acrescentou-se a violência do rompimento da barragem e a negação dos direitos das comunidades locais pelo Estado e pela empresa, que se expressou na falta de fiscalização antes do acidente e na posterior falta de indenização. O intenso tráfego de caminhões e a presença de grandes contingentes de homens empregados na reconstrução das áreas destruídas também colocam em risco a segurança de mulheres e crianças (*vide* Capítulo 2). A Figura 3.5 resume a gramática dos problemas socioambientais em Acaiaca, conectando processos minerários e modelo de agricultura e de ocupação do território.

Ao falar sobre suas resistências, as agricultoras de Acaiaca destacaram seus manejos agroecológicos, como reproduzir sementes, produzir alimentos saudáveis, preservar as águas e usar plantas medicinais, explicando que constituem ao mesmo tempo práticas de cuidado com o território e com as pessoas. Essas práticas foram associadas por elas à cultura local, por exemplo por meio das sementes que expressam a “história de vida” dos indígenas que habitaram a região. Destacaram, ainda, a identidade quilombola, transmitida pelos escravos que foram trazidos para trabalhar nas minas da região, e mencionaram a presença entre elas de benzedeiras, bem como a importância de manter tradições culturais, como a Folia de Reis.

Figura 3.5 – Mapa de impactos socioambientais e resistências das mulheres de Acaiaca (junho de 2022)



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgIBRe.

As agricultoras também explicaram a importância da organização sociopolítica por meio dos espaços locais do movimento agroecológico, como a EFAP, o STR e o CTA (*vide* Figura 5). Foi a EFAP, por exemplo, que executou o projeto “Águas Limpas”, o qual envolveu a construção de fossas sépticas e o cercamento de aproximadamente 70 nascentes: as práticas ambientais constituem uma crítica política frente à exploração do território. Como nos outros municípios, essas ações são inseparáveis da organização econômica das mulheres, valorizando seu trabalho e tornando a agroecologia uma alternativa viável por meio do trabalho coletivo (horta coletiva, mutirão) e da comercialização da produção.

2.2.2. Simonésia

A Cartografia Socioambiental Feminista de Simonésia envolveu agricultoras do Coletivo de Mulheres do SINTRAF ao longo de três encontros, realizados entre outubro de 2021 e julho de 2022. Os dados foram levantados com mais detalhes do que em outros municípios: além do mapa

geral aqui apresentado (Figura 3.6), foram produzidos mapas por distritos, contendo informações sobre um grande número de comunidades.²

Como vimos no Capítulo 2, Simonésia faz parte da região da Zona da Mata do leste de Minas Gerais, marcada pelo cultivo intensivo de café para exportação. Esse modelo penetrou a maioria das propriedades familiares, que constituem a estrutura agrária dominante no município. Em nosso encontro, as agricultoras reconheceram que a renda do café havia mudado a face de Simonésia, tirando muitas famílias da pobreza, mas, ao mesmo tempo, ocasionando uma série de problemas. A renda do café é o epítome de uma relação ambivalente que divide famílias e comunidades e, portanto, é difícil de mudar.

Como nos demais municípios, os problemas são de contaminação, destruição e desequilíbrios ambientais (desmatamento, diminuição do número de nascentes ou de suas vazões, contaminação do solo, da água e do ar por agrotóxicos) e relativos a doenças (intoxicações, cânceres, ansiedade e depressão). As agricultoras de Simonésia têm se mostrado particularmente conscientes da lógica e dos efeitos gerais do modelo agrícola: dispersão de agrotóxicos em propriedades que não os utilizam (por meio de chuvas, infiltração no solo e circulação nos rios); cultivo de milho transgênico tolerante a agrotóxicos do café; e contaminação do milho crioulo pelo milho transgênico.

De forma reflexiva, as agricultoras apontaram o impacto do modelo agrícola nas relações e desigualdades de gênero: em quase todas as propriedades, o café é uma cultura de rendimento nas mãos dos homens. Como explicou uma agricultora: “[esse modelo] não permite às mulheres plantarem o que querem onde querem. A lavoura [de café] tem prioridade”. As culturas femininas são desvalorizadas em comparação com o café, e as agricultoras lutam diariamente contra os homens de suas próprias famílias para manter seus quintais e sua autonomia produtiva (mais detalhes nos Capítulos 4 e 7).

Como vimos no Capítulo 2, as agricultoras de Simonésia também estão no centro de uma resistência de longa data contra uma empresa regional

² Os mapas estão disponíveis em: <https://gengibre.org/wp-content/uploads/2025/12/Mapas-Distritos-Simonesia.pdf>

de mineração de bauxita (Mineração Curimbaba). Os contatos da empresa com os agricultores e a pressão econômica e política que ela exerce são vistos pelas mulheres como uma constante ameaça. Nas palavras de uma delas, “a mineradora está tentando nos atacar”. A ameaça opera por meio dos homens, isto é, da ativação do papel de provedor e da lógica do lucro (mais detalhes no Capítulo 5). Conforme explicado por outra agricultora, a cujo marido foi oferecido um contrato de concessão de lavra, ao qual ela teve de resistir, ameaçando acionar um advogado: “Quando falam de mineração, falam sobre lucro, sobre o que vão receber, e os homens pensam pela lógica do lucro; assim os homens que pensam a curto prazo aceitam receber”.

Figura 3.6 – Mapa de impactos socioambientais e resistências do Coletivo de mulheres de Simonésia (outubro de 2021 a julho de 2022)



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgIBRe.

O encontro com as agricultoras do SINTRAF de Simonésia mostrou que tanto o cultivo intensivo de café quanto a mineração penetram no território por meio dos papéis de gênero masculinos. A experiência, resumida na Figura 3.6, evidencia a conexão entre as violências e as desigualdades de gênero e as outras categorias da gramática de impactos socioambientais identificadas nos demais municípios, como contaminação, destruição ambiental, doenças físicas e mentais e ameaças políticas e ambientais.

Como vimos no Capítulo 2, Simonésia também é um local de resistência baseado em uma combinação marcante de organizações dos movimentos agroecológico e feminista. São grupos de reflexão ligados à Igreja Católica, organizações de nível municipal (SINTRAF, AGRIFAS, COOPERSIM) e regional (REDE, CTA–ZM, MMZML, Comissão de Enfrentamento à Mineração; *vide* Figura 3.6). São organizações nas quais as agricultoras têm gradualmente conseguido acesso a lugares de poder e que valorizam seu trabalho na agroecologia e sua autonomia econômica, entendendo seu trabalho como alternativa concreta ao modelo de produção intensiva de café e à renda da mineração. De acordo com os depoimentos de várias agricultoras:

Cooperativa, AGRIFAS, Sindicato são organizações que contribuem para o projeto de agroecologia, contribuem para organização, para comercialização, para levar informações, por exemplo sobre queimadas e agrotóxicos.

Nos grupos de reflexão, temos trabalhado bastante a questão da agroecologia, chegamos a fazer trocas de sementes, pensando em produzir a mesma semente, evitando que outras pessoas plantem transgênico.

Os grupos de reflexão são puxados mais por mulheres.

A agroecologia em Simonésia representa um projeto de resistência multifacetada das mulheres, articulando todas as dimensões das gramáticas identificadas neste capítulo: inclui o resgate de identidades quilombolas e indígenas; a valorização das benzedadeiras; o cuidado com sementes crioulas, a biodiversidade e a saúde; o manejo de hortas; a busca de direitos mediante a titulação fundiária em nome das mulheres; o reflorestamento; a recuperação de nascentes; a conscientização sobre agrotóxicos; e a mobilização contra a mineração. Embora as relações de poder com os setores dominantes do café e da mineração permaneçam desiguais, essa experiência

mostra como a abordagem feminista da agroecologia, que articula essas diferentes dimensões, pode se tornar uma poderosa forma de resistência.

2.2.3. Carangolinha de Cima (Divino)

Em Divino, a Cartografia Socioambiental Feminista foi realizada em junho de 2022 com agricultoras da comunidade de Carangolinha de Cima (Figura 3.7). Sua experiência lança luz sobre a escala comunitária, de forma a complementar as outras cartografias, realizadas em nível municipal.

Assim como Simonésia, Carangolinha é afetada pelo modelo de cultivo intensivo de café e pela prospecção de bauxita. Também como em Simonésia, as mulheres apontaram a desvalorização de sua própria produção diante da lógica mercantil e extrativista, e a violência contida nessa relação de forças, causando ansiedade e até depressão em algumas delas. Elas também reconheceram a importância da renda do café, ao mesmo tempo que criticaram fortemente os agrotóxicos e as sementes transgênicas. Elas explicitaram as razões pelas quais seus maridos utilizam agrotóxicos – para economizar trabalho (de roçar, carpir, preparar a terra) – e seus modos de resistência: recusando-se justamente a ir às lavouras onde seus maridos aplicam essas substâncias, colocando seu próprio trabalho na balança do poder. Como explicou uma delas:

Eu não fui na lavoura, nem levar comida eu levo. Não fui na lavoura mais. Quando ele arou o terreno, eu fui, mas depois de plantar o transgênico eu não vou mais. Falo para meu marido: “Não quero que o P. (filho) leve comida para você. Não sei o tanto que deu, não me interessa”.

As resistências baseiam-se na organização do grupo de mulheres que participou da *pesquisação* do GENgiBRe. Esse grupo é ativo em todos os problemas da comunidade, “além das reuniões da igreja, a gente faz tanta reunião: para defender a escola, do enfrentamento à mineração, faz intercâmbio. As da igreja envolve quase tudo”.

A igreja, pautada na abordagem da Teologia da Libertação (*vide* Capítulo 2), e a escola da comunidade são os pilares do grupo de mulheres. A escola é baseada no modelo de educação do campo, que valoriza a cultura local e o pertencimento das crianças à comunidade – por meio de peças teatrais, canções e poemas, por exemplo, elas dramatizam seus problemas

e resistências.³ Atualmente, a escola está sob ameaça de fechamento pela Secretaria Municipal de Educação de Divino, mas é defendida firmemente pelas mulheres, que consideram que o fechamento levaria à saída das famílias e ao esvaziamento da comunidade e pode constituir até uma estratégia para deixar o campo livre para a mineradora.

Figura 3.7 – Mapa de impactos socioambientais e resistências de mulheres da comunidade de Carangolinha de Cima (Divino, junho de 2022)



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgIBRe.

³ Trechos de um poema de uma criança de Carangolinha podem ser acessados no filme da Caravana Agroecológica e Feminista do projeto GENgIBRe em Minas Gerais. Consulte: <https://gengibre.org/o-cta-zm-publica-um-video-sobre-conflitos-socioambientais-e-resistencia-na-zona-da-mata-e-leste-de-minas/>. Acesso: 17 jul. 2025.

A agroecologia é um termo-chave em Carangolinha de Cima, utilizado por aliados como o CTA e outras organizações do Polo Agroecológico da Zona da Mata. As agricultoras valorizam práticas como a diversificação nos quintais e o resgate de sementes, fundamentando a agroecologia em sua cultura culinária, que utiliza produtos locais, e em práticas de saúde baseadas em plantas medicinais. Esses conhecimentos foram sistematizados em um Protocolo Biocultural, elaborado com o apoio da UFV. Esse documento serve como instrumento político para defender os direitos da comunidade, reconhecendo suas práticas tradicionais e cosmovisões, sendo usado em várias comunidades no Brasil e em outros países. Em Carangolinha de Cima, o objetivo é afirmar “os direitos de permanência no território” diante do avanço da mineração.

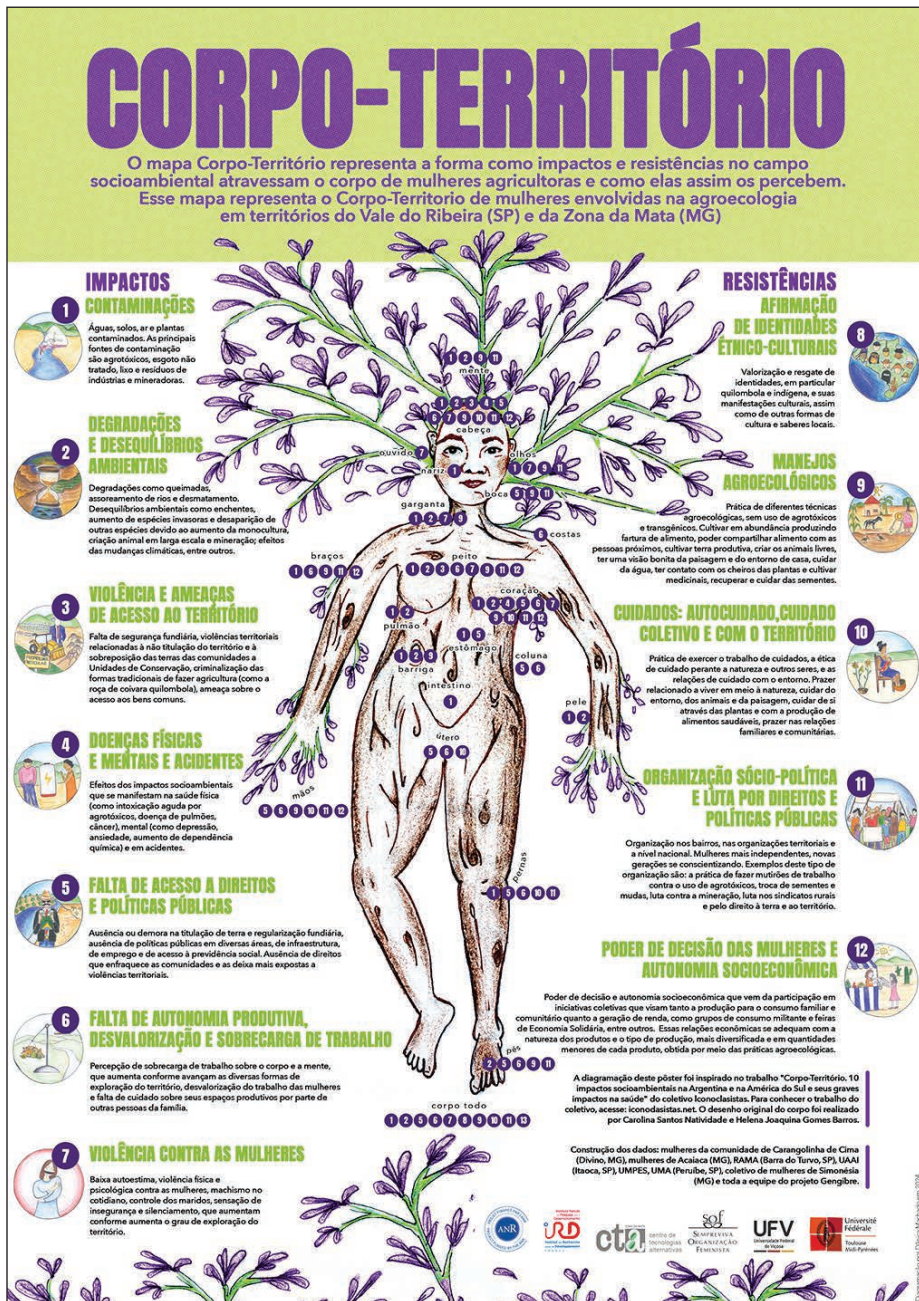
A experiência de Carangolinha de Cima confirma a gramática das resistências, ligando identidade, reivindicação de direitos, organização sociopolítica e econômica, valorização da produção das mulheres, manejos agroecológicos e cuidados.

3. As agricultoras e seus corpo-territórios

A metodologia do Corpo-Território também foi importante para desvelar a gramática comum de impactos socioambientais e de respostas das agricultoras entre os territórios, porém, com intensidades diferentes e algumas especificidades. Foi uma forma de vincular o território com suas vidas e de entender suas capacidades de ação concreta, na forma de práticas, resistências e mobilizações. A dinâmica metodológica de ter passado pelo corpo abriu acesso às percepções das agricultoras, evitando uma mentalização e uma separação mente/corpo. A Figura 3.8 sintetiza nosso resultado, associando cada impacto e cada resistência a partes específicas do corpo ou ao corpo inteiro.

As agricultoras identificaram várias ameaças socioambientais comuns entre os seis coletivos, incluindo o uso de agrotóxicos, a poluição e a implantação de projetos agroextrativistas ou de mineração. As dimensões de gênero foram evidentes no que concerne à divisão sexual do trabalho, à sobrecarga das mulheres e à introdução de produtos que ameaçam o ambiente, resultando em experiências de violência. Essa sobrecarga e a desvalorização do trabalho geraram manifestações físicas, como dores no corpo que refletem a “sobrecarga do corpo”, além da violência sexista, que afeta a mente.

Figura 3.8 – Síntese dos Mapas Corpo-Territórios (outubro de 2021 a novembro de 2022)



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgIBRE.

As preocupações com os ataques aos territórios foram centrais nas discussões, revelando tanto ameaças comuns quanto especificidades relacionadas ao tipo de exploração e ao acesso a políticas públicas. Na Zona da Mata, muitas ameaças, como a monocultura do café, afetam a saúde das agricultoras, que relataram que o uso de agrotóxicos impacta seu bem-estar físico e psicológico. Além disso, a mineração gera sintomas como ansiedade, falta de concentração e tristeza. Outros problemas mencionados incluem queimadas, poluição das águas, desmatamento e lixo, afetando principalmente a saúde emocional e física.

No Vale do Ribeira, as participantes enfatizaram as ameaças ao território, destacando a luta pela demarcação das terras quilombolas e contra projetos agroextrativistas. Elas mencionaram problemas como queimadas, uso de agrotóxicos, perda de biodiversidade e contaminação das águas, que se manifestam em doenças respiratórias e intestinais.

A interseccionalidade das opressões de gênero, classe e raça foi evidente entre as mulheres quilombolas, que enfrentam dificuldades de acesso a políticas públicas e sentem a discriminação do Estado. Esses desafios afetam sua saúde mental e física, causando tristeza (coração), cansaço (corpo), dores nas costas, mãos e pés, refletindo uma sobrecarga constante. A falta de divisão do trabalho doméstico e a desvalorização de suas atividades resultam em sacrifício de seus projetos pessoais.

Além disso, a luta pela demarcação das terras quilombolas e, em certos casos, a escassez de água refletem a discriminação vivida por elas. A ausência de direitos e serviços, como transporte, emprego e saúde, intensifica suas preocupações (cabeça) e o desgaste emocional (peito). Essa sobrecarga de responsabilidades e o medo de violências físicas e psicológicas se traduzem em dores no pescoço e garganta, simbolizando o silenciamento e a pressão que enfrentam em suas vidas.

Essas práticas de resistências foram localizadas no corpo inteiro (mãos, pés, barriga, pele, boca). Assim, percebemos que a capacidade de ação, de reação e luta passa pelo corpo mais sensível, mais equilibrado, que anda, atua, e não só se direciona à preocupação mental e emocional. Uma das agricultoras da Zona da Mata mencionou as trocas de sementes como “enfrentamento [à] mineração: quanto mais a gente troca, diversifica o ter-

ritório, a gente cria resistência”, explicitando como a ação em rede, coletiva, no nível micro, é fundamental para uma defesa ampla do território. Essa mesma agricultora colocou as sementes nos pés, justificando a proximidade com a terra, construindo a narrativa sobre a resistência à mineração ter uma ligação com a resistência dos quintais produtivos das mulheres.

Os relatos das mulheres da Zona da Mata evidenciaram práticas de resistência ao uso de agrotóxicos por meio do uso do próprio corpo: algumas mulheres contaram que se recusaram a trabalhar ou a levar comida para os maridos na roça caso eles fizessem o uso de agrotóxicos, enquanto outras organizaram um mutirão de roçado da área da igreja para evitar a capina química.

No Vale do Ribeira, ao abordarem as resistências, as mulheres relataram que cuidar das águas, plantar árvores e relacionar-se com as plantas as fazem ficar “felizes”. Os mutirões e a comercialização dos seus produtos, por sua vez, trazem “alegria” e “confiança”, sentidas no coração.

Nos seis encontros do Corpo-Território, a *produção agroecológica* foi destacada como uma estratégia de resistência e defesa dos territórios. A agroecologia foi valorizada por manter a relação das mulheres com a natureza, tornando os espaços de produção lugares de refúgio e felicidade, onde se colhem alimentos sem veneno e se possibilita a doação a vizinhos.

A organização das mulheres em sindicatos, cooperativas e grupos produtivos fortaleceu a percepção do corpo coletivo nas ações cotidianas. Os encontros proporcionaram reflexões profundas por meio da abordagem *sentipensante* (Fals Borda, 2009), permitindo que as participantes pensassem a partir de seus corpos e sentimentos sobre os desafios enfrentados.

Considerações finais

Ao cruzar duas metodologias de contracartografia feminista, Corpo-Território e Cartografia Socioambiental, buscamos, neste capítulo, revelar outra história dos territórios onde estão ocorrendo processos de construção da agroecologia. A história contada pelas mulheres agricultoras agroecológicas de Acaiaca, Barra do Turvo, Carangolinha de Cima, Itaoca, Pe-

ruíbe e Simonésia parte da escala local e até da experiência íntima desses territórios com o Corpo-Território.

Essa metodologia valorizou os sentimentos das agricultoras, reconhecendo-os como essenciais para compreender seu ambiente e as relações com a natureza e com os outros. Isso possibilitou que elas percebessem como seus corpos são extensões de seus territórios, refletindo tanto aspectos negativos quanto positivos. Focar nas percepções corporais permitiu entender as consequências das opressões vividas, como a sobrecarga que se manifesta em dores e cansaço, além da carga mental. A luta contra os agrotóxicos trouxe emoções negativas, potencialmente gerando depressão. Esse enfoque conectou suas vidas ao território, evidenciando tanto os desafios quanto o prazer de trabalhar com a terra, cuidar das plantas e trocar sementes, materializando a resistência por meio de práticas que promovem emoções positivas. Assim, o processo de *sentipensar* se intensificou.

A Cartografia Socioambiental Feminista completou essa abordagem ao trazer à tona os pontos comuns entre as diferentes dimensões que compõem os problemas socioambientais e as resistências das agricultoras. A comparação gradual entre os territórios levou à formulação de gramáticas comuns desses conflitos e dessas práticas de resistência, por meio de uma abordagem iterativa que levou a sério a análise dessas mulheres, expressa por meio do diálogo durante nossos encontros. As gramáticas evidenciam a imbricação entre o social e o ambiental, entre a dimensão da violência contra as mulheres e contra os territórios, entre as práticas agroecológicas e as mobilizações para o reconhecimento de identidades e direitos, e, enfim, entre a organização sociopolítica e socioeconômica. A validade dessas gramáticas certamente se estende para além dos seis territórios a partir dos quais as identificamos.

De um ponto de vista teórico, essa abordagem representa um método de generalização e de teorização ancorado nos dados de campo. No plano político, a identificação de gramáticas comuns abre oportunidades para alianças entre os territórios. O restante do livro analisa em profundidade as implicações teóricas e políticas do entrelaçamento de problemas socioambientais e de resistências que surgiram a partir desta análise.

PARTE II

Ameaças aos territórios: uma análise feminista e decolonial

CAPÍTULO 4

Agrotóxicos e gênero: problemática, impactos e resistências

LARISSA MIES BOMBARDI, LILIAM TELLES, SHEYLA SAORI IYUSUKA,
LUANA DE PÁDUA SOARES E FIGUEIREDO

Introdução

Este capítulo aborda como os agrotóxicos impactam as mulheres agricultoras envolvidas em nosso processo de *pesquisa* e suas comunidades, e como essa problemática é atravessada pelas relações de gênero. Tais relações se evidenciam na construção histórica dos papéis sociais de homens e mulheres, que imputa a estas últimas o trabalho de cuidados, e atingem os homens, de forma articulada, por meio de padrões de masculinidade.

Em geral, as agricultoras, responsabilizadas socialmente pelo trabalho doméstico e de cuidados, mantêm uma relação de interdependência com diferentes elementos da natureza (água, ar, plantas, animais, solo) para reproduzir a vida. Trata-se de tarefas cotidianas, como produzir os alimentos, cozinhar, cuidar da saúde da família e dos animais. Por cumprir com essa responsabilidade social, as mulheres agricultoras percebem e são afetadas, de maneira diferenciada, pela contaminação da água, dos solos, do ar e por intoxicações às pessoas e aos animais. Já os agrotóxicos são introduzidos nas comunidades pelas mãos dos homens, responsabilizados socialmente por prover recursos para a família. Os agrotóxicos são percebidos como um instrumento para suprir a necessidade do trabalho humano (o caso dos herbicidas) e estão vinculados à promessa de proporcionar maior produtividade e renda, mas as agricultoras percebem que essa promessa é uma “ilusão”. Inúmeros foram os depoimentos colhidos em nosso trabalho de campo, nas diferentes comunidades, em que os agrotóxicos são apontados como forma de destruição e ameaça.

Como resultado desse papel de cuidado e de reprodução da vida – como veremos em detalhe na terceira parte deste livro, dedicada às resistências por meio da agroecologia –, em seus quintais e outros espaços sob sua responsabilidade, agricultoras conservam a biodiversidade, selecionam sementes e mantêm saberes e práticas de manejo desses espaços, contribuindo para reduzir a dependência dos pacotes tecnológicos que requerem o uso intensivo de agrotóxicos. Por meio de tais práticas, que não envolvem apenas o manejo agroecológico, mas também as relações interpessoais, baseadas na reciprocidade, na troca de dádivas e na horizontalidade, essas mulheres têm desempenhado um papel fundamental na construção da soberania e segurança alimentar, além da soberania em saúde e da autonomia econômica, constituindo, portanto, formas de resistência (Rody; Telles, 2021).

É importante ressaltar que agricultoras e agricultores fazem frente a um modelo agrícola industrial que se reproduz de forma violenta. Esse modelo agrícola é marcado pelo sistema de monoculturas, pelo uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas, em uma engrenagem tecnológica que determina a interdependência de cada um desses elementos. O impacto negativo mais imediato desse modelo para agricultoras e agricultores decorre dos agrotóxicos, o que coloca essas substâncias no centro da sua percepção sobre essa problemática.

A produção e o consumo de agrotóxicos associados à exportação de *commodities* (mercadorias padronizadas cujo preço é determinado pelo mercado global) são uma face da divisão internacional do trabalho, que subordina os países exportadores de *commodities*. Conforme demonstrou Larissa Bombardi (2023), o mercado mundial de agrotóxicos tem crescido ano após ano e movimenta cerca de 60 bilhões de dólares anualmente. Esse mercado cresce acentuadamente nos países do Sul Global e, particularmente, na América do Sul. Nessa região, o consumo de agrotóxicos aumentou 119% nos últimos dez anos, enquanto na América do Norte cresceu apenas 1,8% e, na Europa, diminuiu 0,2% (Bombardi, 2023).

Bombardi (2017), em seu estudo intitulado *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*, evidenciou que o impacto causado pelos agrotóxicos atinge de maneira assimétrica a população mundial. A autora emprega o conceito de “colonialismo químico” para

descrever uma nova forma de colonialismo caracterizada pelo controle do mercado de agrotóxicos por empresas sediadas na União Europeia. Paradoxalmente, enquanto a União Europeia se destaca como o bloco mais restritivo do mundo em relação ao uso de agrotóxicos em seu território, ela exporta substâncias cuja comercialização e uso são proibidos internamente (Bombardi, 2023). Nesse cenário, o Brasil é um dos países que mais utiliza agrotóxicos (em termos de volume) e é, também, o seu maior importador mundial, o que tem imposto ao país um quadro trágico tanto do ponto de vista ambiental quanto da saúde humana (Friedrich *et al.*, 2021).

Tendo em vista essa problemática, neste capítulo abordaremos como as questões de gênero e os agrotóxicos se relacionam mutuamente. Devido à nossa posição situada junto a agricultoras agroecológicas e os homens de suas famílias, a originalidade da nossa abordagem é trazer uma compreensão de como a masculinidade perpassa a decisão sobre o uso de agrotóxicos desde o nível familiar até as tensões decorrentes de tais decisões. Discutiremos como os agrotóxicos impactam as comunidades rurais e, particularmente, as mulheres. E, finalmente, analisaremos como, no cotidiano de suas práticas, as agricultoras engajadas na agroecologia, envolvidas nesta *pesquisa*, têm resistido ao uso de agrotóxicos.

1. “O vendedor é formado, vem na minha lavoura”: masculinidades, gênero e uso de agrotóxicos

Para abordar a forma como a construção social de gênero influencia o uso de agrotóxicos, apresentaremos, nesta seção, uma análise do uso dessas substâncias na produção de café como *commodity* e no cultivo comercial de tomate.

Uma das nossas visitas de campo a um agricultor familiar do município de Simonésia (MG) ilustra a forma como os agrotóxicos adentram os estabelecimentos da agricultura familiar, permitindo-nos enxergar suas diferentes dimensões. Como vimos no Capítulo 2, esse município da Zona da Mata é marcado pela produção de café como *commodity*, introduzida na região a partir da década de 1970. Conversamos com um agricultor que é o principal responsável pelo trabalho na lavoura de café na propriedade da família. Sua plantação é realizada em sistema de monocultivo com o uso de fertilizantes

químicos, “remédios (agrotóxicos) para as folhas” e herbicida à base de glifosato. São 8 mil pés de café, dos quais, segundo ele, 6 mil são “bem cuidados”, ou seja, neles são aplicados insumos químicos. Para ele, os fatores de produção envolvidos na lavoura do café são contabilizados pelo valor gasto com a aplicação de adubos químicos, agrotóxicos, mão de obra e mudas.

O agricultor aprende sobre o cultivo do café nas palestras ministradas por vendedores de adubo e outros insumos químicos, vinculados às lojas do município, que acabam funcionando como “fonte de informação técnica”. Segundo ele, os vendedores convidam os agricultores para o que ele chamou de “palestras” e utilizam tecnologias como *notebook* e *data show*. Nessas palestras, são apresentados vídeos sobre a forma de aplicação dos produtos, o período de aplicação – antes e depois de abrir a flor, por exemplo – e a quantidade do produto a ser diluída. São técnicas muito simples que se colocam em relação hierárquica com os saberes empíricos dos agricultores e que, encenadas dessa forma, expressam um domínio técnico-científico dos vendedores. A abordagem da agricultura como um problema técnico-científico é parte da visão masculina hegemônica sobre a agricultura e o meio ambiente, com foco na competitividade e no controle sobre o mundo exterior (Pease, 2021).

A Zona da Mata é uma importante região produtora de café no Brasil, e a produção acontece em grande parte em pequenas propriedades da agricultura familiar. Os agricultores que conhecemos na *pesquisa* GENgiBRe – maridos das agricultoras agroecológicas que acompanhamos – são tipicamente inseridos nessa produção, e muitos deles têm experiência similar à que acaba de ser descrita: aprendem com os vendedores e entre eles, por exemplo compartilhando que variedades de café e que tipos de adubos químicos e agrotóxicos os outros homens da comunidade usam, contribuindo com a difusão dessas substâncias e do pacote tecnológico. Nossas observações mostram que não há uma apropriação, pelos agricultores, sobre os aspectos técnicos que subsidiam a tomada de decisão a respeito do tipo de adubo ou agrotóxico, quando e quanto aplicar. No caso detalhado acima, o agricultor não sabe interpretar as análises de solo laboratoriais, o que significam N-P-K, sua função e a interação entre os macro e micronutrientes – presentes nos resultados das análises – com

as plantas e o solo. Segundo um agricultor entrevistado: “O vendedor é formado, vem na minha lavoura, faz análise de solo [cobra 50 reais], indica a quantidade de calcário, explica os remédios, bota a quantidade no papel” (Entrevista, agricultor de Simonésia, outubro de 2021).

O agricultor entrevistado não lembra os nomes das substâncias e adubos que utilizou na safra anterior e, simplesmente, compra os produtos recomendados pelos vendedores e os aplica de acordo com suas orientações, assim como o fazem seus vizinhos e parentes. Em síntese, o agricultor tem pouca autonomia no processo produtivo, desde o plantio da lavoura até a comercialização dos grãos. Ele sofre uma aculturação dos seus conhecimentos e a dominação epistêmica dos vendedores de insumos químicos. A dominação se sustenta pela dependência do agricultor em relação ao mercado global de café e pela autoridade técnico-científica reivindicada pelos vendedores. A autoridade técnico-científica é um dos atributos da masculinidade “provedora-industrial” (Hultman; Pulé, 2018), que se impôs como forma hegemônica de masculinidade. Essa autoridade coloca em segundo plano as implicações sociais e ambientais do desenvolvimento do capitalismo industrial, neste caso no setor agrícola.

Por um lado, esse relato explicita uma relação de subordinação dos agricultores aos técnicos e vendedores de insumos, em função do poder social, econômico e simbólico associado à autoridade técnico-científica. Por outro lado, evidencia a aliança construída entre os homens – agricultores, técnicos, vendedores de insumos químicos – que se identificam entre si em função de seus papéis sociais de gênero. Esse pacto de masculinidade contribuiu para a decisão dos agricultores de aderirem ao pacote tecnológico, pois os legitima na relação com outros homens, sejam eles agricultores, comerciantes locais, vendedores de insumos ou atravessadores.

Em Itaoca (SP), município marcado pelo cultivo comercial de tomate com uso intensivo de agrotóxicos no Vale do Ribeira, as agricultoras agroecológicas explicaram a forma como essa cultura entrou na vida das comunidades sob as mesmas bases masculinistas. Como vimos no Capítulo 2, nesse município a cultura do tomate foi introduzida na década de 1990 como cultivo comercial, modificando as relações do uso do solo e trabalho para muitas famílias, que começaram a arrendar terras para

cultivar tomates no período do inverno em diversos municípios da região (Itapeva, Ribeirão Branco e Apiaí, por exemplo). Essa produção é majoritariamente destinada às indústrias processadoras de molho de tomate.

Quem arrenda terras de agricultores ou trabalha com eles em sistema de parceria, inclusive na contratação de trabalhadores temporários, geralmente são “pessoas de fora”, segundo a expressão de agricultoras e agricultores locais: pessoas que representam empresas do agronegócio e investidores. As terras arrendadas, em geral, são áreas de pastagem degradadas, e o preparo do solo para o cultivo de tomate, com a aplicação de adubos químicos, é visto pelos agricultores e proprietários como uma forma de recuperar sua terra. As agricultoras percebem a ilusão desse modelo de produção, mas não podem ignorar o fato de que o arrendamento é uma das poucas oportunidades de geração de renda no município.

Uma das agricultoras da UAAI mencionou, durante uma reunião do coletivo, em julho de 2021, que uma empresa ofereceu a ela o valor de R\$ 100.000 (cem mil reais) para arrendar uma área referente a uma tarefa (1,2 hectare). Esse valor muito elevado, em comparação com os preços médios praticados localmente, indica que a empresa prevê um retorno sobre o investimento ainda maior. Nessas condições, a agricultora não só aceitou a proposta, mesmo sabendo que não era “bom” para a terra, como também pediu o dobro desse valor. Outra agricultora, que arrendou parte de sua propriedade para o cultivo de tomate, estava preocupada com a possibilidade de contaminação da água e do solo em função do uso intensivo de agrotóxicos.

Os agricultores parceiros ou trabalhadores temporários, cumprindo seu papel de provedores para garantir renda às famílias, se submetem ao cultivo intensivo de tomate com a aplicação sistemática de agrotóxicos, sem informações adequadas e sem o uso de equipamentos de proteção individual. Evidencia-se, com isso, os mesmos mecanismos de entrada dos agrotóxicos na Zona da Mata e no Vale do Ribeira, isto é, pelas mãos dos homens como provedores e por sua cumplicidade (ainda que de forma subalterna) com outros homens que atuam na cadeia produtiva do tomate.

As agricultoras relataram vários casos de intoxicação e morte de pessoas e animais pela exposição aos agrotóxicos nas áreas de cultivo de tomate. Uma agricultora mencionou, na mesma reunião da UAAI citada

acima, ainda ser comum a ocorrência de trabalho que ela qualificou como “escravo” nessa atividade, o que também demonstram matérias de jornais e reportagens investigativas (Biondi, 2020; Alesp, 2019), além de um relatório de fiscalização do Ministério da Economia (Brasil, 2019) sobre o cultivo de tomate na região, evidenciando ser este um modelo agrícola industrial violento e destruidor.

O descarte inadequado das embalagens dessas substâncias também se torna um problema. Em Itaoca, várias agricultoras relataram que, muitas vezes, as embalagens são deixadas na terra, o que leva à intoxicação e morte de vacas e outros animais; ou são jogadas em áreas de mata ciliar, sem qualquer preocupação com a contaminação da água dos rios. Essa mesma água é utilizada pelas mulheres para lavar roupas e realizar outras atividades domésticas no âmbito privado, tornando-se um fator pouco visível de contaminação de seus corpos:

São as mulheres que têm mais contato com a água pra lavar uma roupa, pra fazer uma comida, as mulheres que lavam louça, que alimentam os filhos. Enfim [...] eu acho que a água é fundamental, né? Pra higienização, limpar a casa... tá limpando casa, tá mexendo com água; vai dar um banho no filho, tá também, né? (Agricultora, reunião da UAAI, Itaoca, julho de 2021).

As agricultoras do Vale do Ribeira e da Zona da Mata também explicaram que, quando alguém adoece contaminado por agrotóxicos, são as mulheres que se encarregam dos cuidados imediatos e em médio e longo prazos. As mulheres assumem o trabalho doméstico e de cuidados como compulsórios, em função de seu papel de gênero, e ambas as tarefas são consideradas subalternas e desconsideradas como trabalho pelo senso comum. Consequentemente, a contaminação das agricultoras pelo trabalho de limpar, lavar ou pela sobrecarga com os cuidados com pessoas intoxicadas pelos agrotóxicos acaba sendo invisibilizada.

Os agrotóxicos aparecem, para as agricultoras, como uma ameaça que vem de fora, conforme explicitou uma agricultora do município de Acaiaca, na Zona da Mata mineira: “Um grande problema dos nossos quintais é ter alguém perto que joga veneno, porque o vento leva aquela neblina”. Percebe-se que a frase retrata exatamente um dos mecanismos de dispersão dos agrotóxicos, pelo vento, em decorrência, na maioria das

vezes, do seu uso em cultivos comerciais, em alguns casos associado às sementes transgênicas.

Esses relatos evidenciam o fato de que as agricultoras estão expostas à contaminação por agrotóxicos ou à sobrecarga de trabalho decorrente dessa contaminação, porque são responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados, como resultado de um padrão de feminilidade, social e historicamente construído, que se materializa na divisão sexual do trabalho. Os agrotóxicos são utilizados principalmente nos cultivos comerciais, que geram renda monetária e conferem um poder de decisão aos homens. Assim, embora a forma de fazer agricultura das agricultoras – como a produção diversificada em seus quintais – não dependa de insumos químicos externos, a masculinidade exercida por seus maridos e filhos resulta na exposição das agricultoras, crianças e não humanos (água, ar, terra, animais e plantas) aos agrotóxicos.

Nossas experiências de campo estão longe de ser casos isolados ou singulares. Ao contrário, dados estatísticos em âmbito nacional evidenciam a gravidade da problemática dos agrotóxicos. As intoxicações são apenas a ponta mais visível da violência inerente ao modelo de agricultura industrial. Como consequência desse modelo, entre 2010 e 2019, 3.754 crianças brasileiras entre 0 e 14 anos foram contaminadas por agrotóxicos (Bombardi, 2023). Se considerarmos uma subnotificação de 1 caso notificado para 50 não notificados, conforme reconhece a Organização Mundial da Saúde (Tosetto; Andrioli; Christoffoli, 2021), podemos ter tido, no período, mais de 180 mil crianças de 0 a 14 anos intoxicadas com agrotóxicos no país. Dentre os 3.754 casos notificados, 542 eram bebês de 0 a 12 meses de idade. Se considerarmos a subnotificação, é possível que tenhamos tido neste período mais de 27 mil bebês de até 12 meses intoxicados por agrotóxicos. Trata-se de uma grave violação da Convenção sobre os Direitos da Criança estabelecida pelas Nações Unidas (Bombardi, 2023). A contaminação de crianças talvez seja a face mais cruel desse tipo específico de violência, própria do modelo de produção capitalista na agricultura e ignorada pela masculinidade provedora-industrial. No entanto, não apenas as crianças e mulheres, mas também os homens agricultores familiares, camponeses e trabalhadores

temporários estão submetidos à contaminação por agrotóxicos, como expressão dessa forma de violência.

A introdução dos agrotóxicos no Brasil por meio da divisão sexual do trabalho e das suas representações é uma construção histórica. Às mulheres foi atribuído um papel voltado “para dentro” (Woortmann; Woortmann, 1997), isto é, para o âmbito doméstico, da casa, do corpo, portanto, para o universo do cuidado (relativo à casa, aos “pequenos” cultivos e à criação de animais de pequeno porte). Nessa construção, a representação histórica do trabalho feminino é de que ele é “leve” e “complementar”, muito embora saibamos o quanto é extenuante, pesado e absolutamente estruturante. Aos homens foi atribuído – e construído socialmente – um papel voltado “para fora” do universo do lar e em contato com os perigos de “fora da casa”: a natureza, o mato, o “inculto”, os animais de grande porte etc. (*Ibid.*). Ademais, para o tipo de análise que propomos, a integração dos agricultores ao mercado global – importante instituição própria do modelo internacional de produção e circulação de *commodities* – compõe também uma esfera “de fora” significativa.

No entanto, contrapondo-se ao senso comum, Maria Ignez Paulilo (1987) já evidenciou que a distinção entre “trabalho leve” e “pesado” não é determinada pela força física ou exigência em termos de tempo ou esforço, mas pelo sexo ou pela posição na hierarquia familiar de quem realiza determinado trabalho. Esse fato decorre da “valorização social do homem enquanto ‘chefe de família’, responsável pela reprodução de seus ‘dependentes’” (Paulilo, 1987, p. 7).

Dessa forma, foi sendo construída a ideia de “virilidade”, de “potência”, de “força”, associadas, historicamente, ao universo masculino. Não é por acaso, portanto, que os agrotóxicos sejam introduzidos nas unidades familiares pela via masculina. Os nomes comerciais de alguns agrotóxicos são extremamente elucidativos: Fullguard, Parachute, Fox Ultra, Expoente, Prince, Galopeiro, Inédito, Torino, Boiadeiro, Huck, Titã, Frontier, Milagro, Galapus, Brave, Patrulha, Garante, Scudeiro, Malathor, Terra Forte, Proeza. Todos esses nomes fazem alusão à virilidade, à força, à coragem, à grandiosidade, à bravura, dentre tantas outras “virtudes” associadas às representações do masculino e às formas de masculinidade hegemônica.

Contudo, esses homens, agricultores familiares, camponeses, às vezes quilombolas ou indígenas, têm também suas parcelas de terra subordinadas às grandes indústrias de agroquímicos (ao capital industrial), na medida em que seus cultivos se tornaram químico-dependentes. Tais agricultores não só estão subordinados ao capital industrial, como também ao capital comercial, na medida em que não têm autonomia absoluta sobre a venda de seus cultivos. Na Zona da Mata mineira, informações das agricultoras e agricultores também explicitam a sua subordinação ao capital financeiro, já que, nessa região, o acesso ao crédito é majoritariamente condicionado à produção de café convencional. Agricultores relataram ser quase impossível acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para financiar a produção agroecológica de café. Segundo eles, as instituições financeiras públicas e privadas que executam a política de crédito rural são responsáveis por determinar o modelo de produção na região.

Há, ainda, um outro elo da cadeia de agentes envolvidos na produção de café como *commodity*: os atravessadores. No caso do café, esses detêm empresas corretoras no município ou na própria comunidade, e a análise da qualidade dos grãos é feita por eles, o que determina o valor pago pela saca de café. É comum que haja divergências nas análises realizadas pelos atravessadores, depreciando o valor do produto. Por esse motivo, os agricultores deixam amostras de café em diferentes corretoras ou atravessadores para terem um melhor preço de venda.

Para analisar as situações apresentadas no Vale do Ribeira e na Zona da Mata, mobilizamos os conceitos de “masculinidade hegemônica” e “marginalizada”, propostos por Raewyn Connell (2013). Como vimos na Introdução deste livro, a masculinidade hegemônica deve ser compreendida como um padrão de práticas que possibilita a perpetuação da dominação dos homens sobre as mulheres e, ao mesmo tempo, de subordinação de masculinidades não hegemônicas (Connell, 2013); enquanto a masculinidade marginalizada permite explicar as interseccionalidades de gênero com outras estruturas de prática social, como classe e raça (Connell, 2014). A dinâmica desses conceitos permite analisar as condições hierárquicas das relações de poder entre agricultores e agricultoras e, ao mesmo tempo, entre

agricultores e demais agentes da cadeia produtiva de tomate (arrendatários, agricultores proprietários, trabalhadores temporários, parceiros etc.) ou da rede de produção global de *commodities* (café, mineração), como funcionários de empresas, vendedores de insumos químicos, atravessadores, agentes bancários, outros agricultores etc.

A situação apresentada anteriormente na Zona da Mata evidencia a *performance* da masculinidade hegemônica traduzida pela relação do vendedor, que utiliza o discurso e tecnologias para a legitimação da sua autoridade técnico-científica, numa relação hierarquicamente explícita de subordinação dos agricultores pelo tipo de conhecimento empírico que detêm e pelas relações de classe. Por outro lado, nos dois territórios analisados, os atravessadores, no caso do cultivo de café, e os arrendatários e investidores, no caso do cultivo de tomate, performam a masculinidade hegemônica por meio do poder econômico e do prestígio social, construída sobre a afirmação da subalternidade de classe entre eles e os agricultores. O mesmo pode-se dizer da masculinidade performada pelos agentes financeiros que determinam para que tipo de atividade pode ser destinado o recurso do crédito rural, em geral para atividades agrícolas intensivas atribuídas socialmente aos homens, como a produção de café na Zona da Mata mineira.

Devido a essa configuração de relações de poder, os homens camponeses, agricultores, parceiros e trabalhadores temporários encontram-se multiplamente marginalizados (Connell, 2014) e subalternizados em relação ao pacote agroquímico. Essa submissão se dá em diversas dimensões: seja na econômica, já que, historicamente, no Brasil, o crédito rural está atrelado à compra de insumos químicos (Fonseca, 1985); seja na do conhecimento, já que o conhecimento tradicional tem sido invisibilizado e ignorado diante da suposta superioridade do conhecimento agrônomo científico; seja, ainda, pelas campanhas publicitárias das indústrias agroquímicas, que têm criado um verdadeiro arsenal de representação desses produtos no imaginário camponês: em geral associados à ideia de força, virilidade, produtividade, entre tantas outras, como vimos.

Diante de sua subalternidade enquanto classe, os homens – trabalhadores rurais, camponeses –, no exercício do papel de gênero que lhes

foi atribuído socialmente como provedores de renda para toda a família, subordinam a terra e as mulheres. E, afinal, eles também sofrem as consequências do modelo de produção que lhes foi vendido, dependente de insumos químicos externos e dos mercados que integram a cadeia produtiva de tomate ou a rede global de produção do café como *commodity*.

2. “Quem não trabalha não decide”: corpo, trabalho e politização das agricultoras frente aos agrotóxicos

Durante a realização da Cartografia Socioambiental Feminista, em junho de 2022, dona Lia, agricultora de Acaiaca, descreveu a relação com os agrotóxicos de maneira bastante elucidativa: “o problema é a devastação. A dificuldade do agricultor hoje é esta, a gente tem que conviver com o veneno, e ele vai espremendo a gente”. Nota-se que “espremer” é o verbo escolhido pela agricultora para mostrar como é “conviver” com o agrotóxico, que ela, assim como outras agricultoras, chama de “veneno”: algo que vai extrair o seu conteúdo. Ou seja, algo que vai apertar de tal forma a pessoa até que ela seja esmagada e convertida em líquido.

Outra agricultora, do município de Divino (MG), comentou sobre o marido, que eventualmente utiliza herbicida: “homem que joga Roundup pode beber o Roundup de uma vez, que é melhor!”. Como se vê, a percepção das mulheres sobre o impacto dos agrotóxicos, no caso o glifosato,¹ é – muitas vezes – cristalina. Aplicar o agrotóxico é o mesmo que bebê-lo, já que, afinal, o destino é o próprio corpo. A percepção das mulheres sobre os agrotóxicos evidencia a estreita relação entre o corpo, o território e a terra, e expõe a vinculação direta entre saúde mental e saúde emocional.

Durante o encontro de construção do Mapa Corpo-Território (*vide* Capítulo 3), os relatos das agricultoras evidenciaram a complexidade na forma como percebem os impactos dos agrotóxicos sobre seus corpos. Surgiram sentimentos como tristeza e preocupação ligados à cabeça. Os agrotóxicos são percebidos na cabeça por que, além de provocarem dores, as mulheres “ficam preocupadas com aquilo”, “afeta o psicológico”. Elas

¹ Agrotóxico mais utilizado no Brasil, classificado como “potencialmente carcinogênico” pela Agência Internacional de Pesquisas do Câncer (IARC, em inglês), órgão da Organização Mundial da Saúde (OMS), e banido em outros países.

disseram que se sentem atingidas, mas não sabem se é no coração, no peito ou nos “nervos”.

Uma agricultora do município de Simonésia (MG), que trabalhou por muitos anos na “panha” (colheita) de café em lavouras de outros proprietários que utilizavam agrotóxicos, conta que sua saúde foi afetada a ponto de não poder mais ter contato com essas substâncias. Assim como ela, outras agricultoras relataram o mesmo. Além dos problemas de saúde, esse fato implica a perda de autonomia sobre o manejo na unidade familiar.

Outra agricultora de Simonésia, da etnia indígena Puri, afirmou que travou uma disputa com o marido e o filho em casa, em função do uso de agrotóxicos. Ela contou que, antes, quando saía para as diversas atividades de que participa no SINTRAF, ao voltar para casa percebia que o marido e o filho já haviam “jogado Roundup até na porta da cozinha”. A agricultora contou que isso a afetava violentamente: quando chegava em casa, “chorava demais da conta, de raiva, de tristeza”. Ela, que também é uma guardiã de sementes, disse que o marido e o filho chegaram a plantar milho transgênico, mas não tiveram uma boa colheita. Segundo a agricultora, “foi um ano de briga”, em que ela não deixou ninguém colocar o milho dentro de casa, “foi briga todos os dias”.

Em alguns casos, como o apresentado acima, presenciamos uma leitura radical e crítica do uso de agrotóxicos realizada pelas agricultoras. Como observado anteriormente, há uma disputa na escala intrafamiliar, em que as agricultoras resistem ao uso de agrotóxicos feito pelos maridos ou por parentes próximos e vizinhos. Ressalta-se que as mulheres são impactadas mesmo quando sequer fazem uso dessas substâncias. O relato de uma agricultora de Simonésia sobre a lavoura de café que é manejada atualmente pelo filho ilustra essa situação:

Eu venho menos aqui [na lavoura]. Só mesmo na época que eu for plantar os pés de fruta [...] eu fiquei um pouco desanimada com isso aqui, para falar a verdade. [...] É, a gente desanima com certas situações, né? Às vezes você batalha, batalha, quer tocar o serviço bem tocadinho, fazer o serviço bem assim feito, as pessoas já querem trabalhar com coisas que a gente não gosta, né? E eu não posso ficar trabalhando [...] onde joga veneno. O meu cunhado [...] joga ali tudo, sabe? Então tem época que eu nem posso subir para trabalhar no meio, né? Aí a gente pega e desanima. Fiquei muito doente por causa de agrotóxico (Etnomapeamento Feminista, agricultora de Simonésia, setembro de 2022).

Outra agricultora, do mesmo município, também mencionou que não consegue trabalhar mais na lavoura por problemas de saúde, limitando-se apenas ao trabalho da “panha”. Para ela, o fato de a terra ser sua por herança não lhe outorga autoridade para definir sobre o que e como plantar, pois “quem não trabalha, não decide!”. O relato de outra agricultora do município, realizado durante a Caravana Agroecológica e Feminista na Zona da Mata, em julho de 2022, corrobora essa afirmação. Ela travou uma disputa com o marido afirmando que, se ele utilizasse agrotóxicos no café, não teria mais a contribuição dela no trabalho na lavoura. Quando o esposo ameaçou aplicar agrotóxico, ela disse: “Se você jogar veneno, você vai perder uma companheira duas vezes: como trabalhadora e como esposa!”. Ela é conhecida pelas demais agricultoras do coletivo de mulheres desse município por sua capacidade de trabalho em diferentes tipos de serviço. Sabendo da sua importância para viabilizar a produção e a economia familiar, o marido desistiu do uso de agrotóxicos. Em entrevista com nossa equipe, ela enfatizou: “Eu sou uma revolucionária do agrotóxico. Eu vou trabalhar com ele [o marido], mas se for para jogar agrotóxico... tchau! Prefiro cortar a lavoura do que jogar veneno!” (agricultora de Simonésia, julho de 2022).

De modo semelhante, outra agricultora no município de Divino afirmou, durante o Etnomapeamento Feminista, que, se dependesse do marido, ele colocaria “veneno” no café para controlar insetos, mas que, mesmo sem utilizá-lo, o café estava produzindo bem. Após muitas discussões e sendo pressionada pelo marido, ela lhe disse que, se ele usasse “veneno” na lavoura, teria que trabalhar sozinho. Esses relatos evidenciam formas ainda pouco visíveis de resistência das agricultoras contra os agrotóxicos, colocando seus corpos e seu trabalho na disputa pelo território. São práticas protagonizadas pelas agricultoras na escala doméstica, que, geralmente, são consideradas como insignificantes, mas que, de fato, possuem relevância política e social (Oyarzún; Álvarez, 2019) e formam a base do enfrentamento aos agrotóxicos.

Além das disputas e negociações que as agricultoras empreendem com seus maridos e filhos na escala intrafamiliar, elas mantêm e desenvolvem conhecimentos sobre manejos agroecológicos que evitam o uso de agrotó-

xicos (mais detalhes no Capítulo 7). Por exemplo, elas associam a presença de determinados insetos, considerados como “pragas” pelo modelo de agricultura industrial, com a reduzida diversidade dessas áreas, como as lavouras de café, tomate e outros cultivos intensivos. Foi comum ouvir das agricultoras que o aparecimento de insetos, fungos e outros animais nas áreas manejadas por elas – com maior diversidade – não oferecia risco. Em geral, eram facilmente controlados com catação manual, caldas e outras práticas agroecológicas aprendidas por elas em espaços de formação nas organizações e redes de que participam.

Como explicou uma agricultora de Peruíbe (SP) durante o Etnomapeamento Feminista, em setembro de 2022, nas áreas manejadas por ela em que se apresenta alta diversidade de espécies, muitas vezes nem é necessário utilizar as “receitas” de práticas agroecológicas que aprendeu em cursos e intercâmbios, “porque aqui a gente mantém o mais equilibrado possível, não tem essa proliferação”. Apenas quando necessário, utiliza receitas como calda de fumo contra a broca do citrus ou calda de pimenta contra infestações nas hortaliças.

Outra agricultora, do município de Simonésia, afirmou, durante a Caravana Feminista e Agroecológica, em julho de 2022, que aprendeu boa parte do conhecimento que tem sobre o manejo agroecológico em cursos, visitas de intercâmbio e trocas de experiências realizadas sistematicamente por organizações parceiras e pelas organizações da qual participa, como o SINTRAF, a COOPERSIM e a AGRIFAS.

Além desses espaços institucionais promovidos por organizações vinculadas ao movimento agroecológico no Brasil, as agricultoras e alguns agricultores entrevistados na Zona da Mata mineira enfatizaram o papel histórico da Teologia da Libertação (corrente progressista da Igreja Católica, responsável pela formação política do campesinato no Brasil durante a ditadura e após o seu término) pela conscientização das famílias sobre as questões ambientais e o uso de agrotóxicos. Segundo um dos agricultores de Simonésia, durante sua Entrevista, em outubro de 2022, na comunidade em que reside, as cerca de dez famílias que não utilizam Roundup (glifosato) “se conhecem da Igreja [católica]”. Para ele, o principal espaço de conscientização e discussão sobre os problemas ambientais e o uso de

agrotóxicos é o grupo de reflexão da comunidade, que é parte das CEBs (ver Capítulo 2).

As CEBs se orientam anualmente pelo tema proposto pela Campanha da Fraternidade, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desde 1964. Um dos objetivos da Campanha é promover uma ampla reflexão sobre os problemas sociais para superá-los a partir da ação. A questão ambiental tem sido tratada pelas Campanhas da Fraternidade desde 1979 e ganhou força a partir do pontificado de Francisco, que se iniciou em 2013. Em 2025, o tema abordado seria “Fraternidade e Ecologia Integral”, em alusão aos 10 anos da Carta Encíclica *Laudato si’*, de 2015, sobre o “Cuidado da Casa Comum”, e no contexto de realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (COP 30) no Brasil. A Campanha da Fraternidade, articulada pela CNBB, é traduzida em instrumentos de reflexão e ação local, por meio das CEBs e dos grupos de reflexão nas comunidades rurais, o que lhe confere um forte alcance local.

As mulheres, ao se apropriarem das reflexões realizadas no nível comunitário, se investem de autoridade moral para negociar a redução ou coibir o uso de agrotóxicos e de transgênicos por seus maridos, filhos e vizinhos. Esse processo, segundo agricultoras e agricultores, tem contribuído de maneira decisiva para a redução do uso de agrotóxicos e maior conscientização ambiental nas comunidades. Uma agricultora do município de Divino (MG) questionou, durante uma reunião de seu coletivo: “O transgênico é ruim por quê? Para você ter uma ideia: tem um transgênico que até os animais rejeitam. Faz mal para a saúde! É uma semente modificada”, e introduziu uma dimensão moral, ao enfatizar que “o crioulo é uma semente abençoada, vindo de Deus. O transgênico é uma semente amaldiçoada”. Já em Barra do Turvo (SP), durante a Cartografia Socioambiental Feminista, em julho de 2022, uma agricultora quilombola relatou que “têm chegado novas sementes na comunidade”, com a promessa de produzir melhor. Porém, as mulheres se contrapõem ao afirmar que comprar semente transgênica significa “estragar a sementeira” do quilombo. Ou seja, elas têm a percepção coletiva de que as sementes transgênicas são uma ameaça ao seu modo de vida, que depende, entre

outras coisas, das sementes crioulas e da diversidade genética das quais elas têm sido guardiãs até os dias atuais.

Nossa *pesquisação* evidenciou que, muitas vezes, são as agricultoras as responsáveis pela resistência à utilização de agrotóxicos, realizando disputas em diferentes escalas: no âmbito doméstico, no nível comunitário, em suas organizações e em espaços mais amplos de construção do movimento agroecológico no território (reuniões, cursos e intercâmbios). Elas não apenas recusam a utilização dessas substâncias, contrapondo-se às práticas de seus parceiros e de outros homens em suas comunidades, mas desenvolvem sistemas de produção altamente diversificados, orientados pelo manejo multiespécies, como será apresentado no Capítulo 7.

Considerações finais

A nossa posição metodológica e epistemológica nos permitiu construir conhecimentos com as agricultoras agroecológicas, valorizando suas experiências em seus espaços de trabalho e vida. Ademais, a relação de confiança estabelecida com lideranças e organizações no território nos possibilitou acessar os pontos de vista dessas sujeitas, assim como de alguns agricultores, e informações sensíveis no nível familiar. Essa posição nos permitiu entender a problemática dos agrotóxicos em sua complexidade, desvelando as relações de gênero fundamentais desde o nível familiar, mobilizando diferentes escalas de análise e utilizando dados estatísticos para estender nosso olhar e consolidar nossa análise.

Nossa análise mostra que os agrotóxicos chegam pelas mãos dos homens, por meio de um processo de ordenamento territorial que instrumentaliza as masculinidades e feminilidades para a estruturação e reprodução do modelo de produção industrial. Nesse processo, os agricultores são subordinados por outros homens (vendedores, atravessadores, investidores, agentes financeiros etc.) pela relação hierárquica de poder; por sua vez, graças ao poder simbólico e econômico que a inserção nesse modelo de produção lhes confere, subordinam as mulheres.

O trabalho e o modo de produção das agricultoras, assentado na diversidade, são invisibilizados e desvalorizados. Ainda assim, em função das tarefas realizadas por elas – lavar louça e roupas, limpar a casa

e cuidar da alimentação e dos doentes –, as agricultoras têm percepções sensíveis relacionadas à contaminação por agrotóxicos. Essa percepção e prática – associadas ao processo de politização vivenciado pelas mulheres ao participarem de organizações do movimento agroecológico, de igrejas inseridas na corrente histórica da Teologia da Libertação ou na corrente mais recente do pontificado de Francisco, de redes e movimentos – produzem a elaboração crítica de uma narrativa contra os agrotóxicos. Como resultado, as agricultoras resistem, colocando seu corpo e seu trabalho na disputa e evidenciando a importância da escala doméstica e das relações intrafamiliares para as resistências.

CAPÍTULO 5

Mineração e agroecologia: conflitos e dinâmicas de gênero

LILIAM TELLES, ALESSANDRA BERNARDES FARIA CAMPOS,
SHEYLA SAORI IYUSUKA, ROBERTA DA SILVA LEITE CARDOSO, NATÁLIA LOBO

Introdução

Estamos na comunidade de Carangolinha de Cima, no município de Divino (MG). O céu de outono azul e ensolarado deixa a paisagem, dividida entre porções de Mata Atlântica e cultivos agrícolas, sobretudo o café, ainda mais bonita. A comunidade faz limite com o Parque Estadual da Serra dos Puri (PESP),¹ também conhecido como Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, “um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica com grande extensão de florestas contínuas do Estado de Minas Gerais” (Governo do Estado de Minas Gerais, 2007) e morada de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção.

Integrando as metodologias da *pesquisação* do projeto GENgiBRe (*vide* Capítulo 1), convidamos o grupo de 13 mulheres que nos recebeu para uma caminhada pela propriedade de uma delas. Subimos um morro em meio aos pés de café e, em menor quantidade, de mandioca, cana-de-açúcar e frutíferas diversas. As mulheres relatam a presença de trabalhadores (homens) da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), mineradora interessada em explorar a região. Contam da abordagem individualizada às famílias, demandando das mulheres (que geralmente estão em casa e, não raro, sozinhas) que estabeleçam diálogos com seus

¹ Adotamos aqui este nome, que foi proposto no projeto de Lei nº 1133, de 2023, em lugar do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Sobre os motivos dessa mudança, consulte a nota de rodapé 1, capítulo 1, p. 41.

maridos. Algumas descrevem que essa abordagem as intimida, gerando sentimento de insegurança e medo da ameaça à comunidade, mas também da violência sexista sobre seus próprios corpos. Esse processo produz ou acirra efeitos emocionais e psicológicos negativos, que as afetam enquanto mulheres.

Algumas dessas mulheres estiveram conosco meses mais tarde, em julho de 2022, na Caravana Feminista e Agroecológica da Zona da Mata, conhecendo os impactos e resistências populares à mineração e ao agro-negócio no território. Na visita às comunidades rurais nos municípios de São Sebastião da Vargem Alegre (MG) e Mirai (MG), observamos uma paisagem devastada pela mineração. Cavas para extração da bauxita sendo feitas logo acima das casas, caminhões em trânsito incessante pelas estradas (molhando o chão, para mitigar a poeira; transportando a bauxita para a barragem, também visitada por nós, onde o mineral passa por uma primeira etapa do processamento), áreas supostamente recuperadas pela mineradora, como grandes degraus nos morros, onde a vegetação cresce parcamente e são evidentes os sinais de erosão no solo. Pelo caminho, diversas placas indicavam restrições de uso, de acesso, rotas de fuga em caso de rompimento da barragem. O território é regulado pela CBA e suas territorialidades de medo e silêncio.

Integrantes da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri, que guiaram a visita, nos contaram sobre a desarticulação das comunidades a partir da chegada da CBA. Relataram a forma individual como a mineradora interpela as famílias com o argumento de oferecer emprego, renda e melhores condições de vida. Uma reportagem veiculada na TV sobre um município minerado na Zona da Mata explicita que esse diálogo é feito eminentemente entre os homens (Globo Rural, 2017), reafirmando uma visão masculinista dos agricultores como “chefes de família”.

Conectando os territórios e as escalas da nossa *pesquisa*, a segunda Caravana foi realizada no Vale do Ribeira, em São Paulo, em novembro de 2022. Nessa ocasião, as agricultoras, quilombolas e uma liderança religiosa que acompanhou a Caravana explicaram os impactos da Plumbum, mineradora de chumbo, que afeta a região até os dias atuais. A empresa operou no município de Adrianópolis (PR), na divisa com o estado de

São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1990. As mulheres relataram a contaminação do rio Ribeira de Iguape, que afetou trabalhadores da empresa, mas também mulheres e crianças, e a relacionaram a inúmeras violações realizadas pela mineradora. Nesse contexto, se referiram à tese de doutorado de Fernanda Gonçalves da Cunha (2013), que comprova essa contaminação.

As mulheres também mencionaram as lutas realizadas desde a década de 1980 contra a instalação da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, projeto da CBA para garantir a autonomia na geração de energia para a produção de alumínio em sua planta industrial no Vale do Ribeira. Em novembro de 2016, 28 anos depois, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) indeferiu permanentemente o pedido de licenciamento ambiental da CBA para a construção da barragem. Por outro lado, durante a Caravana no Vale do Ribeira, uma liderança da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE) e do MOAB do Vale do Ribeira informou que, naquele momento (2022), havia 49 pedidos de mineração da CBA em Adrianópolis e 119 pedidos de mineração ao todo. Na nascente do rio Ribeira de Iguape, mencionaram 9 projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Um deles afetaria as casas e propriedades do bairro Caraças, em Itaoca, onde vivem várias mulheres agricultoras da UAAI.

Neste capítulo, abordamos a relação entre mineração, agroecologia e gênero a partir das diferentes dimensões dos processos extrativos nas regiões da *pesquisa* GENgiBRe – a Zona da Mata mineira e o Vale do Ribeira, em São Paulo –, evidenciando suas inter-relações e especificidades, desde uma abordagem feminista e transescalar. Esta última possibilita analisar, numa perspectiva relacional, a forma como os processos econômicos e políticos globais se expressam nos territórios; e, por outro lado, como são produzidas as resistências desde a escala intrafamiliar e local até as mais amplas. Esse movimento analítico transescalar sobre o problema da mineração, inspirado nas reflexões de Sallie Marston (2000), considera a escala da reprodução social, e não apenas a da produção capitalista, como relações de poder estruturantes dos territórios. Afirmando nossa posição teórico-metodológica, partimos das percepções e relatos das agricultoras

para compreender a forma como as empresas mineradoras adentram os territórios mobilizando as masculinidades (Connell, 2014), com aumento das desigualdades de gênero e das violências contra as mulheres.

Ao mesmo tempo, buscamos visibilizar as resistências protagonizadas pelas agricultoras em diferentes escalas, bem como as respostas produzidas por elas, em grande parte baseadas na agroecologia e na afirmação das identidades da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais. Para analisar os conflitos ambientais e seus desdobramentos nesses territórios, adotamos as abordagens teóricas da Agroecologia e da Ecologia Política Feminista Latino-Americana.

O texto a seguir está organizado em duas partes. Na primeira, analisamos a mineração nos territórios da *pesquisa* GENgiBRe, conectando-a ao problema da mineração no Brasil e no contexto latino-americano. Também refletimos sobre as masculinidades como elemento central para a entrada e o avanço dos processos minerários nos territórios. Na segunda seção, apresentamos as resistências e respostas das mulheres à mineração numa perspectiva feminista, agroecológica e transescalar, abordagem ainda pouco explorada na literatura sobre o tema.

1. Mineração, gênero e escalas dos impactos

Nas margens do rio Ribeira de Iguape e em frente às instalações abandonadas da mineradora Plumbum do Brasil Ltda., durante a Caravana no Vale do Ribeira, lideranças contaram que muitas mulheres se contaminaram ao lavar as roupas dos seus maridos. Responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados – invisibilizados e, em geral, não considerados como trabalho –, essas mulheres não foram consideradas atingidas pela empresa. No entanto, seguem denunciando os problemas decorrentes da atividade da mineradora no município, como a má-formação e a contaminação das crianças (Cunha, 2013), conhecidas como “crianças de chumbo”, em Adrianópolis.

Como denunciam as mulheres agricultoras e quilombolas, a falta da propriedade ou posse da terra e a ausência de alternativas econômicas para a agricultura familiar nesses municípios aprofundou o quadro de dependência da mineração. A minério-dependência ocorre quando a decisão sobre os rumos da estrutura e da economia local é definida em lugares de

poder externos ao território, como empresas multinacionais, mercados de *commodities* e responsáveis políticos dentro e fora do país. A especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais é a base e a consequência da minério-dependência (Coelho, 2018). Uma das lideranças presentes na Caravana explicou que, mais do que o medo, “o que amarra as pessoas é a falta de alternativas”. Ela explicou que há debates nas comunidades sobre aceitar ou não dinheiro da mineração, mas algumas pessoas acabam cedendo por sua situação de alta vulnerabilidade econômica: “as pessoas não têm terra, há uma dependência econômica”.

Entrelaçando as trajetórias do Vale do Ribeira e da Zona da Mata, uma liderança religiosa do Vale do Ribeira mencionou a atuação da CBA neste território. Segundo ela, alguns bairros da região surgiram do despejo das populações locais pela CBA, que se apropriou das terras prevendo a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto na década de 1980. Ela denunciou as pressões, intimidação moral, grilagem e até a compra das terras “a preços de banana” pela CBA.

Na Zona da Mata, na primeira reunião na comunidade de Carangolinha de Cima, em outubro de 2021, as agricultoras contaram que dois homens, que se identificavam como funcionários da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), estavam transitando na comunidade. Eles exibiram um mapa que justificaria sua presença, mas não deixaram nenhuma cópia para os moradores. Os homens da empresa informavam que uma linha de transmissão de energia passaria pela comunidade, afetando algumas propriedades, cujas famílias teriam direito a uma indenização. Eles procuravam os maridos, chefes de família, para apresentar o contrato que precisaria ser assinado para serem indenizados.

Durante essa reunião, Maria Flor, uma das agricultoras da comunidade, contou que, quando foi abordada por esses homens, disse que o marido estava fora, sem especificar sua localização. O receio dela era que, ao ser procurado pelos homens da empresa, o marido assinasse o contrato sem conversar com ela. Socorro, outra agricultora da comunidade, se mostrou muito incomodada com o fato de procurarem o marido para tratar desses assuntos e perguntou: “Por que ele?”. A jovem, filha de Maria Flor, respondeu também incomodada: “porque é chefe de família”.

Todas as mulheres presentes na reunião demonstraram medo de receber esses homens em casa, porque se sentiam vulneráveis a violências e por não saberem exatamente para quem eles trabalhavam. Suspeitavam que poderiam ser funcionários da CBA e que o contrato informado por eles seria algum tipo de autorização para a pesquisa ou exploração mineral. Segundo as agricultoras, o medo e preocupação passaram a compor o cotidiano das famílias na comunidade desde que a CBA começou a transitar no local para fazer estudos, em 2020. A desinformação sobre a mineração da bauxita também foi uma questão levantada pelas mulheres. As agricultoras demandam maior compreensão dos processos da mineração, desconfiando que a atuação da empresa cause muito mais destruição do que ela anuncia. Nos seus canais de comunicação, a CBA afirma realizar uma “mineração sustentável”.

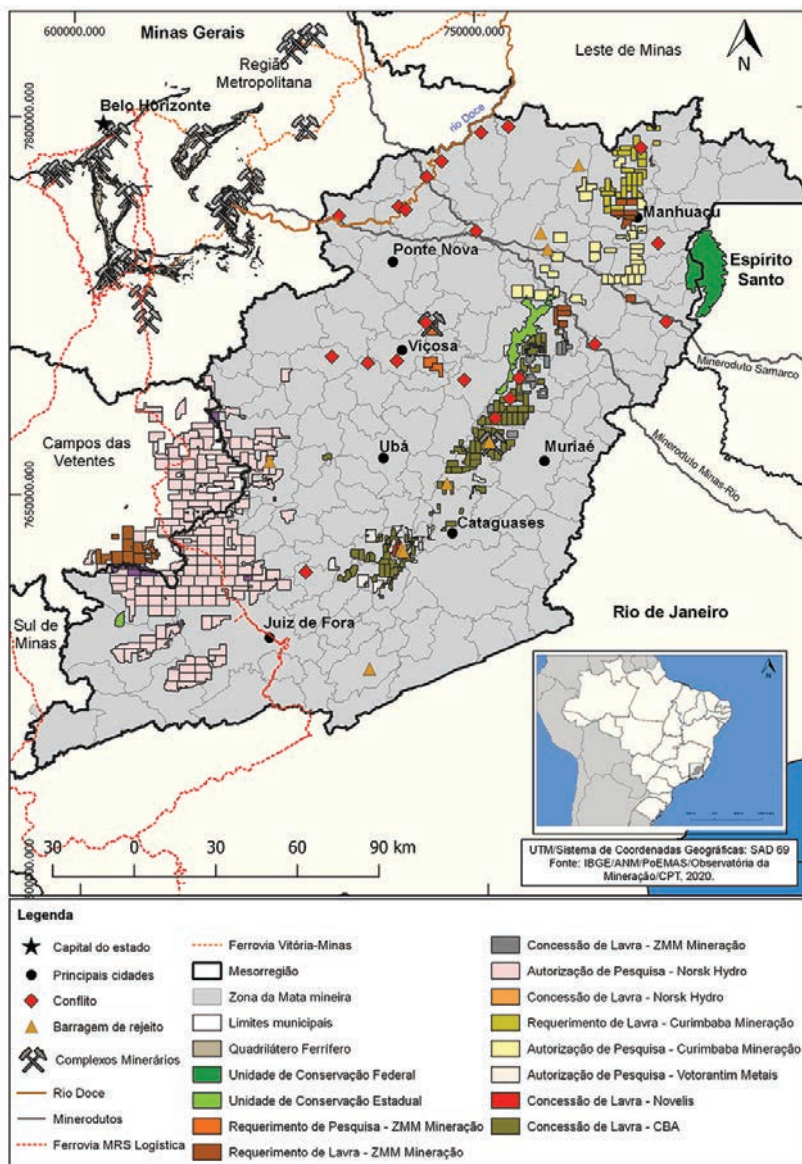
A chegada da CBA na Zona da Mata teve início entre as décadas de 1980 e 1990. Com a segunda maior reserva de bauxita do Brasil, matéria-prima para a produção de alumínio, a Zona da Mata mineira é considerada uma nova fronteira do capital mineral (Coelho; Iorio, 2021). Como afirmou o presidente da CBA, em entrevista ao jornal *Estadão*, o alumínio é um mineral estratégico no contexto da transição energética, e a expectativa é de que haja um aumento na demanda (Capirazi, 2024). A empresa tem uma planta de beneficiamento no município de Mirai, a cerca de 100 quilômetros do município de Divino.

Segundo testemunhos de moradores durante a Caravana na Zona da Mata, quando a CBA chegou ao território, supostos pesquisadores apareciam nas comunidades, procuravam os proprietários homens e coletavam amostras no solo. Sem dar muitos detalhes sobre o que estavam fazendo, pediam que os agricultores assinassem um documento. Mais tarde, em reuniões realizadas na comunidade pela Comissão Pastoral da Terra, descobriram que se tratava de uma autorização para a entrada da mineradora na propriedade.

A Zona da Mata mineira é uma região densamente povoada, onde cerca de 75% dos estabelecimentos agropecuários pertencem à agricultura familiar (Fortini, 2021). Nesse contexto, as mineradoras disputam o subsolo com os modos de vida dos agricultores, da população indígena Puri e de comunidades quilombolas que cultivam o solo de maneira diversificada e, em muitos casos, assentada nos princípios da agroecologia. Além da CBA, outras empresas têm processos minerários na Zona da Mata (Magno; Mila-

nez, 2022), reafirmando o caráter da região como nova fronteira do capital mineral, conforme ilustra o mapa, na Figura 5.1, elaborado com dados do ano de 2020 por Lucas Magno.

Figura 5.1 – Avanço da mineração na Zona da Mata mineira



Fonte: Magno; Milanez, 2022.

No entorno da Serra dos Puri, em parceria com professores e pesquisadores da UFV, a CBA desenvolveu uma proposta intitulada “mineração sustentável” (Companhia Brasileira de Alumínio, 2022), que reflete a disputa entre solo e subsolo. Essa proposta busca conciliar a mineração do subsolo com a forma de produção diversificada em pequenas propriedades, predominante no território. Para isso, propõe reabilitar o solo minerado com a implantação de cultivos comerciais como o café, a pastagem ou o eucalipto, com mudas de alta *performance* e uso intensivo de adubos químicos, com base no modelo de produção dominante. Uma das diretoras do SINTRAF do município de Simonésia expressou o tensionamento da disputa pelo uso do solo e subsolo durante a Caravana no Vale do Ribeira em 2022. Para ela, “a vocação da nossa região não é minerária, é de produzir alimentos”. E afirmou: “mineração é uma safra só!”.

Essa disputa implica que as mineradoras tenham que negociar diretamente com as famílias. Os representantes das empresas individualizam o diálogo com os homens, considerados chefes de família e com poder de decisão sobre as terras, apresentando cifras e números com o argumento da geração de trabalho e renda. Assim como vimos no Capítulo 4 sobre a adesão dos homens ao uso de agrotóxicos, há uma utilização dos papéis de gênero e das masculinidades (Connell, 1995b) para promover a mineração como alternativa econômica, que alimenta um modelo social e familiar desigual. Uma liderança regional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) explicou, durante a Caravana na Zona da Mata, que a empresa “fala muito pros homens, dizendo ‘você vai trabalhar de caminhoneiro, você vai ganhar, vai ser bacana’, mas depois é uma realidade totalmente diferente”.

No município de Simonésia, território de atuação da Mineração Curimbaba Ltda., as situações relatadas pelas agricultoras transcorrem de maneira semelhante. A agricultora Maria do Toin nos contou, durante a Caravana na Zona da Mata, que sua comunidade está ameaçada pela mineração por ser uma área abundante em bauxita. Alguns vizinhos, homens, já haviam assinado contrato com a Curimbaba há alguns anos e recebiam uma remuneração mensal pelo arrendamento da terra para exploração, embora nenhum terreno tenha sido minerado até aquele momento. Essas informações sobre quem tem contrato assinado com a mineradora e quanto recebe não são

precisas. Há muita desinformação gerada pela empresa em sua abordagem individualizada às famílias.

Um dos agricultores entrevistados durante um Etnomapeamento realizado em outubro de 2021 contou que sua terra havia sido demarcada pela empresa Curimbaba para extração de bauxita em 2006. Ele mostrou placas deixadas pela empresa com o número do processo de lavra, mas teve receio de tirarmos fotos. Mencionou o caso de outro homem, seu vizinho, que recebeu uma oferta da empresa no valor de um dólar por tonelada de terra, mas não aceitou. Na visão do agricultor, seu vizinho “podia ter ficado rico”, e disse que, se fosse preciso, venderia o terreno para a empresa, mesmo contra a vontade de sua esposa. A riqueza e a ascensão social esperadas são apenas pequenos dividendos patriarcais do sistema de mineração para os agricultores (Connell, 1995b), mas configuram uma aliança entre o agricultor e as elites industriais do setor de mineração. Tal aliança, sob relações de classe desiguais, pode ser vista como um dos atributos da masculinidade “provedora-industrial” (Pulé; Hultman, 2019), que coloca em segundo plano as implicações sociais e ambientais do capitalismo industrial, neste caso representado pelo extrativismo mineral.

Nos municípios, o poder econômico das empresas mineradoras é convertido em poder político na relação com as prefeituras municipais e câmaras de vereadores, e mesmo na relação com organizações do campo popular, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conforme explicaram algumas lideranças durante a Caravana. A pressão sobre o território se intensificou nas duas últimas décadas, como resultado do que Gudynas (2009) denominou “neoextrativismo”: um modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva da natureza, com forte participação do Estado na reprimarização das economias dos países latino-americanos nos anos 2000, e o investimento desses recursos em políticas sociais.

Maristella Svampa (2015) propôs a noção de “Consenso das *Commodities*” para analisar esse período, que corresponde ao início do século XXI, como uma nova ordem econômica e político-ideológica baseada no neoextrativismo. Com forte participação da China e do Norte Global na economia regional – e na compensação ambiental (Bringel; Svampa, 2023; mais detalhes no Capítulo 6) –, esse processo remonta às relações coloniais seculares de espoliação e exploração do trabalho e da natureza. Como

resultado, na divisão internacional do trabalho, o Brasil segue assumindo as atividades “[...] mais intensivas em exploração de recursos naturais, mais predatórias do ponto de vista ambiental e menos rentáveis do ponto de vista da captura do valor” (Iorio; Magno, 2019, p. 44).

Na Zona da Mata mineira, grande parte das áreas prospectadas pela CBA se encontra dentro da atual zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra dos Puri. A zona de amortecimento é a área no “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (Brasil, 2000). No Plano de Manejo original do Parque, ficou estabelecido o raio de 10 quilômetros para delimitar a zona de amortecimento, onde “[...] deverão ser vedadas ou restringidas atividades impactantes sobre solo e águas, como extração mineral, barragens, dragagens, construção de aterro sanitário, e outras, obedecida a legislação específica em vigor” (Governo do Estado de Minas Gerais, 2007, p. 25).

Uma das atuais preocupações expressas por algumas agricultoras e lideranças do território é a possibilidade de redução da zona de amortecimento para apenas 3 quilômetros, com a revisão do Plano de Manejo do parque, como já ocorreu com outras UCs no estado. Onde há interesse de exploração mineral, há uma forte pressão das mineradoras para ampliar sua participação nas instâncias de gestão das UCs. Na eleição do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra dos Puri, em 2024, além da CBA – que já ocupava uma vaga –, o Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais também passou a compor essa instância.

Esse processo regional acontece em meio a um cenário nacional de desambientalização (Acseirad, 2022), com a flexibilização e desregulamentação da legislação ambiental do país, aprofundado com o mandato de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022, que imprimiu um novo ritmo ao neoextrativismo no Brasil. Antes disso, em Minas Gerais, Iorio, Magno e Umbuzeiro (2022) demonstraram como a forte influência de empresas mineradoras logrou uma sequência de alterações no marco legal e institucional entre 2016 e 2017, com a redução do rigor no processo de licenciamento e da capacidade dos órgãos de controle ambiental de analisarem os riscos associados a grandes empreendimentos.

A partir de 2019, com a eleição de Romeu Zema como governador do estado de Minas Gerais, organizações da sociedade civil têm denunciado o governo estadual por flexibilizar a legislação ambiental e enfraquecer os mecanismos de controle social no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), favorecendo empresas do setor mineral. Além disso, uma ação civil pública do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) denunciou a assinatura, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), de atos administrativos que beneficiaram a atuação de empresas mineradoras. Ainda, nessa ação civil pública, o MPMG está apurando condutas funcionais de servidores da SEMAD que também favoreceram empresas do setor mineral (Maciel, 2024).

O avanço da mineração sobre os territórios e a minério-dependência produzem conflitos socioambientais e criam relações de poder que aprofundam as desigualdades socioeconômicas e de gênero. Ao mesmo tempo, abrem um novo ciclo de lutas em defesa dos territórios, com forte protagonismo das mulheres, de povos indígenas e comunidades tradicionais em toda a América Latina (Gonzalez, 1988). Como afirma o documento “Transição Desigual: as violações da extração dos minerais para a transição energética no Brasil” e como mostram as mulheres que participaram desta *pesquisa*, “as comunidades, que historicamente preservaram os bens naturais, vêm resistindo aos projetos de morte, defendendo seus territórios e modos de vida” (Mansur; Wanderley; Fraga, 2024, p. 52).

2. “Pelas nossas águas, agroecologia e futuras gerações. Mineração aqui não!”: gênero, escalas e resistências

Maria Flor, de Carangolinha de Cima, assim como muitas agricultoras da Zona da Mata mineira, enfrentou sozinha os representantes da mineradora que chegaram à sua casa em busca de seu marido para que assinasse um documento. Historicamente, às mulheres é imputada a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com a família, o que as torna mais sensíveis aos impactos da mineração sobre os bens naturais, como a terra e a água. Motivadas por essa preocupação, buscam ganhar tempo para conversar com

seus maridos e, assim, tentar persuadi-los a resistir às ofertas das mineradoras. No entanto, embora essa forma de resistência seja compartilhada por várias agricultoras, ela permanece invisível enquanto estratégia de luta no território, uma vez que ocorre de maneira individual, no âmbito familiar.

Na comunidade de Carangolinha de Cima, as agricultoras explicaram formas de cuidado e resistência na escala local. Algumas criaram um grupo de WhatsApp para se comunicarem, advertindo sobre a presença e o trânsito de pessoas desconhecidas, carros de empresas mineradoras ou o aparecimento de *drones* sobrevoando as propriedades. Na estrada que percorre a comunidade, várias propriedades têm placas com os dizeres “Pelas nossas águas, agroecologia e futuras gerações. Mineração aqui não!”, como ilustra a Figura 5.2:

Figura 5.2 – Placa em frente à casa na comunidade de Carangolinha de Cima (Divino, MG)



Fonte: Arquivo GENgiBRe.

Essas placas explicitam a disputa entre o uso do solo para a produção agroecológica – que preserva as águas e garante as condições de vida das futuras gerações – e o uso do subsolo para a exploração supostamente sustentável de bauxita. Ao mesmo tempo, produzem territorialidades de resistência e anunciam valores importantes para as comunidades rurais ameaçadas pela mineração. A produção e distribuição das placas se deu a partir do diálogo na Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro, da qual participam algumas agricultoras que representam a comunidade.

Em Simonésia, na Zona da Mata mineira, o enfrentamento à mineração é feito há mais de 20 anos pelas agricultoras. A primeira ação coletiva foi realizada entre 2007 e 2008, contra uma mineradora que pretendia explorar granito em uma das comunidades do município. À época, uma agricultora procurou o SINTRAF para pedir ajuda, pois seu marido havia assinado um contrato com a mineradora, autorizando a mineração em sua propriedade, mesmo sabendo que ela era contrária. A diretoria do sindicato era majoritariamente composta por homens, e foi o Departamento de Mulheres do SINTRAF que decidiu apoiar a agricultora. Organizaram um processo de diálogos com a comunidade, que culminou num ato com cerca de 40 mulheres. Nesse ato, as máquinas da mineradora foram pintadas com palavras de ordem pedindo a sua retirada e, após esse episódio, a empresa desistiu da atividade no município. Pouco tempo depois, entre 2008 e 2009, com a primeira mulher à frente da coordenação do SINTRAF e com a atuação do Departamento de Mulheres do SINTRAF, conseguiram desarticular um projeto de instalação de uma usina hidrelétrica no município. Esse foi um processo de resistência mobilizado pelas mulheres e, ao mesmo tempo, de formação delas e de lideranças locais sobre os impactos das barragens, promovido em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Em Itaoca, no Vale do Ribeira, Janete, uma das lideranças, também enfatizou no *podcast* “Entre França e Brasil: atualidades da cooperação científica” (2023)² a importância da organização das mulheres, em grupos formais ou informais, para os processos de resistência e luta:

² Disponível em: <https://pt.ird.fr/celebracao-do-dia-internacional-da-mulher-podcast-no-ambito-do-projeto-de-pesquisa-gengibre>. Acesso: 17 jul. 2025.

A forma como a gente se organiza hoje é o grupo de mulheres. Eu não lembro de ter organizações ou grupos assim formais ou informais. [...] E hoje a gente tem um grupo, a União de Mulheres Agricultoras, que é a forma que a gente encontrou através da SOF para estar fazendo essas resistências, para estar indo de encontro em luta, para a gente estar batalhando para tudo que a gente deseja.

A União de Agricultoras de Itaoca é um grupo de mulheres que se organiza em torno da comercialização de seus produtos, produzidos de forma agroecológica, mas também em processos de organização sociopolítica que dizem respeito à vida das agricultoras (*vide* Capítulo 2). Esses grupos, como espaços de auto-organização das agricultoras, possibilitam trocas e discussões entre as mulheres sobre diferentes aspectos da vida cotidiana, que podem se constituir em uma agenda política de lutas e reivindicações.

Como afirmou Nilce, uma liderança quilombola do Vale do Ribeira vinculada à RAMA, no mesmo podcast.

[...] essa organização das mulheres, em si, tem nos dado condições de poder fazer esse enfrentamento na resistência contra esses projetos que são de morte, não é? Porque trazem violência, trazem fome, trazem veneno, contaminação, e comprometem a saúde das mulheres.

Para ela, a RAMA, que envolve vários grupos de mulheres no município de Barra do Turvo, tem sido uma ferramenta importante para a luta pela autonomia econômica, por meio da comercialização da produção agroecológica, mas também para a mobilização e articulação das mulheres agricultoras e quilombolas no território.

Além dessas ações nas escalas comunitária e municipal, as mulheres também participam de espaços regionais. Na Zona da Mata mineira, integram as Comissões Regionais de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri e do Caparaó, criadas em 2004 e 2019, respectivamente. Durante a *pesquisa*, várias mulheres (agricultoras, técnicas de organizações não governamentais e militantes de movimentos sociais) relataram que, nos municípios e nas comunidades, exercem cotidiana e decisiva resistência, envolvendo-se na mobilização e articulação de reuniões nas comunidades. Ainda que as mulheres participem ativamente nas instâncias comunitárias, relatam as dificuldades de participação nas Comissões Regionais de Enfrentamento à Mineração, que geralmente são organizadas por lideranças masculinas. Algumas dessas lideranças definem os horários

e dias de reuniões em função da própria agenda e, às vezes, com pouca antecedência, desconsiderando a responsabilização das mulheres com o trabalho doméstico, como contaram as agricultoras de Simonésia.

Célia, uma liderança da Pastoral Ecológica de Simonésia, também mencionou a baixa participação de mulheres na Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração do Caparaó. Segundo ela, cada um dos 26 municípios que compõem a comissão deveria encaminhar dois representantes para as reuniões, que quase sempre são apenas homens. Ela comentou que é difícil indicarem uma dupla com uma mulher e um homem ou com duas mulheres. No entanto, em que pesem essas limitações, afirmou que as mulheres que participam têm destacado papel de liderança: “somos nós, as mulheres, que conduzimos na maioria das vezes todas as reuniões, a gente que dá o encaminhamento, a gente que delibera umas funções. Então o protagonismo é bacana” (Célia, Entrevista, janeiro de 2022).

Nas atividades de capacitação sobre os impactos da mineração realizadas pela comissão regional, segundo ela, foi solicitado às organizações locais (sindicatos, igrejas e associações) que priorizassem a participação de mulheres, viabilizando atividades de ciranda para que elas pudessem deixar seus filhos. Esse esforço resultou na mudança de horário das reuniões, que passaram a ocorrer no período da tarde, pois, em muitos casos, as agricultoras são as únicas pessoas da família responsáveis por fazer o almoço. Tal situação expressa como a persistência da divisão sexual do trabalho é um empecilho invisível, porém grande, para a participação política das mulheres. Ainda em sua Entrevista, Célia analisou que:

[...] as mulheres que participam não trazem muito esta discussão mais politizada e consciente do impacto da mineração para a mulher, mas indiretamente elas demonstram isso a todo momento. [...] a gente percebe as mulheres preocupadas com as nascentes, as mulheres preocupadas com os impactos sociais que pode causar, preocupadas em perceber, por exemplo, nos municípios que já são minerados, os índices de estupro, de gravidez na adolescência, que podem ter aumentado; então, assim, no que diz respeito ao cuidado com a família ou com a vida, a percepção mais fina, da água, da comida, a gente percebe as mulheres com certeza levantando esta questão. Agora os homens muitas das vezes trazem a pauta assim do dinheiro (Célia, Entrevista, janeiro de 2022).

Outra dimensão da resistência é a incidência política, com a aprovação de leis municipais de proteção do patrimônio hídrico e a criação

de UCs, como as Áreas de Proteção Ambiental (APA). As primeiras iniciativas de legislações municipais tiveram como objetivo a regulação do uso do solo, delimitando áreas de proteção dos recursos hídricos em municípios no entorno da Serra dos Puri, ainda no início dos anos 2000. A proteção das águas aparece entre as formas de resistência, constituindo-se como elo na contradição entre o uso do solo para a produção agrícola e a mineração do subsolo. Por esse motivo, torna-se elemento central das lutas e instrumento de resistência nos municípios ameaçados pela mineração.

As agricultoras da Zona da Mata também mencionaram as Cartografias do Povo, que vêm sendo realizadas no entorno da Serra dos Puri como parte das estratégias da Comissão Regional. Contrapondo os olhares das mineradoras sobre o território, as Cartografias do Povo envolvem a construção de mapas pelas comunidades, visibilizando as riquezas ambientais e culturais do território, como águas, matas e comunidades tradicionais. As mulheres citaram, ainda, as Caminhadas das Águas, promovidas por setores progressistas da Igreja Católica, que envolvem centenas de pessoas. Em Divino, as agricultoras de Carangolinha de Cima iniciaram a construção de um Protocolo Biocultural da comunidade, em parceria com o Grupo “Entre Folhas” de ensino, pesquisa e extensão sobre plantas medicinais da UFV. Esse Protocolo tem como objetivo registrar as memórias e histórias da comunidade e produzir conhecimentos para garantir os direitos de permanência no território diante das ameaças dos projetos de mineração. Esses processos articulam-se, evidenciando a diversidade e a riqueza material e imaterial do território, como resistência à mineração e ao modo de produção capitalista.

A participação no movimento agroecológico é também uma forma de resistência para agricultoras e agricultores na Zona da Mata mineira e no Vale do Ribeira. A agroecologia com perspectiva feminista construída nesses territórios reconhece e valoriza as identidades étnicas de comunidades indígenas e quilombolas e seus conhecimentos ancestrais, assim como as identidades e conhecimentos da agricultura familiar. A afirmação dessas identidades tem sido uma estratégia de luta das comunidades para enfrentar os projetos neoextrativistas.

As lógicas de gênero e de penetração nos territórios dos modelos de agricultura industrial e de extrativismo mineral são semelhantes e se reforçam mutuamente. Como vimos no Capítulo 4, a lógica da produção capitalista de determinadas espécies como cultivos comerciais – por exemplo, o café na Zona da Mata e o tomate no Vale do Ribeira – aprofunda as relações de mercantilização nas comunidades e as desigualdades de gênero, reforçando a posição do homem como chefe de família. Assim, abrem caminho para a entrada de outros projetos extrativistas, como o caso da exploração mineral, sob as promessas de geração de emprego e renda para os homens.

Contudo, parte da memória e da história das comunidades quilombolas, dos povos indígenas e da agricultura familiar envolve as relações de cuidado com a natureza, por exemplo, pela prática da agricultura. Como veremos no Capítulo 7, o uso do fogo na roça de coivara, o manejo agroecológico realizado pelas agricultoras em seus quintais e hortas e os conhecimentos sobre o uso e o manejo das plantas medicinais são formas de criar mundos e paisagens multiespécies, transformando as margens despercebidas em bordas produtivas (Tsing, 2015). Tais práticas têm sentido emocional, afetivo e espiritual na relação com os outros elementos da natureza, mas também produzem o sustento material e alternativas econômicas aos cultivos comerciais e às *commodities*.

Assim, como veremos no Capítulo 8, as agricultoras se envolvem na construção social de mercados voltados para a reprodução da vida, como resistência, contrapondo-se à lógica capitalista de conversão da terra em mercadoria para a exploração mineral ou para os cultivos comerciais. A RAMA e os grupos de consumo em São Paulo; as feiras agroecológicas e a comercialização via cooperativas da agricultura familiar na Zona da Mata; e as políticas públicas de compras governamentais são expressões desses mercados, construídos socialmente com a participação ativa das agricultoras.

Considerações finais

A posição epistemológica e metodológica adotada na *pesquisa* do projeto GENgiBRE e as relações de confiança preexistentes com as agri-

cultoras e suas organizações possibilitaram acessar informações sensíveis sobre as ameaças e resistências à mineração nos territórios. Nossa perspectiva feminista valorizou os espaços de trabalho e vida das agricultoras e possibilitou enxergar, em diferentes escalas, a problemática da mineração nos territórios para aprofundar nossas análises. Partimos do ponto de vista das agricultoras e de alguns agricultores, o que nos permitiu perceber as formas de resistência protagonizadas, de modo silencioso, pelas mulheres na escala intrafamiliar até os processos mais amplos.

Evidenciamos a forma como as empresas mineradoras chegam aos territórios, instrumentalizando as masculinidades e feminilidades e individualizando as negociações com os homens, considerados chefes de família. As empresas fazem promessas de emprego e renda aos agricultores, reforçando o seu papel como provedores, o que lhes confere poder e, conseqüentemente, a subordinação das mulheres. Essa aliança entre os agricultores e as elites industriais do setor mineral, sob relações hierárquicas de classe opostas, são a expressão da masculinidade provedora-industrial (Hultman; Pulé, 2018). Ainda que desigualmente, ambos extraem benefícios econômicos da exploração mineral e colocam em segundo plano as implicações sociais e ambientais desse processo.

Por outro lado, ainda que num contexto desigual de relações de poder, as resistências são produzidas nos territórios com a decisiva participação das mulheres. As agricultoras desenvolvem estratégias para que seus maridos não sejam abordados sozinhos pelos representantes das mineradoras e negociam para que eles não assinem os contratos de arrendamento da terra para a exploração mineral. Trabalham no nível comunitário para organizar e garantir a segurança das famílias e, particularmente, das mulheres e meninas; mas também participam de processos de mobilização e articulação mais amplos, como manifestações, audiências públicas, incidência no legislativo municipal para a criação de leis e em outros espaços de negociação com o Estado e as empresas.

Ao mesmo tempo, as mulheres afirmam suas identidades como agricultoras, indígenas e quilombolas e desenvolvem relações afetivas, emocionais e espirituais com a terra, as plantas, a água, os animais e outros elementos da natureza. Cultivam uma diversidade de plantas e

criam animais, orientadas pelo manejo multiespécie e pela agroecologia. Para terem acesso à renda, constroem alternativas econômicas plurais, se envolvendo na criação de cooperativas, em feiras municipais, no acesso às políticas de compras governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE, e em alternativas econômicas assentadas na reprodução da vida.

A perspectiva transescalar na análise da luta contra a mineração destaca a importância das resistências produzidas pelas agricultoras, que se organizam desde o âmbito doméstico ao comunitário. As relações intra-familiares de poder tendem a ser interpretadas como insignificantes em relação à participação pública em manifestações ou em negociações com autoridades (Oyarzún; Alvarez, 2019, p. 11). Contudo, sob certas condições específicas de (auto)organização sociopolítica, as ações realizadas no âmbito doméstico pelas agricultoras têm sido decisivas para a produção de resistências e o enfrentamento à mineração nos territórios. São resistências que constituem uma construção ativa de alternativas, e não apenas uma reação à mineração.

As agricultoras, ao se articularem localmente em suas organizações e participarem de espaços de mobilização regionais, conectam as diferentes escalas de resistência por meio de uma rede de organizações e movimentos. Embora em contextos diferentes e com estratégias diversas, compartilham um objetivo comum: a defesa da vida diante do avanço do capital mineral. Essas formas de resistência se inserem numa luta global pela preservação dos territórios e pela reafirmação de direitos fundamentais, como o direito à autodeterminação e ao controle sobre os próprios corpos e territórios.

CAPÍTULO 6

De bem comum a preservação e compensação ambiental: disputas em torno da relação com a natureza

NATÁLIA LOBO, MIRIAM NOBRE,
ISABELLE HILLENKAMP E HÉLOÏSE PRÉVOST

Introdução

No decorrer da *pesquisa* GENgiBRe, nos aproximamos da relação com a natureza de mulheres agricultoras familiares, indígenas e quilombolas engajadas na agroecologia. No geral, essa interação nos apareceu como uma relação complexa, de não separação e intensa interação entre as diversas formas de vida. No entanto, muitas dessas mulheres sofrem restrições ou adaptações em seu modo de vida e de fazer agricultura por estarem dentro ou nos arredores de UCs, ou por participarem de projetos de compensação ambiental, cedendo parte de seu terreno ou do seu trabalho para projetos de reflorestamento ou de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Esse é, especialmente, o caso das agricultoras dos municípios de Peruíbe e Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, em São Paulo; de Divino, em Minas Gerais; e das mulheres indígenas da etnia Puri, em Araponga, na Zona da Mata mineira, cujas experiências estão no cerne deste capítulo.

A realidade dessas agricultoras é atravessada pelo campo da proteção ambiental: um campo complexo, que envolve atores públicos e privados em diferentes níveis e uma variedade de ideologias que estão em constante evolução como resultado da percepção mundial da crise ambiental. Além dos modelos de preservação e conservação, implementados principalmente

pelos governos por meio de UCs – como Parques e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), entre outras categorias –, há projetos de compensação ambiental que envolvem o Estado e organizações do terceiro setor que se utilizam de instrumentos diversos.

A compensação ambiental é a implementação de ações para compensar os impactos negativos de atividades humanas no meio ambiente. Após a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a compensação ambiental tornou-se parte integrante da abordagem da mudança climática (compensação de carbono), da biodiversidade e do desmatamento, levando a uma profunda reconfiguração do campo da proteção ambiental (Marques, 2022).

Um dos instrumentos de compensação mais utilizados é o PSA. O conceito de “serviço ambiental”, ou “serviço ecossistêmico”, foi proposto por um grupo de ecologistas e economistas norte-americanos em um artigo de referência publicado em 1997 (Costanza *et al.*, 1997). Nesse artigo, os autores argumentam que a natureza fornece uma série de serviços essenciais para o bem-estar humano, como a regulação do clima e da água, a formação do solo, a reciclagem de nutrientes e a polinização. No entanto, o valor desses serviços normalmente não é avaliado em termos monetários e, portanto, é ignorado nas políticas econômicas e na forma como os mercados operam, o que muitas vezes leva à sua destruição. Para remediar isso, o artigo propõe estimativas do valor de uma série de serviços ambientais, diferenciados de acordo com o tipo de bioma.

Com base nessa abordagem, o PSA foi definido como instrumento monetário de compensação ambiental que remunera um provedor pela realização de determinado serviço. A relação com a natureza por trás desse instrumento é muito diferente da das agricultoras que acompanhamos. No PSA, a natureza é dividida em serviços aparentemente independentes (o ciclo da água, a polinização, a captura de carbono etc.). Essa divisão é necessária para defini-los como objetos de políticas públicas ou como mercadorias e, desse modo, tende a ocultar o fato de que os ecossistemas se mantêm com base na interação entre os processos naturais, inclusive na interação entre humanos e não humanos. Movimentos populares e organizações da sociedade civil têm

criticado esse tipo de instrumento, assim como outros da chamada Economia Verde, como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que pretendem conservar a floresta a partir de incentivos monetários. Esses autores argumentam que esse tipo de instrumento insere as populações historicamente prejudicadas pelas injustiças sociais e ambientais em relações de trabalho precárias e implica perda de direitos territoriais para as comunidades em que se instala, particularmente quando baseado em mercados (Faustino; Furtado, 2015).

Neste capítulo, analisamos o encontro entre essas diferentes lógicas de se relacionar com a natureza, partindo dos pontos de vista de mulheres agricultoras, expressos durante encontros individuais e coletivos realizados com as metodologias de *pesquisa* do projeto GENgiBRe. Para tal, num primeiro momento (seção I), exploramos a relação dessas mulheres com a natureza, tentando entender a construção social de sua intensa interação com o entorno com base em suas experiências e práticas, e nas regras e instituições de suas comunidades. Também analisamos a forma como UCs e projetos de compensação ambiental chegam a seus territórios, trazendo outros tipos de relação com a natureza que interagem com as comunidades e com as mulheres. A partir da realidade dessas agricultoras, aprofundamos nosso entendimento da construção social e das relações, muitas vezes desiguais, constitutivas das UCs (seção II) e dos projetos de compensação (seção III).

1. Interagindo com a natureza: experiências de agricultoras familiares, indígenas e quilombolas na agroecologia

1.1. A gestão da natureza como um Comum

Como argumentamos na Introdução deste livro, mulheres na agroecologia e outros sujeitos, como povos indígenas e comunidades tradicionais, mantiveram um papel historicamente fundamental na criação das condições da reprodução da vida de suas comunidades. Relacionar-se com a natureza de maneira íntima, reproduzindo as formas de vida sob a lógica do cuidado, significa atuar para reproduzir a existência em estreita

interdependência com a dos outros seres e com os ecossistemas como um todo. As e os integrantes do povo Puri em ressurgência na Zona da Mata, por exemplo, se caracterizam por manter uma relação particular com a natureza. Em estudos realizados com mulheres Puri e relatórios de atividades por elas organizados, demonstrou-se seu conhecimento do território, de plantas espontâneas alimentícias e medicinais, de como abrir caminhos e neles semear, concebendo a natureza como um Comum: um bem construído e de uso compartilhado pela comunidade de seres que ali convivem, uma forma de viver o território sem se limitar pelas cercas da propriedade privada (Ferrari, 2024).

Com base em estudos de caso em diferentes regiões do mundo, a economista estadunidense Elinor Ostrom (1990) evidenciou que muitas comunidades demonstram capacidade de cooperar e construir instituições e sistemas próprios de gestão dos bens comuns que são eficientes do ponto de vista da conservação dos recursos naturais. A elaboração acadêmica de Ostrom foi de extrema relevância para combater o argumento, dominante desde a década de 1960, de que a gestão comum dos bens da natureza sempre levaria à exploração descontrolada desses bens (Hardin, 1968). Indo além da abordagem de Ostrom, com foco nas regras de comportamento individual, Miguel Vieira Said (2016) atentou para a importância de analisar a gestão dos bens comuns a partir da própria comunidade, dos laços sociais que a produzem e das relações de poder que a constituem.

Na Caravana Feminista e Agroecológica da Zona da Mata, realizada no âmbito da nossa *pesquisa* em julho de 2022 (ver Capítulo 1), visitamos a sede do Parque Estadual da Serra dos Puri,¹ em Araponga, e organizamos uma roda de conversa que tratou da convivência das comunidades da região com o Parque. Durante a visita, um indígena Puri contou como, na década de 1990, famílias sem-terra, incluindo a sua, que plantavam em áreas de fazendeiros entregando a eles metade de sua produção, se organizaram para comprar terras em conjunto. Ao obterem o acesso à terra,

¹ Adotamos aqui este nome, que foi proposto no projeto de Lei nº 1133, de 2023, em lugar do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Sobre os motivos dessa mudança, consulte a nota de rodapé 1, capítulo 1, p. 41.

essas famílias puderam cultivar juntas e diversificar sua produção, práticas que eram proibidas enquanto trabalhavam nas fazendas. Essas práticas foram sistematizadas em um documento intitulado “Os dez mandamentos da terra”, que orienta o grupo e permite a adesão de novas famílias. Esse documento organiza concepções comuns sobre a natureza, como “ter amor pela terra, ter consciência ecológica, recuperação e conservação do solo, ter zelo com os animais”; e sobre a participação social, o trabalho em mutirão e a vida comunitária. As mulheres são convidadas a “não ter vergonha de ser lavradora, a participar na partilha da terra e nas decisões do grupo” (Campos; Ferrari, 2008).

No Vale do Ribeira, mulheres lideranças quilombolas entrevistadas também destacaram a existência de um acordo de gestão de bens comuns, na forma do “Protocolo de consulta prévia dos territórios quilombolas do Vale do Ribeira”,² que aproxima de seus territórios as orientações da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre o direito à consulta livre, prévia e informada. Segundo o Protocolo, os “territórios das comunidades quilombolas são espaços de resistências, de liberdade e construção de autonomia” e as comunidades têm “uma relação diferenciada com a natureza, sendo inclusive o nosso Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira reconhecido e titulado como um Patrimônio Cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)”. O protocolo descreve a diversidade cultural e ambiental por meio de “240 variedades de plantas manejadas” e o rio Ribeira de Iguape como um “Bem Comum para o nosso povo”. Afirma que os territórios devem permanecer livres de mineração, pinus (monocultura) e barragens, e que as comunidades devem ser consultadas, respeitando o “tempo próprio para a construção de nossa vontade coletiva”.

² É possível ter acesso à íntegra do “Protocolo de consulta prévia dos territórios quilombolas do Vale do Ribeira” na publicação realizada pela Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE). Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-dos-territorios-quilombolas-do-vale-do-ribeira-sp-2020/>. Acesso: 17 jul. 2024.

1.2. Unidades de Conservação: entre proteção e nova ameaça

Em oposição a essa forma de viver, está o avanço da propriedade privada e da mercantilização da terra e da natureza no Brasil: o mesmo processo que desterritorializou os Puri no século XVIII e que, em uma continuidade histórica, permeia os territórios da *pesquisa* do GENgiBRE e o corpo das mulheres (*vide* Capítulos 2 a 5). As UCs podem oferecer proteção contra as ameaças decorrentes dessa mercantilização. Como reconheceu uma agricultora de Peruíbe durante a Cartografia Socioambiental Feminista, em junho de 2022: “Não vem tanta coisa ruim de lá para cá (poluição, agrotóxicos). Se não fosse o Parque, aqui ia estar mais destruído”. No entanto, isso não significa que as regras das UCs respeitem a íntima e complexa relação de mulheres agricultoras e de comunidades voltadas para a gestão de bens comuns com a natureza.

Um primeiro elemento é que, no geral, há uma grande opacidade e insegurança sobre as regras e formas de funcionamento das UCs. A maior parte das agricultoras participantes desta *pesquisa* vive em áreas que são classificadas pelo Sistema Nacional de UCs (SNUC), instituído nos anos 2000, como Unidades de Conservação de uso sustentável, que permitem a presença de moradores e têm como objetivo compatibilizar a conservação com o uso “sustentável” dos recursos pelas comunidades. Existem sete tipos de UCs de uso sustentável e, nesta pesquisa, trazemos experiências inseridas em três deles: Área de Proteção Ambiental (APA), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Algumas agricultoras que vivem em RDS sequer sabiam informar o nome da Reserva, por exemplo, nem quais tipos de manejo estão proibidos. Esse é o caso de uma agricultora que, durante a Cartografia Socioambiental Feminista de Peruíbe, feita em junho de 2022, relatou:

Sempre estamos em confronto com a Polícia Ambiental, não sabemos o que esperar deles. Eles vêm confrontando, já para multar, nunca para dar as informações. [...] Quem chega aqui, se fica, é porque é meio doido. Ou vai embora. Porque não pode nem fazer um galinheiro.

Ainda que a opacidade e insegurança em relação às informações pareçam gerais, as mulheres estão especialmente privadas das informações,

como é o caso de Hilda, de Peruíbe, que nos disse, em julho de 2022, que só ficou sabendo que seu novo sítio estava em área de conservação depois que já havia se mudado, e o marido não havia falado nada até então: “Ele é assim, não conta, fiquei chateada”.

Como no caso dos vendedores de agrotóxicos e das empresas de mineração (*vide* Capítulos 4 e 5), as interações e trocas de informações podem ocorrer de forma privilegiada entre os homens. Os homens agricultores, considerados “chefes da família” e detentores do poder de decisão, são interlocutores privilegiados dos homens do setor da gestão pública e da preservação. Essa divisão sexual do trabalho e esses modelos sociais e familiares restringem o poder de ação das mulheres e alimentam as desigualdades de gênero: as agricultoras são menos informadas, impactando a maneira como interagem com os elementos do meio ambiente.

Além das ameaças em relação à segurança fundiária no território e das multas ambientais, as UCs também representam problemas de outra ordem para as agricultoras. A institucionalidade do Estado guarda em si uma visão simplificada da natureza, que não compreende as relações entre os seres no grau de complexidade abordado pelas agricultoras e por comunidades que possuem regras de gestão de bens em comum. Isso se traduz na rigidez como o Estado concebe as regras que regem a interação entre os humanos e as outras formas de vida, em uma concepção de afastamento desses sujeitos. Antônio Carlos Diegues (2018) denominou de “O Mito Moderno da Natureza Intocada” o modelo, criado nos Estados Unidos no fim do século XIX, de preservação da “vida selvagem”, a qual estava sob ameaça pelo crescimento das cidades e do modo de produção capitalista. É uma abordagem que guarda dois pressupostos baseados na ideia de equilíbrio da natureza: o de que poderiam existir pedaços do mundo intocados pela ação humana, em seu estado “natural”; e o de que afastar os humanos da “natureza” seria imprescindível para preservá-la.

A forma de o Estado conceber a natureza difere muito dos modos de se relacionar com a terra e com a natureza encontrado em algumas comunidades locais, isto é, como um Comum. Isso faz com que essas comunidades percebam as exigências do Estado como um tipo de autoritarismo, marcado pela tentativa permanente de impor regras sobre elas. Como resultado desse

confronto, observamos situações em que as regras comunitárias de gestão da natureza como o Comum se opõem, desviam ou se mantêm na relação com o Estado e outros agentes externos. Sobre o Vale do Ribeira, por exemplo, autores como Steenbock (2013), Biase (2016) e Bim (2012) demonstraram que os povos e comunidades tradicionais possuem uma forma de fazer agricultura que se insere na floresta e convive com a Mata Atlântica, mas que passou a ser criminalizada após a instalação de uma grande Unidade de Conservação, o Parque Estadual de Jacupiranga.

As regras de gestão da natureza impostas pelo Estado, por vezes, são tão restritivas que fazem com que as comunidades adotem práticas mais insustentáveis ecologicamente do que fariam se seguissem suas próprias regras. Um exemplo disso é a roça de coivara no Vale do Ribeira. Entre as comunidades quilombolas dessa região, o sistema de manejo do território contempla a prática de coivara respeitando um tempo de pousio por meio de um sistema de rotação das áreas, como nos explicou uma agricultora da Barra do Turvo na ocasião da Cartografia Socioambiental Feminista, em julho de 2022.

A roça tradicional de coivara é a forma antiga, que os antepassados queimavam, faziam sua rocinha, plantavam seu arroz e deixavam dez anos. Depois ali formava e já estava bem estercoado, roçava de novo, fazia sua roça (*de novo, no mesmo lugar*), sua lavoura.

Como veremos no Capítulo 7, a roça tradicional envolve muitos conhecimentos, entre eles sobre como fazer o aceiro, a direção dos ventos, o ponto da coivara que deve estar murcha, mas não seca demais. A Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) permite a supressão da vegetação depois de um período de pousio por parte de pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais desde que a vegetação esteja em estágio inicial de regeneração e a supressão seja autorizada por órgão ambiental competente. Esses órgãos têm como referência uma resolução específica do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA),³ que caracteriza o estágio ini-

³ O CONAMA é um órgão consultivo e deliberativo do governo federal. É composto por representantes do governo, da sociedade civil e de organizações ambientais, e tem como objetivo assessorar, analisar e sugerir políticas governamentais voltadas para questões ambientais.

cial, médio e avançado de regeneração pela altura e grossura de arbustos e árvores, espécies mais frequentes e caracterização da serrapilheira (camada de folhas e matéria orgânica no solo). Essa caracterização é uma aproximação que não leva em conta o conhecimento detalhado da vegetação por parte de quilombolas. Nas condições do Vale do Ribeira, em dez anos – tempo que o conhecimento tradicional aponta como ideal –, o estágio de regeneração muito provavelmente será médio. Nessa situação, por lei, a supressão da mata para realização da coivara seria proibida. Por isso, quilombolas são impelidas pela lei de reutilizar a área em menor tempo.

De forma geral, as entrevistas e debates ocorridos durante os encontros da nossa *pesquisa* apontaram a afinidade das mulheres com acordos complexos de gestão de territórios, como os Dez Mandamentos da Terra de Araponga e o Protocolo de consulta prévia dos territórios quilombolas do Vale do Ribeira. Neste último, no entanto, embora seja explícita a preocupação geracional, afirmando que crianças e idosos devem ser incluídos na consulta, nenhuma menção é feita às mulheres. A divisão sexual do trabalho na gestão ambiental e nas próprias comunidades e os saberes específicos das mulheres quilombolas ficam invisíveis. Sem um objetivo explícito de participação das mulheres, é difícil levar em conta a divisão das tarefas de cuidado e domésticas que limita sua participação em reuniões públicas (*vide* Capítulo 9). Adaptar horários, locais e condições à participação delas seria necessário para superar relações sexistas que existem até dentro das comunidades.

1.3. Compensação ambiental: pagar para conservar o meio ambiente

Além das UCs, há um grupo específico que participou da nossa *pesquisa* – as mulheres da RAMA, na Barra do Turvo – que estão envolvidas em projetos de compensação ambiental baseados em Pagamento por Serviços Ambientais. São projetos que nasceram de iniciativas do próprio Estado, na figura da Fundação Florestal, parte da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e de organizações do terceiro setor, no caso uma ONG chamada Iniciativa Verde. Essas são iniciativas que apostam na capacidade dos pagamentos de contribuir para a conservação do meio ambiente.

Um dos programas de PSA da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente é o projeto Conexão Mata Atlântica. Em entrevista com nossa equipe em abril de 2022, a coordenadora desse programa explicou que a lógica dos PSAs da Secretaria coloca as agricultoras e os agricultores como parceiros da preservação, como “um ator que atua em diversas frentes: agricultura, mas também silvicultura e conservação”. No entanto, nossos encontros com as agricultoras da RAMA demonstraram que a interação que as comunidades podem ter com o entorno nesse tipo de projeto é bastante delimitada, regida por regras contratuais que, caso não sejam cumpridas, acarretam multas. Nesse sentido, o efeito do modelo de compensação é bastante semelhante ao do preservacionismo: impõe certa maneira de se relacionar com a natureza e faz uso do punitivismo caso essa maneira não seja cumprida.

Nas duas próximas seções deste capítulo, apresentaremos mais elementos sobre como os modelos de preservação e de compensação ambiental, respectivamente, foram construídos, aprofundando nosso entendimento do seu impacto na vida das mulheres agricultoras e suas estratégias de luta e permanência na terra.

2. Unidades de Conservação: construção de relações diversas

O Parque Estadual da Serra dos Puri (PESP), situado no norte da Zona da Mata, abrange sete municípios, incluindo Araponga e Divino, e tem uma extensão de cerca de 15 mil hectares. No Vale do Ribeira, recobrimdo parte do município de Barra do Turvo e com extensão de 243 mil hectares, está o Mosaico de UCs do Jacupiranga (MOJAC); e, recobrimdo parte do município de Peruíbe, está o Parque Estadual da Serra do Mar, com superfície de 322.292 hectares (consulte o mapa de localização no início do livro). Em todos esses territórios, o bioma é a Mata Atlântica, e neles opera a lógica do “Mito da Natureza Intocada”, em maior ou menor grau. No entanto, a chegada das UCs ocorreu de formas distintas em cada um deles e conformou relações sociais diferentes entre as comunidades e o Estado.

O PESP foi criado em 1996 – naquele momento como PESB, Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – e, a princípio, abarcaria um vasto território. A resistência das comunidades que seriam afetadas estabeleceu

processos de negociação que resultaram em uma reorganização da área do Parque, o qual se instalou em um território menos vasto, em altitude acima de mil metros, conhecida localmente como “cota mil”. Nessa luta se envolveram aliados, como o CTA–ZM e a UFV, que afirmaram a agroecologia como um modo de produção adequado à zona de amortecimento do novo parque. Esse processo, além de ter contribuído para o fortalecimento das organizações, propiciou debates coletivos que levaram à “viagem de volta” de comunidades de agricultores, que passaram a se afirmar como descendentes e indígenas Puri no confronto com o novo parque (Ferrari, 2024).

No Vale do Ribeira, o Parque Estadual de Jacupiranga foi criado em 1969 e recobria 30 bairros rurais. Nesse contexto, os camponeses foram expulsos de suas terras ou passaram a sofrer duras restrições em seus modos de vida, particularmente nas décadas de 1980 e 1990. A luta dessas comunidades para permanecer em seu território segundo seus modos de vida encontrou um contexto político favorável durante o primeiro governo do presidente Lula, o que resultou na criação, em 2008, do Mosaico de UCs do Jacupiranga (MOJAC), que inclui três Parques, quatro Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) e uma Reserva Extrativista (Bim, 2012). Esse processo de resistência contribuiu para a identificação de comunidades negras rurais como quilombolas e para a regularização fundiária.

Tal processo de reorganização, por outro lado, não aconteceu com o Parque da Serra do Mar, impossibilitando a flexibilização das regras de uso dos recursos e a resolução de certos problemas relativos aos limites do Parque. Ao mesmo tempo, tanto no PESP quanto no MOJAC, durante nossos encontros, as agricultoras se referiram à continuidade do risco de expulsão do território devido à proximidade ou à sobreposição com as UCs, apesar da existência de negociações. Na Zona da Mata, existem famílias que foram desalojadas para instalação do PESP na década de 1990 e ainda não foram indenizadas. Na Barra do Turvo, famílias ainda temem que a revisão dos limites do Parque Estadual de Jacupiranga possa afetá-las.

Como já vimos, a proximidade e sobreposição com as UCs impõe uma série de regramentos no manejo do território. Esses regramentos são

mediados pelos gestores e funcionários das UCs. Em entrevista com nossa equipe, um gestor público do MOJAC reconheceu que a Lei da Mata Atlântica – a qual, como já citado, proíbe o desmatamento e uso de florestas primárias e secundárias em estado médio de regeneração com penalidades de multa e detenção – autoriza vários manejos de pequenos produtores e comunidades tradicionais, como o uso de madeira para lenha ou para a construção civil. Bastaria respeitar os limites e demandar as autorizações aos órgãos competentes que vêm sendo simplificadas ao longo dos anos. Ainda assim, ele admite, há necessidade de um apoio técnico para que esses procedimentos possam ser cumpridos pelas comunidades.

Por outro lado, as agricultoras entrevistadas no Vale do Ribeira consideram uma contradição pedir tantas autorizações para manejar seu território, que é recoberto de mata justamente pela convivência de suas ancestrais com a natureza. Há restrições ambientais que afetam inclusive práticas ritualísticas ligadas à sua espiritualidade, as quais envolvem o manejo do fogo. Durante um encontro que realizamos com agricultoras familiares e quilombolas,⁴ elas se referiram à vigilância a que estão submetidas como uma “continuidade da escravidão”, afirmando que “só mudou o tocador”, ou seja, a pessoa que promove a exploração.

Essa percepção decorre do “autoritarismo policial”, como nomeou o próprio gestor, isto é, da ampliação das técnicas de vigilância e controle, como o uso de imagens de satélite e *drones*, e das multas. Um caso emblemático ocorreu em 2019 no quilombo do Cedro, em Barra do Turvo, em que a comunidade foi multada em mais de 6 milhões de reais pelos órgãos ambientais por um incêndio causado por um fazendeiro que queimou uma pastagem dentro da área do quilombo (Lazzeri, 2019). A comunidade recorreu dessa decisão – que segue em tramitação judicial –, mas a condenação em primeira instância foi suficiente para causar um impacto profundamente negativo, desmoralizando a comunidade e possivelmente contribuindo para que a mulher que presidia a associação do quilombo

⁴ O encontro em questão foi uma aula do curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em setembro de 2022.

não voltasse a se candidatar. A abordagem de segurança ambiental, “que apresenta as mudanças climáticas como uma séria ameaça que exige respostas militarizadas”, é uma característica central da masculinidade hegemônica no campo ambiental, do nível global até os níveis nacional e local (MacGregor, 2010, p. 229). O recurso à polícia e as multas ambientais enfrentadas pelas agricultoras e comunidades que conhecemos fazem parte dessa masculinidade.

Toda Unidade de Conservação deve ter um conselho gestor, que auxilia o gestor da UC a elaborar planos e ações. O conselho tem representação de órgãos públicos e da sociedade civil, principalmente da população que reside no território e em seu entorno. Os conselhos das RDS, em específico, são deliberativos, e têm a competência de aprovar ou reprovam ações que ocorrerão na unidade.

No caso do MOJAC, a participação nos conselhos das RDS é vista pelas agricultoras da RAMA como possibilidade de aceder a informações de planos do Estado e estabelecer contato com empresas e ONGs para o território. Algumas delas participam ativamente desses conselhos, mas sentem que a crítica que realizam ao modelo de gestão das UCs é individualizada e, por isso, tem menos força de provocar desdobramentos. Uma liderança quilombola muito atuante, Nilce de Pontes Pereira, se apresentou em uma Entrevista em outubro de 2021 como “Dona Encrenca” porque sente, com certo orgulho, que assim é vista pelos gestores ou outros atores a cujos interesses ela se contrapõe. Contudo, há muito poucas mulheres presentes nessas reuniões devido a vários fatores específicos relacionados a questões de gênero: as resistências sexistas de homens gestores e moradores, participantes dessas reuniões, que não transmitem informações, interrompem as mulheres, não as ouvem e desvalorizam sua presença ou sua fala; a disponibilidade limitada das agricultoras, por serem responsáveis pelo trabalho doméstico e parental; e a autoexclusão e a autocensura ligadas ao conhecimento dos obstáculos à sua participação.

No caso do PESP, o conselho gestor é apenas consultivo. Na nossa visita a esse parque, um dos temas de discussão foi o não preenchimento das vagas desse conselho por agricultoras e agricultores. A demanda de documentos que burocratizam o acesso a essas vagas apareceu como o

principal fator limitante. No caso do MOJAC, se tal participação existe, ela é, no entanto, fragmentada pela separação das UCs com seus respectivos conselhos. Segundo Nilce de Pontes Pereira, isso divide as comunidades, que não têm um processo e espaços comuns onde possam entender as ameaças sobre o território de forma abrangente.

Em ambas as regiões, esse é o caso das mineradoras, que dão início a inúmeros pedidos e processos de prospecção mineral (vide Capítulo 5). Na nossa visita à sede do PESP, durante a Caravana Feminista e Agroecológica, criamos a ocasião de uma roda de conversa com o gestor do Parque. As mulheres agricultoras presentes se lembraram da época em que aconteceram muitos incêndios criminosos na área do PESP como uma tentativa de pressionar a saída dos agricultores. Nas palavras de uma delas: “o que a mineradora quer é um campo sem gente”. Nesse contexto, um agricultor Puri falou da existência do PESP como “uma benção”, mas afirmou, ao mesmo tempo, que os Dez Mandamentos da Terra, ou seja, um acordo comunitário, têm uma força de concretização maior do que as leis que regulamentam a constituição do PESP. Isso significa que, mesmo nos lugares em que a presença do Parque é considerada como um fator de proteção, há um forte risco de que não seja suficiente para deter o avanço da mineração sobre o território. A demanda das comunidades Puri para mudar o nome da Serra e do Parque de “Brigadeiro” para “Puri” também evidencia o protagonismo daquelas e daqueles que a vêm protegendo (Ferrari, 2024).

Essas diferentes experiências ilustram os muitos efeitos sobre os territórios produzidos pelas UCs. Se a preservação ambiental constitui certa proteção dos territórios, ela é indissociável de uma perda de autonomia das comunidades sobre sua terra e seu modo de fazer agricultura. A história mostra que as comunidades foram capazes de, ao longo do tempo, organizar diálogos e lutas para mudar algumas regras do Estado e limitar a extensão das UCs. Para isso, mobilizou-se uma ideia muito importante: a de que a forma das comunidades fazerem agricultura – chamada por alguns de “agroecologia” – não é impactante para o meio ambiente e poderia conviver com as Unidades de Conservação sem representar risco aos ecossistemas. Com o avanço do extrativismo, essas mesmas Unidades

passaram a ser vistas pelas comunidades como aliadas estratégicas. No entanto, essa não é uma luta ganha, pois os interesses das empresas são capazes inclusive de mudar o ordenamento territorial das UCs e encontrar brechas em seu funcionamento para expandir seus negócios.

3. Compensação ambiental: diversidade, riscos e oportunidades

Ainda que a relação do Estado com as agricultoras seja marcada pelo autoritarismo, muitas delas criaram um vínculo de proximidade com o espaço físico e os funcionários das UCs, na medida em que essas começaram a significar a possibilidade de uma fonte de renda por meio de projetos de compensação ambiental. Em um contexto permeado pelas desigualdades de gênero, no qual as mulheres agricultoras têm menos acesso a uma renda própria, os projetos de compensação podem constituir uma opção de segurança econômica adequada a suas condições. As mulheres, por se deslocarem menos, são mais presentes no território e podem integrar tarefas de compensação ambiental em seu trabalho de cuidado a partir do lugar social e físico que ocupam. Os gerentes de projetos de compensação, por outro lado, podem considerar a participação dessas mulheres como uma boa estratégia para estabelecer conexões locais sólidas. Assim, essa relação é mutuamente aceita pelas agricultoras e pelos gestores, mas não deixa de ser uma configuração que se origina na divisão sexual do trabalho e a reforça, já que as mulheres seguem sendo responsáveis pelas tarefas de cuidado.

As agricultoras percebem essa ambivalência. Uma agricultora de Barra do Turvo que tem uma significativa fonte de renda provinda de um viveiro de mudas criado pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo afirmou que “o Meio Ambiente⁵ dá com uma mão e tira com a outra”. Essa agricultora e seu marido retiram sementes das matas para fazer mudas nativas e frutíferas no viveiro. Essas mudas são vendidas para grandes empresas ou pessoas físicas responsáveis pelo desmatamento, as quais são obrigadas por lei a fazer compensação. Essas empresas e pessoas geralmente entram em contato com a família por meio da ONG Iniciativa Verde, que executa

⁵ “O Meio Ambiente” é uma expressão usada pelas mulheres de Barra do Turvo para se referir às ações das UCs e aos projetos de compensação ambiental no território.

projetos de reflorestamento em áreas degradadas do MOJAC. Tanto essa agricultora quanto seu marido têm extenso conhecimento sobre sementes de espécies nativas, adquirido com os trabalhos e as capacitações dos viveiros da Fundação Florestal. Durante a entrevista, o marido falou sobre 80 espécies de árvores nativas. Essa não é a fonte de renda principal do casal, mas eles assumem que é um dinheiro “não planejado” que ajuda em momentos de grandes gastos, como na necessidade de reformar a casa.

A compensação ambiental é baseada em uma variedade de ações concretas, como preservação, proteção, reflorestamento, restauração de ambientes, sequestro de carbono etc. Os tipos de instrumentos que podem gerar essas ações também são variados: pagamentos e outros incentivos monetários baseados em políticas públicas, em instrumentos regulamentares e fiscais ou em instrumentos de mercado (Méral, 2021). Essa diversidade de esquemas de compensação dá origem a uma variedade de situações sobrepostas para as mulheres agricultoras e suas comunidades. No caso de Barra do Turvo, além da presença do MOJAC, dos viveiros da Fundação Florestal e dos projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas da ONG Iniciativa Verde, há ainda um programa de PSA de repovoamento da palmeira-juçara, ligado também à Fundação Florestal, que remunera as e os participantes pelo plantio da palmeira em suas terras, mediante uma série de regras. Para mulheres da RAMA, participar desses e outros projetos constitui uma estratégia de permanência na terra, em um contexto de falta ou reconstrução de políticas públicas e alternativas possíveis:

Cada projeto, um incrementa o outro, e tudo é uma maneira de você viver no campo, porque hoje em dia as coisas estão tão difíceis... se você for para outro lado, você não vive no campo. Se não for assim, tem que trabalhar fora. Teve tanta gente que trabalhava no sítio e foi embora para Curitiba, não tem renda... às vezes você planta e perde tudo porque não tem para onde vender. Se vai comprar coisa no mercado, você se assusta. E as pessoas não têm salário, então vai comer o quê? (Agricultora da RAMA *apud* Lobo, 2024, p. 110).

Apesar de as agricultoras estabelecerem uma relação pragmática com os projetos de compensação ambiental, a diferença entre a forma como a RAMA, por um lado, e o Estado e a ONG Iniciativa Verde, por outro, se relacionam com a natureza permanece grande. No manejo da agrobiodi-

versidade, por exemplo, ao mesmo tempo que a agroecologia da RAMA é extremamente biodiversa, os projetos de PSA, no geral, se concentram na preservação de uma só ou de uma pequena variedade de espécies ou de produtos agrícolas, como é o caso da palmeira-juçara. Os projetos de compensação se baseiam em uma visão fragmentada da natureza como uma série de “serviços ambientais”, e esse tipo de abordagem focada é também necessária para a avaliação desses projetos. As agricultoras, por sua vez, nunca deixam de construir sua própria relação com a natureza e com o entorno, principalmente a partir da sua maneira de fazer agroecologia. Na prática, elas realizam uma conjunção de formas de trabalhar, manejar seu espaço de trabalho e vida e aceder a mercados, tendo como objetivo principal a possibilidade de permanecer na terra e não precisar migrar para a cidade.

Nossa *pesquisa* mostrou que os projetos de PSA não são simplesmente absorvidos pelas agricultoras como um pacote fechado. Em entrevista com a liderança Nilce de Pontes Pereira, abordamos o processo histórico de chegada de projetos de compensação ambiental nas comunidades de Barra do Turvo e a forma como as comunidades foram selecionando projetos compatíveis com suas próprias regras. No ano de 2011, uma grande organização preservacionista, a The Nature Conservancy, havia se aproximado das comunidades quilombolas do município e apresentou a elas a possibilidade de participarem da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”, um programa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que apoiava organizações para que estas realizassem restauração ecológica em territórios da Mata Atlântica. Naquele momento, devido à falta de informação fornecida à comunidade sobre o projeto, Nilce, como liderança, organizou reuniões na comunidade para explicitar os perigos de assinar um contrato desse tipo, sem cláusulas claras. Ao fim, a decisão coletiva foi de não participar.

A aderência a projetos de compensação por parte das comunidades e das agricultoras não é feita de forma acrítica, e sim estratégica. Há uma avaliação coletiva de características-chave para manter um grau de autonomia de decisão sobre as áreas e os bens naturais que serão cedidos para as ações de compensação: o tempo de duração do contrato não pode ser extenso demais, o projeto não pode comprometer sua forma de plantar nem ocupar uma área grande demais do seu sítio, entre outros fatores.

Esses critérios, que observamos no Vale do Ribeira, ecoam a literatura internacional sobre os limites do modelo de compensação ambiental. Em Madagascar, por exemplo, o poder excessivo nas mãos de grandes ONGs que implementam programas de reflorestamento como o REDD+ e atuam como intermediários entre todas as partes envolvidas (Estado, empresas multinacionais, comunidades locais, órgãos de certificação) expõe essas comunidades a um risco de repressão e perda de autonomia. Esse poder também cria um risco de conluio com os órgãos de certificação e falha na prestação de serviços ecossistêmicos (Bidaud, 2012).

Ao longo do tempo, foi-se criando nas comunidades do Vale do Ribeira uma capacidade de análise crítica dos projetos de compensação, principalmente por meio de lideranças mulheres que participam de espaços de formação e organização. Essa organização é fruto de processos de longa data, como o MOAB, que vem se opondo à construção de grandes barragens hidrelétricas na região desde a década de 1990. Ao se opor ao modelo de exploração baseado em grandes barragens, esse movimento afirmou sua própria visão coletiva do território, baseada no reconhecimento de um princípio ecológico nos modos de vida das comunidades quilombolas e no protagonismo das mulheres (Carril, 1995). Dando continuidade a esse processo, a SOF realizou, junto às mulheres da RAMA, muitos espaços de intercâmbio e rodas de conversa que tinham os projetos de compensação ambiental como tema central. Nilce de Pontes Pereira também traz muitos acúmulos para a rede que ela aprende em seus espaços de militância em nível nacional, como o Grupo Carta de Belém.⁶

A problemática desses projetos que percebemos em escala local está relacionada com as respostas à crise ambiental que são arquitetadas em espaços nacionais e globais, como os acordos sobre o clima firmados em espaços multilaterais e a regulação do mercado brasileiro de emissões de

⁶ O Grupo Carta de Belém foi formado em 2009 a partir de um processo que culminou num seminário em Belém. O Grupo estabelece uma visão crítica às falsas soluções de mercado e aos processos de financeirização da natureza. Vem incidindo, nos âmbitos nacional e internacional, sobre os marcos legais e as políticas sobre clima, florestas, usos da terra e biodiversidade, como também promove formações com e de lideranças comunitárias e movimentos sociais do campo e da cidade. Para saber mais, acesse: www.cartadebelem.org.br/. Acesso: 30 jun. 2025.

gases de efeito estufa. Em âmbito nacional, a Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou por unanimidade, em outubro de 2023, o projeto de lei nº 412/2022, que cria o Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões (SBCE). Com isso, o governo federal poderá definir as metas de emissões de gases de efeito estufa das empresas e criar o mercado para a venda de cotas de compensação. Outra política pública é o Plano de Transformação Ecológica, coordenado pelo Ministério da Fazenda, que tem a ampliação das políticas de Pagamento por Serviços Ambientais como um dos seus objetivos.

Embora o mercado de carbono e de outros gases de efeito estufa esteja em acelerada expansão, no Brasil ele ainda é bastante concentrado na região Amazônica, e não há projetos de crédito de carbono nos territórios de *pesquisa* GENgiBRe. De todo modo, a criação desse extenso arcabouço legal, além dos programas e políticas nacionais, significa que estarão cada vez mais presentes em diversos territórios do país. O que se notou até aqui é que o fortalecimento dos coletivos de agricultoras e de suas lideranças, assim como a construção de práticas ecológicas e econômicas alternativas, faz com que elas tenham mais capacidade de defender suas comunidades e de dizer não à oferta da renda de projetos que ameaçam sua autonomia e sua forma de viver e de se relacionar com a natureza.

Para concluir: bem comum versus preservação e compensação ambiental, entre denúncia e apropriação estratégica

O encontro entre diferentes formas de se relacionar com a natureza em um mesmo território dá origem a dinâmicas complexas. Nossa aproximação com o povo Puri nos mostrou que os povos indígenas guardam semelhanças com as mulheres agricultoras familiares e quilombolas em sua forma de se relacionar com as plantas e os animais: uma relação de coconstituição, de apreço pela diversidade e pela produção para autoconsumo, que expressa a lógica de gestão dos comuns e de reprodução da vida pela qual essas pessoas são responsáveis. Quando essa forma de se relacionar com a natureza se confronta com outras regras, inclusive com aquelas aparentemente destinadas a proteger o meio ambiente, como as das UCs e de projetos de compensação ambiental, elas se conjugam de formas singulares, em meio a tensões e conciliações.

As dinâmicas de proteção e conservação ambientais são atravessadas por relações de gênero e podem incidir sobre estas de diversas maneiras. As restrições e o acesso desigual à informação entre homens e mulheres, que existe de forma geral e se perpetua nas áreas de UCs, podem reacender as relações de poder e limitar a capacidade de ação das mulheres.

Embora os projetos de compensação ambiental representem oportunidades econômicas, eles também podem se basear na divisão sexual do trabalho, nas desigualdades de mobilidade e de tomada de decisão. Propiciar a participação das agricultoras nesses projetos com base em seu papel de gênero pode ser o resultado de uma visão essencialista da feminilidade como provedora de cuidados com a natureza. No entanto, a experiência das agricultoras da RAMA, em Barra do Turvo, mostrou sua capacidade de desenvolver estratégias e visões críticas sobre a chegada desses projetos, sobre a forma como são implantados e sobre a apropriação do território promovida por eles.

Na prática, a reação das mulheres às UCs e aos projetos de compensação ambiental vai por dois caminhos. Um deles é o caminho da denúncia, que ocorre quando elas se colocam contra as restrições aos seus modos de vida, afirmando que a sua forma de fazer agricultura não degrada a natureza e, portanto, não deve ser limitada pelas regras das instituições. Outro é o caminho da apropriação parcial e estratégica. Em um contexto de avanço do extrativismo, as UCs podem ser aliadas na proteção do território ao limitar a pulverização aérea de agrotóxicos ou as concessões minerárias. Algo parecido acontece com a compensação ambiental. Em uma situação de falta de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e tradicional, e de forte pressão para que os agricultores migrem para as cidades, a renda dos projetos de compensação pode servir como complemento à renda da agricultura. Em ambos os casos, essas estratégias só são bem-sucedidas quando ocorrem em um contexto de forte organização das mulheres agricultoras, que desenvolveram uma aguçada capacidade de interpretação da realidade e desenham, juntas e junto de movimentos e organizações parceiras, suas estratégias de proteção e permanência no território.

PARTE III

Agroecologia e resistências das agricultoras: um olhar situado

CAPÍTULO 7

Manejos agroecológicos e gênero: resistências nos espaços de trabalho e vida

ISABELLE HILLENKAMP, LILIAM TELLES, NATÁLIA LOBO,
CLARA TEIXEIRA FERRARI, LUANA DE PÁDUA SOARES
E FIGUEIREDO E IRENE MARIA CARDOSO

Introdução

Nos Capítulos 4 e 5, vimos como os modelos de produção agrícola e de exploração mineral intensivas atravessam e prejudicam os territórios da agricultura familiar e de comunidades tradicionais. Nesses mesmos territórios, há resistências, especialmente das mulheres agricultoras praticantes da agroecologia. No Capítulo 6, vimos como certas políticas de conservação ambiental impõem uma visão restrita da natureza, que também gera resistências. Para aprofundar nosso entendimento sobre essas resistências, precisamos mergulhar nos territórios da agricultura familiar e de comunidades tradicionais e conhecer melhor a maneira como as agricultoras, suas famílias e comunidades trabalham a terra.

Em Carangolinha de Cima (Divino, MG), por exemplo, a agricultora Socorro mantém um quintal composto por uma horta, um pomar, um chiqueiro e a criação de galinhas, que são a base da alimentação da família. Por meio de manejos diários, como converter os resíduos domésticos e dos cultivos em adubo, cobrir o solo, cuidar das plantações, podar as árvores e alimentar os animais com a produção própria, ela constrói um quintal agroecológico. Ao mesmo tempo, e como a grande maioria das famílias da região, Socorro, seu marido e seu filho obtêm grande parte de sua renda monetária a partir do cultivo do café, situado em áreas denominadas “lavouras”, que se localizam para além do quintal e quase sempre em monocultivo. A produção do quintal de Socorro

constitui uma alternativa à geração de renda pelo café e seus manejos, contrapondo-se ao modelo de produção intensiva. Nas lavouras de café, o uso de herbicidas, como o glifosato, tem diminuído por pressão de Socorro. No manejo da lavoura, como substituto do glifosato, seu marido tem utilizado a roçadeira. Ele tem roçado sem passar a lâmina da roçadeira muito baixo para não expor a terra e deixar o mato um pouco mais alto, o que protege o solo.

As condições para as resistências ao modelo de produção agrícola intensiva se ancoram em gestos, trabalhos e conhecimentos envolvidos nos manejos. Tais resistências são discretas, a exemplo da forma de usar a roçadeira, e fazem parte das alternativas ecológicas que formam um “cotidiano político” (Pruvost, 2021), baseado na reorganização e na valorização da reprodução da vida como caminho de autonomia. Essas resistências envolvem também a relação de cuidado com a natureza e a participação em paisagens multiespécies, nas quais humanos e não humanos interagem de forma interdependente (Tsing, 2019). As diferentes formas de manejo também são mediadas pela divisão sexual do trabalho e do espaço, pelo acesso desigual às técnicas e pela organização social das escalas (Marston, 2000).

O conceito de “espaço de trabalho e vida” das agricultoras por nós utilizado foi derivado de nossa metodologia de Etnomapeamento Feminista (*vide* Capítulo 1). O espaço pode designar um sítio ou uma propriedade familiar, mas também integrar um território comunitário ou uma área de bens comuns onde a agricultora trabalha ou vive. O conceito de “espaço de trabalho e vida” também ressalta a visão das agricultoras. Assim, prestamos atenção à forma como elas dividem esses espaços em vários *ambientes* ou *subespaços*, como hortas, quintais, lavouras, roças, sertões e cozinhas, que ganham nomes específicos a depender das regiões e das famílias. A segmentação entre os ambientes reflete a visão das agricultoras sobre a organização e a divisão do trabalho e das escalas, vinculada, quase sempre, com a distância da casa; além disso, expressam relações afetivas e estéticas. O conceito de “espaço de trabalho e vida” e sua divisão em ambientes são, portanto, fundamentais para entender as resistências das agricultoras. Em

sua dimensão funcional, esse conceito de “espaço” se sobrepõe ao de “agroecossistema”, definido como “ecossistema cultivado, socialmente gerido” (Petersen *et al.*, 2017, p. 29), com foco nos fluxos de matéria e energia entre seus subsistemas (ou subespaços). Mas *espaço*, em nosso entendimento, vai além da mera dimensão funcional, ao adotar os múltiplos critérios das agricultoras, inclusive os culturais, simbólicos, afetivos e estéticos.

Os espaços de trabalho e vida são atravessados por dimensões de gênero. Em regiões sujeitas à produção agrícola intensiva, a exemplo do café em monocultivo, o trabalho e o espaço tipicamente são divididos dentro da família entre um espaço sob responsabilidade masculina e um espaço sob responsabilidade feminina. Nessa divisão, o espaço dito “masculino”, dedicado à produção de *commodities*, é considerado “produtivo” na medida em que gera renda e, por esse motivo, ocupa uma grande área. Ao contrário, o espaço dito “feminino” é desvalorizado por não gerar renda monetária, embora seja imprescindível para a reprodução da vida. Este espaço tem um tamanho menor e é dedicado aos cultivos e criações destinados à alimentação familiar e às trocas locais. Em muitos contextos socioculturais da agricultura familiar no Brasil, esse espaço “feminino” é o quintal. O quintal é, ao mesmo tempo, um espaço desvalorizado pela visão produtivista e o lugar de resistência das mulheres por excelência (Pacheco, 1997; Oliveira *et al.*, 2021).

Com isso, percebemos que gênero, organização dos espaços e economia política, por meio dos circuitos de comercialização e de valorização dos produtos, das escalas e dos manejos, estão estreitamente ligados. Efetivamente, as atribuições de gênero definem os manejos, e os manejos reforçam os papéis de gênero mediante gestos e técnicas concretas. Por exemplo, no Nordeste do Brasil, em regiões onde a coleta e o processamento do babaçu são considerados “trabalho de mulher”, entende-se que “homem que quebra coco não é homem” (Cunha *apud* Pacheco, 1997, p. 2). De forma similar, em Barra do Turvo (SP), um agricultor que implantou um sistema agroflorestal enquanto os demais homens de sua família desmatavam suas terras para formar pastagens, contou-nos que, por muitos anos, foi chamado de “louco”, considerado

incapaz de adotar os manejos que gerariam renda e o tornariam “um homem de verdade”. Na Zona da Mata, especialmente no passado, lavoura com mato era considerada “lavoura de viúva”, descuidada porque não era muito capinada, o que, por sua vez, expõe o solo às chuvas e provoca erosão.

Resistir à mercantilização do trabalho, da natureza e da vida exige mudanças profundas e assimétricas para mulheres e homens. A modernização agrícola desvalorizou e continua desvalorizando as técnicas tipicamente usadas por mulheres, relativas à diversificação de culturas, aos usos alimentares e medicinais das plantas, à criação de pequenos animais e à fertilidade do solo, considerando-as atrasadas, improdutivas e irracionais (Guétat-Bernard; Saussey, 2014). Por outro lado, como vimos no Capítulo 4, os homens na agricultura familiar têm sido pressionados a adotar técnicas e conhecimentos apresentados como “modernos” e supostamente superiores, voltados para o aumento de produtividade no curto prazo, mas que são danosos à vida, como os monocultivos e o uso de agrotóxicos. Para as mulheres agricultoras, resistir afirmando suas práticas é sinônimo de reivindicar o valor de seu trabalho e um poder de decisão sobre ele. Por isso, há uma afinidade dessas mulheres com o movimento agroecológico, na medida em que ele reconhece suas técnicas e conhecimentos, os quais, muitas vezes, são formas adaptadas de lidar com as complexas interações ecológicas em escala local (Primavesi, 1997; Wezel *et al.*, 2009). Já para muitos homens agricultores, adotar manejos agroecológicos significa uma verdadeira mudança de técnica, de identidade, além da renúncia ao poder decorrente da suposta superioridade do modo de produção “moderno”.

Partindo dessa problemática e tendo como centro a agroecologia, neste capítulo exploramos as relações entre manejos agrícolas e características das feminilidades e masculinidades de forma dinâmica. Analisamos as diferentes condições de resistência e abertura para mudança entre mulheres e homens. Para isso, utilizamos a metodologia de Etnomapeamento Feminista, a partir da qual registramos a percepção das agricultoras sobre os manejos e sobre seu espaço de trabalho e vida, e construímos etnomapas. Fazemos também o uso dos registros foto-

gráficos das nossas visitas a esses espaços, dos dados obtidos a partir de questionários socioeconômicos e de entrevistas às agricultoras e a membros masculinos da família (*vide* Capítulo 1). Por fim, apresentamos elementos das experiências de oito agricultoras e suas famílias que, no diálogo com a literatura, formam a trama sobre a qual tecemos gradualmente o argumento deste capítulo.

A organização do texto segue a dos ambientes e das escalas dos espaços de trabalho e vida das agricultoras. Começamos por analisar os manejos minuciosos realizados por elas em seus quintais. Em seguida, estendemos nosso olhar para outras formas de organização do espaço e do trabalho, como as moitas e os sertões que marcam as práticas de povos indígenas e de comunidades quilombolas; e logo olhamos para novos espaços comuns, em um contexto urbano. Por fim, examinamos as disputas que surgem em ambientes mercantilizados, como certas lavouras de café e pastagens de gado.

1. Quintais: a construção cuidadosa de ambientes “relacionais”

Maria do Toin é agricultora familiar em Simonésia, na Zona da Mata mineira. Ela vive e trabalha com seu marido, seu filho, sua nora e dois netos em uma propriedade de cerca de 2,5 hectares que seu marido herdou da família. A propriedade é composta por um quintal ao redor da casa, uma área de mata que protege uma nascente, lavouras de café e uma pastagem para a criação de gado de leite, que vai até a beira de um rio. O quintal tem diferentes áreas de criação e cultivo. Nele há três hortas sob a responsabilidade de Maria do Toin.

Cada uma das hortas é organizada de acordo com grupos de produtos diferentes: plantas medicinais, temperos, legumes e verduras. Como Maria do Toin se responsabiliza pelo trabalho doméstico e no entorno de casa, a horta mais próxima é dedicada às espécies para o preparo da alimentação e para os cuidados com a saúde da família. As lavouras de café ficam um pouco mais longe da casa. A localização dos ambientes dentro da propriedade, com os espaços de trabalho feminino mais perto de casa e os espaços masculinos mais distantes, reflete a divisão sexual do trabalho dentro da família (Figura 7.1).

Figura 7.1 – Etnomapa de Maria do Toin. As etiquetas (enxadinhinhas) cor-de-rosa representam trabalho feminino e as etiquetas cinza, trabalho masculino (Etnomapeamento Feminista, Maria do Toin, Coletivo de Mulheres do SINTRAF, Simonésia, setembro de 2022)



Fonte: Elaboração própria do projeto GENgiBRe.

No quintal, Maria do Toin não usa adubos químicos, agrotóxicos ou organismos geneticamente modificados (transgênicos), ao contrário, faz uma adubação orgânica, usa sementes crioulas e cultiva as plantas em combinações. Nos canteiros, mistura de dois a seis tipos de cultivo (Figura 7.2). A definição de onde plantar e quais combinações fazer resulta de tra-

balho e conhecimentos produzidos com a experimentação e a observação cotidianas. Por exemplo, Maria do Toin planta couve com cenoura, porque observou que a couve “eleva mais rápido” e a cenoura cresce embaixo, como se uma complementasse a outra. A agrônoma Ana Primavesi (2020, p. 33) também afirmou que “plantas de espécies diferentes podem explorar o mesmo espaço, porque não são concorrentes”.

De forma geral, nosso encontro evidenciou a percepção refinada da agricultora sobre a função ecofisiológica das plantas, relativa às adaptações às condições ambientais, e sobre a interação entre elas. Em outro exemplo, Maria do Toin planta almeirão na parte interna do canteiro e cebolinha nas bordas para segurar a terra do canteiro. Ela aproveita as características edafoclimáticas do terreno, relativas ao solo e ao clima, como o relevo, a insolação, a umidade e a qualidade do solo, e considera que adquiriu esses conhecimentos com seus antepassados e em cursos e intercâmbios agroecológicos, nos quais é envolvida pelo SINTRAF de Simonésia.

A forma de plantar de Maria do Toin também reflete considerações estéticas e afetivas. Assim, outra razão para plantar cebolinha nas bordas dos canteiros é para “dar um destaque” (Figura 7.2). Diz, também, que acha o rabanete bonito e por isso o cultiva; ou que “gosta” de plantar alface, salsa, cebolinha e couve. O “gostar” das plantas expressa uma relação afetiva, mas também se relaciona com o fato de que são plantas que “crescem rápido”, por terem um ciclo de vida curto. Os critérios agromômicos, estéticos e afetivos aparecem de forma inseparável no raciocínio da agricultora sobre a produção do quintal.

Outro fator que influencia a organização do quintal é a culinária. Maria do Toin, assim como quase todas as agricultoras que encontramos, transforma e prepara os alimentos na sua cozinha de acordo com a cultura alimentar regional, no seu caso mineira. Por exemplo, faz o processamento de derivados de porco (linguiça, chouriço e morcilha) utilizando limão, fubá e temperos das hortas. A realização da receita é uma das razões para produzir esses alimentos. Assim, o processamento dos alimentos tece uma relação entre os distintos ambientes do quintal onde são produzidos e dos quais a cozinha faz parte. A cozinha é, de fato, o lugar de materialização dessa relação, e um lugar de muito trabalho, de memória afetiva e de pro-

dução de conhecimento sobre a qualidade dos produtos, como observado, em outros contextos, pela etnobotânica Patricia Howard (2014).

Figura 7.2 – Uma das hortas de Maria do Toin com consórcio de alface, cebolinha e repolho (Etnomapeamento Feminista, Maria do Toin, Coletivo de Mulheres do SINTRAF, Simonésia, setembro de 2022)



Fonte: Arquivo GENgiBRe.

O quintal de Maria do Toin tem alta diversidade. Além das hortaliças, plantas medicinais, temperos e porcos, possui árvores frutíferas, galinhas, frangos, gansos, marrecos, boi e cachorros. Durante o Etnomapeamento Feminista, feito em setembro de 2022, foram registradas pelo menos 121 espécies e variedades diferentes de plantas no quintal, identificadas pela agricultora. Esse perfil de alta diversidade foi comprovado de forma mais ampla na Zona da Mata mineira: em outra pesquisa, um total de 160 espécies diferentes de plantas foi encontrado nos quintais de seis agricultoras (Oliveira, 2015). A mesma pesquisa evidenciou que a adubação utilizada nos quintais, em geral, é orgânica, oriunda principalmente do esterco bovino ou de aves, de resíduos de árvores e domésticos (inclusive cinzas dos fogões) e do manejo da vegetação espontânea herbácea (*Ibid.*).

A experiência de Maria do Toin é representativa de muitas agricultoras agroecológicas que conhecemos na *pesquisa* do projeto GENgiBRe. Elas constroem conhecimentos refinados e manejos minuciosos em seus

quintais. Tais manejos articulam critérios de produção diversificada, com considerações estéticas, culturais e de cuidado com a terra, o ambiente, as espécies em sua diversidade e as pessoas. Esses mesmos critérios foram destacados na literatura especializada sobre manejos dos quintais (Alvarenga *et al.*, 2018; Weitzman *et al.* 2020; Rody, Telles, 2021). Os manejos refletem o papel de cuidado socialmente atribuído às mulheres e, ao mesmo tempo, saberes familiares expandidos com observações empíricas e conhecimentos adquiridos em organizações do movimento agroecológico. Como resultado, os quintais são construídos como ambientes “relacionais”, no sentido da alta densidade de relações ecológicas, econômicas e emocionais entre plantas, animais, microrganismos do solo e humanos. A condensação dessas relações e desses múltiplos sentidos materiais, emocionais, políticos, entre outros, torna os quintais a base da resistência de muitas agricultoras. Os quintais enquanto ambientes relacionais podem ser considerados pedaços de “paisagens multiespécies” no sentido proposto por Anna Tsing (2019).

A experiência da agricultora Maria, de Itaoca, no Vale do Ribeira (SP), também ilustra o entrelaçamento de uma base material com sentidos imateriais nos manejos dos quintais, bem como a importância dos processos de formação. Maria vive com seu esposo, seu filho, sua nora e sua filha em um sítio de 83 hectares, propriedade dos seus sogros, já falecidos. A maior parte desse sítio é ocupada por uma pastagem para criação de gado leiteiro, sob responsabilidade do marido de Maria; a outra parte corresponde ao quintal com uma horta, a qual é cuidada por Maria. Ela divide seu tempo de agricultora com um cargo público na pequena cidade de Itaoca.

Nos manejos de Maria, o cuidado com as flores se destaca. Durante a construção do etnomapa, notou-se de forma especial sua dedicação em desenhar o entorno, com as flores e as árvores próximas à casa. Assim como Maria do Toin, ela demonstrou que seus manejos estão permeados por uma preocupação estética, em deixar o sítio bonito além de produtivo.

As flores... eu gosto muito das flores, sempre estou pegando umas mudinhas e plantando em um vasinho. É bonito de ficar olhando, às vezes a gente chega em casa e vê elas floridas, já dá uma calma na gente (Maria, Entrevista, Itaoca, julho de 2021).

Em sua pesquisa com agricultoras agroecológicas do Nordeste do Brasil, a socióloga Héloïse Prévost (2019b) observou que as mulheres têm conhecimento da função ecológica das flores de favorecer a diversidade biológica. Percebeu, também, que conectam essa função com um registro sensível, tornando emoção e utilidade dimensões inseparáveis dessas espécies vegetais.

Entre as técnicas que Maria usa na horta, destacam-se os canteiros elevados utilizando poda das bananeiras. Segundo ela, os canteiros elevados seguram a umidade do solo e facilitam o cultivo de alface. Ela aprendeu essa técnica em trocas de saberes agroecológicos promovidas pela SOF. Muitas outras agricultoras também adotaram a técnica, pois ela aporta matéria orgânica e melhora a estrutura do solo. A partir das trocas de saberes, elas também passaram a aderir à prática de deixar o solo sempre coberto. Segundo Maria: “a terra fica bem estercada, os canteiros vão se transformando em adubos” (Etnomapeamento feminista, Itaoca, julho de 2021).

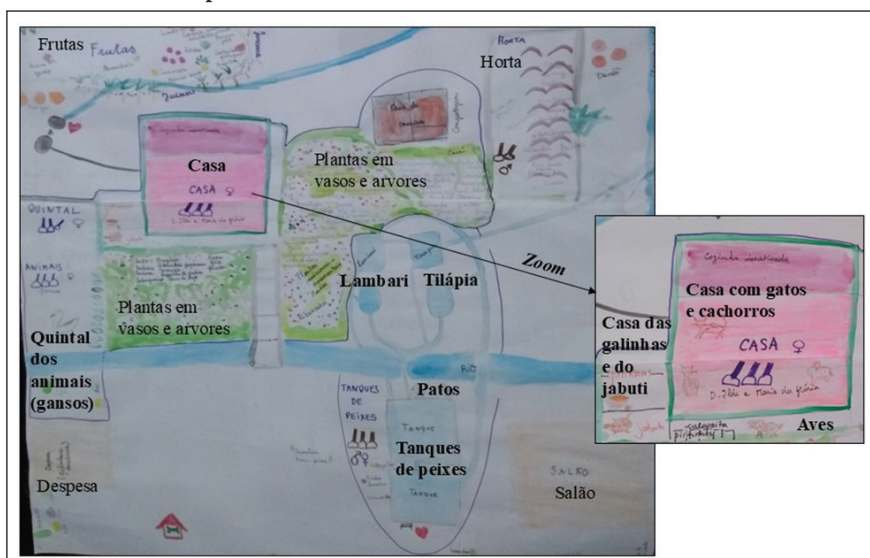
A prática de cobertura é responsável por importantes benefícios, como o controle da vegetação espontânea, a manutenção da umidade e a diminuição da temperatura do solo (Casas, 2019), que influenciam direta e indiretamente a vida do solo. Ao contrário, práticas de manejo com agrotóxicos e adubos químicos, baixa diversidade de plantas e uso de transgênicos não favorecem a vida. Isso inclui os microrganismos presentes nos solos, nas plantas e, portanto, nos alimentos, que são responsáveis em grande parte pelos microrganismos do intestino humano (Blum; Zechmeister-Boltenstern; Keiblinger, 2019). Assim, o manejo, como aprendido por Maria em espaços de formação do movimento agroecológico, combina benefícios para o solo, para a saúde humana e para a vida, com autonomia produtiva em termos de conhecimento e uso de materiais locais.

Os animais domésticos e com funções produtivas também compõem o ambiente do quintal. A experiência de Hilda, agricultora de Peruíbe (SP), ilustra as relações multifacetadas que algumas agricultoras desenvolvem com seus animais. Hilda mora com seu marido em um sítio de cerca de 12 hectares, composto por um quintal, um bananal, um canavial e uma importante área de reserva de Mata Atlântica. O sítio está localizado na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar, o que representa uma ameaça para o casal, inclusive no que se refere às infraestruturas

do quintal (para mais detalhes sobre restrições impostas por Unidades de Conservação, consulte os Capítulos 2, 3 e 6).

Em seu quintal, Hilda cria cerca de 100 galinhas, patos e gansos, mantém várias espécies de aves e acolhe animais que “aparecem” em sua casa, como cães, gatos e até um jabuti. Com exceção das aves, que são mantidas em gaiolas, os outros animais são livres. Os manejos de Hilda são guiados por uma lógica de cuidado com os animais, desde a organização do quintal até a escolha dos seus alimentos. O movimento dos animais organiza o ambiente do quintal: as plantas são cultivadas em vasos elevados, a horta é cercada, e a localização dos tanques e a circulação das águas são determinadas pelas necessidades dos animais (Figura 7.3).

Figura 7.3 – Quintal de Hilda com destaque para os ambientes dos animais
(Etnomapeamento Feminista, UMPES, Peruíbe, outubro de 2022)



Fonte: Arquivo GENgiBR.

Para alimentar os animais, Hilda troca seus produtos por folhas na feira de Economia Solidária de Peruíbe. Ela também sabe quais remédios deve aplicar e mantém uma relação afetiva com os bichos: conversa, dá nomes aos gansos, beija as aves e mantém uma galinha que “perdeu a mãe” dentro de casa. Ela considera os animais como família e, por isso, eles

circulam pela casa. A agricultora afirma que “quintal faz parte da casa. Da mangueira para cima, é sítio”.

Hilda presta atenção especial aos ciclos reprodutivos e experimenta relações interespecies. Por exemplo, observa o período de choco das aves ou coloca uma galinha para chocar ovos de gansa. Se necessário, faz com que os cachorrinhos mamem leite de gata. A fim de “renovar a genética”, ela coloca para chocar em suas galinhas ovos confiados a ela por pessoas da vizinhança.

A forma de Hilda domesticar os animais se baseia em uma busca constante pela cooperação com e entre eles. Isso também é uma forma de a agricultora conciliar a produção com uma práxis do cuidado, como veremos no Capítulo 9. Esse tipo de sensibilidade e habilidade aparece como fruto do processo de socialização feminina. Quando conta sua história, hoje com 75 anos, ela remonta sua relação com os animais à sua infância, quando ajudava a família em uma fazenda de bichos-da-seda, “cuidando dos bichos que não se desenvolviam”.

A maneira de Hilda criar os animais reflete o papel de gênero feminino baseado na lógica do cuidado, que coexiste dentro do casal com a lógica do mercado e do lucro, tipicamente construída como sendo masculina. Antes de chegar ao sítio, há 20 anos, o marido de Hilda trabalhou na Marinha, em um garimpo de ouro, em fábricas e em uma grande variedade de vendas. Nessa trajetória, ele aprendeu os valores da masculinidade hegemônica, voltados para a geração de renda e para a concorrência. Por exemplo, ele destaca que gostou do emprego no garimpo, pois dava uma boa renda, e explica que, na feira de Economia Solidária de Peruíbe, vende as bananas mais baratas do que todas as outras barracas para vender tudo e não voltar com sobras para o sítio. No seu relato, não aparecem considerações de cuidado com a saúde ou com o ambiente, no caso do garimpo, ou relativas ao preço justo, no caso da feira de Economia Solidária.

A lógica do cuidado de Hilda está no centro das tensões com seu marido, por conta dessas diferenças de gênero socialmente construídas. Enquanto, para Hilda, a relação com os animais é a própria razão de sua presença no sítio e de valor incomensurável, para seu marido o que importa é a lucratividade dos animais por meio das vendas. Ele a pressiona a provar o valor de seu trabalho vendendo seus produtos, e ela resiste, mantendo sua própria

lógica. Segundo ela: “Tudo que ele faz, sou eu que começo. No começo ele briga, depois ele vê que vende e se interessa. Ele no começo fica podando tudo” (Entrevista, Hilda, UMPES, Peruíbe, julho 2022). A relação de Hilda com os animais é a base de uma resistência que toma a forma de um compromisso com o sítio diante da dupla pressão do marido e do Parque Estadual da Serra do Mar.

A experiência desse casal ilustra a construção de gênero alicerçada em valores e lógicas de ação aparentemente opostas: a relação de cuidado *versus* a de mercado. Essas duas lógicas não são necessariamente opostas. Nossa *pesquisa* também evidenciou experiências de agricultoras e agricultores que afirmam, justamente, que uma boa relação com os animais é necessária para a produção e pode ser dirigida para o mercado. Suzana é uma agricultora agroecológica da RAMA, em Barra do Turvo (SP), e criadora de búfalas. Durante um curso da *pesquisa* do projeto GENgiBRe na UFV, no qual participou na qualidade de palestrante, explicou sua relação com os animais nestes termos:

Lá em casa até os animais conhecem a gente. Quando não estou bem, a búfala nem dá leite, dá coice... O bicho não se sente bem quando nós não estamos bem. Temos que tratar bem, e os animais mostram isso pra gente (Suzana, outubro 2023).

Na percepção de Suzana, existe uma relação entre as búfalas e ela, que vai além de um mero “bom tratamento” aos animais. Trata-se de uma verdadeira relação interespecies, que é percebida pelas búfalas e condiciona sua produção de leite. Em algumas visitas à casa de outras agricultoras, porém, não constatamos tal relação – quando nos deparamos com animais confinados em locais pequenos, com pouca luz e às vezes sujos; não recebendo cuidados quando feridos; ou sendo alimentados com milho transgênico, que não é usado para a alimentação da família.

“Só cria para comer, faria sentido falar um pouco mais sobre isso”, admitiu Lúcia, uma agricultora e liderança do SINTRAF de Simonésia, em uma roda de discussão sobre os resultados da *pesquisa* GENgiBRe em abril de 2024. De fato, existem poucos espaços onde as agricultoras agroecológicas poderiam falar “um pouco mais” sobre sua relação com os animais. No próprio movimento agroecológico, o tema geralmente é abordado de forma restrita. Por exemplo, a produção de ração animal é tratada como

fator de autonomia produtiva, e não como a base de uma relação de cuidado, o que difere de cursos de formação sobre a produção vegetal. Nesse caso, existe um acúmulo de experiências e reflexões no movimento agroecológico brasileiro que perpassa temas como a importância das sementes crioulas, a diversidade biológica e cultural, a diversificação produtiva, os manejos do solo e a adubação orgânica.

Existem mais fatores limitantes. Em outra roda de discussão sobre os resultados da nossa *pesquisa*, agricultoras de Carangolinha de Cima destacaram a falta de valorização dos produtos para a criação animal nos mercados. Devido ao baixo preço de venda, não seria possível comprar uma ração de qualidade ou tal qualidade não estaria disponível no mercado. De acordo com as agricultoras, a falta de mão de obra familiar também é um fator que limita a produção de milho crioulo para os animais, já que esse tipo de milho exige mais trabalho e tempo. Entretanto, há experiências alternativas para a alimentação dos animais, que exigem menos tempo e aproveitam melhor a biodiversidade disponível (Furtado, 2016), mas esse tipo de conhecimento e apoio nem sempre é amplamente disseminado no movimento agroecológico.

A possibilidade de construir ambientes relacionais e multiespécies e de aliar produção com cuidado não depende apenas da vontade individual de agricultoras e agricultores, mas de uma combinação de condicionamentos sociais e de gênero, de mudanças pessoais e de fatores econômicos, políticos e institucionais, que vão além do nível individual e precisam ser transformados por ações coletivas. Apesar de certas limitações evidenciadas aqui, os quintais sob a responsabilidade das mulheres prefiguram tais ambientes. Os quintais são a escala a partir da qual as agricultoras defendem as vidas – humanas e não humanas – que importam para elas.

2. Moitas e sertões, gênero e etnicidade: ambientes “tradicionais” nas resistências

Ambientes relacionais e multiespécies existem para além dos quintais, também podemos vê-los em “moitas” encontradas em famílias Puri e em “sertões” de comunidades quilombolas. Nesses ambientes, etnicidade e

gênero se conectam na definição de manejos e ambientes que formam parte de resistências.

Dôra é agricultora familiar Puri e vive há 30 anos na propriedade familiar, na comunidade de Praia D'Anta, Araponga (MG), com aproximadamente 4 hectares divididos entre 11 irmãs e irmãos. Apesar de haver divisões, a documentação da propriedade está em nome de Dôra e de sua irmã Assunção. Elas atribuem essa confiança dos familiares ao reconhecimento da função feminina de cuidado exercida por elas, que são as únicas da família que não se casaram, não tiveram filhos e a quem coube a tarefa de cuidar da mãe e do tio no fim de suas vidas.

Dôra sempre soube de sua ancestralidade indígena e afirma que sua bisavó foi “pega no laço”, expressão que se refere ao sequestro, estupro e casamento forçado. No entanto, apenas recentemente ficou sabendo, por uma liderança local, tratar-se da etnia indígena Puri, à qual hoje ela reconhece seu pertencimento.

Dôra começou a trabalhar na lavoura aos 7 anos de idade, para ajudar a mãe após a morte do pai. Alternado à lavoura, Dôra exercia também o cuidado da casa, muitas vezes sozinha, enquanto a família saía para trabalhar. Hoje ela compartilha a casa e os espaços de trabalho com a irmã Assunção, mas diz que não viveria na roça sem algum irmão na propriedade. Ela percebe a insegurança ligada à violência de gênero e considera a presença masculina como uma proteção.

Juntas, Dôra e Assunção cuidam de quatro parcelas do terreno, sendo uma de cada uma delas, uma doada e uma emprestada por outras irmãs que não vivem no local. As irmãs trocam trabalhos ou dias de trabalho com irmãos, em uma relação de reciprocidade marcada pelas representações de gênero. O cunhado ajuda na capina, que é um trabalho considerado pesado. Dôra e Assunção, em contrapartida, ajudam no plantio de milho e feijão, considerado um trabalho mais leve. Como apontado no Capítulo 4, a naturalização do trabalho masculino como sendo “pesado” e do feminino como sendo “leve” constitui a base da divisão sexual do trabalho agrícola e não descreve a real dificuldade ou carga de trabalho (Paulilo, 1987). No caso de Dôra e Assunção, além do trabalho na propriedade familiar, as irmãs também trabalham na

colheita de café de terceiros e ganham por produto colhido, o que lhes garante sua principal fonte de renda.

A propriedade familiar é um mosaico de ambientes diversificados e compartilhados de várias maneiras entre os familiares (Figura 7.4). As casas são unidas por trilhas e estradas, e todos os espaços do terreno são aproveitados, se conectam e às vezes se mesclam. Árvores frutíferas estão espalhadas, e as frutas podem ser colhidas e consumidas por todos, independentemente de quem maneja a parcela. Os produtos das hortas também são compartilhados e trocados. Para Dôra, um quintal misturado parece mata, e ter diversidade significa ter sempre alimento e outros bens necessários, como lenha.

Quando minha mãe era viva, ensinou assim: a gente plantava a roça, e aqueles pezinhos de cambará que iam crescendo no meio do milho, deixava, ia tratando deles. Quando quebrava o milho, cortava aquelas árvores que tava mais ou menos e dava pra lenha (Dôra, Etnomapeamento Feminista, Araponga, março de 2022).

Figura 7.4 – Etnomapa da propriedade familiar como mosaico de ambientes diversificados e compartilhados, elaborado com as irmãs Dôra, Aparecida e Júlia.

As linhas transversais de barbante correspondem às divisões de uso do terreno entre irmãos(as).

Da esquerda para a direita, o quarto quadrante é o das irmãs Dôra e Assunção (Araponga, março de 2022)



Fonte: Arquivo GENgiBRé.

O espaço próximo às casas combina, em moitas, plantio de milho crioulo, frutas, árvores, plantas medicinais, ornamentais e uma grande variedade de plantas que nascem espontaneamente e passam a ser manejadas, como esparsos pés de café, árvores e pés de cambará. Assim, as moitas são pequenos espaços mais ou menos circulares onde se misturam alimentos, plantas ornamentais e medicinais. O cultivo nas moitas é consorciado, mas se difere do plantio consorciado em linha, mais comum nas lavouras. As moitas têm formato menos simétrico, se encaixam e otimizam os espaços e a ciclagem dos nutrientes, pois o cultivo acolhe, aproveita e maneja o que nasce espontaneamente, ou, como Dôra disse, “plantado pelos passarinhos”. Ao manejo se soma a experimentação e a observação para “plantar na terra aquilo que ela tem aptidão para nascer”, como destacado por outro agricultor Puri (Seu Neném, Araponga). Ou seja, deve-se conhecer as plantas que melhor se adaptam em cada ambiente.

As moitas são construções singulares, atravessadas por relações de gênero e por uma visão sobre a natureza que aproxima e assemelha os ambientes do quintal e da mata, ressaltando marcadores culturais indígenas Puri (Ferrari, 2024). São ambientes relacionais, com base em arranjos que promovem processos ecológicos sinérgicos, ou seja, de cooperação entre as plantas, e que precisam ser estudados no futuro.

Como as moitas, os sertões são ambientes de grande diversidade, a exemplo do sertão da agricultora Cleide. Cleide vive e trabalha no Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, em Barra do Turvo (SP). Como a maioria das famílias que vivem nos quilombos da região, ela tem sua área separada em duas partes. Uma menor, de aproximadamente 1 hectare, onde reside, e uma maior, longe de sua casa, de cerca de 25 hectares, que é chamada de “sertão” e pertence às terras coletivas do quilombo. Lá, Cleide concentra as suas maiores áreas de plantio e a criação de animais de grande porte. Como muitas quilombolas, Cleide possui um “paiol”, que é uma construção rústica de madeira onde cozinha e se abriga em suas empreitadas de trabalho. Sertões são verdadeiros espaços de trabalho e vida para as e os quilombolas. Antigamente, famílias inteiras moravam no paiol na época de plantios. Como nos disse outra agricultora quilombola: “os sertões são cheios de cozinhas”.

No caminho com Cleide para conhecer seu sertão, pudemos observar sua interação com as árvores da mata. Seu conhecimento sobre as árvores vai desde o uso para a construção de moradias, como o jatobá para tábuas e guaricana para telhados, até para artesanatos, a exemplo da embira, da qual ela retira uma fibra utilizada como corda para diversos usos. Ela também conhece e se alimenta de frutas nativas que colhe no caminho, como o fruto de macaco e o coquinho de brejaúva, entre muitas outras espécies nascidas espontaneamente na mata e com usos que foram passados entre gerações. Poucas árvores nessas áreas de sertão foram plantadas por humanos, e as que foram recebem o nome de “árvores dos antigos”, entre as quais se destacam os limões e as araucárias.

Em algumas áreas do sertão, como os “grotos” (ou “grotas”) e “regos”, onde há nascentes de água e encontros de vales, há maior cuidado em manter as árvores para proteger as águas. Esse cuidado é particularmente importante em um contexto no qual o avanço das pastagens e o modo de criação de animais de grande porte, principalmente búfalos, da maioria dos fazendeiros não leva em conta o manejo das árvores e das águas (para mais detalhes, consulte o Capítulo 3).

Além do cuidado com as águas e a mata, no sertão, Cleide também pratica a roça de coivara. Essa é uma forma de agricultura própria de diferentes povos e comunidades tradicionais, como diversas etnias indígenas e comunidades quilombolas (Eloy *et al.*, 2021). Como vimos nos Capítulos 2 e 6, a coivara é uma técnica utilizada na agricultura itinerante, em que as áreas são limpas por meio do corte da vegetação, que é posteriormente queimada. Depois de alguns ciclos de plantio (em geral 5 anos), essa área é deixada para “descansar” (pousio), e ocorre novamente o crescimento da capoeira. Esse mesmo lugar só passará pelo processo de corte e queima novamente após alguns anos, quando estiver recuperado.

A área da coivara se colhe e torna-se a plantar carpindo na enxada. Tira o feijão, já pode carpir a coivara para plantar uma mandioca, batata-doce, e depois deixa a coivara levantar... depois de 5 anos, se precisar, pode fazer a coivara de novo, que a terra já recompôs, ganhou de novo sua força. Assim se faz, deixando a terra descansar, ter seu tempo (Cleide, RAMA, Barra do Turvo, entrevista realizada abril de 2024).

O manejo do fogo precisa ser cauteloso para que ele não se espalhe para outras áreas. Cleide toma o cuidado de cercar a área e fazer aceiros para não correr esse risco. Ela aprendeu a fazer esses manejos com seu pai, quando ainda era criança. Ela conta que suas outras irmãs também dominam a prática, que, em sua comunidade, é feita tanto por homens quanto por mulheres.

Figura 7.5 – Manejo da coivara (Etnomapeamento Feminista, Cleide, RAMA, Barra do Turvo, outubro de 2022)



Fonte: Arquivo GENgiBRE.

Cleide observa um impacto positivo da coivara sobre o solo. A agricultora descreve a terra do sertão como “escura e descansada”, que “dá até vontade de comer”. Estudos de ecologia humana demonstram que a agricultura de coivara, quando realizada da forma tradicional descrita acima, não exerce impacto negativo significativo sobre o ecossistema e, ao contrário, foi essencial para a formação da Mata Atlântica como ela existe hoje (Munari, 2010).

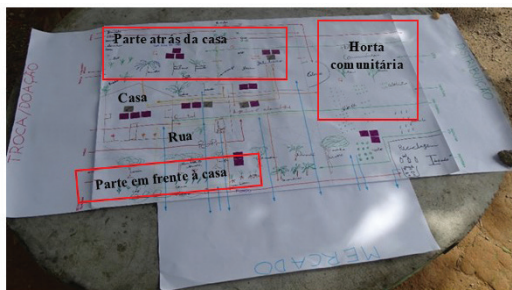
Além da coivara, Cleide faz cobertura de solo com palha de arroz e feijão. Ela percebe que a prática é eficiente para controlar bactérias e caracujos, e a própria cinza serve como adubo para o solo. Ela realiza plantios de diversas espécies na coivara, sendo algumas culturas consorciadas, como milho e amendoim, milho e feijão, batata-doce, abóbora e arroz. No geral, nessas áreas são feitos os plantios em maiores quantidades. As roças menores, ela faz “na carpida”, abrindo o mato com enxada.

Os sertões constituem ambientes relacionais em grande escala, com intensas interdependências ecológicas entre solos, plantas, árvores, animais, as quais são criadas e recriadas por mulheres e homens quilombolas que dominam o manejo da coivara. Entretanto, há conflitos desse manejo com as políticas de conservação, que associam o uso do fogo à destruição ambiental e impõem severas restrições às comunidades (para mais detalhes, consulte o Capítulo 6). Essas restrições são contestadas pelos quilombolas, que as denunciam como um desprezo pelos seus conhecimentos e uma forma de “criminalização” de sua prática. Em consequência, em 2018, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira iniciaram uma mobilização para a classificação da coivara como parte do Sistema Agrícola Tradicional, um Patrimônio Cultural Brasileiro reconhecido pelo IPHAN. Esse conflito ressignificou o manejo da coivara como uma prática de resistência e de afirmação étnica, cultural e política, e como uma reivindicação de direitos por parte das comunidades quilombolas.

3. Transformação de margens urbanas e o aumento de escala

O plantio de hortaliças, frutas, plantas medicinais e ornamentais em grande diversidade, com o manejo multiespécies e em alta densidade, também é praticado por agricultoras em ambientes urbanos. Esse é o caso de Rosa, que vive em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, em Acaiaca (MG). A trajetória de Rosa foi marcada pela migração circular entre campo e cidade, onde passou boa parte de sua vida trabalhando. Quando se mudou para o conjunto habitacional, logo começou a plantar hortaliças, milho, feijão, mandioca, plantas medicinais e ornamentais e a criar galinhas, em um pequeno terreno baldio atrás de sua casa. Essa experiência incentivou outras famílias vizinhas a fazerem o mesmo, incorporando esses pequenos terrenos, de propriedade do poder público local, como quintais das casas, com alta diversidade. Assim, esses espaços, onde antes se amontoava lixo, passaram a constituir territórios de produção diversificada. A Figura 7.6 mostra a divisão dos subespaços na percepção de Rosa.

Figura 7.6 – Etnomapa de Rosa (Coletivo de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Acaiaca, setembro de 2022)



Fonte: Arquivo GENgiBRE.

Após essa experiência, Rosa seguiu ocupando outros terrenos abandonados e de posse do Município. Com a autorização da prefeitura, ela ocupou uma área bastante declivosa em frente à sua casa. Ali plantou variedades de banana, café, cana, milho, abóbora e quiabo. Sempre na frente de sua casa, em um espaço de fácil acesso ao longo da rua, plantou árvores frutíferas, ornamentais e outras plantas de ciclo curto, medicinais e alimentícias e flores. O que antes era um espaço ocupado por lixo e entulhos se transformou em um local não apenas de produção de alimentos, mas também de estética e de convívio social, onde as pessoas passaram a se reunir ao final do dia.

Rosa ainda foi autorizada a ocupar outra área no fim de sua rua, denominada por ela de “horta comunitária”, com a intenção de criar um espaço coletivo de trabalho e colheita. Trata-se de outro terreno baldio que foi transformado por ela em um lugar de produção de alimentos. Ela gostaria que essa horta fosse comunitária e contasse com o envolvimento de mais mulheres, mas ainda não é. Por enquanto, apenas Rosa tem se dedicado ao manejo da horta.

A agricultora também estendeu o plantio de árvores frutíferas, como goiaba, noni, coco, jamelão e amora, ao longo de toda a sua rua até a horta comunitária. Seu trabalho pode ser interpretado, à luz da proposta de Anna Tsing (2015), como uma forma de criar mundos, transformando as “margens despercebidas”, como os terrenos baldios da prefeitura municipal, em “bordas produtivas”. Entretanto, o reconhecimento pelo

poder público local do trabalho de Rosa justificou o direito de acesso aos espaços, ainda que precário.

Como as outras agricultoras agroecológicas cujas experiências são apresentadas aqui, Rosa também gosta de plantar misturado, com diversidade, e de criar relações interespecíes. Por exemplo, planta flores nos canteiros para atrair borboletas e inimigos naturais de insetos que podem provocar danos aos cultivos, criando ambientes relacionais na geografia fragmentada de novas bordas produtivas ocupadas e cuidadas por ela. Essas bordas ganham perfis diferenciados, como espaços de produção de alimentos; cultivo de plantas medicinais e ornamentais; espaços de convívio social e ampliação da biodiversidade.

O quintal mais próximo à casa se tornou um espaço privado, com alta densidade de plantas e criação de pequenos animais, principalmente para a alimentação da família e para trocas não monetárias, em relações de reciprocidade. A área de plantio ao longo da rua, que serve a quem queira se beneficiar, assim como o projeto de horta comunitária, evidencia uma perspectiva de construção do comum, com “uma relação de gerenciamento e de responsabilidades diretos, restaurando a simbiose das pessoas com o ambiente natural” (Federici, 2022, p. 194).

A legitimação da ocupação de diferentes ambientes pela prefeitura foi o reconhecimento do refinado trabalho de Rosa na criação de mundos multiespécies e na transformação do território com práticas agroecológicas de cuidado, junção e articulação das “bordas”.

4. Nas lavouras e pastagens: a disputa por espaços e sistemas de produção

O último tipo de ambiente analisado aqui diz respeito a espaços voltados para a produção intensiva, como as lavouras de café e as pastagens para criação de gado, que existem nos espaços de trabalho e vida de algumas das agricultoras com as quais nos encontramos.

Esse é particularmente o caso em Simonésia, onde a produção de café foi introduzida como cultivo comercial na década de 1970. Maria do Toin, por exemplo, agricultora familiar moradora desse município que desenvolve minuciosos manejos no seu quintal (consulte a seção I), tem dois

cunhados que possuem lavouras de café na divisa com sua propriedade. Um deles aplica glifosato, na forma do produto Roundup, como herbicida na lavoura de café e em outras áreas do terreno. O Roundup contamina o solo e as águas para além dessa lavoura, ameaçando a produção de Maria do Toin, sem que ela possa incidir sobre os manejos do cunhado. Com o outro cunhado, que não reside em Simonésia, Maria do Toin e sua família desenvolveram uma relação que ela qualificou de “parceria”. A lavoura deste cunhado ficou sob responsabilidade do filho da agricultora, que, por influência dela, introduziu uma diversidade de cultivos anuais e espécies arbóreas frutíferas voltadas para a alimentação da família e vendas locais, além do café, que segue sendo o cultivo dominante. Ao incentivar essa diversificação, Maria do Toin enfrentou, em certos casos, o filho e o marido, que queriam cortar algumas árvores.

A construção de mundos multiespécies, com a realização de plantações diversificadas nas bordas e nos cultivos comerciais, como as lavouras de café, toma a forma de uma disputa sobre as fronteiras e as margens dos cultivos. Esse tipo de disputa é permeado pelas relações e pelos papéis dominantes de gênero, em que o masculino está associado ao produtivismo e à geração de renda mediante especialização; e o feminino, à diversificação, à alimentação e aos cuidados com a família, com marcantes desigualdades de poder entre homens e mulheres. Como resultado dessa desigualdade, na lavoura do cunhado cultivada pelo filho, Maria do Toin conseguiu diminuir, mas não proibir, a aplicação de Roundup para o manejo da vegetação espontânea nas entrelinhas do café. Ela explicou, incomodada, que seu filho passou a usar esse herbicida desde que ampliou a área de lavoura para além do que conseguiriam “tocar” com a mão de obra familiar.

Kéture, outra agricultora do município de Simonésia, vive e trabalha com seu marido em uma propriedade de cerca 6 hectares, que ela herdou do pai. Ela é a primeira titular dessa terra, e seu marido, o segundo. Apesar disso, a maior parte do espaço é ocupada por lavouras de café, manejadas pelo esposo com herbicidas e outros tipos de agrotóxicos. Com problemas de saúde, Kéture não pode ter contato com os agrotóxicos e discorda dos manejos do marido. Ademais, as lavouras invadem o quintal sob responsabilidade dela, que se reduz a um espaço muito pequeno ao redor da casa.

Além disso, os problemas de saúde causados por agrotóxicos limitam o trabalho da agricultora na lavoura de café. Como Maria do Toim, Kéture reconhece a dificuldade de influenciar o manejo do café realizado pelo esposo e a relaciona com a divisão do trabalho, pois explica que “quem não trabalha não decide”. De fato, Kéture trabalha muito, mas não todo o tempo na lavoura.

As agricultoras da Zona da Mata mineira, como aquelas que conhecemos em Simonésia, Divino e Araponga, realizam o trabalho nas casas e nos quintais e, em determinados períodos, trabalham em atividades nas lavouras de café, como na adubação, no plantio e na colheita. Elas também realizam a secagem do café nos terreiros. Essa divisão do trabalho permite que os homens de suas famílias se dediquem ao manejo diário das lavouras de café. Apesar dessa interdependência, o trabalho feminino fora das lavouras é considerado um “não trabalho”, e o trabalho feminino nas lavouras é considerado apenas como “ajuda”, o que gera pouco ou nenhum poder de decisão para as mulheres. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, que reforça o poder de decisão dos homens agricultores, é uma consequência do modelo agrícola produtivista e, ao mesmo tempo, um freio para a evolução desse modelo, pois a maioria dos homens não quer abrir mão desse poder.

No caso da família de Dôra e Assunção, as agricultoras Puris que dividem a propriedade familiar com seus irmãos e cultivam em moitas (ver seção II deste capítulo), acordos comuns foram feitos para os cuidados na propriedade, que envolvem o não uso de agrotóxicos e transgênicos. Segundo Dôra, as mulheres da família têm “medo” de usar o agrotóxico devido aos efeitos negativos para a saúde, um medo que ela apresenta como sendo, de fato, necessário. Os homens, embora tenham aceitado o acordo, não teriam “medo”, pois se preocupam mais com a renda e com os bens e, por isso, costumam usar o agrotóxico fora da propriedade familiar. Esse depoimento de Dôra remete ao complexo entrelaçamento entre os marcadores étnico-culturais que podem ter inspirado os acordos de cuidado nessa família e os papéis de gênero dominantes que condicionam a percepção e as diferenças entre os manejos de homens e mulheres. Aqui, o resultado desse entrelaçamento é

a externalização das substâncias tóxicas para fora do espaço de vida da família, o que cria uma diferenciação entre um espaço de cuidado (a propriedade familiar) e espaços de produção intensiva que podem ser contaminados (as lavouras de café).

Além de Dôra e Assunção, algumas outras agricultoras conseguiram influenciar os manejos dos homens da sua família. Em Itaoca, o marido da agricultora Maria (apresentada na seção I), desenvolveu uma forma de criar seu gado diferente da de seus vizinhos, que não fazem um manejo ecológico e cujas nascentes de água acabaram secando e sendo poluídas. Ele cercou as nascentes e as beiras de água para protegê-las do pisoteio dos animais e dedica áreas da propriedade para a preservação de matas. Essas práticas garantem a presença de água de qualidade, formando um ambiente que contrasta fortemente com as pastagens vizinhas, onde os córregos secaram e os criadores de gado agora dependem da empresa pública para seu abastecimento. Em entrevista com nossa equipe em outubro de 2021, o marido de Maria explicou que seus manejos têm por base a educação que seu pai lhe deu e o forte “incentivo” da sua esposa, que “trouxe agroecologia”. Antes disso, ele “não sabia” da agroecologia, que hoje interpreta como uma agricultura que “cuida da natureza e das pessoas”. Por sua vez, em entrevista realizada em outubro de 2021, Maria explicou sua visão da agroecologia como uma combinação de aprendizados em vários espaços: sua família; os grupos de mulheres nos níveis local e municipal – com a UAAI e o apoio da SOF –; e o cargo público que ocupa na cidade de Itaoca, o qual lhe permitiu enxergar o tamanho da destruição ambiental ocorrendo no município. Essa combinação de fatores fez com que Maria pudesse transformar os manejos do pasto em sua propriedade.

Sueli é outra agricultora familiar de Simonésia que conseguiu influenciar o desenho da lavoura de café em sua propriedade. Ela vive e trabalha com seu marido em um pequeno sítio de 2,5 hectares, formado por lavouras de café e por um quintal grande. Ela propôs ao esposo um espaçamento menos adensado dos pés de café para ter espaço, nas entrelinhas, para a produção de milho, feijão, amendoim e outras variedades de plantio para o autoconsumo e a comercialização local:

Aí eu falei assim, “ó então, nessa parte de baixo aqui, nós não vamos plantar café, não. Em cima também, deixa um pedaço para plantar milho, plantar feijão, eu gosto muito de plantar amendoim”. Aí plantou [café], mas deixou o beco largo para plantar [outros alimentos] (Etnomapeamento Feminista, Sueli, Coletivo de Mulheres do SINTRAF, Simonésia, julho de 2021).

Seu esposo, uma liderança da região, engajada com a agroecologia, também incorporou técnicas para o manejo da regeneração natural e plantio de espécies frutíferas, como abacate, combinadas com café para ampliar a diversidade na lavoura e evitar pragas e doenças. No momento do Etnomapeamento Feminista, Sueli elencou cerca de 40 variedades de cultivos diferentes produzidos ao longo do ano na lavoura de café (Figura 7.7).

Figura 7.7 – Da esquerda para direita, lavouras de café com cana e bananeira; com abacaxi; e abaixo, com mandioca (Etnomapeamento Feminista, Sueli, Coletivo de Mulheres do SINTRAF, Simonésia, julho de 2021)



Fonte: Arquivo GeNgiBRe.

diversificado e o tipo de manejo com espécies arbóreas foram aprendidos nos intercâmbios agroecológicos e em outras atividades de construção do conhecimento agroecológico no território, realizadas pelas redes de agroecologia das quais o casal faz parte e que envolvem um conjunto diverso de atores, como agricultoras/es, técnicas/os, estudantes e professoras/es.

Esse tipo de conhecimento possibilitou que Sueli e seu marido construíssem uma forma intermediária de produção. Em termos de diversidade e complexidade dos manejos, a produção nessa lavoura está entre aquela praticada pelas agricultoras nos quintais e em outros espaços protagonizados por elas e os espaços sob responsabilidade dos agricultores, que são, em geral, menos biodiversos. Para além da aquisição de conhecimentos, os lugares de formação e troca de saberes e as organizações do movimento agroecológico – tais como cooperativas, associações, sindicatos, redes e feiras – constituem espaços de socialização e transformação das identidades. O marido de Sueli, por exemplo, ocupou cargos na cooperativa, no SINTRAF de Simonésia e no movimento sindical em nível estadual (Minas Gerais), onde se discute a agroecologia como opção política.

Em nossa observação, homens agricultores que mudaram sua forma de produção e se distanciaram do modelo produtivista o fizeram influenciados, por um lado, por mulheres de sua família e, por outro lado, pela participação em organizações do movimento agroecológico ou outros espaços de crítica ao modelo produtivista. As mudanças não são apenas técnicas e econômicas, mas também sociais, nos papéis e nas relações de gênero. As transformações nas relações de gênero costumam ser iniciadas em nível familiar, pela pressão das mulheres. No entanto, como vimos anteriormente, elas requerem também processos coletivos para superar obstáculos, como o bloqueio emocional diante das destruições ambientais e da violência, apreendido pelos homens como parte de sua socialização no sistema patriarcal (Hedenqvist *et al.*, 2021). Os espaços do movimento agroecológico permitem a aproximação a uma masculinidade alternativa, na medida em que contribuem para que homens, coletivamente, desconstruam sua socialização patriarcal ao comprovarem que não são julgados por adotar outros modelos de

produção. Uma “masculinidade ecológica” (Hultman; Pulé, 2018) pode emergir desde que se considerem não apenas os manejos técnicos, mas também uma mudança profunda nas relações de gênero, com a valorização do trabalho de cuidado e o reconhecimento do poder de decisão das mulheres.

Conclusão

Os conhecimentos que construímos na *pesquisa* do projeto GEN-giBRe, em estreita relação com as agricultoras agroecológicas, revelam resistências muitas vezes discretas, mas essenciais, ancoradas nos espaços de trabalho e vida dessas mulheres. São resistências a um só tempo ao modelo de produção intensiva e à dominação masculina, que tomam a forma de práticas diárias para manter ou criar ambientes com intensas interações ecológicas entre a vida dos solos, das plantas, das árvores, dos animais, da água e dos seres humanos em escala local.

Para além da abordagem funcional de agroecossistemas, o conceito de “ambiente relacional” que elaboramos neste capítulo estende nosso olhar para o caráter multiespécie das relações. Vimos, por exemplo, formas de comunicação entre os animais domésticos e as mulheres cujo sentido é, simultaneamente, afetivo e produtivo. Ademais, o conceito de “ambiente relacional” chama nossa atenção para a lógica do cuidado, que também é uma lógica relacional presente na manutenção das interdependências ecológicas e de paisagens multiespécies.

Essas resistências constroem geografias específicas em defesa de ambientes domésticos e femininos, a partir dos quintais; de formas tradicionais de organização e manejo, como moitas e roças de coivara; e de novos ambientes nas periferias urbanas e nos interstícios de lavouras comerciais, como nas bordas das ruas e nas entrelinhas dos cafezais. Os ambientes de resistência se conectam por meio de redes militantes, como as que compõem o movimento agroecológico, com forte influência do movimento feminista brasileiro. A geografia desses ambientes é uma rede que penetra densamente em determinados territórios, nos quais ocorre a articulação de espaços de formação, como intercâmbios agroecológicos e trocas de saberes; comercialização; e defesa de direitos sociais e ambientais. Nossa observação dos espaços de trabalho e vida das agricultoras nos leva

a enfatizar a importância das organizações dos movimentos agroecológico e feminista e da economia política de tipo solidária na articulação das escalas de resistência.

Nossa análise também destaca as relações de poder baseadas em gênero decorrentes do modelo de agricultura intensiva e a necessidade de transformar essas relações e, em especial, as masculinidades. Uma masculinidade ecológica, que responde à lógica relacional das interações ecológicas e dos cuidados, deve substituir a masculinidade provedora -industrial (Hultman; Pulé, 2018), que obedece ao modelo econômico dominante e justifica a destruição e a violência. Tal transformação pressupõe vincular a escala local, de disputas intrafamiliares sobre manejos e técnicas agrícolas, com escalas mais amplas de socialização masculina e de construção política coletiva. O movimento agroecológico pode desempenhar esse papel, desde que integre plenamente as relações de gênero como relações de poder em sua análise crítica da questão agrária.

CAPÍTULO 8

Pluralidade econômica, agrobiodiversidade e gênero: entendendo as relações

ISABELLE HILLENKAMP E ALAIR FERREIRA DE FREITAS

Introdução

Ao explorar os espaços de trabalho e vida das mulheres agricultoras, como no Etnomapeamento Feminista da *pesquisa*ção GENgiBRe, percebemos uma pluralidade econômica na forma de múltiplas lógicas e práticas de circulação de insumos e produtos entrando e saindo desses espaços. Como vimos no Capítulo 7, tal pluralidade contribui para a alta biodiversidade que observamos como uma característica comum dos espaços manejados por essas mulheres e como uma base das suas resistências ao modelo de agricultura intensiva baseado na especialização produtiva.

Em Simonésia (MG), por exemplo, região dominada pela monocultura do café, nosso encontro com a agricultora Sueli evidenciou uma diversidade impressionante de plantas alimentícias e medicinais no quintal e nas entrelinhas da lavoura, além da criação de porcos e galinhas (consulte o Capítulo 7). Essas práticas de Sueli não se limitam à produção para o mercado, elas envolvem múltiplos fluxos não monetários dentro da propriedade, trocas recíprocas em redes de vizinhança e no movimento agroecológico de Simonésia.

Tais fluxos expressam uma pluralidade econômica ao mesmo tempo que sustentam uma alta diversidade na agricultura, a assim chamada “agrobiodiversidade”. Esta engloba as diferentes variedades, espécies, práticas agrícolas e de composição da paisagem (Pautasso *et al.*, 2013). Em termos empíricos, a agrobiodiversidade diz respeito a:

plantas e animais domesticados criados em sistemas de cultivo, pecuária, floresta e aquicultura, espécies florestais e aquáticas colhidas, espécies selvagens aparentadas de espécies domesticadas, outras espécies selvagens colhidas para alimentação e outros produtos, e o que é conhecido como “biodiversidade associada” (FAO, 2019, p. xxxvii, trad. nossa).

O encontro com Sueli evidenciou que a agrobiodiversidade em pequenas propriedades está profundamente enraizada na lógica econômica da subsistência por meio da autossuficiência e das trocas não monetárias, como a de sementes, mudas, dias de serviço e equipamentos entre vizinhos, familiares e redes locais. Para perceber essas relações, é necessário ir além da concepção tradicional da economia focada no mercado.

O historiador Karl Polanyi (2001) criticou essa visão reduzida da economia e apresentou uma abordagem mais ampla, que inclui três princípios além do mercado: a produção para uso próprio (*householding*, ou autossuficiência), em que a produção é tipicamente destinada ao consumo interno da família ou da comunidade; a reciprocidade, que envolve a troca de bens e serviços com base em relações de proximidade, complementariedade e solidariedade; e a redistribuição, que ocorre por meio de uma autoridade central, como o Estado, mas também por cooperativas ou associações, que coletam e distribuem recursos de maneira a satisfazer necessidades coletivas. Esses princípios ajudam a compreender a pluralidade e complexidade das economias construídas pelas agricultoras, como no caso de Sueli. Os próprios mercados, enquanto mecanismos de fixação de preços, também apresentam formas muito diversas. Enquanto alguns, como o mercado internacional de café, obedecem à lógica da concorrência e a organizam, outros são imersos em relações sociais de proximidade e em redes sociopolíticas, como o de agroecologia e economia solidária, e têm mecanismos próprios de fixação dos preços.

Além das práticas econômicas individuais, a agrobiodiversidade é sustentada por arranjos institucionais em espaços comuns, como florestas, rios e pastagens compartilhadas. Na Zona da Mata de Minas Gerais, por exemplo, agricultoras e agricultores descendentes de indígenas Puri mantêm usos alimentares e medicinais de plantas “do mato”, que nascem espontaneamente ou são manejadas na mata (Ferrari, 2024). Os arranjos

institucionais são regras de gestão comunitária que reforçam a interdependência entre biodiversidade e práticas culturais. Em outras regiões, especialmente na Amazônia, a etnobotânica tem evidenciado as formas como a floresta é plantada pelos povos que a habitam, resultando em uma ausência de fronteiras entre a biodiversidade das roças e da floresta (Empeaire, 2021). Esses arranjos, conhecidos como “Comuns”, foram conceituados por Elinor Ostrom (2010) como sistemas de gestão coletiva de recursos naturais, que operam a partir de regras estabelecidas pelas próprias comunidades, garantindo o uso sustentável desses recursos e desafiando modelos que priorizam a privatização ou o controle estatal.

A dimensão de gênero permeia todas essas práticas econômicas e ambientais. Mulheres agricultoras, como Sueli, têm um papel central na manutenção da agrobiodiversidade, sendo geralmente responsáveis pela produção de alimentos, pelo cultivo de plantas medicinais e por trocas não monetárias. Essas atividades, muitas vezes invisibilizadas, sustentam a diversidade biológica e cultural e podem reforçar o protagonismo das mulheres no campo, desde que sejam valorizadas. A esfera da reprodução da vida, que inclui trabalho não remunerado e relações não mercantis, tidas como “não econômicas”, é socialmente atribuída às mulheres, como vimos na Introdução deste livro (Federici, 2013; Mies, Bennholdt-Thomsem, 2022).

A possibilidade de revalorizar esse trabalho e essas relações depende de mobilizações de mulheres em vários níveis, mas também de mudanças por parte dos homens. Como vimos nos Capítulos 4 e 7, agricultores familiares homens são empurrados para o modelo de produção intensiva com base na especialização (modelo de monocultivo) que se confronta com a agrobiodiversidade. Eles também podem alterar essas tendências por meio de processos de mudança pessoal e coletiva, construindo o que os sociólogos do gênero Martin Hultman e Paul Pulé (2018) chamaram de “masculinidades ecológicas”, com foco no cuidado e fortes implicações na redistribuição de poder entre homens e mulheres desde o nível intrafamiliar.

Neste capítulo, buscamos compreender como a pluralidade econômica praticada por agricultoras agroecológicas influencia tanto a construção e o fortalecimento da agrobiodiversidade quanto as relações de gênero. A partir da escala dos espaços de trabalho e vida dessas mulheres, oferecemos

um aprofundamento dessas interações. Para isso, apresentamos, nas seções seguintes, a metodologia e as lições aprendidas com as experiências de três agricultoras e dos homens de suas famílias.

1. Adentrando os espaços de trabalho e vida: metodologia

Os espaços de trabalho e vida das agricultoras e dos agricultores constituem uma escala indispensável para uma compreensão profunda dos vínculos entre agrobiodiversidade, relações econômicas e gênero. É penetrando na complexidade das relações e dos manejos que constroem esses espaços que podemos entender como a agrobiodiversidade é construída diariamente por essas e esses sujeitos. É também nessa escala intrafamiliar que podemos compreender a interação e as hierarquias entre as trocas mercantis e não mercantis e entre o masculino e o feminino, localizando as práticas de resistência nessa ordem dominante.

O Etnomapeamento Feminista é a base metodológica com a qual registramos as práticas das agricultoras nos seus espaços de trabalho e vida, provocando reflexões sobre a agrobiodiversidade, as relações econômicas e o seu lugar na divisão espacial e sexual do trabalho (ver Capítulos 1 e 7). Sempre atentas para trazer à tona o ponto de vista dessas mulheres, registramos sua visão sobre a organização de seu espaço de trabalho e vida, a forma como identificam os diferentes ambientes (subespaços) – como quintal, roça, lavoura, cozinha ou mata – e as principais espécies vegetais e animais que os compõem. Trata-se, portanto, não de um levantamento exaustivo da agrobiodiversidade, mas, sim, da diversidade importante para essas mulheres, a qual explica os manejos e as relações desenvolvidas por elas.

Guiadas pelos quatro princípios da organização econômica mencionados acima – autossuficiência, reciprocidade, redistribuição e mercado –, reconstruímos essas relações com base nos fluxos que atravessam os diferentes subespaços. Para tal, em nossos encontros com cada agricultora, depois de elaborado o etnomapa do espaço de trabalho e vida, iniciamos uma conversa sobre os fluxos que entram e saem de cada subespaço: adubo, sementes, alimentos, ração, palha, resíduos etc. Perguntamos sobre a origem e o destino de cada fluxo e começamos separando os fluxos internos dos externos ao espaço de trabalho e vida, assim como descrito a seguir.

Os fluxos internos correspondem aos produtos do espaço consumidos pela família, como alimentos, e aos produtos de um subespaço que viram insumos para outro, como o esterco de gado, que é usado como adubo na horta. Esses fluxos respondem ao princípio de autossuficiência. Eles estão representados no etnomapa com setas de uma cor específica e estão documentados em uma tabela (entradas e saídas dos subsistemas) e no relato do encontro.

Os fluxos externos correspondem às entradas e saídas do espaço, que podem responder aos princípios de reciprocidade, redistribuição ou mercado. Para diferenciá-los, perguntamos à agricultora sobre o destino ou a origem de cada fluxo (instituição ou pessoa) e sua lógica. Associamos cada fluxo a um desses três princípios, novamente usando setas coloridas e documentando-os em tabelas de entrada e saída, bem como no relato do encontro. É nesse relato que qualificamos, em particular, as diferentes lógicas de mercado.

Ao caracterizar os fluxos de acordo com os quatro princípios econômicos, e não diretamente com instituições, como geralmente é feito,¹ evitamos supor que uma mesma instituição sempre responde a um mesmo princípio, como o Estado à redistribuição ou a comunidade à reciprocidade. De fato, o Estado pode, por exemplo, instituir mercados públicos e a comunidade ter um papel redistributivo. Mercados, como feiras locais, podem estar inseridos em relações comunitárias.

As três experiências a seguir foram escolhidas para ilustrar aspectos complementares das interações entre agrobiodiversidade, relações econômicas e gênero. Com Raimunda e Augustino, em Acaiaca (MG) (seção II), nos aproximamos do caso, recorrente nos nossos encontros, de um quintal altamente diverso, mantido pela agricultora a partir de múltiplas relações, dentro de um sistema onde mercados estão presentes, mas não determinam o conjunto da produção. Com Kéture e seu marido, Kito, em Simonésia (MG) (seção III), vemos como essa relação é pressionada pela implantação do café como *commodity*, ou seja, uma mercadoria padroni-

¹ Notadamente no Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas utilizado por organizações do movimento agroecológico no Brasil. Esse método se baseia em uma abordagem substantiva da economia, inspirada em Karl Polanyi, mas mantém apenas três princípios: mercado (dentro ou fora do território), redistribuição e reciprocidade, e associa esses dois últimos princípios ao Estado e à comunidade, respectivamente (Petersen *et al.*, 2017, p. 110-124).

zada cujo preço é determinado pela confrontação entre oferta e demanda internacional pelo produto. Por fim, a experiência de Ivone e Dirceu, em Barra do Turvo (SP), mostra como a ação coletiva das mulheres pode construir outros mercados, com base em uma economia solidária (seção IV).

Figura 8.1 – Exemplo de Etnomapeamento Feminista (Kéture, Simonésia, outubro 2021). A agrobiodiversidade é indicada pelos nomes das plantas e animais (visíveis no zoom).

As setas amarelas representam os fluxos de autossuficiência; as vermelhas, os de reciprocidade; as azuis, os de mercado; e as verdes, os de redistribuição. Os nomes das instituições ou pessoas associadas com cada fluxo são escritos nas bordas do mapa. A divisão sexual do trabalho é representada por enxadas roxas (trabalho feminino) e cinzas (trabalho masculino)



Fonte: Arquivo GeNgIBRe.

2. Raimunda e seu quintal: ressignificando o espaço, a economia e a si mesma

Quando chegamos à casa de Raimunda, numa manhã já quente em Acaiaca, para conhecer seu espaço de trabalho e vida, ela nos convidou a começar com a horta. Para isso, descemos alguns metros abaixo da casa para chegar ao brejo, a parte mais úmida do terreno. Raimunda nos guiou pelas muitas espécies de plantas alimentícias, aromáticas e medicinais que compõem sua horta: serralha, mostarda, inhame, salsinha, cebolinha, lobrobro, capiçoba, amora, tanchagem, almeirão, quiabo, araruta, couve-flor, milho, arruda, hortelã, repolho, mamão, açafrão, cará, jiló, bem como diversas variedades de couve, tomate e cana-de-açúcar, para citar apenas as principais. Da horta, enxergamos o galinheiro e as árvores do pomar: graviola, laranja, limão, jabuticaba, mexerica, acerola, ameixa, banana, lichia, goiaba, jambo, café, bem como bucha e urucum.

Horta, pomar e galinheiro formam o quintal de Raimunda: uma pequena área ao redor da casa, onde se concentra a maior parte da agrobiodiversidade na propriedade da família, principalmente vegetal. Mais acima, encontra-se um poço semiartesiano, outro pomar, uma pequena plantação de mandioca e banana, um curral e um pasto com vacas, sob a responsabilidade de Augustino, o marido de Raimunda, além de um cruzeiro e uma capela. Esse último espaço é dedicado à Folia de Reis, uma manifestação cultural popular que comemora a festa da Epifania por meio de cortejos de musicantes e cantantes, envolvendo um grupo de pessoas da comunidade e do município. Além de participar da Folia de Reis, Raimunda se reconhece como quilombola e herdou o terreno, de uma superfície de apenas 1 hectare, de sua mãe.

Ainda na horta, Raimunda nos mostrou a composteira e o minhocário, que recebem restos da cozinha e cinzas. Assim são gerados composto e húmus, que, com o esterco trazido do curral, palhas e restos de folhas, são usados para fertilizar e cobrir o solo. Esses manejos e fluxos internos respondem a uma preocupação com a autossuficiência e contribuem para a biodiversidade associada: a dos microrganismos do solo, que, por sua vez, colabora para a diversidade de plantas cultivadas.

A horta também recebe uma variedade de sementes, mudas e estacas em pequenas quantidades, que Raimunda multiplica na horta antes de plantar em outras áreas. Esses materiais vêm de fluxos internos, mas também externos ao espaço: por meio de relações de troca com vizinhos, de redistribuição pela Escola Família Agrícola Paulo Freire (EFAP) – um importante espaço do movimento agroecológico em Acaiaca do qual Raimunda foi presidente – e de compra em mercados locais. Todos esses fluxos são enraizados em relações sociais de proximidade, embora com racionalidades distintas: solidariedade e afeto, no caso dos vizinhos; construção da agroecologia, no caso da EFAP; renda, no caso dos vendedores locais. Essas diferentes relações alimentam o fluxo de materiais propagativos (sementes, mudas e estacas) em direção à horta, onde encontram as condições físicas para a sua reprodução.

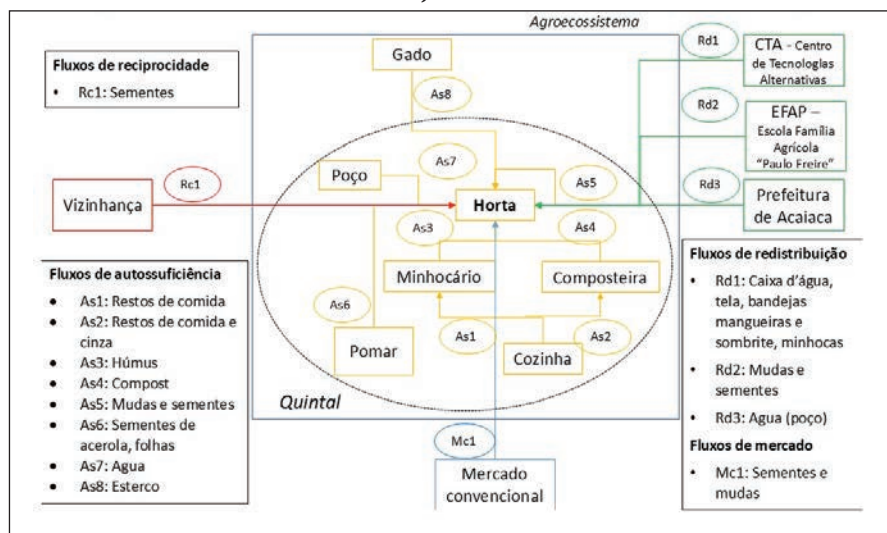
Da mesma forma, o relacionamento de Raimunda com o CTA–ZM e com a prefeitura de Acaiaca lhe deu acesso a equipamentos, especialmente para irrigação (caixa-d'água, mangueira e poço semiartesiano). A água é um bem particularmente precioso em Acaiaca, que se encontra em uma região de clima quente. Além de localizar os espaços de acordo com a inclinação do terreno, com a horta no brejo Raimunda nos explicou que, sem essa infraestrutura, sua horta não existiria.

Como ilustra a Figura 8.2, é esse conjunto de fluxos econômicos e ecológicos que garante a disponibilidade dos elementos materiais necessários para que a agricultora realize os manejos que mantêm uma horta altamente biodiversa.

Simetricamente, o diagrama de fluxos saindo da horta (Figura 8.3) mostra como a diversidade cultivada sustenta uma economia plural, com um equilíbrio entre os quatro princípios econômicos, ao mesmo tempo que é sustentada por ela. Verduras, mudas e sementes cultivadas na horta se constituem como insumos dentro do próprio espaço e são alimentos para a família, além de serem usadas nas práticas rituais da Folia de Reis (autossuficiência). São relações de reciprocidade e de redistribuição com membros da família, visitantes e organizações que recebem sementes, mudas e minhocas da horta de Raimunda; bem como mercados públicos (Programa de Aquisição de Alimentos, do Governo do Brasil) e outros mercados baseados em relações de proximidade, como a feira local e o

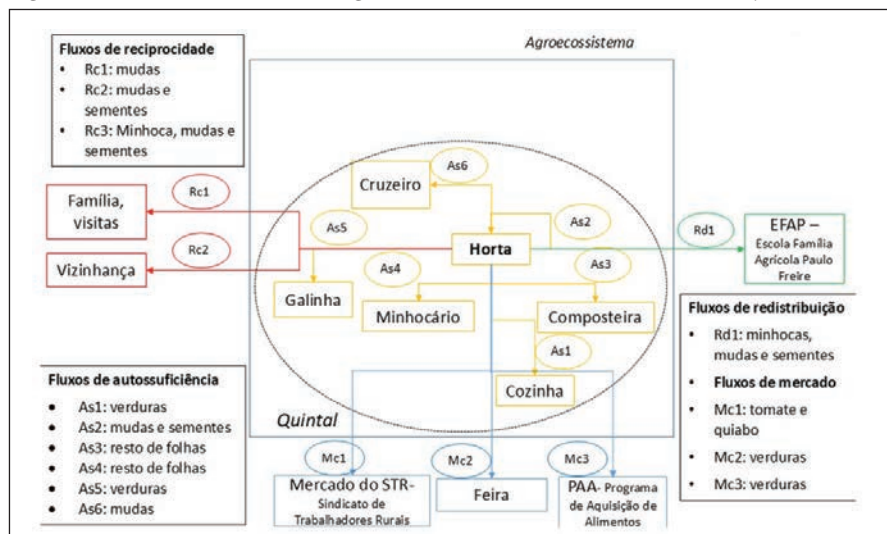
mercado do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do qual Raimunda é presidente, que absorvem as verduras produzidas na horta.

Figura 8.2 – Fluxos econômico-ecológicos entrando na horta (Raimunda, Acaiaca, julho de 2021)



Fonte: Elaboração própria do projeto GenGIBRe.

Figura 8.3 – Fluxos econômico-ecológicos saindo da horta (Raimunda, Acaiaca, julho de 2021)



Fonte: Elaboração própria do projeto GenGIBRe.

Raimunda, como a maioria das agricultoras que conhecemos, fez do quintal, em geral, e da horta, em particular, o lugar de convergência de múltiplos fluxos econômicos e de concentração da agrobiodiversidade (Oliveira *et al.*, 2021). Sua economia está ancorada no espaço do quintal e, ao mesmo tempo, imersa em uma densa rede de relações pessoais, amparada por instituições locais, dentro da família, da comunidade e do movimento agroecológico, como sindicatos, escolas, cooperativas, associações e ONGs. Essas relações permitem que agricultoras como Raimunda ampliem sua autonomia econômica na medida em que valorizam seu trabalho. Por sua vez, a autonomia econômica contribui para que mulheres afirmem seu poder de decisão na família e nessas instituições e, em certos casos, escapem de situações de violência doméstica. São processos longos e multidimensionais, cujo resultado nunca é garantido. No entanto, constituem uma maneira de as mulheres transformarem seu *status* de mães e esposas, relegadas ao quintal como extensão da esfera doméstica e local de trabalho invisível, para o de agricultoras agroecológicas enraizadas em espaços agrobiodiversos.

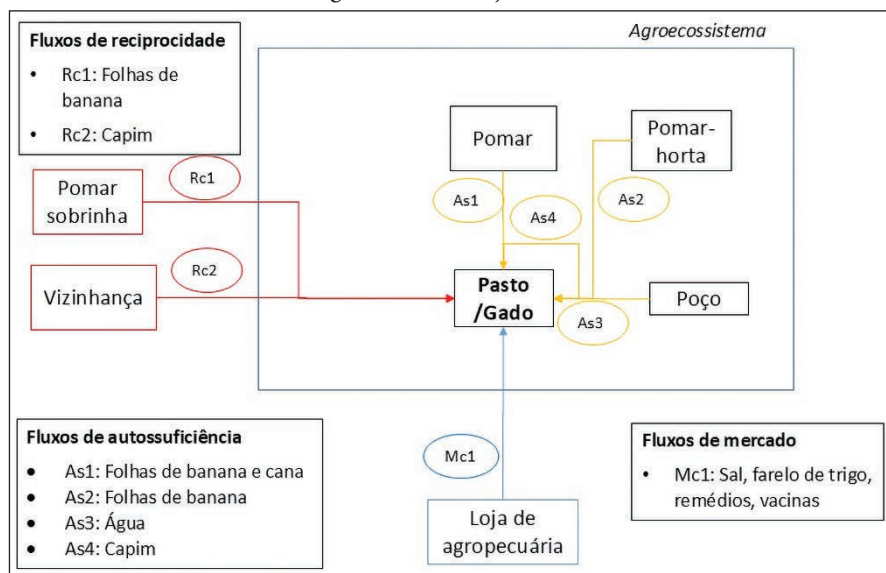
No caso de Raimunda e Augustino, o sistema pasto/gado, de responsabilidade de Augustino, está integrado no agroecossistema e na economia local, embora apresente um grau de diversidade biológica e de relações econômicas significativamente inferior ao do quintal. No momento do nosso encontro, esse sistema era movido apenas a água e a capim, além de diversos tipos de folhas provenientes de propriedades familiares ou de relações locais, destinadas à alimentação animal. Outros produtos destinados ao gado, como sal, ração, remédios e vacinas, eram comprados em lojas de agropecuária (Figura 8.4).

Em troca, o sistema pasto/gado fornecia o esterco para fertilizar o solo da horta e abastecia a família e mercados locais com leite (Figura 8.5).

Em entrevista com nossa equipe, Augustino, de 62 anos, também se reconhece como quilombola. Nascido em uma família sem-terra em Acaiaca, ele trabalhou desde a juventude em fazendas numa condição que ele chamou de “terceiro”, referindo-se ao fato de que recebia apenas uma terça parte da produção, e não a metade, como é o caso dos meeiros. Mais tarde, ele foi empregado em uma granja de criação de porcos. Essa situação

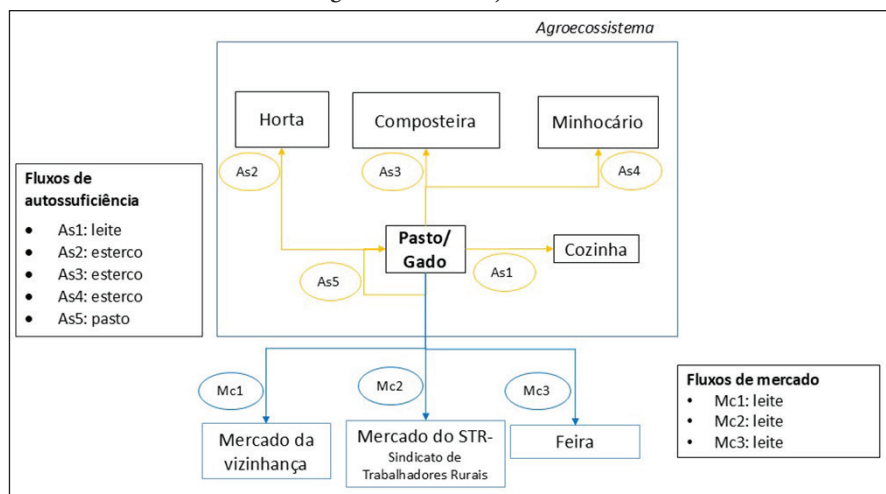
continuou depois que Raimunda herdou o pedaço de terra onde o casal vive atualmente, que era pequeno demais para sustentar a família de sete filhos.

Figura 8.4 – Fluxos econômico-ecológicos entrando no sistema pasto/gado (Augustino, Acaiaca, julho 2021)



Fonte: Elaboração própria do projeto GenGIBRe.

Figura 8.5 – Fluxos econômico-ecológicos saindo do sistema pasto/gado (Augustino, Acaiaca, julho 2021)



Fonte: Elaboração própria do projeto GenGIBRe.

O trabalho nas fazendas e granjas trouxe benefícios contraditórios para Augustino. Por um lado, permitiu que ganhasse uma renda e, mais tarde, se aposentasse como trabalhador rural, benefícios que Raimunda, como mulher, teve muito mais dificuldade para acessar. Por outro lado, Augustino sofreu o que ele mesmo definiu como “desigualdades” nas fazendas, recebendo apenas uma terça parte da renda de sua produção. Tais desigualdades se originaram no sistema de escravidão, o que Augustino percebeu concretamente nas longas cercas de uma das fazendas onde trabalhou e que tinham sido construídas pelos escravos à custa de um trabalho perigoso e árduo; algo de “partir o coração da gente”, segundo ele. A exposição dos corpos dos homens trabalhadores rurais nas fazendas continua até hoje com o uso dos agrotóxicos, uma injustiça que Augustino associou com a lógica mercantilista e a motivação do lucro dos donos das fazendas: “porque o negócio deles [donos da fazenda] lá é esse, plantar tudo com produto e vender pro comércio para ganhar dinheiro” (Augustino, Entrevista, abril de 2024).

Como os outros agricultores que conhecemos, Augustino está tipicamente situado nas relações entre homens, em que ele ocupa uma posição subordinada por causa de sua classe social e identidade racial, e nas relações de gênero em nível familiar, em que ele exerce uma posição relativamente dominante. Embora não tenha conseguido escapar do sistema mercantil das fazendas e granjas, ele afirmou a importância do cuidado em seus manejos, particularmente com o gado sob sua responsabilidade. Ele também optou por limitar sua exposição aos impactos desse sistema, recusando-se, por exemplo, a trabalhar nas plantações de cana que usam muito “veneno”. Essa postura está de acordo com a visão de Augustino sobre o que é um homem, “trabalhando direitinho, porque o trabalho nunca matou ninguém” (Entrevista, abril 2024), como seu pai lhe ensinou, e não buscando um valor de mercado.

Entretanto, esse posicionamento não seria possível sem uma área de produção familiar de alimentos diversificados e sem as instituições socioeconômicas que permitem a valorização dessa produção, como as do movimento agroecológico local. Raimunda, que é presidente do STR, além de ter sido presidente da EFAP, e uma de suas filhas, que foi monitora

da EFAP, tiveram um papel importante na construção desses espaços e instituições. Hoje, Augustino se vê como parte da “agroecologia”, mas foram as mulheres de sua família que, ao se oporem às relações de poder baseadas em classe, raça e gênero, abriram esse caminho de resistência à produção intensiva, que ele posteriormente adotou.

3. Kéture: convivendo com commodities, disputando o espaço

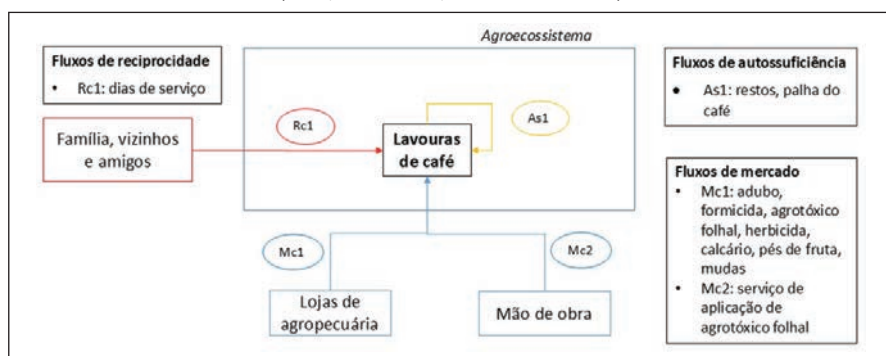
O quintal de Kéture, em Simonésia, compartilha com o de Raimunda um perfil de produção altamente diversificado, voltado para a autossuficiência e para as relações locais. Em uma área muito pequena ao redor de sua casa, Kéture mantém um galinheiro e cultiva muitas plantas medicinais, ornamentais e alimentícias (veja Figura 8.1). Esses produtos são destinados à alimentação familiar, às doações a pessoas de sua comunidade, especialmente no caso de plantas medicinais, e à venda local. Encontramos Kéture para realizar o Etnomapeamento Feminista em outubro de 2021; na mesma ocasião, realizamos entrevistas com ela e com Kito, seu marido.

Cerca de seis anos antes de nosso encontro, Kéture tinha começado a participar de espaços de organização sociopolítica, primeiro como delegada de base do Programa de Habitação Rural, voltado para a construção de moradias em sua comunidade, e depois como membro da diretoria do SINTRAF de Simonésia, voltado para a agroecologia, sob o impulso de mulheres agricultoras (consulte o Capítulo 2). Assim como Raimunda, Kéture considera que começou a “mudar” desde que se envolveu com essas entidades. Se antes ela era “quieta em casa”, agora valoriza sua produção e reivindica parte da renda familiar do café para despesas e investimentos na casa definidos por ela.

Na época de nosso encontro, em outubro de 2021, Kéture e Kito possuíam cerca de 8 mil pés de café, ocupando a maior parte de um terreno de cerca de 6 hectares que Kéture havia herdado de seu pai 15 anos antes (Figura 8.1). Inicialmente, Kito plantou eucaliptos para a produção de carvão, mas, com o dinheiro da venda, investiu logo no café, que ele considera mais lucrativo. Seu método de cultivo é baseado na compra de insumos químicos em lojas agropecuárias: adubo, agrotóxico, herbicida à base de glifosato, formicida, além de calcário. Quanto à mão de obra,

no momento de nossa visita, Kito empregava um trabalhador rural para aplicar o agrotóxico, e o casal ainda contava com a troca de dias de serviço com parentes para a colheita do café, uma prática de reciprocidade muito difundida na região. Além dos cafezais, Kito e Kéture tinham comprado pés de fruta e mudas que foram plantadas em uma das lavouras de café, enquanto as outras lavouras eram dedicadas quase que exclusivamente ao café. O diagrama de fluxos entrando nas lavouras de café ilustra essa concentração das relações socioeconômicas em um pequeno número de relações predominantemente mercantis (Figura 8.6).

Figura 8.6 – Fluxos econômico-ecológicos entrando nas lavouras de café (Kito, Simonésia, outubro de 2021)



Fonte: Elaboração própria do projeto GenGiBRc.

Durante nossa entrevista, Kito se apresentou como sendo de uma família indígena cujas terras foram roubadas por pecuaristas e fazendeiros vindos de outros municípios desde a época de seu avô. Sem terra, Kito começou a trabalhar na colheita de café em fazendas, antes de se dedicar a uma pequena mercearia. Nesse período, marcado por grandes dificuldades econômicas, se casou com Kéture. O acesso à terra, cedida pelo sogro cerca de 15 anos antes do nosso encontro, e a especialização no cultivo do eucalipto e depois do café significaram ascensão econômica para o casal e, para Kito, um novo *status* de masculinidade, com base na inserção no mercado mundial de café e no acesso à renda. Durante nossa entrevista, ele resumiu esse sucesso em uma série de cifras: investimento (R\$ 0,80 por pé de café), custos de manutenção (duas e, se possível, três aplicações de

adubo químico por ano: R\$ 7.000 por aplicação, mais agrotóxicos, outros insumos e análises de solo), renda (90 sacas de 60 quilos a R\$ 350/saca, totalizando R\$ 31.500 na última safra).

Como Augustino, Kito ocupa uma posição subordinada, em virtude de sua classe e identidade étnica, em relação a outros homens no mercado e na cadeia de valor, neste caso, do café. Esses são os vendedores de insumos agrícolas, que, de fato, definem as técnicas de cultivo e a quem Kito reconhece como uma autoridade técnica: “O vendedor é formado, explica os remédios, bota a quantidade no papel” (Kito, Entrevista, outubro de 2021; sobre esse tema, consulte o Capítulo 4). Há também os corretores para quem Kito vende seu café e que determinam sua qualidade e preço, provando-o e aproveitando a concorrência entre produtores.

Kito, como outros agricultores submetidos a mercados de *commodities* e a técnicas de produção intensiva associadas a eles, aceita essas relações desiguais em troca da renda da venda. Trata-se de um sistema patriarcal e, ao mesmo tempo, baseado em uma hierarquia de masculinidades. Os agricultores aderem a esse sistema por causa da renda, além de uma série de atributos culturais da masculinidade hegemônica, como carros, bebidas alcoólicas e cigarros ou apresentações em PowerPoint, exibidos por vendedores de insumos químicos e agentes técnicos homens. A posição, mesmo que marginalizada, dos homens agricultores familiares nesse sistema lhes permite reivindicar um poder de decisão sobre as mulheres e as terras da família. Na época de nosso encontro, Kito havia acabado de transferir a horta de Kéture para outro local, pouco adequado (íngreme e menor), para instalar um secador de café. Ele também estava planejando cimentar o terreiro onde o café é armazenado e seco na época da colheita. Essas mudanças levariam a uma perda de agrobiodiversidade, incluindo plantas como roseiras e árvores frutíferas às quais Kéture era apegada, e não deixariam de provocar disputas, como o próprio Kito reconheceu.

Porém, diferentemente de Augustino, Kito não se distanciou da lógica mercantil da masculinidade hegemônica. Ele se orgulhou do fato de o café ocupar quase toda a propriedade e explicou como substituiu gradualmente o eucalipto, passando de uma mercadoria menos lucrativa

para outra mais lucrativa. Seguindo a mesma racionalidade, afirmou que venderia a terra, rica em bauxita, para uma empresa de mineração, se o preço fosse conveniente.

Pela experiência de Kito e de outros agricultores da região, percebemos como a lógica mercantil deu origem a uma nova racionalidade masculina, equiparando os bens naturais e os produtos agrícolas a mercadorias. Obviamente, essa racionalidade não aparece apenas em relação à produção intensiva de café. Em Itaoca, por exemplo, em um contexto de forte desenvolvimento da cadeia do leite, também conhecemos agricultores que substituíram cultivos alimentícios, como arroz, feijão e milho, por pastagens. A renda do leite agora permite a compra desses alimentos, que se tornaram mercadorias.

A especialização agrícola reduz drasticamente a agrobiodiversidade e, ao mesmo tempo, cria dependência das famílias em relação a mercados competitivos organizados em níveis nacionais, ou mesmo internacionais, que estão fora de seu alcance. O mercado do café é dominado por grandes empresas agroalimentares europeias e norte-americanas que importam a produção de fazendas e pequenas propriedades da América Latina, África e Ásia. Para os agricultores que conhecemos, o preço “varia de acordo com a qualidade definida pelo corretor, com o valor do dólar e a oferta global” e, portanto, lhes é imposto, como nos explicou o marido de Sueli. O mercado internacional do café não reconhece a qualidade do produto, como é o caso do café agroecológico produzido por Sueli e seu marido, e o transforma em uma *commodity*. Muitas famílias aceitam essa relação para melhorar sua renda, embora essa melhoria possa ser apenas de curto prazo, dada a dependência dos mercados e os impactos sobre o meio ambiente e a saúde das pessoas (consulte o Capítulo 4).

Longe de ser um caso particular, a experiência de agricultores de café em Simonésia ilustra uma tendência dominante em regiões rurais: mercados de *commodities* sobredeterminam o uso da terra e de outros bens naturais, criando verdadeiras paisagens de monocultura. Instituições comerciais, técnicas e financeiras fora do alcance dos agricultores são o instrumento dessa dominação, mas a masculinidade dos agricultores familiares, profundamente redefinida por essas instituições e pela racionalidade

mercantil, é outro instrumento dessa dominação, invisível na análises que ignoram o gênero. Ao dar novo poder aos agricultores do sexo masculino, esse processo reforça automaticamente as desigualdades de gênero. Essa dinâmica torna as resistências mais difíceis, mas também potencialmente mais radicais. A agroecologia, uma economia plural baseada na solidariedade, e o poder das mulheres encontram-se, portanto, simetricamente opostos à especialização agrícola associada à lógica de concorrência e à dominação masculina.

4. Ivone e Dirceu: mercados como uma das relações para cuidar da vida

Como vimos na introdução deste capítulo, os mercados são instituições muito diversas, que não se limitam àqueles dedicados ao lucro de alguns poucos com base na concorrência. Outros mercados podem ser construídos, em geral em escala local, com base em redes de proximidade ou de mobilização social, e ser colocados a serviço de outros objetivos, como modos de vida voltados para o cuidado e a manutenção da agrobiodiversidade.

Em Barra do Turvo, Ivone e seu marido, Dirceu, cuidam de um sítio de 10 hectares composto por uma variedade de subespaços, espécies cultivadas e animais. O quintal inclui uma horta, um galinheiro e uma área conhecida como “quintal das galinhas”, uma agrofloresta de frutíferas, uma área “do açafrão” (com três variedades de açafrão e cerca de dez outras espécies de plantas) e um viveiro com muitas plantas nativas da região (Mata Atlântica) e medicinais. Estas últimas também são cultivadas por Ivone em vasos dispostos em várias fileiras ao longo da varanda da casa. O preparo de produtos fitoterápicos (xaropes, tinturas e pomadas) e o processamento de alimentos (geleias e conservas) têm grande importância no trabalho de Ivone e são realizados na cozinha. Por fim, boa parte da propriedade é ocupada por um pasto para criação de vacas, sob a responsabilidade de Dirceu, além de uma segunda agrofloresta, uma mata e uma área de taboa. Um rio rico em peixes atravessa a propriedade.

Ivone e Dirceu adquiriram esse sítio em 1993, após uma trajetória de migração que os levou de Curitiba para uma área rural do norte do Paraná e depois para Barra do Turvo. A fartura nem sempre foi a realidade

do sítio. Pelo contrário, durante muitos anos, o casal enfrentou grandes dificuldades de produção e de acesso à renda. Além disso, sua comunidade estava inicialmente localizada no Parque Estadual de Jacupiranga, o que levou a conflitos com a polícia ambiental, antes que a zona fosse finalmente convertida em uma Área de Proteção Ambiental (APA),² permitindo o uso mais flexível dos recursos naturais. Ao longo desse percurso, Ivone nunca deixou de participar de organizações sociais e comunitárias (em especial a Pastoral das Crianças, ligada à Igreja Católica), políticas e institucionais, entre elas o Conselho Gestor da APA. Hoje, ela é uma líder reconhecida em sua comunidade e na RAMA. Nesses diferentes espaços de participação, Ivone desenvolveu práticas de cuidado em dois planos: alimentação de crianças na Pastoral, escuta de mulheres na comunidade e na RAMA, vigilância e mediação em casos de violência doméstica. No plano ambiental: reprodução de plantas no viveiro, diálogo e representação comunitária junto aos gestores da APA.. A lógica do cuidado e da reprodução da vida orienta suas diversas ações e relações socioeconômicas, vinculando intimamente espaços de participação a espaços produtivos.

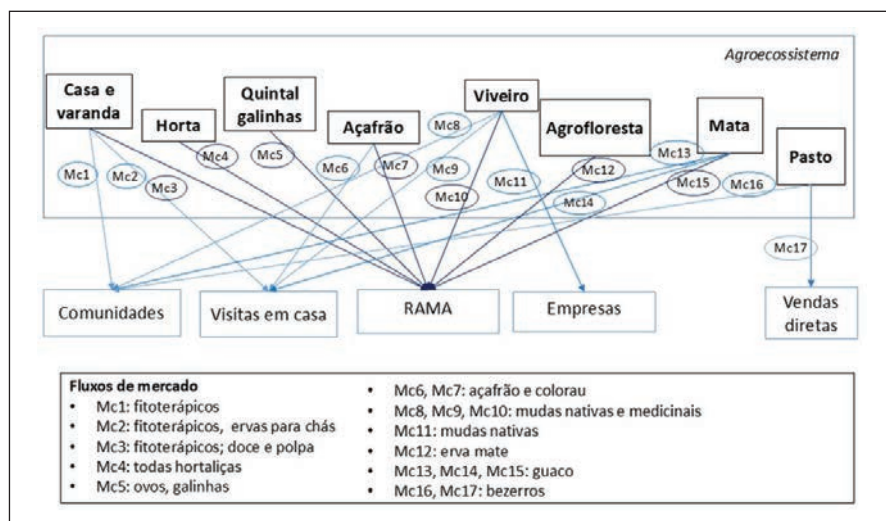
Diversas relações de mercado fazem parte dessa lógica. No momento do nosso encontro com Ivone e Dirceu, identificamos 17 relações desse tipo, provenientes de oito subespaços da propriedade (casa e varanda, horta, quintal das galinhas, área do açafraão, viveiro de plantas nativas e medicinais, área da agrofloresta, mata e pasto) e direcionadas a cinco tipos principais de destinatários (comunidade, visitas em casa, RAMA, empresas de reflorestamento e vendas diretas; conforme Figura 8.7).

A RAMA é o destinatário principal, absorvendo produtos de sete subespaços (destacados com setas na figura). Essas vendas correspondem a uma rede de grupos de consumo responsável na região metropolitana de São Paulo e a uma feira solidária em Registro, um município com perfil comercial no Vale do Ribeira. As vendas são orientadas por princípios elaborados coletivamente na RAMA: prioridade para o consumo familiar e as trocas não monetárias, sendo comercializado apenas o excedente

² No contexto da criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, em 2008. Consulte o Capítulo 6.

da produção; comercialização de todos os tipos de produtos, mesmo em quantidades muito pequenas, para garantir essa prioridade, promover a diversidade e valorizar o trabalho das agricultoras; e um preço “justo”, definido por acordo entre consumidores e agricultoras da RAMA.

Figura 8.7 – Relações de mercado: fluxos saindo dos diferentes subsistemas (Ivone e Dirceu, Barra do Turvo, novembro de 2021)



Fonte: Elaboração própria do projeto GenGiBre.

Além da RAMA, os produtos do quintal também são vendidos na comunidade por meio de contatos diretos e para os muitos parentes e amigos que vivem na cidade e que visitam Ivone e Dirceu em sua casa. As plantas nativas do viveiro também são comercializadas para empresas como parte de programas de compensação ambiental, graças a contatos estabelecidos por gestores da APA.

Aqui, as relações de mercado não ameaçam os outros princípios econômicos. Pelo contrário, estão subordinadas a eles por meio da lógica do cuidado, por princípios coletivos como aqueles que definem as vendas da RAMA, mas também por ações individuais de Ivone e Dirceu. Por exemplo, Ivone usou a renda das vendas para se formar em Terapia de Reprocessamento Generativo, um tipo de terapia breve dirigido a problemas emocionais como ansiedade, depressão e síndrome do pânico, os quais são

típicos das mulheres da sua comunidade, decorrentes das desigualdades e das violências de gênero. A formação de Ivone como terapeuta faz parte de sua trajetória pessoal como cuidadora, construída ao longo de muitos anos, desde seu envolvimento com organizações como a Pastoral das Crianças. As relações de mercado não se opõem à lógica de cuidado, na realidade, podem ser colocadas a seu serviço. Outro exemplo é o viveiro, que gerou uma renda substancial, permitindo que o casal comprasse eletrodomésticos, como geladeiras, melhorando significativamente a qualidade de vida da família, sem por isso ditar a ocupação do espaço, ao contrário da especialização produtiva observada no caso de *commodities*.

Tal subordinação das relações de mercado à lógica do cuidado e à reprodução da vida torna-se possível porque esses mercados são escolhidos e coconstruídos em nível local. Ivone não aceita preços e produtos impostos por instituições fora do seu alcance, senão que se engaja em longos processos organizacionais – nunca livres de conflitos – de coconstrução da oferta, da demanda e dos preços, como é o caso da RAMA. A ampliação da escala além da comunidade e do município depende da ação de aliados, como a SOF, que emprega sua rede de ativistas feministas e agroecológicas em apoio à RAMA. Essa não é uma experiência isolada, mas, ao contrário, um traço comum presente, em graus variados, nos seis grupos de agricultoras agroecológicas que acompanhamos nesta *pesquisa*, e que se encontra no centro da organização socioeconômica dessas mulheres, como fator de autonomia e poder de decisão. No Capítulo 3, identificamos isso como uma categoria comum das gramáticas de resistência.

A construção de tais mercados por mulheres comprometidas com a agroecologia é um instrumento de transformação socioeconômica, ecológica e de gênero. “Ela [Ivone] que puxa tudo, ela que faz essas frentes, eu vou na sombra”, resumiu Dirceu durante nossa Entrevista com ele, em setembro de 2021. Seguindo sua esposa, Dirceu se envolveu na Pastoral das Crianças, onde se tornou líder, e passou a ajudar no trabalho de comercialização da RAMA. Dirceu não abandonou o trabalho que gosta e que é parte de sua identidade, o trabalho com o gado, por exemplo, mas passou a aceitar, valorizar e sustentar as relações socioeconômicas estabelecidas por sua esposa: uma transformação da masculinidade e das relações

de gênero intrafamiliares na direção da ecologização como ampliação e aprofundamento do cuidado defendida por Hultman e Pulé (2018).

Considerações finais

As experiências detalhadas neste capítulo evidenciam como as tensões entre a lógica mercantil, baseada na concorrência, e a lógica de reprodução da vida atravessam a construção da agrobiodiversidade e os papéis de gênero. Por um lado, a especialização produtiva, orientada por mercados competitivos e pela busca de lucro, tende a reorganizar drasticamente os espaços da agricultura familiar e as paisagens, erodindo a agrobiodiversidade e aprofundando as desigualdades de gênero. Ao aderir aos valores mercantis da masculinidade hegemônica, agricultores muitas vezes priorizam a ascensão econômica e o reforço do papel de chefe de família e relegam os impactos ambientais e sociais dessa escolha a segundo plano.

Por outro lado, a pluralidade econômica, que integra autossuficiência, reciprocidade, redistribuição e mercados solidários, constitui uma forma de resistir a esse modelo construindo a um só tempo uma base de subsistência e um processo de transformação de mulheres e homens. A pluralidade permite que agricultoras como Sueli, Raimunda, Kéture, Ivone e muitas outras valorizem a diversidade da sua produção e criem relações e alianças que sustentam tanto a agrobiodiversidade quanto sua autonomia. Nas economias plurais, existe um caminho de valorização do cuidado e da reprodução da vida que permite que mulheres agricultoras desafiem as estruturas tradicionais de poder e redefinam suas posições dentro da família e da comunidade.

Ao se engajarem em redes de agroecologia e de economia solidária, agricultoras articulam arranjos institucionais que não apenas valorizam sua produção, mas também ampliam o reconhecimento do trabalho feminino. A subordinação de mercados à lógica do cuidado demonstra como a pluralidade econômica pode ser usada para reforçar a sustentabilidade e o poder de ação das mulheres. Tal subordinação é possível graças aos arranjos institucionais construídos sobremaneira por mulheres, articulando mercados solidários com múltiplas relações nas organizações em que elas são engajadas, tais como redes, cooperativas, associações e ONGs nos

campos da agroecologia e da economia solidária. Dentro desses campos, os arranjos institucionais e ações se singularizam por sua orientação em prol da valorização do trabalho de cuidado realizado principalmente por mulheres e que se sustentam em alianças feministas. Eles formam, assim, uma trama feminista para a conservação da agrobiodiversidade *in situ* (Howard, 2014), ampliando e dialogando com práticas semelhantes mantidas por povos indígenas e comunidades quilombolas (Oliveira *et al.*, 2021; Cunha, Magalhães, Adams, 2021).

Trocas de saberes, processos de formação em técnicas agroecológicas, fortalecimento das instituições comunitárias e alianças com ONGs e gestores públicos são elementos inseparáveis dessa transformação, que é simultaneamente política, coletiva e pessoal. Observando a partir da escala local, como feito no projeto GENgiBRe, fica claro o papel pioneiro de agricultoras agroecológicas e o potencial de mobilização dos homens em direção a uma masculinidade mais ecológica, colaborativa e igualitária. Essa possibilidade aponta para uma reconfiguração das relações de gênero, com uma redistribuição do poder dentro das famílias e das comunidades. Em termos teóricos e políticos, essa abordagem demonstra, também, até que ponto o gênero é um produtor da história ambiental, econômica e institucional, e não apenas um produto dela.

CAPÍTULO 9

Cuidados: de uma análise de violências a uma práxis socioambiental

SARAH LUIZA DE SOUZA MOREIRA, HÉLOÏSE PRÉVOST E ROBERTA CARDOSO

Introdução

Nos Capítulos 7 e 8, analisamos como a resistência das mulheres agricultoras se dá em seus espaços de trabalho e vida, por meio dos manejos agroecológicos e da pluralidade econômica. Elas integram a lógica do cuidado nas suas práticas e tecem a (re)construção de agrobiodiversidades. Neste capítulo, procuramos capturar e materializar o cuidado na vida cotidiana: cuidado consigo mesma, cuidado com as pessoas e cuidado com o meio ambiente, concentrando-nos nos vínculos entre essas diferentes dimensões e práticas.

Em quase todos os encontros, as agricultoras, ao mesmo tempo que conversavam conosco, participando da pesquisa, também realizavam trabalhos de cuidado. Mesmo a distância, continuavam gerenciando as atividades da casa e da família, orientando o trabalho nos quintais, hortas e roçados. Elas seguiam organizando ações na comunidade, no sindicato, na cooperativa ou nos movimentos, passando informações sobre que remédios caseiros, chás e banhos deveriam ser dados aos doentes, que atividades deveriam ser feitas com as crianças, o que fazer para o almoço etc. O que pudemos perceber é que, na vida das mulheres, o cuidado é cotidiano, plural e contínuo.

A construção dos Etnomapeamentos Feministas e dos Mapas Corpo-Território foram espaços de partilhas sobre o cotidiano e a vida das agricultoras. Elas comentavam sobre os trabalhos de cuidado que desenvolvem e sobre a carga mental que eles demandam. A carga mental (Haicault, 1984)

refere-se a um trabalho invisível de gerenciamento de todas as atividades cotidianas essenciais para a vida doméstica de uma família, o que exige capacidades mentais de gerenciamento e organização, mas também de previsão, memorização, coordenação, empatia, disponibilidade emocional e resposta ao inesperado.

As mulheres também afirmaram como o cuidado tem uma grande conexão com os afetos e as emoções. Como destaca uma das agricultoras da RAMA, de Barra do Turvo (SP):

Nós, mulheres, nos preocupamos com o trabalho, com as crianças, porque trabalhar na roça cansa o corpo. No trabalho estamos pensando nas crianças que vai chegar da escola e nos maridos que vai chegar do trabalho também e pensamos nas companheiras, pensamos nos trabalhos delas que não estão conseguindo (Encontro Corpo-Território, Barra do Turvo, outubro de 2021).

Nós mulheres, nós cuidamos da casa, fazemos as limpezas, fazemos a comida e cuidamos do dinheiro, que sabemos que temos que administrar nossas contas. É a gente que divide as lições das crianças, vê se a lição está bem-feitinha. É mais a mulher que se preocupa com os filhos que estão trabalhando lá fora, como no mercado, então preocupa. Eu tenho dois filhos em Curitiba e me preocupa a cabeça com os filhos que estão fora. E a escola cada vez que fala que é reunião da escola é só mãe que vai, pai não vai, mas é a parte da mulher se esforçar pra fazer isso (Encontro Corpo-Território, Barra do Turvo, outubro de 2021).

O cuidado das mulheres com os membros da família (marido, filhos/as, outros parentes) se manifesta em uma multiplicidade de tarefas, tempo dedicado e carga mental investida para a realização de práticas cotidianas repetitivas, como preparar a comida, servir, limpar, arrumar, lavar roupa, cuidar das/os doentes, das/os idosas/os, adultos e crianças. Sabe-se que esses trabalhos ainda são considerados responsabilidade das mulheres, sendo compartilhados e repassados apenas entre elas de geração para geração.

Trabalhos de feministas materialistas realizados desde a década de 1980, como os de Amaia Pérez Orozco (2012) e Cristina Carrasco (2018), têm pautado a importância do cuidado: uma série de tarefas cotidianas feitas por mulheres, historicamente invisibilizadas e desvalorizadas, as quais são fundamentais para a reprodução da vida. Nesse sentido, Orozco (2012) afirma que os cuidados são ações de “gestão e manutenção cotidiana da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida” (p. 54). Já Joan Tronto (2009, 2011) e Carol

Gilligan (1982) destacam como os cuidados são tanto um trabalho que dá resposta à dimensão e às necessidades materiais da vida quanto envolvem a dimensão imaterial das relações afetivo-relacionais. Esses trabalhos integram afetos, cumplicidades, responsabilidades, vínculos pessoais e intimidades construídas entre as pessoas em suas relações sociais, em uma realidade comum de interdependência e ecodependência.

Olhar para os cuidados significa analisar como os papéis de gênero socialmente atribuídos têm historicamente imposto esses trabalhos às mulheres, mas também perceber como as mulheres rurais têm politizado o cuidado em um projeto agroecológico e feminista. Ao reconhecer e destacar que não somos seres completamente autônomos, ou seja, dependemos tanto umas/uns das/os outras/os quanto da natureza para (sobre) viver, nos embasamos em concepções que dialogam com a perspectiva da agroecologia.

As feministas que integram o movimento agroecológico têm contribuído para um processo de ressignificação do conceito de “agroecologia”. Para elas, a agroecologia é um modo de produzir, de relacionar-se com o trabalho da agricultura, com a vida e as pessoas no processo de produção de alimentos saudáveis no campo e na cidade (Siliprandi, 2015; Seibert, 2019). A partir dessa concepção, esse conceito traz como base a sustentabilidade humana, social e ambiental, ao pautar a necessidade da construção de relações respeitosas e igualitárias entre mulheres, homens e destas/es com a natureza (Moreira, 2019; Prévost, 2019b).

Considerando os múltiplos significados e ambiguidades (ou ambivalências) que os cuidados podem adquirir a partir das diferentes práticas e contextos, essas perspectivas feministas permitem identificar o cuidado como território vivo permeado de tensões e contradições entre os âmbitos do ofício/trabalho, afeto/afeição e ética/política, como defende Maria Puig de Bellacasa (2017, 2023).

Há uma constelação de práticas que contribuem para a conservação e a restauração dos ecossistemas e agroecossistemas. Essas práticas podem envolver a produção ou o processamento de alimentos, o cultivo de plantas medicinais, a reintrodução de espécies vegetais/animais, a defesa de territórios ecológicos ameaçados, a transmissão de conhecimentos fitos-

sanitários, manejos agroecológicos, e assim por diante. No Brasil, existe um movimento de politização dessas práticas atrelado à politização das ações das mulheres rurais (Siliprandi, 2015; Prévost, 2019a). Sob a dupla pressão da degradação ambiental e das obrigações de conservação nos territórios onde vivem, a atribuição do trabalho de cuidado às mulheres tem se estendido do trabalho doméstico à manutenção dos ecossistemas/agroecossistemas. Isso pode ser percebido como um *continuum* de cuidado socioambiental (Laugier; Falquet; Molinier, 2015).

As experiências das mulheres agricultoras que encontramos evidenciam esse *continuum* socioambiental das práticas de cuidado (com as pessoas, a natureza e o território). Essas práticas plurais são interconectadas, indissociáveis, compreendidas e realizadas a partir de um entendimento global socioambiental das mulheres em sua relação com seus territórios, que se expressam, também, na forma como se organizam para enfrentar os conflitos neles vivenciados.

Para aprofundar nosso entendimento sobre as resistências, precisamos entender a práxis do cuidado tanto na dimensão do cuidado com as pessoas quanto com a natureza e o território, como organização coletiva, sem esquecer o cuidado como afeto, autocuidado e luta política, como afirma Audre Lorde (2019). Assim, analisamos o papel do cuidado interconectado com as vivências das violências de gênero e das ameaças aos territórios.

1. Cuidar das pessoas: trabalhar, pensar, sentir

Em Carangolinha de Cima (Divino, MG), a agricultora Socorro passa seus dias entre a sua casa e a de sua mãe, cuidando das necessidades dela (saúde, quintal, animais e casa). Na época da colheita do café, além da própria horta, do quintal e dos animais, Socorro dedica muitas horas do dia à secagem dos grãos. Em Peruíbe, no Vale do Ribeira (SP), uma agricultora sempre participou dos nossos encontros acompanhada pelos dois filhos, que lhe demandavam bastante atenção. Mesmo com o pai em casa, as crianças pareciam não se sentir confortáveis (ou acostumadas) em ser cuidadas por ele, sempre saindo da sala, onde estavam com o pai, para ficar com a mãe.

Esse cotidiano de sobreposição de tarefas de cuidado é comum à maioria das mulheres agricultoras com as quais conversamos. Elas comentam

que “a rotina do trabalho do dia a dia sobrecarrega nossa mente e nosso corpo” (Agricultora da RAMA, Encontro Corpo-Território, Barra do Turvo, outubro de 2021). Essa carga mental e de trabalho vem permeada por julgamentos exteriores e pelo sentimento de culpa das mulheres por não conseguirem conciliar trabalho e família, o que afeta até seu próprio bem-estar. A agricultora Flor do Campo, do município de Acaiaca (MG), explica que teve depressão pós-parto, porque não estava conseguindo desapegar do cargo de diretora do sindicato. Ela se sentia julgada de toda forma, tanto por “abrir mão” do sindicato como por não priorizar a gravidez e seu filho.

A sobrecarga imposta pela divisão sexual do trabalho tem impactos importantes na saúde das mulheres. Durante os encontros da metodologia Corpo-Território, elas relataram como todo o trabalho que realizam nas famílias, em casa, nas comunidades, nos sindicatos e nos movimentos sociais pesa sobre suas costas, tensiona seus ombros, aperta seus corações e barrigas. Esses trabalhos, geralmente não compartilhados com os homens ou com o Estado, trazem depressão, ansiedade e exaustão, constantes dores de cabeça e nas costas.

Além dos impactos físicos e psicológicos, cuidar se expressa em uma materialidade: o tempo. Como vimos, há uma contínua superposição e simultaneidade dos trabalhos realizados. Como afirmou Socorro em Entrevista em novembro de 2022, “os trabalhos de cuidado da mãe e da sogra são fatores que controlam o tempo da agricultora”. Elas lidam com uma carga mental contínua:

Para cuidar da roça, a gente cuida, mas ao mesmo tempo cuida pensando na filha e no neto que vai vir, no dia que vai colher o arroz, no nenenzinho que vai nascer e ela está preocupada com a cabeça desde já, então é assim que funciona a gente (Agricultora da RAMA, Encontro Corpo-Território, Barra do Turvo, outubro de 2021).

Elas enfatizam que tal sobrecarga de trabalho e a naturalização da responsabilização das mulheres sobre os cuidados é uma expressão da desigualdade entre homens e mulheres: “Sempre somos responsáveis por tudo, lavar roupa, fazer comida, cuidar das crianças, carga emocional, e os homens só ‘mantêm’ a casa” (Agricultora da UAAI, Encontro Corpo-Território, Itaoca, julho de 2022).

Mesmo que geralmente os trabalhos de cuidado realizados pelas mulheres se deem no âmbito doméstico e com os membros de suas famílias, muitas vezes elas também acabam cuidando de outras pessoas das comunidades onde moram. Ágata, por exemplo, é uma agricultora de Itaoca (SP) que saiu de seu quilombo quando criança por necessidade de trabalho. Ela trabalhou muitos anos em uma fazenda, onde era constantemente exposta aos agrotóxicos. Cansada dessa vida, decidiu voltar para o seu quilombo, agora com o marido, para poder ter a própria produção de qualidade e sem veneno. Ágata cuida de um vizinho debilitado todos os dias: ele vem para a casa dela pela manhã, ela lhe administra medicamentos, cozinha o almoço e o jantar. Ele fica na casa dela até a noite, todos os dias da semana. É interessante perceber que, em casos como este, as mulheres podem fazer esse trabalho tanto por obrigação como por senso de solidariedade ou, ainda, como expressão da naturalização de que as mulheres devem cuidar dos/as outros/as. Isso demonstra a superposição e indefinição das fronteiras entre as várias lógicas que sustentam o trabalho de cuidado.

Assim, o cuidado com as pessoas se manifesta, ao mesmo tempo, como sentido, solidariedade, organização, atenção, construção coletiva e também reação de autopreservação e de medo do julgamento ou da culpa. Embora essa prática seja frequentemente romantizado como uma expressão pura de afeto e solidariedade, também carrega contradições e ambivalências, impactando, como já vimos, no tempo das mulheres, em sua sobrecarga de trabalho e em sua saúde física e mental.

Embora essenciais para a manutenção da vida e do bem-estar das comunidades, a atribuição quase exclusiva das mulheres resulta não apenas na invisibilização desse trabalho, mas também limita a autonomia e perpetua desigualdades de gênero. O cuidado, nesse contexto, pode se tornar uma prisão invisível que reforça a dependência e a falta de reconhecimento das mulheres, impondo-lhes um ciclo contínuo de deveres e expectativas sociais que raramente se aplicam aos homens. No entanto, as agricultoras também expressam como esse trabalho e atenção podem ser gratificantes: “Ver nosso esforço de cuidar de um filho e ver que estão trabalhando à base dos nossos esforços e cuidados, ver ele (filho) se tornar um cidadão bom” (Agricultora da RAMA, Encontro Corpo-Território,

Barra do Turvo, outubro de 2021). Esse sentimento de gratificação por um trabalho bem-feito decorre do papel de gênero e do esforço envolvido e, ao mesmo tempo, reforça a carga de trabalho das mulheres.

Ademais, a instrumentalização do cuidado pelas próprias estruturas patriarcais e capitalistas evidencia uma faceta ainda mais complexa e ambígua. Enquanto o cuidado é essencial para a reprodução da vida, ele também pode ser explorado como uma forma de controle social, em que o trabalho gratuito e não reconhecido das mulheres é usado para sustentar famílias e comunidades sem que haja uma redistribuição, uma compensação justa ou um suporte adequado por parte dos homens e do Estado. Essas ambivalências revelam que, para que o cuidado se torne verdadeiramente emancipador, ele precisa ser politizado e ressignificado, não apenas como um dever moral ou afetivo, mas como um direito e uma responsabilidade compartilhada entre todos os membros da sociedade.

2. Cuidar das mulheres no contexto das violências de gênero

O cuidado com as pessoas também pode se expressar por meio da atenção a uma amiga ou integrante da família, na busca por perceber como cada um/a se sente (se está bem, mal, doente, triste) e apoiar, como possível, para “melhorar a vida delas”, como Cleide, que vive e trabalha no Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, em Barra do Turvo, afirma fazer em sua comunidade (Encontro Corpo-Território, Barra do Turvo, outubro de 2021). Cleide explica que sempre foi muito procurada pelas pessoas. As vizinhas vêm à sua casa e gostam de conversar, de compartilhar com ela o que estão vivendo e sentindo. A solicitude individual pode se concretizar como uma escuta, em um contato ou uma presença. Nesses casos, o cuidado com a outra se dá a partir de mecanismos de solidariedade ou de amizade, dando suporte em situações de necessidade ou vulnerabilidade.

O cuidado também se expressa na preocupação resultante da observação da ausência de algumas mulheres em espaços ou eventos coletivos (como na igreja, nas reuniões, nos encontros dos grupos e da associação) ou pela percepção da mudança de hábitos corriqueiros. As ausências podem ser indício de controle e de violências, pois elas sabem que as amigas podem ser impedidas de ir/vir pelos maridos ou homens da família. A

busca por saber como as companheiras estão é uma forma de expressar a atenção e disponibilidade para ajudá-las.

Essa atenção demonstra uma experiência particular das mulheres que vivenciam violências de gênero. Uma mudança de hábito ou uma ausência despertará dúvida sobre o bem-estar da mulher, que pode estar vivendo uma situação de violência. A solidariedade e o cuidado coletivo têm se apresentado como uma importante forma de resistência às várias formas de violência contra as mulheres.

Ivone, agricultora de Barra do Turvo e liderança local, relatou em sua Entrevista, em setembro de 2021, que as mulheres do seu grupo geralmente vivem em função dos seus maridos: “quando envolve os maridos e as vontades deles, elas sempre largam o grupo para atender os maridos em casa”. Ela comentou também sobre a preocupação constante que tem em saber se as mulheres do grupo estão realmente bem, sempre estando atenta a sinais de desânimo ou doença. Essa preocupação revela o “cuidado negativo” (Dorlin, 2017) como um outro lado do cuidado, parte integrante dele. Segundo Elsa Dorlin (2017), a violência dá origem a uma postura cognitiva e emocional negativa que faz com que os indivíduos se preocupem, ficando apreensivos com uma violência futura. Trata-se, assim, de um cuidado que visa proteger e defender-se – para salvar sua própria pele, você precisa se tornar um especialista em outras pessoas, conhecê-las e prever a violência (Dorlin, 2017; Prévost, 2021).

Esse cuidado mútuo pela segurança e pela saúde mental, emocional e física se pratica no cotidiano, nas interações, na atenção, mas também na busca por soluções e na construção de estratégias pelo bem-viver das mulheres. A preocupação de Ivone se manifesta na entrevista quando ela revela seu desejo de ter um espaço em um terreno da associação ou da Pastoral das Crianças (um espaço de organização das mulheres no bairro a partir da Igreja Católica), que pudesse ser dedicado especificamente às mulheres, um lugar para “acolher as mulheres que precisam ter um canto para que elas descansem, recebam terapias, para [...] conversarem e respirarem um pouco do dia a dia que estão vivendo em casa”. Essa ação dialoga com a ideia do autocuidado, que discutimos na última parte deste capítulo, como uma ação individual e coletiva de resistência e luta (Lorde, 2019).

As mulheres conferem importância aos corpos, vidas e saúde, e essa autoconsciência possibilita compreender e dialogar melhor com as outras, em busca de melhores condições de vida. Esse processo demonstra a compreensão dos impactos da violência nos corpos, na saúde e na vida dessas mulheres. Não se trata apenas de uma observação, mas de ação com base nessa conscientização, criando um espaço para cuidar de si e das outras. Permitir-se o autocuidado é uma inversão social e política em uma sociedade na qual as mulheres são ensinadas apenas a cuidar dos outros. Em alguma medida, o autocuidado também as fortalece para que estejam presentes com mais qualidade nas batalhas coletivas por melhores condições de vida.

3. Cuidar da natureza, dos animais e das pessoas: um *continuum*

Para as mulheres agricultoras agroecológicas, o social e o ambiental estão vinculados no ato de cuidar. Ao cuidar das pessoas, da saúde e do bem-estar por meio da produção de alimentos saudáveis, elas também cuidam da terra, da água, das sementes, dos animais, das árvores e do ar. Em vários momentos, elas expressam como não é possível viver bem com contaminação, com poluição e com a destruição da natureza.

A atenção para a dimensão ambiental do cuidado se dá de forma explícita tanto nos quintais quanto nos territórios, onde vivenciam conflitos. Esse cuidado pode ser percebido no ato de plantar, de cultivar e no ato de defender o território. É importante lembrar que essa conexão das mulheres com a natureza não é natural, isto é, não faz parte de uma essência feminina. Na verdade, diz respeito à percepção do que é preciso para viver com qualidade, em relação às atribuições de gênero. Por exemplo, ao serem socialmente responsabilizadas pela gestão da água nas famílias, elas entendem a importância de cuidar das nascentes, quando sentem o impacto da falta de água para uso doméstico, para consumo humano, para manter as plantas vivas, ou seja, para a saúde de todas e todos. As agricultoras também entendem a necessidade de cuidar da qualidade do solo e de não utilizar agrotóxicos quando cuidam dos filhos e maridos adoecidos após a aplicação do veneno ou devido ao consumo de alimentos contaminados.

Para as agricultoras é muito nítido que plantar é uma forma de cuidar da natureza e das pessoas. A agricultora Socorro, por exemplo, planta para o bem-estar dos membros da família. Ela cultiva plantas de chá perto da casa para cuidar da saúde de todos, que “nunca tomaram remédio de farmácia”, pois foram tratados com medicina natural. Explica que “os homens gostam do chá pronto” e “não têm paciência para isso” devido “aos trabalhos na agricultura” (Etnomapeamento Feminista, Carangolinha de Cima, novembro de 2022). Nessa afirmação, podemos observar os papéis de gênero. Como vimos nos Capítulos 4 e 7, agricultores familiares homens são empurrados para o modelo de produção intensiva com base na especialização (monocultivo) que reduz a agrobiodiversidade, percebido como mais eficiente e lucrativo. A pressa por resultados é tida como uma característica masculina, postura contrária ao tempo da natureza e ao tempo dos cuidados, que parecem ser objetivo de maior atenção das mulheres.

Cuidar dos plantios envolve organização, espaços e trabalhos. Ágata, por exemplo, organiza os espaços para preservar o seu quintal e as suas plantações. Ela controla os porcos para que não estraguem a horta e as bananeiras. Além disso, deixa o mato crescer ao redor da horta, como uma cerca viva, porque “cerca custa caro” (Ágata, Etnomapeamento Feminista, Itaoca, novembro de 2022).

A dimensão afetiva faz parte das práticas de plantar e cuidar da horta. Eliane, agricultora de Itaoca, gosta de plantar árvores no terreiro, as quais não atrapalham a produção. Ela tem prazer em trazer mudas, semear frutíferas e mexer nas plantas, sentindo a terra. Adora misturar. Já plantou abóbora com melão, com melancia, e faz com carinho, como ela destaca. A sua horta é seu lugar de experimentação, de observação sensorial e de aprendizagem com a natureza.

A dimensão afetiva também pode incluir uma dimensão estética, como vimos no Capítulo 7: as plantas ornamentais são citadas pelas mulheres como uma forma de “cuidar” do ambiente, de deixar os quintais, a varanda e a casa mais bonitos. É interessante perceber como, por vezes, os maridos não entendem, pautados por uma lógica produtivista de plantar para colher. Para várias delas, as ornamentais alimentam os olhos e a alma, são companheiras com quem conversam, além de trazerem beleza

para o ambiente. Essa dimensão sensível e afetiva é considerada pelas agricultoras como importante, tanto quanto as dimensões da produção e da preservação.

Esse cuidado se dá também com os animais. Algumas mulheres explicam que dedicam aos bichos o mesmo cuidado dado aos/às filhos/as. Valdirene, agricultora de Peruíbe, por exemplo, durante o Etnomapeamento Feminista em setembro de 2022, explica como cuida dos animais: ela dá água clorada, além de adicionar folhas de terramicina¹ na água para as galinhas; contrata uma veterinária particular para o pônei e compra remédios e vacinas seguindo a indicação dela. Valdirene já deu chás e tinturas para o pônei. “O que eu faço para meus filhos, eu faço também para os bichos”, explica a agricultora, ilustrando esse *continuum* do cuidado entre as pessoas e os animais.

Maria Clara, de Barra do Turvo, gosta das búfalas. Para ela, são muito mansas e fáceis de cuidar. Ela dá um nome para cada uma. Também nos chamou muita atenção a relação estreita, literalmente familiar, que Hilda, agricultora de 75 anos, moradora de Peruíbe, desenvolve com os animais (consulte o Capítulo 7). Ela tem cinco gansos, que têm nomes e são descritos por características próprias, além de uma galinha criada dentro de casa, porque perdeu a mãe. A maior parte dos animais (galos, galinhas, patos, cachorros, gatos) entra na casa dela. Ficam no sofá, na cozinha e nos quartos. Não há separação entre o espaço da família e o dos animais: eles são parte. Durante o Etnomapeamento Feminista em julho de 2022, ela afirmou que “o quintal faz parte da casa”.

Entretanto, o cuidado com os animais não acontece da mesma forma em todos os contextos, como no caso daqueles que serão abatidos para a alimentação. Uma das agricultoras, por exemplo, nos contou que uma porca havia quebrado a pata de madrugada em um acidente no chiqueiro, mas a família não adiou sua ida programada para a cidade, deixando a porca com dores até o dia seguinte, quando, por fim, a mataram. Em outra situação, encontramos uma galinha com a pata quebrada em um galinheiro

¹ Planta utilizada de forma medicinal com efeitos antifúngicos, antigripais, anti-inflamatórios, diuréticos, antivirais e antibióticos.

pequeno e com pouca luz, e a agricultora não estava planejando curar a fratura ou abater o animal. Observamos que, nessas duas situações, são mulheres que não participam de debates coletivos, formações e espaços de construção de conhecimento sobre o manejo agroecológico dos animais.

As expressões das agricultoras nos mostram como o cuidado ambiental é praticado como parte de um *continuum* de cuidados. Algumas dimensões são comuns: organizar, pensar nas necessidades, criar um ambiente agradável, gostar de plantar e ver crescer, cuidar dos espaços e dos seres vivos. Essas tarefas podem ser vistas como o resultado de atribuições de gênero: uma atenção que os homens não empregam, pois estão mais focados na produtividade dos espaços. Além da tipologia comum do trabalho de cuidado realizado com pessoas, animais, plantas e culturas, as agricultoras vinculam produção e preservação com afetos e sensibilidade. Cuidar de áreas cultivadas significa cuidar de pessoas – por meio da produção, mas também cuidando para criar um espaço onde todos os seres, humanos e não humanos, se sintam bem e possam evoluir de forma serena e saudável.

4. Cuidado com o território: resistência e busca por bem viver

Vimos que as mulheres cuidam umas das outras, cuidam das famílias, dos/as filhos/as, das plantas e dos animais, o que é socialmente considerado como sua obrigação. Elas também cuidam do território onde toda essa vida se encontra, se produz e reproduz.

Essa relação de cuidado com o território geralmente é percebida como resposta às ameaças socioambientais. A situação de conflito socioambiental existe porque existem as resistências às ameaças ao território: as famílias estão no embate com os agrotóxicos e as sementes de milho transgênicas, que contaminam suas terras, águas e ameaçam as variedades crioulas de milho; estão na luta contra a mineração que desmata, que limita e até impede a vida nas áreas da agricultura familiar.

As ameaças ao território afetam a vida das mulheres de maneira diferente devido à divisão sexual do trabalho; nesses contextos, a sobrecarga de trabalho é ainda maior. Como vimos no Capítulo 4, são diferentes as estratégias das mulheres para combater o uso dos agrotóxicos. Uma das agricultoras da comunidade de Carangolinha de Cima não leva comida

para o marido na lavoura de café tampouco deixa o filho levar se ele faz uso do veneno. Outra agricultora, de Simonésia, usa da sua força de trabalho para impedir o uso de veneno, negociando com o marido: se ele jogar veneno, ela não vai trabalhar. A resistência dentro de casa, no enfrentamento aos homens, materializa um cuidado das mulheres com o território, as terras, os alimentos e a saúde da família (Hillenkamp; Prévost, 2024).

No movimento agroecológico e nos sindicatos, a organização das mulheres na resistência é cotidiana. Com o tempo e a perseverança delas, alguns homens têm parado de usar veneno nos arredores da casa e não plantam mais transgênicos.

Nos territórios de enfrentamento à mineração da Zona da Mata, nos municípios de Divino e Simonésia, as agricultoras destacaram vários elementos de preocupação, entre eles, a insegurança relacionada à circulação de pessoas desconhecidas, especificamente homens; a possibilidade da falta de água, do aumento da poeira e a destruição da natureza. Elas citaram esses elementos como geradores de sobrecarga de trabalho físico e mental. Uma das agricultoras da comunidade de Carangolinha relata que a mineração:

[...] gera preocupação, deixa a cabeça ruim, vem a ansiedade, a depressão, de se sentir pressionada. Sente a morte da natureza, da água, de onde produz alimento. Sente a ganância de quem quer comprar e a opressão da mineradora [...]. Às vezes a pessoa tem só um pedaço de terra e fica sendo pressionado, que gera medo. A questão da depressão afeta a mente, mas tem a ver com o que afeta em volta, como, por exemplo, a mineração e o machismo. Eu estou entendendo que nem é o transtorno, mas o estado de tristeza profunda (Encontro Corpo-Território, Carangolinha de Cima, julho de 2022).

Esses impactos constituem o “cuidado negativo” aplicado ao território, descrito na primeira parte: elas vivenciam a violência em seus territórios, e isso tem um impacto psicológico, alterando suas práticas diárias em relação aos outros e suas práticas ambientais (Prévost, 2021). Como expressão desse *continuum* socioambiental, a defesa territorial faz parte de contextos de violência, aos corpos e aos territórios. A resposta das mulheres tem sido defender seus territórios e suas terras por meio de suas práticas de cuidado, agroecológicas e de organização coletiva.

As agricultoras desenvolvem um trabalho de cuidado dos territórios pela produção e comercialização de alimentos saudáveis, agroecológicos,

tanto para garantir o consumo e a segurança alimentar das famílias (ver Capítulo 7) quanto para criar alternativas econômicas (ver Capítulo 8). Elas têm realizado também, na perspectiva agroecológica, ações de conscientização socioambiental da população, para o fortalecimento da identidade da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais locais, e para o reconhecimento das mulheres como agricultoras. Frente às ameaças ao território, as mulheres apresentam a agroecologia como resposta na prática, com o plantio de alimentos saudáveis para o campo e a cidade; com o cuidado com todas as formas de vida; com os bens comuns, como a terra, as águas, as sementes; e com os processos de organização coletiva e atuação nos movimentos sociais.

Nos processos coletivos em torno da agroecologia, percebemos um movimento de valorização e politização dos cuidados, pautando tanto a luta em defesa dos Comuns como o cuidado com a vida e a necessidade da organização coletiva para cuidar do território. Esse cuidado tem se dado, portanto, por meio da participação ativa das mulheres nos espaços de liderança, de militância, na comunidade e na igreja, e no cuidar umas das outras.

As interseções de gênero, raça, classe e enraizamento territorial influenciam as modalidades de politização do cuidado. Mulheres de diferentes origens raciais e sociais vivenciam as responsabilidades e os desafios do cuidado de maneiras distintas, influenciadas por seus contextos específicos de vulnerabilidade e opressão. Agricultoras quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais, por exemplo, enfrentam não apenas o peso da divisão sexual do trabalho, mas também a marginalização histórica e o racismo ambiental, que impactam diretamente suas práticas de cuidado e resistência.

O contexto socioeconômico e a localização geográfica desempenham um papel crucial na forma como elas se relacionam com o cuidado. Mulheres em territórios remotos ou em áreas marcadas por conflitos de terra, como a mineração e a expansão do agronegócio, enfrentam ameaças adicionais à sua autonomia e ao bem-estar de suas comunidades. A falta de acesso a políticas públicas, recursos financeiros e redes de apoio intensifica a carga de cuidado sobre essas mulheres, tornando suas práticas de resistência ainda mais desafiadoras. Reconhecer essas

nuances é essencial para compreender plenamente a complexidade do cuidado como resistência.

5. Autocuidado como desejo e desafio para as mulheres agricultoras

Na primeira parte, analisamos a questão do autocuidado como ação de luta, com a criação de um espaço para a saúde psicológica das mulheres. Depois, em um contexto de ataques aos seus territórios, vemos as diversas formas de resistência das agricultoras. Elas estão defendendo suas terras contra o veneno e a mineração, por meio da prática da agroecologia. O cuidado no cultivar foi descrito em detalhes em suas dimensões sociais e ambientais. Vimos como a dimensão sensível e afetiva do vínculo com a terra também está incorporada no autocuidado. De acordo com as análises feministas do Corpo-Território, a exemplo das feitas por Lorena Cabnal (2015) e Delmy Tania Cruz Hernández *et al.* (2017), percebemos que o cuidado com o próprio espaço (de produção e nos momentos de descanso na natureza) também pode ser visto como autocuidado.

À dimensão do autocuidado se agrega o cuidado como uma expressão de resistência, já que este está intimamente relacionado, em um contexto de violência social e ambiental, à manutenção e à preservação dos territórios. Audre Lorde (2019), ensaísta, poeta, ativista feminista, lésbica, envolvida no movimento pelos direitos civis dos/as afro-americanos/as, fala do autocuidado como um ato de guerra política e do cuidado como um meio de preservação em um mundo que oprime a identidade e o modo de vida de determinados grupos. Essa perspectiva se reflete na vida cotidiana das mulheres agricultoras.

O debate sobre autocuidado surge geralmente como um grande desafio, como algo quase impossível de se realizar quando a atribuição e a expectativa social é a de que as mulheres cuidem dos/as outros/as. A cobrança individual e coletiva para que elas cuidem da família, do marido, dos/as filhos/as, das outras pessoas é tão grande que, muitas vezes, elas se sentem culpadas quando precisam ou querem parar para pensar em si, para cuidar de si, de sua saúde, de suas vidas. “Mulheres cuidam de todo mundo, menos delas mesmas, elas têm todos os sentidos voltados para

fora, não olham para dentro”, relatou uma das agricultoras de Simonésia. Então, “quem cuida de quem cuida?”. Ao pensar sobre isso, a agricultora Flor do Campo comenta: “Mulher não pode adoecer, porque, quando a gente adoecer, quem cuida da gente?” (Encontro Corpo-Território, Simonésia, fevereiro de 2022).

Quando conseguem tomar um pouco desse tempo e espaço para elas, as práticas de autocuidado se dão de diferentes formas. Para muitas agricultoras, o autocuidado está diretamente relacionado ao contato com a natureza. Muitas expressam o quanto gostam de ficar na horta, de passear, mexer com a terra, conversar com as plantas etc. Elas descrevem uma felicidade e um bem-estar importantes. Maria, de Barra do Turvo, comenta que, quando não está bem, ela vai “lá para cima, perto das palmeiras, para respirar um ar da natureza. E, mais lá para cima, é mais limpo e mais gostoso, a gente chama Laranjal, porque tem bastante pé de laranja” (Etnomapeamento Feminista, março de 2022). Flor do Campo também comentou que “quando a gente precisa dar uma espairecida, a gente vai andar no meio da capoeira”² (Etnomapeamento Feminista, fevereiro de 2022). Uma “espairecida” permite escapar das expectativas de todos, das obrigações e do trabalho impostos a ela.

Hilda, agricultora de Peruíbe, diz que adora o sítio, que gosta muito de ficar lá, mexer com as plantas e cuidar dos animais. Ela se sente bem perto do rio, onde também pode pescar. Isso a relaxa. “Gosto de pescar nos tanques, desde pequenina sempre falava que queria ir para um sítio onde tinha um rio. Gosto também de ficar sentada no banco e olhar os tanques” (Etnomapeamento Feminista, julho de 2022).

Além de destacar tempo e atenção para si, o autocuidado se materializa também como elemento para lidar com a experiência da violência de gênero (Prévost, 2021). Uma das agricultoras viveu uma situação grave de violência doméstica. Ela nos contou, durante seu Etnomapeamento Feminista, que a violência do marido limitou a sua liberdade de ir e vir no sítio, pois as agressões aconteciam ali: “Eu gostava de ir na parte de

² Capoeira é o local com fragmentos de mata em estágio de regeneração, com predominância de arbustos e pequenas árvores esparsas.

cima da casa (bananal e reserva), mas agora não consigo andar tão longe e também porque ele ameaçou me empurrar do barranco”. Por enquanto, ela construiu outros espaços de autocuidado, espaços onde ela se sente em paz dentro do sítio. Outra agricultora, Ivone, comenta: “Eu comecei a caminhar na estrada, mas achava tenso, porque cruzava com gente estranha, e agora só caminho no quintal, ao redor da casa” (Entrevista, Barra do Turvo, setembro de 2021). Este comentário ilustra o sentimento de insegurança, que é um fator da experiência da violência de gênero.

O autocuidado se materializa, assim, no cuidar da própria saúde, física e mental. Muitas agricultoras usam plantas medicinais para melhorar não apenas problemas físicos, mas também psicológicos. Maria, de Barra do Turvo, conta que faz uso de folha de laranja para “acalmar os nervos” (Etnomapeamento Feminista, Barra do Turvo, março de 2022). Durante o Encontro Corpo-Território em Barra do Turvo (outubro de 2021), outra agricultora afirma que usa as plantas para tratar dos medos, das angústias: “o alecrim para acalmar, coloco no coração, romã para garganta, lima que é calmante”. Os depoimentos mostram o profundo conhecimento que elas têm das plantas e das ervas para “alimentar não só o corpo, mas a alma”.

As mulheres também falam da religião, da música e da dança como formas de se afastar dos problemas, de cultivar a alegria, possibilitando pensar em outras coisas que não sejam os trabalhos, as obrigações, as dores e os medos. “Tinha o espaço da igreja, lá no alto, era um lugar que eu me aquietava e gostava de ir. A cerca caiu e acabou derrubando a casinha da igreja lá, e precisa levantar ela novamente. No final de semana, eu tento ficar mais sossegada, vou pra igreja”, relatou Ivone, agricultora de Barra do Turvo, durante Entrevista em setembro de 2021.

Duas agricultoras falaram da música e da dança como formas de autocuidado: “Quando estou estressada e preciso dar uma espairecida, coloco pra tocar Marília Mendonça no último volume e canto em casa”. “Eu posso estar com dor nos meus pés, mas se eu escutar uma música boa eu esqueço os pés e vou dançar”, diz a agricultora Primeira Dama, de Carangolinha, durante seu Etnomapeamento Feminista (outubro de 2022). Esses momentos de percepção e expressão corporal exprimem para elas relaxamento, alegria e uma forma de cuidar da saúde mental. Ade-

mais, os encontros de mulheres se revelam como espaço de autocuidado coletivo, oferecendo carinho, afeto e um sentido profundo de construção coletiva e fortalecimento.

Essa abordagem reforça e complementa as posições feministas revolucionárias de Gloria Steinem (1992) sobre autoestima como uma revolução interna fundamental para mudanças sociais e uma democracia autêntica, e de Audre Lorde (1988) sobre autocuidado radical como um ato de guerra para enfrentar desafios. A sobrecarga física, emocional e mental das mulheres, muitas vezes, coloca em risco a reprodução da vida em suas comunidades. O autocuidado, portanto, é uma prática que desafia as normas sociais que limitam sua autonomia e reforçam papéis de gênero opressivos.

Ao se permitirem cuidar de si mesmas, essas mulheres rompem com as expectativas que as confinam à obrigação de cuidar exclusivamente dos outros, reivindicando o direito ao descanso, à saúde e à plenitude. Como podemos ver, elas consideram de grande importância as dimensões sensíveis, corporais, emocionais e espirituais que são parte do autocuidado – e que nada têm a ver com a concepção de autocuidado como algo que pode ser comprado na lógica do consumo. Percebemos também que, ao mesmo tempo que há um anseio e uma necessidade de autocuidado, esse ainda é um grande desafio diante das responsabilizações impostas às mulheres pelo cuidado dos outros. Ainda assim, notamos que o que importa para elas, expresso na sua forma de ser e viver o mundo, é que o cuidado esteja no centro das relações – tanto delas com elas mesmas e com as outras pessoas quanto com a natureza, com o território, com as plantas, os animais, com os Comuns, ou seja, com toda a vida. Essa visão está intimamente relacionada com a forma como elas compreendem e praticam a agroecologia e organizam a luta das mulheres.

Tais práticas de autocuidado também refletem um profundo compromisso com a sustentabilidade e a continuidade da vida, não apenas em nível pessoal, mas comunitário e ecológico. Ao entenderem a importância do cuidado consigo mesmas, conectado com o cuidado coletivo, essas mulheres fortalecem suas capacidades de resistir, afirmando seu papel crucial na manutenção da vida e da agroecologia. Continuar politizando

o cuidado, redistribuir a responsabilidade dele e garantir qualidade de vida para as próprias mulheres são grandes desafios.

Considerações finais: Agroecologia, feminismo e cuidado: uma relação profícua

Ao longo de nossa *pesquisa*, buscamos compreender as relações entre o cuidado, a agroecologia e o feminismo, observando como dialogam entre si e como se fortalecem mutuamente. Analisamos dimensões menos visíveis do cuidado: focamos no cuidado em termos da materialidade do trabalho, dos seus impactos no corpo e na saúde física e mental, mas também em termos de sua imaterialidade, pensando o lugar dos afetos e inserindo-o no contexto das análises feministas da violência de gênero e da violência contra os territórios. Essas dimensões foram centrais para que observássemos as resistências das mulheres agricultoras agroecológicas dentro de um objetivo de compreensão e transformação política. Nessas resistências, o que nos mantém unidas e unidos? Cuidar de si mesma e das/os outras/os; manter os coletivos unidos, ancorando-os em um território que é constantemente ameaçado e desapropriado: tudo isso vai tecendo resistências. E as mulheres são as protagonistas desses processos, a partir das experiências, das dores e violências que vivenciam.

A abordagem do cuidado contribui para a construção da agroecologia ao afirmar, com a perspectiva feminista, a necessidade de uma visão sistêmica que integre as dimensões ambientais, sociais, econômicas e políticas, além de valorizar o cuidado, a atenção e o afeto nas relações pessoais, com a natureza, o território e nas construções coletivas. Assim como o feminismo, e em diálogo com ele, a agroecologia afirma a importância da politização do cuidado socioambiental, trazendo novos elementos que vão além da produção e da conservação ambiental.

A análise do sentir, pensar e praticar o cuidado vai se reforçando com elementos referentes aos afetos e com a perspectiva de sustentabilidade da vida, não perdendo de vista a crítica da reprodução social do feminismo materialista. Percebemos, então, que a perspectiva do cuidado vem no sentido de fortalecer as práticas e reflexões do feminismo, além das análises do cuidado como trabalho.

Ao refletir sobre como a agroecologia e o feminismo contribuem para o campo de estudo do cuidado, identificamos os processos de coletivização e politização. Ao trazer a realidade das mulheres agricultoras e sua relação com a natureza em um *continuum*, o “cuidado socioambiental”, tanto a agroecologia como o feminismo mostram possibilidades de ampliação de horizontes de análise para as teorias do cuidado. Nesse contexto, as agricultoras agroecológicas politizam suas práticas de cuidado ao integrá-las a um projeto coletivo de resistência e transformação social, pautado pela agroecologia e pela luta das mulheres. Ao cuidarem da terra, das águas, das sementes e das relações comunitárias, elas não apenas conservam e restauram ecossistemas, mas também constroem um futuro em que a vida está no centro. Essa prática do cuidado como resistência é uma resposta direta às ameaças socioambientais e às violências de gênero, mostrando que cuidar é, simultaneamente, um ato de proteção, de reconstrução e de luta pela justiça social e ambiental. Assim, as práticas de cuidado reafirmam o compromisso das mulheres com a vida, demonstrando que, na defesa de seus Corpos-Territórios, elas tecem redes de solidariedade e de luta que são fundamentais para a sobrevivência e o bem-viver de suas comunidades.

Conclusão: tornando visíveis as raízes da resistência

ISABELLE HILLENKAMP, ALAIR FERREIRA DE FREITAS,
HÉLOÏSE PRÉVOST E NATÁLIA LOBO

1. Agroecologia sob uma perspectiva feminista

Em projetos de pesquisa-ação com comunidades em diferentes partes do mundo, a feminista Julie Katherine Gibson-Graham usou a metáfora de um *iceberg* para estimular conversas sobre a diversidade econômica. Nessa imagem, o trabalho remunerado, a troca de mercadorias e a empresa capitalista são apenas a ponta visível de um “*iceberg* da economia” (Gibson-Graham, 2008). Em atividades de formação com mulheres populares no Brasil, adaptamos essa metáfora para a de uma árvore, a fim de aproximá-la de sua realidade: a parte visível sendo o tronco e a copa, e a parte invisível, as raízes que sustentam a planta. Essas imagens alertam para o fato de a economia como um todo não se reduzir à parte visível, já que, na realidade, as pessoas se envolvem em uma diversidade de formas de fazer economia. A reprodução da vida, por meio da produção agroecológica e do trabalho de cuidado socioambiental discutidos ao longo deste livro, faz parte da vasta porção submersa e geralmente invisível do “*iceberg* da economia”. E mais: a parte visível da produção capitalista de mercadorias só se sustenta graças à base submersa da reprodução da vida, como demonstrado pelo feminismo da subsistência (Mies; Bennholdt-Thomsem, 1999).

A imagem do *iceberg* foi posteriormente estendida ao campo da política – inseparável da economia – em novas metodologias pedagógicas e de ação feminista.¹ A representação política, por meio de órgãos como

¹ Conforme explicitado por Isabelle Droy, Isabelle Hillenkamp, Isabelle Guérin, com Audrey Chalumeau e Magalie Saussey, no Módulo 7, “Gênero, autonomização econômica e política”,

governos e parlamentos, é a ponta desse outro *iceberg*. A sub-representação das mulheres e de outros grupos oprimidos nesses órgãos contribui para a perpetuação das relações de dominação. A diversidade de práticas e instituições por meio das quais as oprimidas e os oprimidos participam politicamente, desde movimentos sociais até clubes de mães, constitui a base submersa do *iceberg* da política. A base desse *iceberg* é a única capaz de politizar o trabalho de reprodução da vida presente na base do *iceberg* econômico.

Os estudos feministas sobre violência de gênero mostraram que esta também funciona como um *iceberg*. Algumas formas de violência, principalmente físicas, constituem a ponta visível: são reconhecidas e divulgadas e, às vezes, são objeto de políticas públicas. Abaixo da superfície, encontramos formas invisíveis e banalizadas de violências de gênero, como a psicológica e emocional, o assédio, a violência econômica, o controle e a violência verbal. Essa parte submersa também é estruturada pelo sexismo, que constitui a base das desigualdades de gênero. Tal invisibilização cria as condições para que o sistema de violência se reproduza, pois a atenção voltada para a ponta do *iceberg*, isto é, para as formas mais explícitas ou extremas de violência, contribui para a banalização das outras formas existentes. Dessa forma, o *continuum* de violências (Kelly, 2019) se torna invisível.

Nossa *pesquisa* feminista no projeto GENgiBRe com agricultoras agroecológicas no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, e na Zona da Mata, em Minas Gerais, nos leva a propor a imagem de um quarto *iceberg*, ou neste caso, mais adequadamente, de uma quarta árvore. Entre as práticas e abordagens agroecológicas, ou seja, aquelas que “trabalham em estreita interligação com os sistemas naturais existentes num lugar” (Primavesi, 1997, p. 130), nosso foco esteve nas práticas cotidianas realizadas pelas agricultoras. Conforme estabelecido no Capítulo 9 deste livro, essas práticas respondem a uma lógica de cuidado socioambiental.

do curso online promovido pela Agência Francesa de Desenvolvimento: MOOC “Gênero e Desenvolvimento”, 2022. Disponível em: <https://mooc-campus.afd.fr/enrol/synopsis/index.php?id=2#zonecentraltop>. Acesso: 18 jul. 2025.

Com foco na parte invisível da agroecologia, as autoras deste capítulo destacaram o trabalho, as relações, os afetos e as emoções que sustentam a realização das práticas de cuidado. Trata-se de práticas cotidianas, contínuas e plurais, que combinam, de forma indissociável, a produção de alimentos saudáveis, o cuidado com as pessoas e outras formas de vida e a manutenção e restauração de ecossistemas degradados por diversas fontes de contaminação e destruição ambiental. São práticas que expressam a divisão sexual do trabalho, sobrecarregando as mulheres e reproduzindo e reforçando as desigualdades de gênero. Nesse sentido, constituem a base geralmente invisível: as raízes da árvore da agroecologia. Ao mesmo tempo, são práticas que podem ser politizadas e transformadas por processos coletivos de organização e redistribuição dos trabalhos de cuidado.

Nessa perspectiva, as abordagens da agroecologia como um “estudo holístico dos agroecossistemas” que foram modificados “para produzir alimentos, fibras, combustível e outros produtos para consumo e uso humano” (Altieri, 2012, p. 105) são insuficientes quando não discutem as relações necessárias para a modificação desses agroecossistemas. Essas abordagens podem refletir principalmente a parcela visível da agroecologia: a produção que é remunerada por fazer parte de redes de comercialização e, geralmente, a que é apoiada por políticas públicas. Essas concepções tendem a ocultar as práticas de cuidado socioambiental e a produção agroecológica enraizada em redes locais de trabalho e trocas não monetárias. Nossa abordagem da agroecologia, portanto, buscou analisar em profundidade a maneira pela qual as mudanças nos agroecossistemas são produzidas, destacando a relação com a natureza e as relações sociais como relações de poder. Trata-se de relações imbricadas, literalmente incorporadas por sujeitas e sujeitos da agroecologia e que podem ser re-trabalhadas e “re-generizadas” por elas e eles, em processos de transformação das relações de gênero.

As partes submersas ou subterrâneas da economia, da política, da violência e da agroecologia simbolizam, assim, tanto a base irreduzível para a reprodução da vida e o espaço de expressão das relações de gênero e de outras relações de poder quanto o espaço de predileção para os processos de politização de mulheres agricultoras que buscam reverter

essas relações de poder. Este livro procurou demonstrar até que ponto essas tendências opostas de opressão e exploração, por um lado, e de politização e resistência, por outro, estão entrelaçadas nos espaços e tempos cotidianos das agricultoras.

As práticas agroecológicas baseadas na lógica do cuidado reconhecem as temporalidades dos ciclos naturais e buscam restabelecer seu equilíbrio, mas, muitas vezes, geram uma sobrecarga de trabalho invisível para as mulheres. O Capítulo 9 reforçou as análises feministas do Corpo-Território, mostrando como a violência territorial está ligada à violência de gênero, e evidenciou até que ponto certas práticas de cuidado nascem da experiência sistêmica de violência e fazem parte da resistência a ela. Como estabelecido nos Capítulos 4 e 5, os espaços agrícolas dedicados à agroecologia estão, de fato, sob enorme pressão das cadeias de valor capitalistas e mercantis nos setores agrícola e de mineração, que definem o valor das *commodities* e moldam o uso da terra e as paisagens de acordo com seus próprios interesses. Entretanto, como evidenciou o Capítulo 7, esses espaços são disputados, às vezes metro a metro, por mulheres dentro de suas famílias, a fim de afirmar sua própria lógica – neste caso, uma “agroeco-lógica”. Ressignificados pelos processos de afirmação política, quintais, moitas herdadas da agricultura indígena tradicional, sertões em comunidades quilombolas, além de novos espaços comuns nas cidades e interstícios dos cultivos e da pecuária comerciais são locais onde ocorrem essas lutas diárias.

As relações com o tempo e o espaço expressam as relações consigo mesmas e com a natureza. Elas perpassam as diversas relações de poder, bem como as resistências das mulheres agricultoras agroecológicas. Tais resistências se baseiam em gestos, técnicas e conhecimentos transmitidos de geração em geração e desenvolvidos em cursos de formação, como os dos movimentos agroecológico e feminista. Esses gestos, técnicas e conhecimentos politizam o modelo de produção, por exemplo, quando as mulheres se opõem ao uso de agrotóxicos por homens de sua família (Capítulo 4) e, na contramão, constroem agroecossistemas complexos, nos quais as relações multiespécies, por meio de associações de plantas, formas sensíveis de manejo do gado e integração de fluxos ecológicos e econômicos criam interdependências ecológicas intensas (Capítulo 7).

A construção desses espaços altamente relacionais e biodiversos baseia-se, por sua vez, em uma economia plural, composta de circulações monetárias e não monetárias, mercantis e não mercantis, respondendo aos princípios de autossuficiência, reciprocidade e redistribuição. Enquanto as cadeias de valor capitalistas e mercantis levam à sobrevalorização de um número extremamente pequeno de *commodities* e à especialização produtiva exacerbada, como em sistemas de monocultura, a fábrica de valores plurais – de uso, sociais, de troca, afetivos e espirituais – sustenta a agrobiodiversidade. Conforme estabelecido no Capítulo 8, essa fábrica da diversidade é inseparavelmente ecológica e institucional. É por meio das inúmeras instituições construídas em nível local, como redes de troca ou de consumo responsável, mercados de preço justo, associações e cooperativas dos movimentos agroecológico, feminista e de economia solidária, que a pluralidade econômica e a agrobiodiversidade se autossustentam diariamente.

A agroecologia sob perspectiva feminista, que está no centro deste livro, é o nome dessas resistências. Trata-se de resistências em grande parte subterrâneas ou, para utilizar a metáfora do *iceberg*, submersas e invisíveis. As raízes subterrâneas das resistências estão conectadas entre si pela organização de mulheres agricultoras e por aliadas e aliados, em suas famílias e comunidades, em movimentos sociais e em determinadas políticas públicas e projetos científicos, entre os quais posicionamos o projeto de *pesquisa* GENgiBRe. A agroecologia sob perspectiva feminista atualiza trajetórias históricas de resistência de grupos expostos, desde a época colonial, à exploração da natureza e de seus corpos. As características comuns dessa agroecologia, analisadas neste livro em termos de práticas sociais de manejo agrícola, agrobiodiversidade e cuidados, adquirem significados próprios de acordo com a história de cada território, na interseção das relações étnico-raciais, de classe e gênero, conforme demonstrado nos Capítulos 2 e 3.

2. Gênero, mudança social e ambiental

Conforme discutido na Introdução do livro e nos Capítulos 2 e 4, o modelo de agricultura industrial foi disseminado na América Latina como parte da Revolução Verde no contexto geopolítico da Guerra Fria. Ele afetou os territórios de nossa *pesquisa*, no Vale do Ribeira e na Zona

da Mata mineira, em diferentes momentos, desde a década de 1970 até os dias atuais. Ao introduzir seu pacote tecnológico (monoprodução com uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas) e seu sistema financeiro e econômico, esse modelo transformou o regime de gênero.

Como demonstrado no Capítulo 4, o modelo agrícola industrial se implementou na agricultura familiar pela mobilização dos homens, considerados chefes de família e detentores do poder de decisão sobre o espaço agrícola. O modelo se impôs movido a um discurso sobre progresso e domínio da natureza e graças aos ganhos obtidos na forma de renda de novas *commodities*. Assim, os agricultores do sexo masculino colheram um dividendo patriarcal do regime de gênero, aumentando seu poder sobre as mulheres de sua família. Entretanto, esse dividendo foi obtido à custa de uma integração subordinada aos mercados de *commodities* – com os agricultores obtendo apenas uma pequena parcela do valor agregado em toda a cadeia – e da exposição do próprio corpo, devido à aplicação de substâncias perigosas, como os agrotóxicos. Homens agricultores familiares e trabalhadores rurais expuseram não apenas seus próprios corpos, mas também os de suas esposas e filhos, bem como todas as formas de vida em seu entorno, por meio da disseminação dos contaminantes. A masculinidade “provedora-industrial”, que prioriza o lucro obtido por tecnologias industriais em detrimento de qualquer consideração social e ambiental, está no centro da masculinidade hegemônica contemporânea (Hultman; Pulé, 2018). Os agricultores familiares aderiram a esse modelo, apesar de ocuparem uma posição marginalizada em relação a outros homens, como agentes técnicos e financeiros e intermediários comerciais, que capturam a maior parte do valor e do poder de decisão.

De acordo com a socióloga Raewyn Connell, a mudança social é gerada a partir das relações de gênero, e não só pela tecnologia e pela dinâmica de classe, como supõe a maioria dos escritos históricos (Connell, 2020). O gênero produz a história e não é apenas produzido por ela. A renda desempenha um papel central na legitimação e no poder simbólico, elementos fundamentais masculinidade. Ao conceder um dividendo patriarcal aos homens na agricultura familiar, o modelo de agricultura

industrial alterou a distribuição da renda, constituindo os homens como o grupo de interesse em defesa desse modelo e as mulheres como grupo de interesse em transformá-lo. Esse conflito está enraizado nas desigualdades de gênero, é estrutural e transcende os indivíduos. Isso explica por que as mulheres estão resistindo aos agrotóxicos e às sementes transgênicas, colocando em jogo seu trabalho e até mesmo a disponibilidade sexual aos seus maridos, portanto, seus próprios corpos (Capítulo 4).

A implantação de projetos de mineração nos territórios da agricultura familiar opera a partir da mesma lógica de gênero. Conforme demonstrado no Capítulo 5, esses projetos oferecem um dividendo aos agricultores do sexo masculino, na forma de renda proveniente da concessão ou venda de terras, ou na forma de empregos, geralmente de baixa qualificação, por exemplo, como motoristas dos caminhões que transportam o minério. Neste caso, também a diferenciação de gênero ocorre, porque os homens são vistos pelos agentes locais desses projetos como chefes de família, com poder de decisão sobre o uso da terra e como provedores de renda. Essa construção tende a opor homens e mulheres em relação a esses projetos. Isso leva a uma “repatriarcalização dos territórios”, observada em nosso trabalho de campo e em outros países da região, na forma de um endurecimento do regime de gênero dominante e de violências contra as mulheres, que resistem a esse modelo (Hernández; Bayón Jimenez, 2019). Em alguns casos também, como observado por Caroline Boletta e Fabrina Furtado (2024) no contexto da extração de lítio no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), a empresa delega algumas demandas das mulheres ao Estado – como a construção de escolas, centros de saúde ou a criação de hortas – em uma tentativa de eliminar suas resistências. Em outros casos, resistências se estabelecem e, geralmente, são as mulheres que estão na vanguarda. Nesses casos, as encontramos comprometidas com a agroecologia, lutando por terras agrícolas familiares e técnicas de produção, assumindo coletivamente o poder em organizações do movimento agroecológico, construindo circuitos de troca e comercialização na economia solidária e tentando envolver os homens em suas famílias (Capítulo 5).

Conforme estabelecido nos Capítulos 7 e 8, as organizações dos movimentos agroecológicos e de economia solidária, sob a influência

das mulheres agricultoras e de suas aliadas no movimento feminista, desempenham um papel importante na desconstrução da socialização patriarcal. O bloqueio das emoções faz parte dessa socialização, embora muitos homens o percebam como uma injunção individual. Os sociólogos de gênero Robin Hedenqvist *et al.* (2021) mostraram a dimensão coletiva desse bloqueio: ele é funcional ao regime de gênero na medida em que os homens, ao se envolverem no modelo de produção industrial, devem aceitar os danos à saúde e ao meio ambiente para que esse modelo se perpetue. Espaços coletivos alternativos à socialização dominante são, portanto, essenciais para desconstruir essa norma e evitar aos homens a reprovação a que se expõem ao desviarem dela. Algumas organizações do movimento agroecológico, fortemente influenciadas pelas mulheres, desempenham o papel de espaços alternativos de socialização para os homens, por meio de intercâmbios e trocas de saberes voltados para o cuidado socioambiental.

Uma masculinidade “ecológica” (Hultman; Pulé, 2018) pode emergir desses espaços e processos de formação e de socialização alternativa na medida em que os homens passam a reconhecer o valor do trabalho de cuidado e aceitam assumir sua parte. A masculinidade ecológica, portanto, significa a renúncia dos homens aos dividendos do sistema patriarcal, a renegociação radical da divisão sexual do trabalho e a redistribuição do poder desde o nível local até o nível social. Portanto, não é de surpreender que a pressão mais forte por essa mudança venha da escala familiar e comunitária e seja exercida por mulheres que estão lutando, individual e coletivamente, por seu próprio reconhecimento.

Seguindo nossa metáfora, a pressão por mudanças, portanto, vem das raízes das árvores e assume a forma de uma politização dos cuidados, dos gestos e das técnicas agroecológicas, assim como da mobilização por outra economia. Entretanto, para que essa mudança se torne sistêmica, ela deve ser apoiada por sujeitas e sujeitos que ocupam outras posições no sistema econômico e político. Essa é uma questão de justiça social, já que o ônus da mudança não pode ser suportado inteiramente pelos grupos mais oprimidos, e de eficiência.

De fato, as redes de movimentos sociais nas quais essas mulheres estão inseridas desempenham um papel fundamental de aliança, apoio, conexão

entre territórios, organização econômica e pressão política. Esse é particularmente o caso da Marcha das Margaridas, cuja última edição ocorreu em 15 e 16 de agosto de 2023, em Brasília. Essa mobilização massiva, realizada a cada quatro ou cinco anos desde o ano 2000, reuniu, em 2023, cerca de 100 mil mulheres “do campo, da floresta e das águas”, de cerca de 20 redes de agroecologia e movimentos feministas e rurais, bem como ativistas da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Brasil. Confirmando nossa leitura da estreita ligação entre o regime de gênero e o modelo de extração de matérias-primas, a Marcha das Margaridas denunciou a destruição da vida associada à violência sexual e à violência contra os territórios. As reivindicações das mulheres vincularam direitos sobre seus próprios corpos e gênero, reconhecimento de seu trabalho e acesso à terra, bem como condições para uma democracia participativa e uma educação pelo e para o campo (Prévost, 2023).

Essas demandas, que são essenciais para a mudança social e ambiental, foram apresentadas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um contexto político de profundas divisões dentro de seu governo e no parlamento brasileiro, dominado pelos interesses do agronegócio. No momento de concluir este livro (novembro de 2024), o apoio do governo federal consiste em políticas específicas, como o Pacto Nacional contra o Feminicídio e o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais, que pretende realizar investimentos em 90 mil quintais até 2026. Essas políticas representam brechas importantes no regime de gênero, mas não atingem o cerne do modelo econômico e político dominante. Em contrapartida, o projeto de lei de flexibilização do uso de agrotóxicos, iniciado por Jair Bolsonaro (projeto de lei nº 1459/2022), reforça essas relações de poder desiguais. O projeto foi aprovado em dezembro de 2023, sob o governo Lula (lei nº 14.785/2023) e sob intensa pressão da Frente Parlamentar da Agropecuária. A nova lei está sendo denunciada por movimentos, organizações e partidos políticos do campo progressista, que a qualificam como “Pacote do veneno” e protocolaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (em agosto 2024), o que ilustra a intensidade da disputa.

Além disso, o regime de gênero está mudando para absorver a esfera da compensação ambiental. Concebida como uma modernização

ecológica, “[que] combina ciência e economia para encontrar uma solução vantajosa para todos” (MacGregor, 2010, p. 229) aos problemas climáticos e ambientais, a compensação ambiental insere novos temas no modelo hegemônico da masculinidade. Está surgindo uma masculinidade “ecomoderna” (Hultman; Pulé, 2018), que visa preservar o crescimento econômico e o lucro, ao mesmo tempo que afirma cuidar da sociedade e do meio ambiente. A masculinidade ecomoderna certamente domina os modelos ambientais e de gênero contemporâneos, relegando o cuidado ao papel socialmente atribuído às mulheres e invalidando as masculinidades ecológicas, que pressupõem que os homens assumam sua parte no trabalho de cuidado.

Entretanto, aqui também existem caminhos alternativos para a mudança. O Capítulo 6 mostrou como o fortalecimento de coletivos de mulheres agricultoras agroecológicas e de suas lideranças aumenta sua capacidade de escolher e usar projetos de compensação ambiental de forma estratégica, em favor de seus próprios modos de vida. Em vez de deixar que esses projetos definam seus territórios, por exemplo, impondo as espécies a serem replantadas e a forma como devem ser plantadas, as mulheres tornam o reflorestamento e a manutenção da agrobiodiversidade parte de suas próprias práticas e usam a renda desses projetos para aumentar sua autonomia e permanecer em suas terras.

Conforme estabelecido no Capítulo 3, o poder de decisão e a autonomia socioeconômica das mulheres, bem como a valorização de seu trabalho e o compartilhamento dele com os homens, estão no centro das resistências nos territórios. Esses são processos que buscam alterar o regime de gênero dominante a partir da base e se vinculam às outras dimensões da mudança social contra-hegemônica, a saber, a afirmação de identidades étnico-culturais, a organização sociopolítica, a luta por direitos e políticas públicas e a valorização dos cuidados. Juntos, eles formam a gramática comum das resistências das agricultoras.

3. Escalas de ação e relações de poder

Ao lutar em nível local, essas mulheres desestabilizam as relações de gênero e abrem caminhos por meio da organização coletiva, geralmente em

territórios onde os movimentos sociais têm uma forte presença. Trata-se de um processo de transformação notável, mas, ao mesmo tempo, incompleto, pois está sujeito a relações e escalas de ação altamente desiguais entre essas mulheres e os detentores de capital e poder econômico e político.

Com a abordagem transescalar desenvolvida nos Capítulos 4, 5 e 6, conseguimos medir a dimensão dessas relações de poder e especificar a maneira como elas operam nos territórios. Várias formas de agricultura industrial e mineração que encontramos fazem parte do modelo extrativista, que extrai valor dos recursos naturais para fora de seus territórios de origem. Esse é o caso, por exemplo, da monocultura de café direcionada para o mercado internacional na Zona da Mata, e da exploração de bauxita e outros minerais na mesma região, bem como no Vale do Ribeira. O modelo extrativista constitui, hoje, um regime de acumulação do capital global (Brand; Dietz; Lang, 2016), determinando interesses colossais que são confrontados pelas resistências locais baseadas na agroecologia, no feminismo e na economia solidária.

As experiências das mulheres agricultoras expressam esse enorme desequilíbrio nas relações de poder. Essas mulheres, seus filhos e seus maridos são, como elas mesmas dizem, envenenados pelos agrotóxicos produzidos pelo modelo industrial. A escala desse impacto é imensa, como mostra a estimativa de cerca de 180 mil crianças de 0 a 14 anos envenenadas por agrotóxicos no Brasil entre 2010 e 2019 (Capítulo 4). Agrotóxicos são produzidos na União Europeia, proibidos localmente e, ainda assim, vendidos para o Brasil, o que Larissa Bombardi (2023) resume com o conceito de “colonialismo químico”. Esse envenenamento afeta o Sul de modo global. A pesquisa da historiadora Nathalie Jas² sobre a experiência da Tanzânia ilustra como a disseminação desses produtos, combinada com o apagamento do conhecimento sobre os locais contaminados, foi, de fato, parte de uma colonização tóxica, não tratando-se apenas de um corolário da colonização ocidental. Nas Índias Ocidentais Francesas, o envenenamento

² Resultados preliminares do programa multidisciplinar “Erasing a chemical past. Detoxifying the agriculture to come? Toxic colonialism and toxic coloniality at work”, apresentado por Nathalie Jas em Paris, Centro de Estudos em Ciências Sociais sobre os Mundos Africanos, Americanos e Asiáticos, em 12 de maio de 2023.

causado pela clordecona, um inseticida utilizado nas plantações de bananas até a década de 1990, foi, de acordo com o cientista político Malcom Ferdinand (2019), a expressão de uma forma colonial de habitar a Terra. Para os mexicanos Ramón Cortés-Cortés e Emma Zapata-Martelo (2022), o extrativismo é uma racionalidade singular produzida pelo processo de modernidade-colonialidade, que opera por meio da expropriação patriarcal e constitui uma política da morte, ou uma necropolítica.

Os extrativismos agrícola e minerário se entrelaçam em uma integração vertical da exploração do solo e do subsolo. Os territórios minerados que visitamos no Vale do Ribeira e na Zona da Mata mineira no âmbito do projeto GENgiBRe estão sendo constantemente abertos por escavadeiras, atravessados por caminhões, minerodutos ou teleféricos que transportam o minério. Rotas de fuga e sistemas de alerta em caso de rompimento de barragens marcam o espaço cotidiano das comunidades locais. Apesar das alegações de “sustentabilidade” de um número crescente de empresas, a vegetação replantada após a extração do minério permanece escassa, revelando a profundidade da destruição dos ecossistemas. Aqui, também, a escala da mineração é enorme e está em constante expansão, de acordo com as relações comerciais estruturadas entre o Norte e o Sul e, cada vez mais, entre o Brasil e a China.

O setor de proteção ambiental também está se tornando cada vez mais globalizado em decorrência das políticas internacionais de conservação da biodiversidade e de combate às mudanças climáticas. Diversos esquemas de pagamento por serviços ambientais vinculam as políticas públicas brasileiras, ONGs nacionais e estrangeiras e empresas nacionais e multinacionais, e têm aparecido na vida cotidiana de agricultoras agroecológicas, como no Vale do Ribeira. Esses esquemas também expressam relações de poder altamente desiguais, refletidas, por exemplo, na baixa parcela do valor agregado dos serviços ambientais destinada às agricultoras e aos agricultores. Além disso, a proteção ambiental se tornou uma questão para as empresas do setor extrativista, seja tentando reduzir as áreas das Unidades de Conservação para explorar seus recursos ou, ao contrário, apropriando-se delas para compensar o impacto de suas atividades a baixo custo. O reposicionamento dessas empresas em relação aos gestores de

UCs, que geralmente são bem conhecidos pelas comunidades locais, está causando tensões consideráveis (Capítulo 6).

Nosso trabalho com mulheres agricultoras nos permitiu, assim, avaliar o impacto do regime de acumulação de capital global nos territórios. No entanto, as comunidades locais não são sistematicamente esmagadas pela lógica extrativista. As resistências se baseiam em uma lógica diferente de escala e de ocupação do território. Enquanto o extrativismo impõe sua hegemonia econômica, política, social e de gênero em nível global e homogeneiza as paisagens, especialmente por meio da monocultura, os manejos agroecológicos mantêm a diversidade cultural, genética, de variedades vegetais e animais e paisagística em escala local (Capítulo 8). As práticas de manejo agroecológico expressam e alimentam a diversidade cultural, com base, por exemplo, em receitas regionais, que definem o cultivo de determinadas plantas ou a criação de determinados animais. Essa biodiversidade agrícola e cultural – ou agrossociobiodiversidade – é ampliada pela organização de mulheres, comunidades, povos indígenas em ressurgência política e por redes de movimentos sociais. Essas redes, que são de natureza política e econômica, voltadas para a valorização dos produtos agroecológicos, estão moldando os contornos de uma economia solidária e contra-hegemônica. Sua geografia é reticular, impondo-se com força em determinados territórios, como os que acompanhamos na *pesquisa* do projeto GENgiBRe. Dessa forma, as raízes da resistência formam verdadeiros rizomas que alimentam a árvore da agroecologia.

4. Relação com a natureza

As práticas de manejo agroecológico que observamos são diversas, mas têm em comum o fato de serem baseadas em ciclos e equilíbrios naturais, conforme descrito por Anna Primavesi (1997). As técnicas estão enraizadas em conhecimentos que, em alguns casos, constituem um patrimônio cultural, como a roça de coivara das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, e que são, ao mesmo tempo, constantemente adaptadas para garantir os equilíbrios naturais, em função de condições microlocais, como o declive e a qualidade do solo, a presença de árvores ou a disponibilidade de insumos (Capítulo 7). As técnicas

agroecológicas não são predeterminadas e aplicadas em grande escala, como na agricultura industrial, e sim experimentadas e ajustadas, às vezes metro a metro. Assim, elas são “incorporadas em um conjunto cultural” (Maucourant; Abdelkader, 2024, p. 117) ou, mais precisamente, em um conjunto agrícola.

Em nível comunitário, a incorporação das técnicas no conjunto agrícola baseia-se em regras complexas para a gestão da natureza como um Comum. Algumas regras são formalizadas em acordos comunitários, como o Protocolo de Consulta Prévia dos Territórios Quilombolas do Vale do Ribeira ou os Dez Mandamentos da Terra das famílias indígenas Puri em Araponga, na Zona da Mata. Outras foram transmitidas oralmente de geração em geração. Longe de serem imutáveis, todas essas regras são adaptadas ao contexto político e ambiental e fazem parte de um processo contínuo de afirmação e até mesmo de reafirmação dessas comunidades, como demonstra a etnogênese do povo Puri (Ferrari, 2024). O contexto político é, precisamente, marcado pela rigidez das regras de gestão de recursos impostas nas Unidades de Conservação, como resultado de uma visão simplificada da natureza. Assim, as regras e as instituições do Estado e das comunidades entram em conflito, e é nesse contexto que a afirmação das identidades étnico-culturais se torna necessária e se fortalece (Capítulo 6).

Por meio dessas técnicas e das regras de gestão dos Comuns, as agricultoras agroecológicas e outros membros de sua comunidade não separam suas ações da natureza, mas buscam interações ecológicas intensas entre todas as formas de vida. Politicamente, essas sujeitas e esses sujeitos afirmam que sua forma de fazer agricultura pode coexistir com as Unidades de Conservação, mantendo os ecossistemas, e não os ameaçando. Elas e eles se opõem à visão da economia como produtora inexorável de externalidades negativas que devem ser compensadas por ações ambientais separadas, de acordo com uma visão da natureza fragmentada em espécies a serem protegidas e serviços ambientais a serem prestados (Capítulo 6).

Essas mulheres praticam uma crítica em ação da ontologia naturalista, que separou natureza e cultura no decorrer de um longo processo

histórico iniciado pela Revolução Científica do século XVII (Merchant, 1980) e aprofundado pelo modo de produção capitalista (Descola, 2019). A não separação é, portanto, baseada em técnicas agroecológicas, mas também em vínculos afetivos, emocionais e, muitas vezes, espirituais com a natureza. Aqui, também, os vínculos estão enraizados nas culturas locais: por exemplo, a cultura quilombola do Vale do Ribeira, marcada por múltiplas expressões do fogo (Andrade; Tatto, 2013); a cultura indígena Puri, baseada em uma relação íntima com as plantas e os animais da floresta (Ferrari, 2024); o catolicismo, permeado pela visão ecológica do Papa Francisco. Difundida em muitos territórios rurais do Brasil por meio de comissões pastorais (Capítulo 4), a proposta do Papa Francisco constitui uma nova visão da Igreja Católica sobre o meio ambiente. Ela combina a afirmação do caráter sagrado da natureza como dom de Deus com a denúncia das injustiças ambientais e climáticas, que devem ser combatidas.

No entanto, o enraizamento cultural não deve ser idealizado, pois existem muitas tensões. O trabalho agrícola é exaustivo, e os resultados são sempre incertos, dependendo, em particular, das variações do clima, agravadas pelas mudanças globais. As agricultoras têm que conviver com animais não domesticados (Morizot, 2017), desde capivaras que destroem suas plantações até lesmas e caramujos africanos que comem suas mudas. As mulheres são frequentemente sobrecarregadas, e o lugar delas na Igreja Católica é sempre o de mãe e esposa, naturalizando a sobrecarga de trabalho em nome do dever e do amor maternal.

Apesar das dificuldades, a relação íntima com a natureza parece ser a base de resistência e até de felicidade. Como nos explicou a agricultora Valdirene, de Peruíbe (Vale do Ribeira) durante a filmagem de *Raízes da resistência*,³ que retrata experiências de agricultoras participantes e sujeitas do projeto GENgiBRE:

Quando eu vim ver o sítio, tem a porta da minha casa, tem uma vista linda assim para o Vale, cheio de pé de juçara. E assim para vocês: “gente, ali é o lugar que eu vou sentar com meu mate no final da tarde, vou tomar o meu chimarrão e vou ficar

³ Realizado por Marília Santana (Sabi Filmes) e Vanessa Maciel, em colaboração com a equipe do projeto GENgiBRE.

olhando”. Claro que até hoje eu não consegui fazer isso, mas é um detalhe! Mas a casa foi comprada para aquele lugar, que eu ia sentar ali no meu banquinho. O banquinho está lá... (Valdirene, abril de 2024).

E a agricultora Socorro, de Carangolinha de Cima (Divino, Zona da Mata), resumindo sua visão da própria vida, também na filmagem de *Raízes da resistência*, afirmou:

Porque, se a gente vive bem, se as pessoas que a gente ama vivem bem, e se a gente vive em paz ali, então, para mim é o que basta. Talvez a felicidade está nisso aí. Sabe? Eu sou da roça e tenho orgulho de ser. E a vida é isso aí, né? (Socorro, abril de 2024)

5. Pesquisa e transformação socioambiental

Este livro expressa a convicção de que a *pesquisa*, definida como forma de praticar a pesquisa científica atrelada à ação, pode contribuir para a transformação socioambiental. As metodologias desenvolvidas no projeto GENgi-BRe permitiram que conhecimentos fossem coconstruídos com agricultoras agroecológicas do Vale do Ribeira e da Zona da Mata, contribuindo, assim, para mudanças locais. Conforme demonstrado no Capítulo 1, a reconstrução paciente dos conhecimentos, do trabalho e do protagonismo dessas mulheres silenciadas pela ordem patriarcal e racial alimentou seu reconhecimento e seu poder de ação individual e coletivo. A pesquisa contribuiu, de forma modesta, para a transformação socioambiental ao legitimar, apoiar e, às vezes, desencadear ações dessas mulheres desde a escala local.

O questionamento feminista, que consiste em interrogar a expressão concreta das relações de poder na vida das mulheres, como a divisão sexual do trabalho e do espaço agrícola, é a pedra angular desse tipo de *pesquisa*, que se constitui como um processo pedagógico para as participantes. Esse questionamento é necessário, mas também é potencialmente doloroso para as mulheres, o que definiu seus próprios limites, que nossa equipe procurou respeitar. Nosso questionamento feminista também foi acompanhado de atenção às dimensões dos afetos, das emoções e da percepção sensível. Essa foi, antes de tudo, uma atitude essencial em nossas relações pessoais com as agricultoras, mas essa atenção também expressa a abordagem epistemológica e política do sentipensar (Fals Borda, 2009), que propõe mudar de mundo e

mudar o mundo, reunindo corpo e mente, emoção e razão, sujeitas e sujeitos da pesquisa e pesquisadoras/es.

Nossa abordagem da *pesquisação* com base no feminismo e no sentipensar, portanto, alimentou a ação transformadora com as agricultoras – e constitui uma postura de pesquisa que consideramos legítima e necessária no campo acadêmico. Essa abordagem permitiu que as agricultoras tivessem um papel preponderante no processo de compreensão de suas realidades, por meio da cocriação de novas formas de conhecimento que respeitam e valorizam a história e os conhecimentos locais. Nosso papel como equipe de *pesquisação* tem sido o de oferecer espaços para a expressão desses conhecimentos e, em seguida, sistematizá-los e conectá-los, de uma agricultora para outra, de um território para outro, aumentando a generalidade empírica e teórica e nos situando gradualmente na literatura científica. A forma como o livro foi escrito reflete essa abordagem. Escrevemos a partir de experiências singulares, como os quintais, as roças, as comunidades e as organizações de mulheres agricultoras, transmitindo o ambiente e a estética dos lugares, as emoções e os laços afetivos entre as pessoas e analisando o trabalho, as técnicas, as relações de poder e as lutas mais amplas dos territórios.

A escrita do livro, portanto, buscou constantemente aumentar a escala, tanto como método científico, com base na Teorização Ancorada (Glaser; Strauss, 1967), quanto como uma opção política. Essas duas posições estão aqui intimamente relacionadas. Começar pela escala local tem sido essencial para revelar as relações de gênero e superar a visão homogeneizadora da família e da comunidade, que é comum tanto na literatura sobre agroecologia quanto sobre conflitos ambientais. É justamente na escala local que as agricultoras estão abrindo os principais caminhos para desafiar e desestabilizar a ordem dominante, que vincula regime de gênero e modelo econômico e político. Por meio da *pesquisação* do projeto GENgiBRe e ao escrever este livro, procuramos desvelar as gramáticas comuns dos conflitos e das resistências. Dessa forma, esperamos contribuir para unir as lutas entre diferentes territórios. Vemos este livro como uma ferramenta para alcançar leitoras e leitores na sociedade civil, na gestão pública e nas universidades, nos campos do feminismo e da agroecologia, para além dos

territórios onde nossa *pesquisa* foi realizada. O livro é acompanhado de materiais audiovisuais voltados para um público mais amplo, incluindo estudantes e ativistas, como o filme *Raízes da resistência* e a série de *podcasts*⁴ que dá voz às agricultoras, produzida durante a Caravana Agroecológica e Feminista do Vale do Ribeira.

Há, no entanto, várias limitações. Nossa análise dos centros de poder, no Brasil e no mundo, onde o modelo econômico e político dominante e o regime de gênero são reproduzidos, permanece incompleta. Outros tipos de análise são necessários, como a análise do poder nas cadeias globais de produção e da formação política do agronegócio (Pompeia, 2018). O tempo é outra limitação. A transformação socioambiental é um processo contínuo de avanços e retrocessos, novamente, em diferentes escalas. A *pesquisa* do projeto GENgiBRe certamente representa apenas uma contribuição limitada no tempo e no espaço para essa transformação. O trabalho dos coletivos de agricultoras em Acaiaca, Barra do Turvo, Carangolinha de Cima, Itaoca, Peruíbe e Simonésia; das mulheres indígenas Puri em Araponga; e das organizações da sociedade civil parceiras deste projeto – o CTA-ZM e a SOF no Vale do Ribeira – continua após o nosso projeto. Nossa esperança é que este livro ajude a transmitir o que aprendemos juntas.

⁴ Os *podcasts* foram produzidos por Marina Yamaoka, em colaboração com a equipe do projeto GENgiBRe. Filmes e *podcasts* podem ser acessados no *site* do projeto: www.gengibre.org. Acesso: 18 jul. 2025.

Posfácio

HÉLÈNE GUÉTAT-BERNARD¹

Vários elementos de análise da obra merecem um diálogo com outro contexto – o da França –, a fim de destacar diferentes pontos importantes deste texto particularmente valioso para a compreensão da agroecologia feminista. Esse diálogo pode ser visto, em primeiro lugar, na composição da equipe franco-brasileira do projeto. Tal composição deu origem a um cruzamento das referências mobilizadas que alimentaram os debates conceituais, fazendo parte da história antiga da circulação de ideias entre o Brasil e a França, em particular nas ciências sociais. A perspectiva França-Brasil também se justifica pela proximidade das lutas das agricultoras nesses dois países em prol da conquista dos seus direitos e da análise feminista fina que pode ser feita das consequências das políticas de modernização no seu espaço de trabalho. Assim, os debates sobre a agroecologia e as preocupações sobre o futuro dos mundos agrícolas suscitam questões específicas de gênero sobre a necessidade de mudanças. Por outro lado, a epistemologia feminista problematiza questões singulares.

¹ A redação deste texto se deve em grande parte aos vários programas em que a autora esteve envolvida, bem como ao trabalho estimulante de orientação de teses e participação em bancas: em particular, os trabalhos de Chantal Ndami, Chloé Lebrun, James Hogge, Mannon Caudron Fournier, Emma Frison, Maya Rastouil, Jules Wilkens, Margaux Alarcon e Stéphane Guérillot.

1. A masculinidade hegemônica: fundamento de uma construção da profissão de agricultor no masculino

Em cada um dos contextos – e isso está muito presente no livro –, um ponto de discussão diz respeito à forma como a construção da modernização agroindustrial se baseou na valorização de uma masculinidade hegemônica. Trata-se de uma masculinidade normativa, baseada na associação entre o papel do chefe da família e o chefe da unidade produtiva, que valoriza o modelo binário masculino/feminino, construído no século XIX, de um marido provedor do lar. Essa é também a norma de um homem viril e que trabalha duro, dominando as competências profissionais e técnicas.

Na França, bem como no Brasil, a profissionalização das funções ligadas à agricultura foi estruturada, especialmente na segunda metade do século XX, sobre conhecimentos práticos associados ao masculino: o domínio de tudo o que é vivo – plantas, animais, solo – e dos paisagismos – transformação de cursos-d'água, corte de árvores e sebes, grandes desenvolvimentos de terras cultivadas – por meio de tecnologias, mecanizações e uso de insumos químicos. Para assegurar esse controle sobre os seres vivos e transformar as relações que as sociedades camponesas haviam formado com eles, impôs-se uma visão tecnocrática que estava nas mãos de especialistas agrônomos. A grande transição do mundo camponês – como saber-fazer (*savoir-faire*) e saber-fazer no mundo – para a profissionalização do agricultor ocorreu por meio da imposição do silêncio sobre a relação sensível, emocional e espiritual com as plantas, os animais, o solo e a água. A água se tornou apenas uma fonte de irrigação; o solo, um suporte para o cultivo; as árvores e os arbustos desapareceram dos campos; a natureza foi transformada em serviços ecossistêmicos quantificáveis e monetizáveis.

Essa revolução antropológica na relação com o mundo das sociedades rurais e camponesas se impôs porque foi apoiada por jovens gerações de homens que pensavam que essas mudanças lhes permitiriam, simbólica e economicamente, ter acesso a um modelo de desenvolvimento e de vida associado à modernidade e à urbanidade. Diante de um descrédito do mundo camponês, seu desejo era alcançar um padrão de vida idealizado e associado à cidade, e eles o perseguiram a qualquer custo. Essa posição

permanece ainda hoje por meio dos sindicatos majoritários ligados ao agronegócio no Brasil e na França. Esses homens, que encarnam o papel de chefes de família e chefes de exploração agrícola, e que devem também assegurar o êxito econômico das transformações em curso, julgaram-se capazes de suportar tais mudanças. No entanto, não compreenderam realmente o seu lugar, subordinado, na longa cadeia de responsabilidades de um setor agroindustrial cada vez mais globalizado.

Essa revolução teve e tem um duplo custo ecológico e econômico. Investir nessas novas tecnologias supunha, e ainda supõe, não só uma aceitação social (permitindo o acordo, a aceitação de novas regras, a submissão a mudanças e seus efeitos), mas também um forte peso econômico de endividamento. Os principais atores das mudanças (cientistas, banqueiros, formadores, produtores de sementes, fabricantes de equipamentos, sindicatos, estruturas de gestão públicas ou privadas) internalizaram as normas de gênero sem questionar a divisão sexual imposta. Assim, os camponeses que passaram a usufruir da modernização agrícola foram os únicos interlocutores em cada uma das etapas da estruturação das cadeias produtivas, e as mulheres que trabalham na agricultura foram, muitas vezes, invisibilizadas.

Essa construção social fundou um mundo agrícola masculino, aquele defendido pela ligação com os interesses do agronegócio, tanto no Brasil como na França. Até os anos 1980 (década em que finalmente grandes avanços se impuseram na França), as reivindicações das mulheres no setor agropecuário centravam-se na igualdade de direitos. Esse acesso aos direitos tem sido difícil e insuficiente: os dados estatísticos da França mostram que existe agora uma melhor visibilidade das mulheres, sem que, contudo, se possa falar de uma feminização das profissões. Elas são maioria em se tornar chefes das unidades produtivas, num contexto de desgaste do modelo de agricultura familiar. Esse ponto diferencia a situação francesa da do Brasil: em muitos casos, na França, as pessoas que se instalam na agricultura não são de famílias de agricultores. A diversidade das formas de instalação – seja coletiva e/ou fora do quadro familiar –, ainda que permita uma maior responsabilidade econômica das mulheres nas unidades produtivas, não impede a saída das mulheres dessas profissões do mundo agrícola, sempre pensadas como masculinas.

Por esse motivo, há algum tempo a literatura sobre o lugar das mulheres na agricultura, sejam elas parte do modelo convencional ou alternativo, de agroecologia, levanta a questão do peso e do papel da associação entre masculinidade hegemônica e modernização agrícola. Essa questão explica, por um lado, a marginalização das mulheres e a sua saída da agricultura e, por outro, a sua dificuldade em obter reconhecimento e entrar em profissões do mundo agrícola. Num momento de não renovação geracional da agricultura na França, os atores desse setor buscam promover as profissões do mundo agrícola junto das mulheres, como é o caso de outros setores altamente masculinizados, como as profissões ligadas aos espaços verdes e à exploração de madeira.

Várias questões, que fazem eco com a situação brasileira descrita no livro, merecem destaque. Em primeiro lugar, as escolhas de orientação das e dos jovens baseiam-se, ainda, em normas de gênero que podem ser encontradas tanto nas instituições familiares como nas escolas. É esse o caso da forma como a instituição escolar pensa em igualdade de tratamento no ensino, sem levar suficientemente em conta a força da reprodução social nas representações naturalizadas das profissões, nas atitudes dos/as próprios/as professores/as, ou mesmo no *currículo* das matérias ensinadas. Esquemáticamente, a formação em máquinas e implementos é maciçamente masculinizada, e a de cuidados de pessoas é altamente feminilizada na educação agrícola. Os espaços de formação das mulheres agricultoras reforçam essa tendência: elas entram na profissão mais tarde, com menos diplomas agrícolas e menos capital, e são formadas em esferas associativas e militantes. As mulheres ocupam um lugar específico nessas áreas profissionais na França: elas ingressam em profissões que exigem pouca terra e pouco capital, como a criação de ovinos e caprinos ou a horticultura. A formação sobre o uso e o funcionamento das máquinas (mecanização e robotização) também é fortemente ligada ao gênero, ainda que cada vez mais mulheres agricultoras estejam aprendendo, por exemplo, a manusear tratores. Essas mulheres reivindicam uma reflexão coletiva sobre os padrões masculinos dos equipamentos (como altura e peso, numa evidente falta de adaptação aos corpos femininos) e a transmissão de capacidades de domínio técnico.

A chamada “agricultura contratual”, ou, de forma mais ampla, a agricultura atrelada a uma especialização produtiva em um determinado território, conforme observado em diversas ocasiões na *pesquisa* do projeto GENgiBRe, levanta um segundo conjunto de questões comuns. Esse tipo de agricultura surge quando as escolhas produtivas das famílias estão sujeitas a fortes restrições de três tipos: financeiras (orientação do crédito por empréstimos públicos ou privados), técnicas (assistência técnica, aconselhamento sobre sementes, imposição de um pacote tecnológico) e comerciais (dificuldade de organização dos circuitos locais de distribuição em favor de circuitos longos e desterritorializados, por vezes com adiantamento sobre as colheitas). Esse modelo agrícola é frequentemente encontrado na França e nos territórios brasileiros, como nos setores do café ou do tomate, e é dirigido aos homens como interlocutores privilegiados. A resistência às mudanças em direção à agroecologia e à igualdade é forte entre os homens, porque o quadro normativo da masculinidade hegemônica no centro do sistema produtivo do agronegócio lhes confere um lugar dominante dentro de sua própria família, o que lhes parece difícil imaginar perder ou negociar. O livro mostra fortemente que os homens são os beneficiários das ofertas financeiras, técnicas e comerciais desse tipo de agricultura e que o custo é elevado para a sociedade em seu conjunto, devido à poluição do solo, das águas subterrâneas e superficiais, do ar, e ao declínio dramático da biodiversidade de insetos, aves etc., que afetam as populações e seus ambientes. Esse custo é ainda maior para as mulheres – como o livro demonstra ao apresentar a lógica sistêmica do *continuum* das violências –, mas pesa também sobre os homens no trabalho: o peso das dificuldades, do isolamento, da solidão, da falta de capacidade de se expressar explica as dramáticas taxas de suicídio entre os agricultores. Explica também a importância das doenças relacionadas ao trabalho, que, no entanto, são frequentemente subestimadas pelos próprios homens.

2. A abordagem pelo cuidado ambiental

Em conexão com a profissionalização das ocupações agrícolas masculinas e com a resistência à adoção da agroecologia, a partir de meados da década de 2010, surgiram reflexões sobre o cuidado ambiental. Como

explica muito bem o livro, a agroecologia – em suas dimensões de práticas baseadas na natureza, na valorização de uma relação atenta com a vida ou como movimento social – é atravessada por essa abordagem do cuidado ambiental. As questões do cuidado e da atenção a si mesma/o e ao mundo, articuladas entre si, numa preocupação com o reconhecimento das interdependências, da ética, da responsabilidade e das práticas concretas de trabalho, ressoam com a questão agroecológica.

Destacamos dessas reflexões vários pontos de diálogo com a realidade descrita no livro. Em primeiro lugar, deve-se salientar que a agroecologia e o cuidado ambiental nem sempre são feministas. As abordagens pelo cuidado ambiental e pela agroecologia estão de fato relacionadas, mas devem ser diferenciadas de uma abordagem feminista da agroecologia e do cuidado ambiental. Vários trabalhos recentes sobre agricultura biológica, reivindicados por atores e atrizes locais que participam das práticas agroecológicas, mostram dois pontos. Por um lado, que os agricultores não são desprovidos de ações de cuidado, atenção e precaução; por outro, que essas práticas nem sempre estão articuladas com uma preocupação pela igualdade de direitos e pelo apoio ao reconhecimento de um lugar equivalente para mulheres e homens no trabalho. Por outro lado, tanto na França como no Brasil, os agricultores que se afastam do modelo virilista para se aproximar de uma masculinidade ecológica (Hultman; Pulé, 2018) também podem formar uma aliança dentro de movimentos alternativos com as agricultoras e pensar conjuntamente na redistribuição de poder no nível intraconjugal. Mas as reivindicações das agricultoras por maior reconhecimento do seu lugar nas unidades produtivas são elas próprias atravessadas, na França, por oposições entre aquelas que assumem os méritos da diferenciação e a complementaridade de gênero das tarefas, e as que refutam e denunciam a perspectiva naturalizante.

A Revolução Verde também aplicou uma visão fordista de padronização, especialização e eficiência produtiva que é marcada, em particular, por dois tipos de oposições. Por um lado, um domínio sobre o vegetal, cuja capacidade de adaptação é negada, assim como a cadeia da vida com o solo, agora considerado como um suporte produtivo neutro; e sobre o animal, pensado como um animal-máquina. Por outro lado, uma distinção radical

entre os espaços de produção de (grandes) campos produtivos, geridos por homens, e hortas, para reprodução familiar, geridas por mulheres. O livro demonstra que as agricultoras formadas no feminismo sabem denunciar essas oposições. As metodologias de *pesquisação* utilizadas no projeto GENgiBRe destacam as formas de pensar e as práticas das mulheres agricultoras: os animais estão integrados em seu sistema socioecológico e, nos espaços controlados por elas – os quintais, as moitas e as áreas de coivara –, são parte de uma visão articulada dos espaços destinados à venda nos mercados e daqueles destinados à subsistência.

Os trabalhos sobre agroecologia centram-se mais frequentemente na relação com as plantas, e há sempre uma dificuldade em compreender o lugar da relação entre animais e plantas nas práticas agroecológicas, embora eles estejam necessariamente ligados entre si, não apenas pela contribuição dos fertilizantes orgânicos dos animais. Os questionamentos e os problemas são próximos. Trata-se de apreciar as competências relacionais na lida com os animais, considerando o seu lugar central na capacidade de interação. Essa relação sensível criador/a–animal é amplamente ignorada pelos dispositivos de formação convencionais. Tornar visíveis – e, portanto, transferíveis – as competências relacionais e organizacionais desenvolvidas pelos/as criadores/as (concretamente, na maioria das vezes, mulheres), desnaturalizá-las e considerá-las como saberes profissionais objetiváveis permitiria reconhecê-las e julgá-las adequadas a todos os homens e mulheres da profissão.

É impressionante notar que, na França, as práticas agroecológicas nas hortas urbanas são objeto de uma literatura separada das questões agroecológicas na agricultura. A vasta literatura se concentra no contexto das hortas urbanas (qualificadas como “agricultura urbana”), mostrando que essas já não fazem parte do universo camponês. O pensamento de subsistência – produzir para se alimentar – está muito presente na literatura e nas justificativas para a gestão de uma horta. Por outro lado, isso desapareceu dos trabalhos sobre o futuro da agricultura. Ao contrário, nas Antilhas, no contexto de inovações agroecológicas e diante do drama da poluição do solo por clordecona, um mesmo movimento engloba a situação das hortas urbanas e das pequenas parcelas de camponeses/as.

No entanto, são as raízes do campesinato negro, numa postura decolonial, que se mobilizam contra as grandes plantações de cana-de-açúcar e, em especial, de bananas de famílias ligadas a um passado colonizador e escravista. Elas são valorizadas por construir ligações com os *jardins de case* (quintal tradicional típico de alguns países das Índias Ocidentais Francesas), portanto, em filiações próximas às apresentadas nesta obra.

3. Lutas e alianças das mulheres na história agrícola

A abordagem de pesquisa transformadora é uma grande contribuição do projeto GENgiBRE e do aumento das “competências politizadas” teorizadas no livro (Capítulo 1), partindo da construção de alianças, da solidariedade e da articulação dos saberes. As metodologias são muito inspiradoras para as mulheres comprometidas com uma agroecologia feminista, como, por exemplo, na França, os grupos de mulheres da rede CIVAM.²

É o caso da metodologia de Etnomapeamento Feminista e dos quatro princípios econômicos baseados no mercado, na reciprocidade, na redistribuição e na subsistência, de acordo com a abordagem de Karl Polanyi utilizada no projeto GENgiBRE, que mostra o papel decisivo das cozinhas domésticas.³ Os saberes construídos pelas agricultoras, como resultado de um trabalho reflexivo acompanhado pelas metodologias do projeto, contribuem com essas competências politizadas, por exemplo, quando os mapas dos territórios que representam o ponto de vista das agricultoras se encontram no centro das rodas de discussão com os homens. A palavra delas, nessas condições, é libertada, permitindo a passagem de questões individuais para questões coletivas (Capítulo 1, seção III). A aprendizagem

² Os CIVAM (centros de iniciativas para valorizar a agricultura e o meio rural) são grupos de agricultores e pessoas rurais que trabalham coletivamente em prol da transição agroecológica. Eles compõem uma rede de cerca de 130 associações que trabalham há 60 anos em campanhas vivas. Disponível em: www.civam.org/. Acesso: 18 jul. 2025.

³ Essa metodologia também foi utilizada no contexto do metaprograma Inra-Cirad GloFoodS “Transições para a segurança alimentar global” (participação da autora nos dois projetos: na Nicarágua, de 2015 a 2016, coordenado por Sandrine Fréguin, e no Senegal, de 2018 a 2019, coordenado por Danièle Clavel) (Fréguin-Gresh *et al.*, 2022).

e a reflexividade política são, portanto, competências que as mulheres utilizam em solidariedade.

A proposta teórica e metodológica do Mapa Corpo-Território começa também a inspirar feministas de movimentos agroecológicos na França, demonstrando o interesse pela circulação de ideias. O encontro final do projeto GENgiBRe, organizado na França, de 8 a 14 de abril de 2025, para estabelecer, em particular, um diálogo com organizações comprometidas com a agroecologia feminista, permitiu essa circulação e pode continuar por meio de colaborações. Como mostra a conclusão, o livro é uma demonstração notável da força do movimento agroecológico feminista no Brasil, baseado em trocas de saberes entre mundos acadêmicos, processos de formação, reforço das instituições comunitárias, aliança com ONGs e gestores públicos e a serviço de uma transformação técnica e política individual e coletiva que ainda não tem equivalência na França. O livro mostra a necessidade “de uma politização dos cuidados, dos gestos e das técnicas agroecológicas”, articulada à afirmação da economia solidária.

O encontro final do projeto GENgiBRe na França suscitou grande interesse e fomentou trocas promissoras. Não há dúvida de que este livro desempenhará um papel complementar, ao permitir aprofundar a compreensão do movimento original e inspirador da agroecologia feminista no Brasil e, assim, nutrir mobilizações na França e em outros contextos.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. “Dimensões políticas do negacionismo ambiental: interrogando a literatura”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 60, Seção especial – O desmonte socioambiental e as resistências emergentes, p. 26-42, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/80028>. Acesso: 17 fev. 2023.
- AGARWAL, Bina. “The gender and environment debate: Lessons from India”. *Feminist studies*, 18, n. 1, p. 119-158, 1992.
- ALESP. “Inquérito civil para apurar trabalho análogo ao escravo”. 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=380948>. Acesso: 25 out. 2024.
- ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba*: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia*: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ALVARENGA, Camila; ALVES, Luciana Medeiros; CARDOSO, Elisabeth; DE CASTRO, Nayara et al. *Caderneta agroecológica e os quintais*: sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.
- ANDRADE, Anna Maria; TATTO, Nildo (ed.). *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.
- ARRUTI, José Maurício Andion. “A emergência dos ‘remanescentes’: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”. *Mana*, v. 3, p. 7-38, 1997.
- BANIWA, Braulina; KAINANG, Joziléia; MANDULÃO, Giovana; SCHWINGEL, Kasiane (org.). *Mulheres*: corpos-territórios indígenas em resistência! Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia/Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.
- BARRERA-BASSOLS, Narciso; ZINCK, J Alfred; VAN RANST, Eric. “Symbolism, knowledge and management of soil and land resources in indigenous communities: Ethnopedology at global, regional and local scales”. *Catena*, 65, n. 2, p. 118-137, 2006.
- BARROS, Nicélio do Amaral. “História regional, café e indústria: A zona da Mata de Minas Gerais”. In: ANPUH – Simpósio Nacional de História, XXIII, 2005. Anais... Londrina. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_921779ed4ad755c8e8f0858a1b028536.pdf. Acesso: 15 jul. 2025.

- BERNINI, Carina Inerra. *A produção da “Natureza Conservada” na sociedade moderna: uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira/SP*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BIASE, Laura de. *Agroecologia quilombola ou quilombo agroecológico? Dilemas agroflorestais e territorialização no Vale do Ribeira/SP*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BIDAUD, Cécile. “REDD+, un mécanisme novateur? Le cas de la forêt de Makira à Madagascar”. *Revue Tiers Monde*, Paris, v. 211, n. 3, p. 111-30, 2012.
- BIM, Ocimar José Baptista. *Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais*. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BIM, Ocimar José Baptista; DE ASSIS, Julia Camara; CAMPOLIM, Marco Buhner; FURLAN, Sueli Angelo. “De parque a mosaico: ecologia de paisagem no processo de recategorização do parque estadual Jacupiranga (SP)”. *Confins, Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia [Online]*, n. 32, 2017.
- BIM, Ocimar José Baptista; FURLAN, Sueli Angelo. Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira/SP: conservação, conflitos e soluções socioambientais. *Agrária*, São Paulo, n. 18, p. 4-36, 2013.
- BIONDI, Pedro. “Modelo de produção do tomate estimula exploração trabalhista”. *Repórter Brasil*, 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/04/modelo-de-producao-do-tomate-estimula-exploracao-trabalhista/>. Acesso: 9 out. 2024.
- BLUM, Winfried. E. H.; ZECHMEISTER-BOLTENSTERN, Sophie; KEIBLINGER, Katharina M. “Does Soil Contribute to the Human Gut Microbiome?”. *Microorganism*, v. 7, n. 287, 2019.
- BOLETTA, Caroline de Oliveira Aguiar; FURTADO, Fabrina Pontes. “Gênero é o novo meio ambiente: perspectivas ambientais e de gênero na mineração de lítio para a transição energética no Brasil”. *Homa Publica-Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas*, v. 8, n. 1, p. 124-124, 2024.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2017. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br>. Acesso: 13 set. 2024.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *Pesticidas: un colonialisme chimique*. Paris: Editions Anacaona, 2024.
- BOSERUP, Ester. *Woman's role in economic development*. London: Earthscan Publications, 1970.
- BRAGA, Roberto. “Raízes da questão regional no estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira”. *Geografia*, Rio Claro, v. 24, p. 43-68, 1999.
- BRAND, Ulrich; DIETZ, Kristina; LANG, Miriam. “Neo-Extractivism in Latin America – one side of a new phase of global capitalist dynamics”. *Ciência política*, v. 11, n. 21, p. 125-159, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 jul. 2000. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9985&ano=2000&ato=77ck3aq1kMNpWTfc9>. Acesso: 8 out. 2024.

- BRASIL. Ministério da Economia. Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo. *Erradicação do trabalho análogo ao de escravo*. Relatório de Fiscalização. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/relatorios-op-2019/op-09-de-2019-fazenda-paiolzinho-rhk-sp.pdf>. Acesso: 25 out. 2024.
- BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella Noemi. “Del ‘Consenso de los Commodities’ al ‘Consenso de la Descarbonización’”. *Nueva Sociedad*, n. 306, 2023. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/306-del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-de-la-descarbonizacion/>. Acesso: 22 set. 2024.
- BUTTO, Andrea Lorena Zarzar. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1964.
- CABNAL, Lorena. “Corps-territoire et territoire-terre: le féminisme communautaire au Guatemala. Entretien avec Lorena Cabnal”. *Cahiers Genre*, v. 2, n. 59, p. 73-89, 2015.
- CABNAL, Lorena. “TZK’AT, Red de sanadoras ancestrales del feminismo comunitario desde Iximulew-Guatemala”. *Ecología política*, Barcelona, n. 54, p. 98-102, 2017.
- CALDART, Roseli Salete. “Educação do Campo”. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 257-264.
- CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria. *Sementes de esperança*: militâncias-educadoras de mulheres do campo e a produção de territorialidades de vida e resistências na zona da mata mineira. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.
- CAMPOS, Ana Paula Teixeira de; FERRARI, Eugênio Alvarenga. “A conquista de terras em conjunto: autonomia, qualidade de vida e agroecologia”. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 8-12, dez. 2008. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/a-conquista-de-terras-em-conjunto-48.pdf>. Acesso: 27 ago. 2024.
- CAPIRAZI, Beatriz. “Alumínio vai ser essencial na transição para uma economia de baixo carbono”, afirma CEO da CBA.” *Estadão*, São Paulo, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/governanca/aluminio-essencial-transicao-economia-carbono-ceo-cba/>. Acesso: 11 out. 2024.
- CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laeticia; ALVARENGA, Camila; TELLES, Liliam *et al.* *Guia metodológico da Caderneta Agroecológica*. Recife: EDUFPE, 2019.
- CARMO, Valéria; MATOS, Laudiceio; MANCIO, Daniel; FREITAS, Helder *et al.* “Etnope-dologia: buscando o olhar de quem amanha a terra”. In: CARDOSO, I. M.; FÁVERO, C. (ed.). *Solos e agroecologia*. Brasília: Embrapa, 2017. p. 159-198.
- CARRASCO, Cristina (ed.). *Con voz propia*: la economía feminista como apuesta teórica y política. Madrid: La Oveja Roja, 2014.
- CARRASCO, Cristina. “A Economia feminista: um panorama sobre o conceito da reprodução”. Dossiê Economia Feminista. *Temáticas*, Campinas, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 31-68, 2018.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. “Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência”. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- CARSON, Rachel. *Silent spring*. Boston, Massachusetts: Houghton Mifflin Harcourt, 2002 [1962].

- CASAS, Nancy Aidé Cardona. *Coberturas de solo para o cultivo de hortaliças agroecológicas em unidades familiares*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.
- COELHO, Tádzio Peters. Minério-Dependência em Brumadinho e Mariana. *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 22, p. 252-267, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46681/pdf>. Acesso: 16 out. 2024.
- COELHO, Tádzio Peters; IORIO, Gustavo Soares. “Fronteira mineral e dependência em Minas Gerais: estudo comparativo da atuação da SAM e ZMM”. In: ANPOCS, Encontro Anual da Anpocs, 45º, 2021. Anais..., p. 1-22.
- COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2003.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO. *Mineração sustentável praticada pela CBA ganha destaque internacional*. 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cba.com.br/conteudo/mineracao-sustentavel-praticada-pela-cba-ganha-destaque-internacional/>. Acesso: 29 nov. 2024.
- CONNELL, Raewyn. “Masculinidade corporativa e o contexto global: um estudo de caso de dinâmica conservadora de gênero”. *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 323-344, janeiro-junho de 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100010>. Acesso: 8 jul. 2024.
- CONNELL, Raewyn. *Masculinities: enjeux sociaux de l’hégémonie*. Paris: Amsterdam Éditions, 2014.
- CONNELL, Robert W. “Políticas da masculinidade”. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso: 16 jul. 2025.
- CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- CONNELL, Raewyn. “The social organization of masculinity”. In: MCCANN, C. R.; KIM, S.-K., et al. (Ed.). *Feminist theory reader*. London: Routledge, 2020. p. 192-200.
- CONNELL, Robert W. “Políticas da masculinidade”. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso: 16 jul. 2025.
- CORTÉS-CORTÉS, Ramón; ZAPATA-MARTELO, Emma. “Racionalidad extractivista y necropolítica de la expropiación patriarcal: un acercamiento al estudio de las masculinidades para re/pensar el poder del extractivismo”. *Revista CS*, Colômbia, n. 36, p. 51-84, 2022.
- COSTANZA, Robert; D’ARGE, Ralph; GROOT, Rudolf de; FARBER, Stephen; GRASSO, Monica; HANNON, Bruce; LIMBURG, Karin; NAEEM, Shahid; O’NEILL, Robert V.; PARUELO, Jose. “The value of the world’s ecosystem services and natural capital”. *Nature*, [S.l.], v. 387, n. 6630, p. 253-260, maio 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/387253a0>. Acesso: 16 jul. 2025.
- COUTINHO AFONSO, Marisa. “Pesquisas arqueológicas no vale do rio Ribeira de Iguape (Sudeste-Sul do Brasil): uma síntese”. *Revista del Museo de la Plata*, La Plata, Argentina, v. 4, n. 2, p. 463-480, 2019.
- CUNHA, Fernanda Gonçalves da. *Contaminação humana e ambiental por chumbo no Vale do Ribeira, nos estados de São Paulo e Paraná*. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina (org.). *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e

- comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2021.
- DALLA COSTA, Mariaros; JAMES, Selma. *Le pouvoir des femmes et la subversion sociale*. Genève: Librairie Adversaire, 1973.
- DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2015.
- DESCOLA, Philippe. Le Grand Partage. *EcoRev'*, v. 47, n. 1, p. 131-137, 2019.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DORLIN, Elsa: *Se défendre*. Une philosophie de la violence. Paris: Zones, 2017.
- DROY, Isabelle; HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle *et al.* “Gênero, autonomia econômica e política”. In: *MOCC – Genre et développement*. Agence Française de Développement, 2022. Disponível em: <https://mooc-campus.afd.fr/enrol/synopsis/index.php?id=2#zonecentraltop>. Acesso: 18 jul. 2025.
- DUMOULIN, David; RODARY, Estienne. “Les ONG, au centre du secteur mondial de la conservation de la biodiversité”. In: AUBERTIN, C. (Ed.). *Représenter la nature? ONG et biodiversité*. Marseille: IRD Editions, 2005. p. 59-98.
- EGGER, Daniela; JALIL, Laetícia; CASTRO, Emanuela (ed.). *No tempo das mulheres: a experiência da cartografia feminista no contexto da assistência técnica rural*. Recife: UFRPE/UAST, 2017.
- ELOY, Ludivine; SOUZA, Cláudia de; NASCIMENTO, Diana; NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo *et al.* Os sistemas agrícolas tradicionais nos interstícios da soja no Brasil: processos e limites da conservação da agrobiodiversidade. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 45, 2020.
- ELOY, Ludivine; RAMOS, Rossano; SCHMIDT, Marcus; ONO Katia y; STEWARD Angela, *et al.* “Manejo do fogo por povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina (org.). *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2021. p. 72- 93.
- EMPERAIRE, Laure (coord.). Gerar, manter e cuidar a diversidade biológica. In: DA CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B., et al (Ed.). *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2021.
- ESCOBAR, Arturo. “Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano”. *Tábula rasa*, 1, p. 51-86, 2003.
- ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra*. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- FALS BORDA, Orlando. “La Investigación-Acción en convergencias disciplinarias”. In: *LASA-FORUM*, XXXVIII, n. 4, p. 17-22, 2007.
- FALS BORDA, Orlando. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; Siglo XXI Editores, 2009.
- FAO. *The state of the world's biodiversity for food and agriculture*. FAO Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture Assessments, Rome, 2019.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (ed.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2003.
- FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. *Economia verde, povos das florestas e territórios: violações de direitos no estado do Acre*. Rio Branco: Dhesca Brasil, 2015. Disponível em:

- https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2015/08/economia_verde_relatorio.pdf. Acesso: 15 ago. 2024.
- FEDERICI, Silvia. *Revolución en punto cero*: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.
- FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo*: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- FERDINAND, Malcom. *Une écologie décoloniale*. Penser l'écologie depuis le monde caribéen. Paris: Le Seuil, 2019.
- FERRARI, Clara Teixeira. *Tlamum Ukuá*: marcadores da etnicidade Puri em sistemas agroalimentares. 2024. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2024.
- FILIPAK, Alexandra. *Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015)*: análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.
- FISHER, Berenice; TRONTO, Joan. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, E.; NELSON, M. (Ed.). *Circles of care*: Work and identity in women's lives. Albany: Suny Press, 1990. p. 35-62.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil*: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.
- FORTINI, Rosimere Miranda. *Um novo retrato da Agricultura Familiar do estado de Minas Gerais*: a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. Viçosa, Minas Gerais: IPPDS, UFV, 2021. Disponível em: <https://bibliotecasemiaridos.ufv.br/handle/123456789/421>. Acesso: 6 nov. 2024.
- FRASER, Nancy. "Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80, 1990.
- FRÉGUIN-GRESH Sandrine; CLAVEL Danièle; GUÉTAT-BERNARD Hélène *et al.* "Valuing the role of women in family food security: the kitchen at the core of gender relations. A cross analysis in Senegal and Nicaragua". In: THOMAS A.; ALPHA A.; BARCZAK A.; ZAKHIA-ROZIS N. *Sustainable food systems for food security*. Need for combination of local and global approaches. Montpellier: Ed. Quae, 2022.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FRIEDRICH, Karen *et al.* (org.). *Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida!* 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.
- FURTADO, Silvia Dantas Costa. *Manejo de bovinos em unidades familiares em transição agroecológica*. Tese (Doutorado em Medicina Veterinária) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.
- FURTADO, Fabrina Pontes; ANDRIOLLI, Carmen. "Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências". *Estudos Sociedade e Agricultura*, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2021.
- GABBERT, Karin; LANG, Miriam (ed.). *¿Cómo se sostiene la vida en América Latina?* Feminismos y re-existencias en tiempos de oscuridad. Quito: Abya Yala, 2019.
- GIBSON-GRAHAM, Julie-Katherine. "Diverse economies: performative practices for other worlds". *Progress in Human Geography*, 32, n. 5, p. 613-632, 2008.
- GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine, 1967.
- GLOBO RURAL. Área de extração de bauxita em MG é recuperada com mata nativa, café e pasto. *Globoplay*, 2017. 1 vídeo (14 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6233640/>. Acesso: 1º nov. 2024.
- GOMES, Iza Reis; SOUZA, Shelton Lima de; NEVES-CORREIA, Maurício. “A produção indígena literária nas Amazônias brasileiras: identidades, ancestralidades e representatividades contracoloniais”. *Muiraitiã: Revista de Letras e Humanidades*, UFAC, Acre, v. 12, n. 1, 2024.
- GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, out. 2007. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/3885_20190213_124317.pdf. Acesso: 8 oct. 2024.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, SP, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.
- GUDYNAS, Eduardo. “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo”. In: JÜRGEN SCHULDT; ALBERTO ACOSTA, et al. (e d.). *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular, 2009.
- GUÉRIN, Isabelle; HILLENKAMP, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. “L’économie solidaire sous le prisme du genre: une analyse critique et possibiliste”. *Revue française de socio-économie*, n. 22, p. 105-122, 2019.
- GUÉTAT-BERNARD, Hélène; SAUSSEY, Magali (ed.). *Genre et savoirs*. Pratiques et innovations rurales au Sud. Marseille: IRD Éditions, 2014.
- HACHE, Émilie (ed.). *Reclaim: recueil de textes écoféministes*. Paris: Cambourakis, 2016.
- HAESBAERT, Rogério. “Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais”. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.
- HAICAULT Monique. “La gestion ordinaire de la vie en deux”. *Sociologie du travail*, v. 26, n. 3, p. 268-277, 1984.
- HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Unicamp, São Paulo, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARDIN, Garrett. “The tragedy of the Commons”. *Science, New Series*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, dez. 1968.
- HARDING, Sandra. “Rethinking standpoint epistemology. What is strong objectivity?” In: ALCOFF, L.; POTTER, E. (e d.). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, 1993. p. 49-82.
- HEDENQVIST, Robin; PULÉ, Paul M; VETTERFALK, Vidar; HULTMAN, Martin. “When gender equality and earth care meet: ecological masculinities in practice”. In: *Gender, Intersectionality and Climate Institutions in Industrialised States*. London: Routledge, 2021. p. 207-225.
- HEMMINGS, Clare. “Affective solidarity: feminist reflexivity and political transformation”. *Feminist Theory*, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 147-161, ago. 2012. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1464700112442643>. Acesso: 16 jul. 2025.
- HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; BAYÓN JIMÉNEZ, Manuel. *Cuerpos, territorios y feminismos: compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas*. Quito: Editorial Abya-Yala, 2019.

- HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; VAZQUEZ, Eva; RUALES, Gabriela; BAYÓN, Manuel; GARCÍA-TORRES, Miriam. *Mapeando el cuerpo territorio*: guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017.
- HERRERO, Yayo. “Economía ecológica y economía feminista, el diálogo necesario y urgente”. *Revista de Economía Crítica*, n. 22, p. 144-161, 2016.
- HILLENKAMP, Isabelle. “Quelles méthodes pour une socioéconomie pluraliste?”. *Méthod(E) S: African Review of Social Sciences Methodology*, Dakar, v. 1, n. 1, p. 27-44, jun. 2015.
- HILLENKAMP, Isabelle et al. *Guia metodológico – Projeto GENgiBRe*, 2023. Disponível em: <https://ird.hal.science/ird-03940375v1/document>. Acesso: 16 jul. 2025.
- HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (ed.). *Socioéconomie et démocratie*. L’actualité de Karl Polanyi. Toulouse: Erès, 2013.
- HILLENKAMP, Isabelle; NOBRE, Miriam. “Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social”. *Temáticas*, Unicamp, São Paulo, n. 52, p. 167-194, 2018.
- HILLENKAMP, Isabelle; PRÉVOST, Héloïse. “Extractivisme et résistances paysannes dans l’agroécologie au Brésil”. *Revue Internationale Des Études Du Développement*, [S.l.], v. 255, p. 41-66, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/11zhi>. Acesso: 16 jul. 2025.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*: educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HORA, Karla; BUTTO, Andrea. “Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania”. In: BUTTO, A.; DANTAS, C., et al. (e d.). *Mulheres rurais e autonomia*. Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. p. 14-45.
- HOWARD, Patricia. The major importance of ‘minor’ resources: women and plant biodiversity. *Gatekeeper Series*, International Institute for Environment and Development, London, n. 112, 2003.
- HOWARD, Patricia. “Ethnobotanique et cuisine: l’importance de la sphère domestique pour l’agrobiodiversité”. In: GUÉTAT-BERNARD, H.; SAUSSEY, M. (e d.). *Genre et savoirs*. Pratiques et innovations rurales au Sud. Marseille: IRD Éditions, 2014. p. 213-232.
- HULTMAN, Martin; PULÉ, Paul Mark. *Ecological masculinities*: theoretical foundations and practical guidance. London: Routledge, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*: agricultura familiar. Resultados por municípios. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Terras de Quilombo e Unidades de Conservação*: Corredor Socioambiental do Vale do Ribeira. São Paulo: ISA, 2016.
- IORIO, Gustavo Soares; MAGNO, Lucas. “O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais”. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, Iporá/GO, v. 8, n. 2, p. 34-59, 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9811>. Acesso: 03 jul. 2024.
- IORIO, Gustavo Soares; MAGNO, Lucas; UMBUZEIRO, Guilherme Barbosa. “Mercantilização da natureza e acumulação capitalista: o licenciamento ambiental em Minas Gerais”. *Revista Trabalho Necessário*, v. 20, n. 43, 2022.

- IORIO, Gustavo; COELHO, Tádzio Peters. “Tenebrosas transações: a relação orgânica entre território e acumulação sob o padrão exportador de especialização produtiva no Brasil”. *Revista da ANPEGE*, UFGD, Dourados, p. 196-213, 2022.
- ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; SAORI, Sheyla *et al.* *Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2020.
- JALIL, Laécia Medeiros. *As Flores e os Frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.
- KELLY, Liz. “Le continuum de la violence sexuelle”. *Cahiers du genre*, n. 1, p. 17-36, 2019.
- KOROL, Claudia. Una perspectiva feminista en la formación de los movimientos populares: la batalla simultánea contra todas las opresiones. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, Caracas, v. 13, n. 31, p. 27-38, 2008.
- LACAZ, Francisco Antonio de Castro; PORTO, Marcelo Firpo de Sousa; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. “Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco”. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, Fundacentro, São Paulo, v. 42, 2017.
- LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. *Penser et agir avec la nature: une enquête philosophique*. Paris: La Découverte, 2018.
- LAUGIER, Sandra; FALQUET, Jules; MOLINIER, Pascale. “Genre et inégalités environnementales: nouvelles menaces, nouvelles analyses, nouveaux féminismes”. *Cahiers du Genre*, n. 2, p. 5-20, 2015.
- LAVILLE, Jean-Louis. “Economie solidaire”. In: LAVILLE, J.-L. e CATTANI, A. D. (ed.). *Dictionnaire de l'autre économie*. Paris: Desclée de Brouwer, 2006.
- LAZZERI, Thais. “Quilombolas são condenados a pagar R\$ 6 milhões por incêndio que destruiu as suas casas: eles vivem abaixo da linha da pobreza e, com a multa, não conseguem regularizar a terra”, *Intercept Brasil*, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/04/18/quilombolas-incendio/>. Acesso: 27 ago. 2024.
- LEFF, Enrique. “La ecología política en América Latina. Un campo en construcción”. *Polis Revista Latinoamericana*, n. 5, 2003.
- LOBO, Natália Santos. “*Isso é coisa do meio ambiente*”: a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) e a construção de territórios na Barra do Turvo, Vale do Ribeira, SP. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- LONDRES, Flavia (ed.). *Memórias do IV Encontro Nacional de Agroecologia: agroecologia e democracia unindo campo e cidade*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2021.
- LORDE, Audre. *A burst of light: essays*. Ithaca, New York: Firebrand Books, 1988.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MACGREGOR, Sherilyn. “‘Gender and climate change’: from impacts to discourses”. *Journal of The Indian Ocean Region*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 223-238, dez. 2010. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/19480881.2010.536669>. Acesso: 16 jul. 2025.
- MACIEL, Alice. “Serra do Curral: atos do governo Zema beneficiaram exploração que gerou danos de R\$ 30 mi”. *Pública*, maio 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/05/>

- serra-do-curral-atos-do-governo-zema-beneficiaram-exploracao-que-gerou-danos-de-r-30-mi/#. Acesso: 10 nov. 2024.
- MAGNO, Lucas; MILANEZ, Bruno. “Zona da Mata mineira como fronteira de expansão da mineração: conflitos ambientais e produção de (nova) regionalidade”. In: NETO, Roberto; BATELLA, Wagner; MILANEZ, Bruno (org.). *Dinâmicas geográficas na zona da mata mineira*. Curitiba: CRV, 2022. p. 247-276.
- MANSUR, Maíra Sertá; WANDERELEY, Luiz Jardim; FRAGA, Diego José Nogueira. *Transição desigual: as violações da extração dos minerais para a transição energética no Brasil*. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2024.
- MARQUES, Gláucia; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; SAORI, Sheyla *et al.* *Feminist practices for economic change*. Women’s Autonomy and Agroecology in the Vale do Ribeira Region. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2018.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. “Financiamento ambiental, mudanças climáticas e o agro-negócio no Brasil”. In: MIOLA, Iagê Z. *et al.* *Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde*. São Paulo: Blucher, 2022. p. 143-170.
- MARSTON, Sallie A. “The social construction of scale”. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.
- MASSON, Dominique; CONWAY, Janet. La Marche mondiale des femmes et la souveraineté alimentaire comme nouvel enjeu féministe. *Nouvelles questions féministes*, n. 36, n. 1, p. 32-47, 2017.
- MATTOS, Rodrigo Faria. “Geografia histórica da ocupação territorial da Zona da Mata Mineira ao longo do século XVIII e primórdios do XIX”. *Revista de Geografia*, PPGeo– UFJF, Juiz de Fora, v. 6, n. 3, 2016.
- MAUCOURANT, Jérôme; ABDELKADER, Nadjib. “Karl Polanyi pense-t-il la technique?”. *indiscipline-rivista di scienze sociali*, v. 4, n. 1, p. 108-117, 2024.
- MÉRAL, Philippe. “La place controversée de l’évaluation monétaire au sein du courant d’économie écologique: retour sur une histoire tumultueuse”. *Papers in Political Economy*, v. 79, p. 125-154, 2021.
- MERCHANT, Carolyn. *The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution*. New York: Harper & Row 1980.
- MIES, Maria. “Towards a methodology of women’s studies”. *Institute of Social Studies*, Erasmus University, Rotterdam, 1979.
- MIES, Maria; BENNHOLDT -THOMSEM, Veronika. *The subsistence perspective: beyond the globalised economy*. Australia: Spinifex Press, 1999.
- MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEM, Veronika. *La subsistance: une perspective écoféministe*. Paris: La Lenteur, 2022.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. London: Zed Books, 1993.
- MOHANTY, Chandra Talpade. “Transnational feminist crossings: On neoliberalism and radical critique”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 38, n. 4, p. 967-991, 2013.
- MONTEIRO DE OLIVEIRA, Rafael; LOPES, Isabel de Luanda; CRUEZ, Nina Abigail C.; CARDOSO, Irene Maria. “Quintais da agricultura familiar: relíquias do passado, pérolas do presente, tesouros do futuro”. In: RODY, T.; TELLES, L. (e d.). *Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas*. Viçosa (MG): Editora Asa Pequena, 2021. p. 166-185.
- MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. *A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

- MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. “Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil”. In: ZULUAGA SÁNCHEZ, G. P.; CATACORA-VARGAS, G., *et al.* (e d.). *Agroecología en femenino*. Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz, Bolivia: SOCLA, CLACSO, 2018. p. 61-74.
- MORIZOT, Baptiste. “Nouvelles alliances avec la terre. Une cohabitation diplomatique avec le vivant”. *Tracés. Revue de sciences humaines*, n. 33, p. 73-96, 2017.
- MOSCOVICI, Serge. “Le marxisme et la question naturelle”. *L’Homme et la société*, n. 13, p. 59-109, 1969.
- MUNARI, Lucia Chamlian. *Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local*. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NDAMI, Chantal. “Normes de genre, pratiques et savoirs agricoles féminins au Cameroun: une approche historique”. In: VERSCHUUR, C. (Ed.). *Savoirs féministes au Sud*. Expertes en genre et tournant décolonial. Cahiers genre et développement. Paris: L’Harmattan, 2019. p. 313-328.
- NIEDERLE, Paulo André; SABOURIN, Eric; JOB SCHMITT, Claudia; DE AVILA, Mario Lucio *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, v. 1, n. 24, p. 270-291, 2019.
- NOBRE, Miriam. “Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero”. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. *et al.* (Ed.). *As mulheres nas estatísticas agropecuárias*. Experiências em países do sul. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2012.
- NOBRE, Miriam. “Economía solidaria, agroecología y feminismo: prácticas para la autonomía en la organización del trabajo y de la vida”. In: VERSCHUUR, C.; GUÉRIN, I. *et al.* (ed.). *Une économie solidaire peut-elle être féministe?* Homo oeconomicus, mulher solidaria. Paris: L’Harmattan, 2015. p. 273-294.
- NOBRE, Miriam; LOBO, Natália. “Brésil: les impacts des exclusions fondées sur la nature sur les corps-territoires des femmes”. *Bulletin du Mouvement Mondial pour les Forêts Tropicales*, n. 255, p. 33-37, 2021.
- OLIVEIRA, Joana Cabral; AMOROSO, Marta; DE LIMA, Ana Gabriela Morim; SHIRATORI, Karen *et al.* *Voices végétales: diversidade, resistência e histórias da floresta*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- OLIVEIRA, Rafael Monteiro de. *Quintais e uso do solo em propriedades familiares*. Dissertação (Mestrado em solos e nutrição de plantas) – Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.
- OLIVEIRA, Rafael *et al.* “Quintais da agricultura familiar: relíquias do passado, pérolas do presente, tesouros do futuro”. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (orgs.). *Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas*. Viçosa (MG): Editora Asa Pequena, 2021. p. 166-85.
- OROZCO, Amaia Pérez. “Ameaça à tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico”. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). *Análises feministas: um outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2012.
- OROZCO, Amaia Pérez. *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficante de Sueños, 2014.
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, Elinor. *Gouvernance des biens communs. Pour une nouvelle approche des ressources naturelles*. Louvain-la-neuve: De Boeck, 2010.

- OYARZÚN, Evelyn Arriagada; ÁLVAREZ, Antonia Zambra. “Apuntes iniciales para la construcción de una Ecología Política Feminista de y desde Latinoamérica”. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 54, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/17802>. Acesso: 11 set. 2024.
- PACHECO, Maria Emília Lisboa. “Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero”. *Revista PROPOSTA – Desenvolvimento Sustentável*, n. 75, p. 30-38, 1997.
- PALM, Juliano Luís; SCHMITT, Claudia Job; LAMINE, Claire. “Uma leitura territorialmente situada dos processos de transição agroecológica: ecologia de projetos na Região Serrana Fluminense”. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, n. 26, p. 9-33, 2021.
- PAULILO, Maria Ignez S. “O peso do trabalho leve”. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. “Que feminismo é esse que nasce na horta?”. *Política & Sociedade*, n. 15, p. 296-316, 2016.
- PAUTASSO, Marco; AISTARA, Guntra; BARNAUD, Adeline; CAILLON, Sophie *et al.* “Seed exchange networks for agrobiodiversity conservation. A review”. *Agronomy for sustainable development*, n. 33, p. 151-175, 2013.
- PEASE, Bob. “Masculinisme, changement climatique et catastrophes produites par les hommes. Vers une réponse environnementale profémíniste”. *Nouvelles Questions Feministes*, v. 4, n. 2, p. 52-67, 2021.
- PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Sílvia Gomes de. *Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas*. Rio de Janeiro: AS-PTA, ANA, 2017.
- PLUMWOOD, Val. *Feminism and the mastery of nature*. London: Routledge, 1993.
- POLANYI, Karl. *La grande transformation*. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard, 1983.
- POLANYI, Karl. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 2001.
- POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- PRÉVOST, Heloise. “Jusqu’à ce que nous soyons toutes libres: la militance ‘sentipensée’ des féministes agroécologiques brésiliennes contre les violences agrocapitalistes”. *Recherches féministes* [revue interdisciplinaire francophone d’études féministes], v. 32, n. 2, p.13-37, 2019a.
- PRÉVOST, Heloise. *Pour un empowerment socio-environnemental*. Sociologie d’un mouvement féministe alternatif au Brésil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Toulouse, Toulouse, 2019b.
- PRÉVOST, Heloise. “Des femmes rurales face à l’histoire coloniale patriarcale au Brésil”. *Travail, genre et sociétés*, v. 1, n. 45, p. 77-95, abril 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/tgs.045.0077>. Acesso: 16 jul. 2025.
- PRÉVOST, Heloise. “Contre l’agrobusiness, la mobilisation exemplaire des femmes brésiliennes”. *Reporterre*, 12 ago. 2023. Disponível em: <https://reporterre.net/Contre-l-agrobusiness-la-mobilisation-exemplaire-des-femmes-bresiliennes>. Acesso: 16 jul. 2025.
- PRIMAVESI, Ana. *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Nobel, 1997.
- PRIMAVESI, Ana. *Cartilha da terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- PRUVOST, Geneviève. *Quotidien politique: Féminisme, écologie, subsistance*. Paris: La Découverte, 2021.

- PUIG DE LA BELLACASA, Maria. *Matters of care: speculative ethics in more than human worlds*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.
- PUIG DE LA BELLACASA, Maria; BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú; ENGEL, Cíntia; GRECO, Lucrecia Raquel; FIETZ, Helena. “O pensamento disruptivo do cuidado”. *Anuário antropológico*. v. 48, n. 1, p. 108-133, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/49154>. Acesso: 15 jul. 2025.
- PULÉ, Paul; HULTMAN, Martin. “Industrial/breadwinner masculinities: Understanding the complexities of climate change denial”. In: *Climate hazards, disasters, and gender ramifications*. Routledge, 2019. p. 86-97. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333818011_Industrialbreadwinner_masculinities. Acesso: 18 out. 2024.
- QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RAZAVI, Shahra (ed.). *Shifting burdens*. Gender and agrarian changes under neoliberalism. Bloomfield: Kumarian Press, 2002.
- REZENDE, Camila Isabel Pereira. “Caravana agroecologia do Centro-Oeste: construção do saberes, dos sabores e do modo de vida”. *Cadernos de Agroecologia*, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-5, jul. 2018.
- RIBEIRO, Djamilia. *Lugar de fala*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- ROCHELEAU, Dianne; THOMAS-SLAYTER, Barbara; WANGARI, Esther (ed.). *Feminist political ecology: global issues and local experiences*. Oxon: Routledge, 2013.
- RODY, Thalita; TELLES, Liliam (org.). *Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas*. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-376.pdf>. Acesso: 10 jan. 2024.
- ROSE, Gillian. *Feminism & geography: the limits of geographical knowledge*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1993.
- SANCHEZ, Fábio José Bechara. *Identidade e conflito: a construção política dos “remanescentes de quilombo” do Vale do Ribeira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SANTOS, Milton. “O retorno do território”. *OSAL: Observatório Social de América Latina*, v. 16, n. 6, p. 251-261, 2002.
- SAORI, Sheyla; LOBO, Natália. “Mulheres em rede, agroecologia, cuidados e resistências no Fórum Popular da Natureza”. *Brasil de Fato*, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/sof-sempreviva-organizacao-feminista/2020/06/16/mulheres-em-rede-agroecologia-cuidados-e-resistencia-no-forum-popular-da-natureza/>. Acesso: 16 jul. 2025.
- SCHMITT, Claudia Job. “Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis”. *Mercado de trabalho*, n. 42, p. 55-64, 2010.
- SEIBERT, Iridiani Graciele. *Feminismo camponês popular: contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Estudos Latino-Americanos, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.
- STEENBOCK, Walter (org.). *Agrofloresta, ecologia e sociedade*. Curitiba: Kairós, 2013.
- STEINEM, Gloria. *Revolution from within: a book on self-esteem*. Boston: Little Brown, 1992.
- SVAMPA, Maristella. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales. ¿Un giro ecoterroritorial hacia nuevas alternativas? In: LANG, M.; MOKRANI, D. *Más allá del desarrollo*. Quito: Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburgo, 2011. p. 185-218.
- SVAMPA, Maristella. “Commodities consensus: Neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America”. *South Atlantic Quarterly*, v. 114, n. 1, p. 65-82, 2015.
- SVAMPA, Maristella. Conflits socio-environnementaux et tournant éco-territorial en Amérique. *Alternatives Sud*, v. 30, n. 4, p. 7, 2023.
- TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; FERREIRA DE FREITAS, Alair. “A economia das agricultoras agroecológicas no Brasil e suas estratégias para a construção de autonomia: aprendizados de Barra do Turvo (SP)”. *Otra Economía*. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria, v. 12, n. 22, p. 166-180, 2019.
- TELLES, Liliam; JALIL, Laetícia; CARDOSO, Elisabeth; ALVARENGA, Camila Rafaela. “Cadernetas Agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil”. In: ZULUAGA SÁNCHEZ, G. P.; CATACORA-VARGAS, G., et al. (ed.). *Agroecología en femenino*. Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz, Bolívia: SOCLA, CLACSO, 2018.
- TOSETTO, Eleonora Escobar; ANDRIOLI, Antônio Inácio; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. “Análises das causas das subnotificações das intoxicações por agrotóxicos na rede de saúde em município do Sul do Brasil”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 12, p. 6037-6047, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2021.v26n12/6037-6047/pt>. Acesso: 19 set. 2024.
- TRONTO, Joan C. *Um monde vulnerable*. Pour une politique du care. Paris: Découverte, 2009.
- TRONTO, Joan C. “Au-delà d’une différence de genre. Vers une théorie du care”. In: LAUGIER, S.; PAPERMAN, P. (dir.). *Le souci des autres. Éthique et politique du care*. Paris: Ed. de l’EHESS, 2011. pp. 51-79.
- TSING, Anna. “Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras”. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n1p177>. Acesso: 9 jun. 2024.
- TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- ULLOA, Astrid. “Ecología Política Feminista Latinoamericana”. In: DE LUCA ZURIA, A.; FOSADO CENTENO, E. et al. (e d.). *Feminismo socioambiental*. Revitalizando el debate desde América Latina. Cuernavaca (México): Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2020. p. 75-104.
- VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.
- VERSCHUUR, Christine; CATARINO, Christine (ed.). *Genre, migrations et globalisation de la reproduction sociale*. Paris, Genève: L’Harmattan, The Graduate Institute, 2013.
- VVIEIRA, Miguel Said. *Bens Comuns: uma proposta de mapeamento*. Texto-base para oficina preparatória ao Seminário sobre Bens Comuns. São Bernardo, 2016.

- WEITZMAN, Rodica. Técnicas de Educação Popular para grupos e comunidades. Manuscrito não publicado, 2001.
- WEITZMAN, Rodica; TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; CARDOSO, Elisabeth *et al.* (ed.). *Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020*. Salvador: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020.
- WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane; DORÉ, Thierry; FRANCIS, Charles *et al.* “Agroecology as a science, a movement and a practice. A review”. *Agronomy for sustainable development*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.
- WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. *O sítio camponês: trabalho familiar e tipos de unidade doméstica*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ZANELLI, Fabrício; BARBOSA, Willer; CARDOSO, Irene. “Metodologias emancipatórias”. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et. al.* *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 489-500.
- ZULUAGA SÁNCHEZ, Gloria Patricia; CATAORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma. *Agroecología en femenino*. Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz, Bolívia: SOCLA, CLACSO, 2018.
- ZURIA, Ana de Luca; CENTENO, Ericka Fosado; GUTIÉRREZ, Margarita Velázquez (ed.). *Feminismo socioambiental*. Revitalizando el debate desde América Latina. Cuernavaca (México): Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2020.
- ZWER, Nephtys (dir.) *et collectif orangotango+*. *Ceci n'est pas un Atlas*. La cartographie comme outil de luttas, 21 exemples à travers le monde. Rennes: Éditions du Commun, 2023.

Sobre as autoras e o autor

Alair Ferreira de Freitas possui pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. É doutor em Administração (UFMG), professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), membro dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e em Administração Pública da UFV. Atuou como parceiro institucional e pesquisador colaborador do projeto GENgiBRe.

Alessandra Bernardes Faria Campos é graduada em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira: Educação para as Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG) e doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Desenvolve pesquisas sobre mulheres do campo e coletivos populares do campo, educação popular e pedagogias feministas. Atuou como pesquisadora do projeto GENgiBRe.

Cathy Chatel é geógrafa, engenheira de pesquisa na Université Paris-Cité (França), vinculada ao *Centre d'Études en Sciences Sociales sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques* (Centro de Estudos em Ciências Sociais sobre os Mundos Africano, Americano e Asiático, CESSMA) e à plataforma de investigação *Geoteca – Géographie, Télédétection, Cartographie* (Geografia, Teledeteção, Cartografia). Atuou na elaboração das cartografias e dos infográficos do projeto GENgiBRe.

Clara Teixeira Ferrari é geógrafa, indigenista, servidora da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e doutora em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atuou como pesquisadora do projeto GENgiBRe.

Hélène Guetat-Bernard é professora de Sociologia no Ministério da Agricultura e Alimentação da França, na *Ecole Nationale Supérieure de Formation de l'Enseignement Agricole* (Escola Nacional Superior de Educação Agrícolas, ENSFEA). É membro da equipe “Dinâmica Rural” na Universidade Jean Jaurès de Toulouse (França), vinculada à rede acadêmica Arpège – Estudos de gênero, também da Universidade de Toulouse, e membro da associação AGTER para Melhoria da Governança da Terra, da Água e Recursos naturais (*Amélioration de la Gouvernance de la Terre, de l'Eau et des Ressources Naturelles*). Está envolvida em uma fazenda agroecológica na Ariège (França). Atuou como parceira institucional do projeto GENgiBRe.

Héloïse Prévost é professora de Sociologia no Departamento de Economia e Administração na Universidade Jean Jaurès de Toulouse (França), vinculada ao *Centre d'Étude et de Recherche Travail, Organisation, Pouvoir* (Centro de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Organização, Poder, CERTOP). Também é codiretora do filme participativo *Mulheres rurais em movimento* com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Faz parte da coordenação da estrutura federativa de pesquisa Arpège – Estudos de gênero, e do grupo de pesquisa AGATE (Agricultura Gênero Alimentação Território e Meio ambiente), faz parte do Atécopol de Toulouse (Ateliê de Ecologia Política). Atuou como pesquisadora do projeto GENgiBRe.

Irene Maria Cardoso é agrônoma, professora emérita na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e membro dos Programas de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas e Agroecologia (DPS). Atuou como pesquisadora colaboradora do projeto GENgiBRe.

Isabelle Hillenkamp é socioeconomista, diretora de pesquisa no *Institut de Recherche pour le Développement* (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento, IRD, França), vinculada ao *Centre d'Études en Sciences Sociales sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques* (Centro de Estudos

em Ciências Sociais sobre os Mundos Africano, Americano e Asiático, CESSMA). Integra a Diretoria do *Centre des Politiques de la Terre* (Centro de Políticas da Terra, CPT) da Universidade Paris-Cité (UPC, França) e é membro da *Cité du Genre* (Cidade no Gênero), também na UPC. Atuou como pesquisadora e como coordenadora do projeto GENgiBRE.

Larissa Mies Bombardi é geógrafa e professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, vive na Europa e é pesquisadora na Université Libre de Bruxelles (UBL, Bélgica). Atuou como pesquisadora colaboradora do projeto GENgiBRE.

Liliam Telles é engenheira florestal, mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFV. Também é coordenadora do Programa de Mulheres do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA–ZM, Minas Gerais, Brasil), militante da Marcha Mundial das Mulheres e integra a coordenação do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Atuou como pesquisadora do projeto GENgiBRE.

Luana de Pádua Soares e Figueiredo é geógrafa, mestra em Agroecologia e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Também é coordenadora do Grupo de Trabalho “Manejo de Agroecossistemas” da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA – Agroecologia). Atuou como pesquisadora do projeto GENgiBRE.

Miriam Nobre é engenheira agrônoma e mestra pelo Programa de Estudos em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM–USP). É coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF), onde realiza atividades de formação, assessoria e pesquisa-ação em agroecologia, economia feminista e solidária. Coordena a equipe da SOF com atuação no Vale do Ribeira (SP). Faz parte da coordenação do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e é militante da Marcha Mundial das Mulheres, cujo secretariado internacional coordenou entre 2006 e 2013. Atuou como pesquisadora do projeto GENgiBRE.

Natália Lobo é agroecóloga, mestra pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). É parte da equipe técnica da Sempreviva Organização Feminista (SOF), onde atua com mulheres agricultoras e quilombolas do Vale do Ribeira (SP). Atuou como pesquisadora e como assistente de pesquisa do projeto GENgiBRe.

Roberta Cardoso é cientista social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e coordenadora do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA–ZM, Minas Gerais, Brasil). Atuou como pesquisadora do projeto GENgiBRe.

Sarah Luiza de Souza Moreira é cientista social, especialista em Educação Ambiental, mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Integra a coordenação do Grupo de Trabalho de Mulheres e compõe o Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e é militante da Marcha Mundial das Mulheres. Atuou como pesquisadora colaboradora do projeto GENgiBRe.

Sheyla Saori Iyusuka é agrônoma, mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. É parte da equipe técnica da Sempreviva Organização Feminista (SOF), onde atua com mulheres agricultoras do Vale do Ribeira (SP) e com agricultura urbana. Integra o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Articulação Paulista de Agroecologia (APA). Atuou como pesquisadora do projeto GENgiBRe.



Instituto francês
de Pesquisa para o
Desenvolvimento
IRD
Institut de Recherche
pour le Développement
FRANCE

